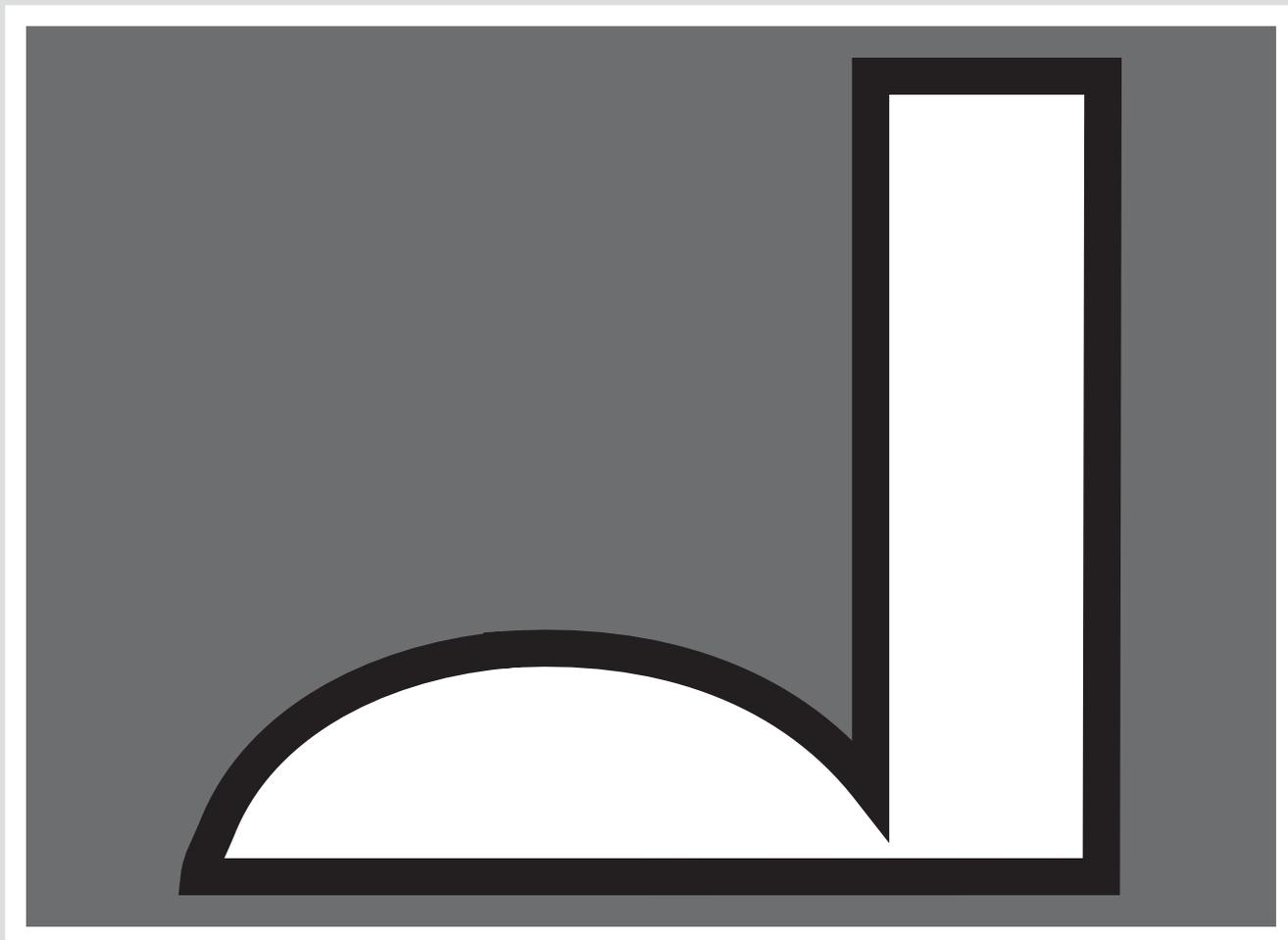




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

ANO LXVII – SUP. “C” AO Nº 207 – TERÇA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2ª VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)^(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)^(1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 26</p> <p style="text-align: center;">Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Francisco Dornelles</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PP Ana Amélia (12)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p style="text-align: center;">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Walter Pinheiro - PT (22,24)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55) Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,44)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,24)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Wellington Dias (28) Lindbergh Farias (27) Ana Rita (25) Anibal Diniz (26)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (29,39)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44)</p> <p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Eduardo Braga - PMDB (38)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Gim (56) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</p> <p style="text-align: center;">Líder Jayme Campos - DEM (23)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Cyro Miranda (35) Flexa Ribeiro (7,34) Lúcia Vânia (31) Mário Couto (33) Paulo Bauer (5,32)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (5,32) Flexa Ribeiro (7,34)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,45,46)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM Jayme Campos (23)</p> <p style="text-align: center;">PSD - 2</p> <p style="text-align: center;">Líder Marco Antônio Costa - PSD (53)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Sérgio Petecão</p> <p style="text-align: center;">PSOL - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14</p> <p style="text-align: center;">Líder Gim - PTB (56)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 6 Gim (56)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti (57)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42,54)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPL - 1 João Costa</p>		

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquígrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1– SECRETARIA-GERAL DA MESA		Ata da 12ª Reunião, realizada em 11 de julho de 2012	11
1.1– ATAS DE COMISSÕES MISTAS PERMANENTES		Ata da 13ª Reunião, realizada em 8 de agosto de 2012.....	26
1.1.1 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC		Ata da 14ª Reunião, realizada em 17 de outubro de 2012	47
Ata da 10ª Reunião, realizada em 21 de junho de 2012	4	Ata da 15ª Reunião, realizada em 31 de outubro de 2012	67
Ata da 11ª Reunião, realizada em 4 de julho de 2012	4	Ata da 16ª Reunião, realizada em 7 de novembro de 2012.....	82

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2012, ÀS 15 HORAS e 30 MINUTOS, NO AUDITÓRIO CNO 03, NO PARQUE DOS ATLETAS, NA BARRA, RIO DE JANEIRO.

Às quinze horas e cinqüenta minutos do dia vinte e um de junho do ano de dois mil e doze, no Auditório CNO 03, no Parque dos Atletas, na Barra, Rio de Janeiro, sob a Presidência do **Deputado Márcio Macêdo**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional com a participação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, com a presença do Senador Sérgio Souza, da Senadora Vanessa Grazziotin e do Deputado André Zacharow, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. A Presidência declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9ª Reunião, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta destinada à realização de **Audiência Pública Regional** para debater “os princípios da Política Nacional de Mudanças Climáticas, nos marcos da sustentabilidade, e, tratar também, dos objetivos, do alcance e dos resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica- OTCA, durante a realização da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 em conformidade com aprovação dos Requerimentos nºs 4 e 5, de 2012-CMMC, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin e do Deputado Márcio Macedo. A reunião conta com a presença dos seguintes convidados: Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; Karen Regina Suassuna, Diretora do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente; Professor Marcos Aurélio de Freitas Vasconcelos, representante do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, para debater os princípios da Política Nacional de Mudanças Climáticas, nos marcos da sustentabilidade. A seguir, foram discutidos os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica- OTCA, com os seguintes convidados: Ministro Clemente Baena Soares; Ministro Robby Ramlakhan, Vice Ministro de Relações Exteriores do Suriname; Embaixador Alejandro A. Gordillo, Secretário Geral da OTCA (Brasília) e Guilherme Narciso de Lacerda, Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Após a exposição dos convidados, usam da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, o Deputado Alfredo Sirkis e o Senhor Presidente, Deputado

Márcio Macêdo. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezessete horas e trinta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional. – Deputado **Márcio Macêdo**, Presidente da CMMC

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE JULHO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia quatro de julho do ano de dois mil e doze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Márcio Macêdo, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença do Senador Sérgio Souza, e dos Deputados André Zacharow, Luiz Noé, Alfredo Sirkis, Ricardo Tripoli e Sarney Filho, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 10ª Reunião, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta destinada ao “Balanço da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20”, em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão deste ano. Após a explanação do Senhor Presidente acerca da Conferência Rio+20, usam da palavra os Deputados Alfredo Sirkis, Ricardo Tripoli, Sarney Filho, e o Senador Sérgio Souza. Ao final, passa-se à apreciação dos seguintes requerimentos extrapauta: Requerimento nº 6, de 2012-CMMC, que “requer, nos termos regimentais, a criação de uma subcomissão, no âmbito da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, para acompanhar a COP 18, que será realizada no Qatar, no período de 26 de novembro a 7 de dezembro do corrente”. Autoria: Deputado Alfredo Sirkis. Resultado: Aprovado. Requerimento nº 7, de 2012-CMMC, que “requer, nos termos regimentais, a criação de uma subcomissão permanente, no âmbito da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, para monitoramento da implementação das medidas adotadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20”. Autoria: Deputado Márcio Macedo e Senador Sérgio Souza. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às quinze horas

e vinte e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Deputado **Márcio Macêdo**, Presidente da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macedo. PT – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada no âmbito do Congresso Nacional mediante a Resolução nº 4, de 2008.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião.

Os Srs. Parlamentares que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A pauta desta reunião destina-se ao balanço da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, Rio+20.

Quero cumprimentar a todas as senhoras e senhores aqui presentes, os Parlamentares, Deputados e Senadores, a imprensa, todos os técnicos e profissionais que nos acompanham nesse debate, cumprimentar a todos que nos assistem pela TV Senado e pela TV Câmara.

Eu queria, inicialmente, dizer que, na minha modesta opinião, a Rio+20 trouxe para mim duas frustrações e um portal de possibilidades de implementação de políticas públicas. As duas frustrações são: não ter metas objetivas no documento final e não ter a criação do fundo que fará a transação para o desenvolvimento sustentável e a superação das economias carbonizadas para a economia verde, inclusiva, sustentada e soberana.

O fato de não ter a criação do fundo – e quem objetivamente pagará a conta dessa transição – foi um dos pontos baixos da Rio+20. Mas acho que um portal de possibilidades se abriu com a realização da Rio+20.

Acho que o acordo foi feito – e aí é importante frisar – na conjuntura econômica mundial, na correlação de forças que existe hoje numa crise dos chamados países centrais, dos Estados Unidos e da Comunidade Europeia, na ascensão dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China, e África do Sul). Então, há um processo de reordenamento mundial. O acordo que foi feito no Rio foi o acordo possível. É melhor um acordo possível do que não ter acordo. Sou daqueles que acreditam que a possibilidade de ter tido acordo já é um fato por si só significativo.

Acho que a Rio+20 teve o seu ponto alto na grande participação e envolvimento do conjunto da sociedade planetária, em especial da sociedade brasileira.

A participação maciça de países do mundo inteiro e a mobilização social que se envolveu na Rio+20, seja na cúpula, chamada alta cúpula, a oficial, seja nos movimentos paralelos que aconteceram, na cúpula dos povos, na realização da reunião dos legisladores do mundo inteiro, capitaneados pela Globen, na realização do Rio Clima – e está aqui o organizador desse evento, Deputado Alfredo Serkis, que merece de todos nós o reconhecimento e os parabéns – foi que o tema das mudanças climáticas pôde ser debatido com profundidade, com amplitude e com larga participação do conjunto da sociedade, é que talvez, se não houvesse tido o movimento da Rio Clima, o tema das mudanças climáticas não teria sido versado na cúpula oficial.

A reunião dos prefeitos e prefeitas das maiores cidades do planeta, que debateram a temática do clima e que adotaram metas objetivas de redução da emissão de gases de efeito estufa foram eventos cruciais para que a Rio+20 tivesse um desfecho bem-sucedido, na minha opinião.

Acho que o maior legado que a Rio+20 poderá trazer para o mundo, em especial para o Brasil, é essa capacidade de mobilização que se deu em torno da Rio+20 sobre o tema do desenvolvimento sustentável, do novo conceito da economia verde.

Eu participei da Rio 92, era estudante universitário, e lembro que, depois do processo de debate da Rio 92, o que se comentou na grande mídia é que teria sido um fracasso. Todas as notícias veiculadas no pós-Rio+20 foram muito parecidas no pós-Rio 92, e nós sabemos que as grandes políticas públicas da área, no Brasil, são fruto do debate acumulado na Rio 92. Portanto, eu considero que essa popularização do tema...

Nós tivemos um ano de preparação, tivemos os 20 dias da conferência com cobertura de área da grande mídia, que levou esse debate para o conjunto da sociedade. Se esse tema se tornar um tema mais popular, se a sociedade abraçar o legado da Rio+20 e entender que é uma das prioridades para o nosso País, acho que a Rio+20 terá cumprido seu papel.

Durante a Rio+20, eu estava fazendo parte de uma mesa, na Cúpula dos Povos, com o Stedile, o Marcio Pochmann e o Rui Falcão, debatendo a Rio+20, e recebi uma mensagem da minha assessoria, mostrando uma pesquisa que o Senado tinha acabado de fazer, apontando que o tema do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, naquele momento, já era a terceira preocupação dos brasileiros, perdendo para saúde e para educação.

Se esse tema continuar nesse crescente e passar a ser prioridade para o conjunto da população, certamente o será nas mesas de decisão deste País e do planeta como um todo.

Portanto, considero que a Rio+20 cumpriu um papel muito importante no desenvolvimento sustentável e no debate da superação das economias carbonizadas e de busca de um modelo de desenvolvimento que possa compatibilizar geração de emprego, desenvolvimento econômico com sustentabilidade, com respeito ao patrimônio natural.

E acho que o tema que nos é caro, o tema das mudanças climáticas, os eventos paralelos, sobretudo o Rio Clima e a reunião dos legisladores da Globe, que tirou um fórum que se reunirá duas vezes ao ano no Rio de Janeiro, e a reunião dos prefeitos das maiores cidades com certeza levaram a que todos os chefes de Estado, os quais eu vi discursar na cúpula oficial, todos, sem exceção, ao tempo em que estive presente no debate, se referissem às mudanças climáticas como o principal problema a ser enfrentado pelo mundo. Então, isso levou a Presidente da República Federativa do Brasil a, no seu discurso, colocar as metas do Brasil e a importância de se enfrentar esse tema com a preocupação que ele requer.

Portanto, considero esse evento que aconteceu no Brasil um marco importante. É a terceira conferência sobre o tema que o planeta faz, e acho que abrem-se novos caminhos. A Rio+20 não é o fim, mas um começo, o recomeço de um debate mais aprofundado, centrado e que o planeta precisa assumir como compromisso para um futuro harmonioso da humanidade.

Muito obrigado.

Eu queria abrir esse debate e passar a palavra ao Deputado Alfredo Sirkis, que está inscrito.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Deputados, penso que uma conferência como a Rio+20 tem que ser analisada em níveis diferentes, porque ela está longe de ser simplesmente e apenas uma conferência de 193 delegações de países-membros das Nações Unidas que ficaram de elaborar um documento, e o nosso único critério de avaliação ser a qualidade desse documento seria uma visão muito reducionista do que vem a ser todo o fenômeno gerado por uma conferência desse tipo.

Se fôssemos julgar apenas por esse parâmetro, eu certamente estaria entre os críticos. Penso que é um documento inadequado, sofre de obesidade mórbida, um documento que acabou com 49 páginas, num certo momento chegou a ter 200, e muitas vezes, quando se discutem temas que precisam ser objetivados, o excesso de palavras, o palavrório dilui o sentido da ação.

De fato, esta é uma característica desse tipo de conferência: para se tomar qualquer decisão, é necessário ter a unanimidade, o consenso de 193 países, com as visões mais distintas que se possa imaginar. Então, os documentos são, necessariamente, docu-

mentos de compromisso onde as perspectivas de ação são diluídas.

Claro que é possível se avançar mais e menos nesse contexto. E penso que, sem dúvida nenhuma, a Rio+20 avançou menos do que a Rio 92, mas também são circunstâncias diferentes. A Rio 92 abordou temas que já vinham sendo discutidos pelas Nações Unidas há muitos anos. Quando se iniciou a conferência, a Convenção do Clima, a Convenção da Biodiversidade, a Convenção da Desertificação e a Agenda 21 já eram textos amplamente discutidos e amadurecidos. Então, foi possível se chegar, com aqueles chefes de Estado que prestigiaram a Rio 92... E ali estavam Bush pai, Presidente dos Estados Unidos; Gorbachev, da União Soviética; John Major, do Reino Unido; Fidel Castro; enfim, personalidades e estadistas, naquele momento, priorizaram estar presentes no Rio de Janeiro e puderam, junto com suas equipes, sempre muito profissionais, fechar todos esses acordos extremamente importantes, que criaram a base de tudo aquilo que foi sendo construído mais à frente, todo o sistema de governança mundial que nós temos hoje em torno da questão climática e de uma série de outras questões.

A situação da Rio+20 é diferente. Os dois temas eram economia verde e governança, temas importantes, mas muito recentes, que apenas começavam a ser discutidos. Então, era totalmente irrealista esperar que pudesse haver, na Rio+20, uma conclusão análoga à que aconteceu na Rio 92, com a mesma objetividade.

Ainda assim, havia caminhos diferentes.

Nós, na Subcomissão Rio+20, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovamos uma pauta que dava uma abordagem muito mais objetiva às questões a serem discutidas. Em vez de enormes documentos de 200, 80 ou até 49 páginas, nós queríamos que se aprovassem princípios muito simples, muito singelos que definissem claramente o que entendemos por economia verde, qual é a direção que essa economia verde tem que tomar, que é um assunto confuso, contraditório, polêmico em muitos aspectos, e também em relação à governança.

Então, naquela Subcomissão, aprovamos uma série de recomendações que foram encaminhadas para o Itamaraty e supostamente seriam encaminhadas pelo Governo brasileiro para a ONU.

Claro que, de repente, a gente viu tudo aquilo diluído naquele gigantesco *zero draft* de 200 páginas e com uma perda quase completa da objetividade. Porém, eu penso que o documento que é produzido pela conferência oficial das Nações Unidas é apenas um dentre muitos ingredientes para a gente julgar o sucesso ou o fracasso de uma conferência desse tipo. Você tem toda a mobilização prévia pelo mundo afora,

nos meses que precedem a essa conferência; tem um conjunto dos chamados *side events*, as atividades paralelas de meios científicos, acadêmicos, empresariais, estudantis, populares, sindicais que se dão em torno da conferência, a participação intensa da sociedade civil; e existe toda a repercussão de mídia e todo o debate que suscita na sociedade do país que acolhe a conferência e da sociedade globalizada.

Então, nesse sentido, eu diria que penso que a Rio+20 é um avanço, é um sucesso, ela de fato contribuiu para elevar a consciência e mobilização em torno dos temas ambientais e da sustentabilidade, apesar das enormes limitações do documento aprovado pelos 193 países representados na Organização das Nações Unidas.

Nós tivemos a oportunidade de coordenar um desses eventos paralelos, o evento paralelo dedicado ao clima, que pretendo apresentar em detalhes na nossa próxima reunião da Subcomissão. Estou esperando que os impressos fiquem prontos, para poder entregar formalmente as conclusões por escritos e apresentar os diferentes dados. Foi uma iniciativa bastante ambiciosa, que teve uma reunião preparatória em Recife, no mês de abril, a qual diversos integrantes aqui da Comissão compareceram, e depois tivemos atividades do dia 13 ao dia 21; atividades, por um lado plenárias, no Centro de Convenções da Firjan, com a participação de especialistas da questão climática de 15 países diferentes, inclusive do Brasil, sendo que no caso do Brasil praticamente todos os grandes especialistas brasileiros em algum momento deram uma palestra. Ali se inscreveram, presencialmente, mais de mil pessoas e acompanharam pelo circuito de televisão da Firjan mais de oito mil pessoas. E o site do jornal *O Globo*, que foi parceiro dessa iniciativa, recebeu nada menos do que três milhões de visitas durante esses dias em que a iniciativa funcionou.

Então, por um lado, tivemos os chamados painéis de discussão, com apresentações desses especialistas nacionais e estrangeiros, inclusive com uma mesa parlamentar em que falaram membros aqui desta Comissão. Tivemos três grupos mais fechados, chamados Grupos de Exercício, um sobre mitigação, um sobre adaptação e um sobre financiamento de economia de baixo carbono, que se reuniram à parte para elaboração de cenários.

E, finalmente, tivemos o show, no dia 21, no Forte de Copacabana, do Gilberto Gil. Também no Forte de Copacabana a cerimônia de encerramento, com a presença da Christiana Figueres, a Secretária-Executiva da ONU para a Convenção do Clima. Então, foi um evento com diversas personalidades internacionais da mais alta importância: o Yvo de Boer, antigo Secretário-

-Executivo da ONU para a Convenção do Clima; Yossi Beilin, ex-Ministro da Justiça de Israel. Em Recife havíamos tido o Abed Rabbo, Secretário-Geral da OLP; tivemos aqui do Brasil personalidades da mais alta importância, o Prof. Carlos Nobre; alguns dos principais especialistas brasileiros, quase todos eles participaram.

E como produto temos uma edição especial do jornal *O Globo*, que está aí sobre a mesa, vou mostrar para vocês, que foi publicada numa tiragem de 400 mil exemplares, encartada no jornal *O Globo*, e agora estamos trabalhando ativamente nas conclusões, que são basicamente recomendações para a Rio+20 e a COP 18, que foram aprovadas e divulgadas amplamente. E também uma publicação de mais vulto, que ainda via demorar um tempo para ser fechada.

Então, teremos, realmente, documentos inclusive para nortear a nossa ação na Conferência COP 18, a ser realizada no Qatar. Penso que vamos ter a oportunidade de entrar nos detalhes de todas essas propostas e recomendações que foram feitas daqui uma semana, na próxima reunião; vou trazer isso tudo por escrito, e dizer que o clima não foi, graças a essa iniciativa, um tema ausente da Rio+20. Eu havia dito anteriormente que ele ficaria pairando sobre a Conferência Rio+20, como se fosse um espectro, um fantasma. Mas, na verdade, ele acabou conseguindo o seu lugar, de carne e osso, dentro desse processo que foi propiciado por essa iniciativa que segue, na medida em que seus principais apoiadores políticos e administrativos, que apoiaram essa iniciativa do Congresso Nacional.

O Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, e o Prefeito do Rio, Eduardo Paes, ao final do processo manifestaram o seu interesse em incorporar esse evento ao calendário anual do Estado de Pernambuco, por um lado, com a idéia de fazer, no Arquipélago de Fernando de Noronha, uma reunião no ano, sobre tecnologia de baixo carbono; e na cidade do Rio de Janeiro, também no próximo ano, um evento. Então, na verdade, essa iniciativa aqui do Congresso Nacional, com a participação ativa desta Comissão e das quatro Subcomissões Rio+20, duas do Senado e duas da Câmara, conseguiu emplacar um evento que vai ser definitivo e incorporado aos calendários do Estado de Pernambuco e da cidade do Rio de Janeiro.

Então, penso que ele alcançou os seus objetivos, embora não todos. Aquele objetivo de uma negociação simulada entre políticos de alto nível, antigos chefes de Estado, parlamentares da ativa e membros do Governo, não foi possível fazer naquele momento – tentaremos de novo no futuro –, em função da ausência de políticos de um país extremamente importante, que são os Estados Unidos. Tentamos convidar senadores e deputados americanos para a Rio+20, mas não foi

possível desta vez. Então, essa foi a única parte que, de fato, não conseguimos alcançar, mas continuaremos tentando.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Souza. Bloco/PMDB – PR) – Olá, boa tarde a todos vocês. O nosso Presidente Márcio Macedo teve que se ausentar momentaneamente, e eu assumo aqui interinamente esta Presidência.

Passo a palavra ao Deputado Tripoli, para que possa fazer as suas reflexões sobre a Rio+20, ocorrida recentemente na cidade do Rio de Janeiro.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu gostaria de aproveitar o momento desta reunião, na reflexão que estamos aqui fazendo a respeito da Rio+20.

Da mesma forma, entendo que havia uma expectativa muito voltada para o que seria uma análise do que foi a Eco 92, a Rio 92. Quando nós participamos, ali havia uma modelagem diferente, porque nós tínhamos as não-governamentais no Aterro do Flamengo, os governos reunidos no Riocentro, mas a tentativa muito forte e a disposição dos países para que houvesse uma agenda comum, a nossa chamada Agenda 21, agenda voltada para o século em que estamos hoje vivendo.

Essa questão de uma possível avaliação dos tratados e dos acordos que foram fechados na Eco 92, não tiveram a repercussão que imaginei que pudesse ter acontecido, até porque as pessoas de todos os países que participaram, naquele período, gostariam muito de saber a quantas estava andando cada um dos países que se comprometeram com uma série de documentos, para que pudéssemos implantar de uma maneira muito mais efetiva a questão da chamada economia verde, hoje o novo mote da questão ambiental internacional, e também a questão da chamada governança, que tem no seu bojo a questão tida por todos como o desenvolvimento acoplado à sustentabilidade.

Na questão dos temas, o que achei interessante é que as duas Comissões, tanto a da Câmara quanto a do Senado, se debruçaram durante cerca de um ano, tratando, em cinco Estados diferentes, de cinco temas diferentes, desde a desertificação de solo, a qualidade dos recursos hídricos, mobilidade urbana, a questão da qualidade do ar e de mudanças climáticas, para que tivéssemos algo a apresentar como contribuição.

Esse documento foi encaminhado à Presidência da República, bem como ao Itamaraty, para que isso pudesse ser a contribuição do Parlamento nas tratativas e nos encaminhamentos. É bem verdade que os países chamados desenvolvidos ou o chamado G-7 ou o G-8, na verdade, não tiveram uma participação efetiva e os motivos são os mais diversos, já aqui citada pelo

Deputado Sirkis essa questão do consenso. É difícil e quase, eu diria, impossível, num evento de que participam mais de 190 países, obter-se o consenso, ou seja, que todos eles concordem com os temas. E, por conta disso, é que, no final de encontros como esse, acabamos tendo um documento de compromissos assumidos, mas não temos uma participação efetiva no sentido de que de tanto em tanto tempo nós teremos uma avaliação sobre a quantas andam essas questões que foram levantadas durante o evento.

Há uma disposição muito grande dos países que ali estiveram. As entidades não governamentais, extremamente estimuladas, preocupadas, para que, obviamente, os temas pudessem se desenvolver e ter com que voltar para os seus países, dando, obviamente, retorno dos encaminhamentos ali resolvidos, mas acho que o grande problema que nós tivemos foi exatamente o encaminhamento e a falta de recursos, que era o grande problema, como sempre, em todas as COPs de que participei, o Deputado Sirkis deve ter acompanhado isso e os demais Deputados também, há a dificuldade da aplicação de recursos financeiros.

Obviamente, hoje, com a Europa vivendo a crise financeira, os Estados Unidos, que tangenciaram uma crise financeira, encontraram aí o mote para uma participação menos efetiva no que diz respeito aos resultados financeiros e econômicos da Rio+20.

Acho que marcaram tentos prefeituras das chamadas grandes cidades, porque fecharam lá um acordo entre essas prefeituras. Acho que isso demonstra aos chefes de Estado que, mesmo eles não tendo a possibilidade ou muitas vezes autorização de seus parlamentos para tomarem algumas medidas – já tinha assistido a isso no evento de mudanças climáticas em Copenhagen, onde dois governos ali fecharam acordos, no caso o Governador da região da Califórnia, de Los Angeles, Schwarzenegger, e o Governador do Estado de São Paulo, José Serra, fizeram um tratado, um acordo entre os dois Estados de países diferentes na questão das mudanças climáticas. Acho que isso tem sido uma medida extremamente interessante. Os prefeitos que lá se reuniram, os das grandes cidades, fecharam um acordo que pode ser o início de um processo em que não só os países tomem a dianteira nas medidas, mas, mais do que isso, que as prefeituras, que lidam diretamente com os cidadãos nos seus municípios, possam assumir posturas que obviamente os Estados terão de, no futuro, também acompanhar.

Por último, Sr. Presidente, quero ressaltar aqui o primeiro encontro paralelo de proteção aos animais, que se deu na sede da WSPA, uma organização internacional. Estiveram presentes não apenas entidades brasileiras, mas internacionais, para que pudéssemos,

assim, realizar também um encontro, dentro da Rio+20, numa avaliação que lida exatamente com a questão da proteção aos nossos animais.

Portanto, eram esses os registros que eu gostaria de fazer aqui, da nossa participação naquele evento, da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal. E vejo aqui o nosso Presidente, Deputado José Sarney Filho, que teve uma atuação extremamente importante, bem como o nosso companheiro Sirkis, que é do Estado do Rio de Janeiro, o Estado anfitrião, que nos recebeu de uma forma tão cortês, tão amigável. Espero realmente que possamos apresentar ao mundo resultados que vão ao encontro das expectativas da população global e que possamos tratar os temas globalmente agindo localmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macedo. PT – SE)

– Obrigado, Deputado Trípoli.

Eu consulto se o Deputado Luiz Noé. (*Pausa.*)

Deputado Zequinha Sarney, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente, ilustres companheiros e companheiras membros da Comissão, acho que discutirmos a Rio+20 conforme proposto pelo Presidente é um pouco difícil, porque, na realidade, existiram duas Rio+20. A primeira Rio+20 foi a oficial, aquela dos Chefes de Estado, dos Chefes de Governo, das representações. Essa foi uma reunião burocrática, cujos resultados não me surpreenderam, porque a busca obrigatória do consenso, evidentemente, tira qualquer possibilidade de, em um grupo tão heterogêneo, que defende interesses tão díspares, tão controversos, se esperar, no concerto dessas nações – nações pobres, ricas, paupérrimas, riquíssimas, e em diferentes regiões – um documento que pudesse ousar como era o nosso desejo, ou mesmo que pudesse apontar, de maneira vinculante, compromissos, objetivos e metas a serem cumpridos. Não há metas nesse documento, não há nada na realidade.

Contudo, essa Rio+20 oficial produziu a Rio+20 fora do Rio Centro: a Rio+20 das forças vivas da sociedade. E essa Rio+20 das forças vivas da sociedade, incluindo as ONGs, os industriais, empresários, trabalhadores, índios, incluindo, enfim, todas as forças vivas da sociedade global ali representada, essa, sim, foi um sucesso, e dela resultou uma conclusão muito simples, a de que o protagonismo do combate às mudanças climáticas não é dos governos, é da sociedade. Os governos estão aquém do que a sociedade global deseja.

Portanto, os avanços que alcançamos na Rio+20 paralela são muito mais significativos do que aquele documento. Mas também a Rio+20 paralelo não existiria se não existisse a Rio+20 oficial. De modo que não po-

demos também jogar na lata do lixo esse grande evento internacional. Isso seria uma bobagem e até mesmo um desrespeito. Não! O que eu acho é que a Rio+20 se transformou em um grande grito da sociedade global. Por intermédio desse grito, muitos avanços, embora, dentro das necessidades, pequenos, foram alcançados. Alguns deles, como o C40, que hoje reúne em torno de 74 prefeitos das maiores e mais importantes cidades do mundo, determinaram metas de redução de gases do efeito estufa. As quatro maiores bolsas de valores acordaram colocar dentro da contabilidade das empresas o assunto sócio-ambiental para ser analisado pelos acionistas. O Banco Mundial vai disponibilizar recursos para transportes que não usem combustíveis fósseis. O Rio Clima, em vez de ser apenas um ato paralelo da Rio+20, tende a se transformar em um fórum de discussão concreto aqui no Brasil, no Rio de Janeiro, para fazer do País um protagonista também, por meio das forças do Congresso. Tem lá uma representação, que saiu daqui do Congresso, foi coordenado pelo Deputado Sirkis, a quem parabeno, muito bem feito. E agora ganhou realmente raízes.

Então, foram inúmeros os avanços que tivemos na Rio+20 paralela. Agora, dizer que a Conferência foi um fracasso é algo que não concordo. Dizer isso seria deixarmos de levar em consideração tudo aquilo que a Rio+20 foi o vetor, que foi justamente a mobilização.

Eu tive a oportunidade de participar do evento do Deputado Trípoli, no Rio de Janeiro, um evento da WSPA, uma ONG internacional, mais organizada na defesa dos animais domésticos. Foi um evento muito importante, que teve a presença da Ministra, de parlamentares, das maiores organizações não governamentais que dizem respeito a animais do Brasil e do mundo. Então, fui à reunião dos empresários, à reunião sobre floresta, que tem um grupo já criado de forças da sociedade, produtores, consumidores, governo, sociedade civil. Tivemos reuniões importantes, discussões importantes.

Acho que o resultado não é o resultado oficial que esperávamos, o relatório final está longe, muito longe de ser o relatório ideal e está muito aquém das expectativas que foram criadas a seu respeito. Mas a Rio+20 como um todo foi muito boa: ajudou a clarificar o protagonismo da defesa da causa, ajudou a sociedade civil a alargar suas reivindicações e ajudou que esse assunto seja mais conhecido tanto no Brasil quanto internacionalmente.

Portanto, Sr. Presidente, estou fazendo um relatório sobre a Rio+20, que vou submeter aos meus colegas na Comissão de Meio Ambiente, para que participem na elaboração. Estou só fazendo um texto básico, não vou dizer um *zero draft*, mas vou dizer

que é um texto base, que vai evidentemente acolher as sugestões de todos aqueles Deputados. Houve uma participação muito grande do Brasil. Houve uma participação importante da Câmara dos Deputados.

Tivemos, por parte do Ministério das Relações Exteriores, o respeito que é devido de um Poder a outro Poder. Tivemos um espaço físico, atendimento adequado. Sabíamos que todos estavam sobrecarregados. E isso também merece os nossos parabéns. A estrutura que o governo do Rio, a prefeitura municipal, o Governo Federal montaram merece nossos parabéns. Tudo funcionou muito bem. Tudo foi ótimo.

Agora, evidentemente, não podemos dar os parabéns ao relatório final. Este não. Mas isso é apenas para aqueles que, como eu também tinham uma expectativa muito maior do que a realidade podia nos conceder. Dessa forma, essa é nossa avaliação e nosso relatório será evidentemente mais técnico, priorizando nossa participação, a participação do congresso, da Câmara dos Deputados e da Comissão de Meio Ambiente nesse importante evento global.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Macedo. PT – SE) – Obrigado, Deputado Zequinha Sarney.

Registro também a presença do Deputado André Zacarov, a quem consulto se quer fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Faço breve reflexão sobre a Rio+20. Entendo que os eventos paralelos realmente foram os que tiveram maior sucesso. A Rio/Clima foi um evento de sucesso, os espaços, principalmente aquele construído pela Fiesp e pela Firjan que era a Humanidade 2012 foi um sucesso, eu o estive visitando durante uma manhã e também tive oportunidade de lá estar em uma audiência pública, espaços no Pier Mauá, estive na Cúpula dos Povos, estive também no Aterro do Flamengo, no Riocentro, no Parque dos Atletas. Uma organização perfeita. Choveu nos últimos dias, o que atrapalhou um pouquinho a locomoção, mas o trânsito na semana das grandes reuniões foi maravilhoso, fluiu muito bem. Na semana anterior eu não estava lá, mas a notícia era de que o trânsito estava um pouco mais caótico, mas na semana das grandes discussões, no recebimento das delegações que lá estiveram, de mais de cem países, foi muito bom.

Realmente, o Deputado Zequinha merece nossos parabéns. A organização do Governo brasileiro por intermédio da Presidente Dilma, do governo do Estado do Rio de Janeiro, do Governador Cabral, e também do Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Todos não mediram esforços para que o Rio pudesse bem atender não só os brasileiros que lá estavam por outros motivos, mas também os brasileiros que foram por conta da Rio+20 mais aqueles 193 países que

são membros da ONU e que lá estiveram por meio de suas delegações oficiais com seus representantes de governos e até mesmo com seus chefes de estado.

Um aparte ao Deputado Zequinha.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Presidente, sei que V. Ex^a já está encerrando, mas antes disso, quando estava fazendo um pequeno, breve e resumido relato, eu deixei de registrar dois fatos importantes que eu gostaria que ficassem registrados em Ata.

A participação nossa no lançamento do Desmatamento Zero feita pelo Greenpeace, lá no Aterro, foi muito importante; ao nosso lado estavam a CNBB, o Movimento dos Sem Terra, representantes de ONGs e representantes de todos os parques da Amazônia. Os chefes dos parques, correram até o risco de perder seus empregos porque está muito politizada a questão ambiental, mas foram lá para prestigiar esse evento que reputo como um dos mais importantes da sociedade civil.

Por último, uma obra do Congresso e da Câmara dos Deputados, o lançamento do Ciclo de Palestras Sobre a Rio+20, que foi feito lá também. Foi feito o lançamento das nossas reuniões no ciclo de palestras feito em todo o Brasil, começando por Manaus, discutindo biomas; passando por Recife, discutindo energia; por Campo Grande, discutindo recursos hídricos; Porto Alegre, discutindo segurança alimentar; São Paulo, discutindo cidades sustentáveis, e, aqui, fazendo um fecho, discutimos economia verde e seus vínculos como o combate a pobreza. Todos esses temas foram discutidos em assembleias legislativas desses Estados com participação regional dos entes federativos e da sociedade civil organizada. Então queria acrescentar esses registros ao nosso relato.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Macedo. PT – SE) – Obrigado, Deputado Zequinha.

Também entendo que o Draft Zero, o documento aprovado em consenso por todas as nações que integram a ONU, não é perfeito, não é aquele que nós achamos que tenha a ousadia necessária para impor ao mundo e ao planeta medidas que realmente venham a buscar a sustentabilidade. No entanto, eu faço o registro de que, no meu modo de ver, foi aquele possível no momento de instabilidade econômica que vive o planeta, em que países mais desenvolvidos, aqueles economicamente mais estáveis sofrem com a instabilidade econômica, a zona do euro tem um problema gravíssimo, os Estados Unidos estão recém saídos de uma crise.

O fato de não criarmos metas ousadas ou um fundo para a governança global, como queriam muitos países, inclusive o Brasil, não traz, de forma nenhuma, na minha opinião, prejuízo. Eu acho que muito

mais do que um documento adotando metas, é preciso fiscalizarmos e fazermos cumprir essas que já foram colocadas e que podem ser ampliadas por países independentes, ou por grupos de países, ou até mesmo por continentes.

Não foi de todo positivo, mas também não foi negativo. Foi aquilo, pelo cenário econômico vivido pelo globo, que se pode construir. E o Brasil, mais uma vez, mostrou sua capacidade de gestão de situações como essa ao construir um acordo, é lógico, dentro daquilo que foi possível.

Eu quero destacar também a participação popular. Não só a participação popular nos eventos paralelos, mas nos eventos oficiais da ONU, como, por exemplo, na escolha de metas e também a votação dessas metas, votação através da Internet. Isso foi inaugurado por Brasil, inaugurado pela Rio+20.

Por fim, eu gostaria de destacar a seguinte frase dita pela Presidente Dilma e também constante do documento final. Que nós temos que fazer uma reflexão para mudar os padrões de consumo e os padrões de produção. Porque se não educarmos o nosso povo, não só o povo brasileiro, mas toda a população mundial, para os padrões de consumo e de produção, não há a mínima possibilidade de tratarmos de sustentabilidade. A sustentabilidade realmente passa por consumo adequado e também por produção dentro de um padrão de sustentabilidade.

Por fim, quero só ressaltar, Deputado Zacarov, V. Ex^a que é também do Estado do Paraná, um dos mais produtivos deste País, na produção agrícola, a reflexão feita pelo Ban Ki-moon, Secretário Geral da ONU, dizendo que em 2050, ou 2030, não me lembro ao certo a data que ele fixou, 2050 ou 2030, que nós vamos precisar produzir 50% mais alimento do que nós já produzimos hoje. Isso é de uma importância enorme.

Se nós levarmos em consideração que com 7 bilhões de seres humanos no planeta alguns bilhões passam fome hoje, na estimativa para 2050, feita pela própria ONU, de que nós teremos 9 bilhões de seres humanos no planeta, ou seja 30% a mais do que temos hoje, em apenas 38 anos, isso vai causar impacto sobre o planeta e vai causar impacto sobre a produção de alimentos. Então, nós temos que realmente pensar no desenvolvimento sustentável e, aí, repito, na formação de padrões de consumo e de produção.

Eu tenho aqui ainda sobre a mesa dois requerimentos, um de autoria do Deputado Alfredo Sirkis e outro de autoria do Deputado Márcio Macedo, subscrito por mim, que passo a ler e submeto...

Primeiro, consulto o Plenário se podemos incluir extrapauta esses dois requerimentos.

Aqueles que concordam permaneçam como estão.

Aprovada a inclusão extrapauta.

O requerimento de autoria do Deputado Alfredo Sirkis, nos termos regimentais, requer a criação de uma subcomissão no âmbito da Comissão Mista de Mudanças Climáticas para acompanhar a COP 18, que será realizada no Qatar, no período de 26 de novembro a 7 de dezembro.

Para discutir.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam com estão. Aprovado.

O segundo requerimento é de autoria do Deputado Márcio Macêdo, subscrito por mim, Senador Sérgio Souza.

Nos termos regimentais, requer a criação de uma subcomissão permanente no âmbito desta Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, para o monitoramento da implementação das medidas adotadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, Rio+20.

Para discutir.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 23 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia onze de julho do ano de dois mil e doze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Márcio Macêdo, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença do Deputado Alfredo Sirkis, membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. A Presidência declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 11ª Reunião, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta destinada à realização de Audiência Pública para debater os seguintes temas: "Estratégias nacionais de

conservação da biodiversidade brasileira e combate ao desmatamento no contexto do desenvolvimento sustentável e da mudança do clima; e avaliação estratégica do novo Código Florestal: impactos positivos e negativos de médio e longo prazo em relação às metas da Política Nacional sobre Mudanças Climáticas”, em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão deste ano, com a presença dos seguintes convidados: Roberto Brandão Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; e Francisco José Barbosa de Oliveira Filho, Diretor de Políticas para o Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Deputado Alfredo Sirkis e o Senhor Presidente, Deputado Márcio Macêdo. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e treze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas – Deputado **Márcio Macêdo**, Presidente da CMMC

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada no âmbito do Congresso Nacional, mediante Resolução nº 4, de 2008.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 11ª Reunião.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A pauta desta reunião destina-se à audiência pública para debater Estratégias nacionais de conservação da biodiversidade brasileira e combate ao desmatamento no contexto do desenvolvimento sustentável e da mudança do clima.

Estão presentes aqui o Dr. Roberto Brandão Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, e o Dr. Francisco José Barbosa de Oliveira Filho, Diretor de Políticas para o Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente.

Senhoras e Senhores aqui presentes, e também aqueles que nos acompanham neste momento pela TV Senado, estamos reunidos hoje para mais uma sessão da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, para falarmos sobre estratégias nacionais conservação da biodiversidade brasileira e combate ao desmatamento no contexto do desenvolvimento sustentável e da mudança do clima.

Diversidade biológica ou biodiversidade é definida no art. 2 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) como a “variabilidade entre organismos vivos de todas as origens, incluindo, entre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; isso inclui a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas”.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divide o território Brasileiro em seis biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.

O IBGE definiu cada bioma como “um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria”.

Como o IBGE considerou apenas a vegetação como base para a definição dos biomas, não inclui um sétimo bioma, podemos chamar assim, que é preciso acrescentar à nossa lista: a Zona Costeira e Marinha.

Todos os biomas brasileiros foram ou estão sendo, em maior ou menor grau, suprimidos ou degradados por ação antrópica. A maioria e principal causa dos biomas terrestres é, sem dúvida, a expansão indiscriminada da pecuária e da agricultura. A extensão remanescente dos biomas terrestres é uma indicação do seu grau de conservação ou de ameaça, outro fator importante é o grau de fragmentação das áreas remanescentes.

Com exceção da Amazônia, o grau de proteção dos demais biomas brasileiros, por meio da criação de unidades de conservação, está muitíssimo abaixo do mínimo exigido e necessário. O País deveria garantir a proteção de, no mínimo, 10%, segundo a convenção, dos seus biomas em unidade de conservação e de proteção integral.

Um grande esforço foi feito na última década para proteger a Amazônia, o que é uma boa notícia. Entretanto, muito pouco foi feito para ampliar de forma significativa a proteção dos demais biomas, que estão na verdade muito mais ameaçados do que a própria Amazônia. Portanto, ampliar rede de UCs nesses biomas segue sendo um desafio e uma prioridade para as políticas de conservação da biodiversidade do País.

A criação de UCs é importante também para reduzir e controlar o processo de desmatamento das florestas e outras formas de vegetação nativa, o que é fundamental para que o país possa cumprir as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa assumido pelo Governo brasileiro junto à comunidade internacional e consolidado na Lei nº 12.187/2009, que estabeleceu a política nacional sobre mudança do clima.

O aquecimento global e as consequentes mudanças climáticas constituem uma nova e grave ameaça para a biodiversidade, sobretudo é um contexto de extensa devastação e fragmentação dos biomas, como é o caso da Mata Atlântica. Em biomas com largas áreas conservadas e conectadas, o impacto causado pelo aquecimento de determinadas regiões pode ser, em parte, minimizado pela migração das espécies. A impossibilidade da migração aumenta o risco de extinção. Vários estudos vêm demonstrando o impacto do aquecimento global sobre os biomas brasileiros.

Na Amazônia Central, nas últimas duas décadas, as áreas de florestas experimentaram mudanças em sua dinâmica de composição. De 115 espécies de áreas relativamente abundantes, 27 tiveram sua densidade alterada de forma significativa. As espécies de crescimento rápido estão dominando as áreas e o índice de valor de importância das árvores de crescimento lento está diminuindo.

Essas mudanças podem ter efeito importante na acumulação de carbono, na dinâmica e na biota das diversas fisionomias florestais da Amazônia.

Na Mata Atlântica, um estudo realizado com 38 espécies arbóreas típicas do bioma mostrou que, no cenário mais otimista, que prevê um aumento médio de dois graus centígrados na temperatura da região, haverá uma redução de 30% da área hoje ocupada pelo bioma; no cenário pessimista, com o aumento médio de quatro graus centígrados, essa redução pode atingir 65%.

Em outro estudo sobre os efeitos de mudança climática na distribuição de espécies arbóreas do Cerrado, através do cruzamento de informações de 15.657 pontos de ocorrência de 162 espécies arbóreas, mostrou-se uma redução de cerca de 25% do Cerrado, no cenário otimista; e de quase 90% de redução, no cenário pessimista. No cenário otimista, 18 espécies seriam extintas; e, no pessimista, 56.

Esses estudos demonstram a importância do controle das emissões de gases de efeito estufa para se garantir a conservação da biodiversidade. Mostram, também, a importância de se ampliar as áreas protegidas, tanto como medida de controle do aquecimento global quanto de mitigação dos seus efeitos sobre a biodiversidade.

Em outras palavras, a conservação da biodiversidade e o controle do aquecimento global estão intimamente interligados e são mutuamente dependentes.

Eu queria iniciar com essa introdução o nosso debate da manhã de hoje, melhor dizendo, da tarde de hoje e convidar o Dr. Roberto Brandão Cavalcanti a fazer uso da palavra.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI –

Eu queria agradecer o convite, Presidente, mais uma vez. É a segunda vez que tenho a honra de vir aqui à comissão e o senhor, Presidente, como sempre, fez um magnífico resumo do quadro que se coloca. Eu queria cumprimentá-lo também e à sua assessoria pela coleção de dados. Particularmente, essa modelagem do efeito das espécies e degradação do Cerrado, não é qualquer um que tem, não. Então, eu queria cumprimentá-los, porque sua equipe está afiadíssima e com os dados mais recentes e importantes possíveis. Então, parabéns.

Para nós aqui é um privilégio vir falar neste momento, Deputado, porque os marcos legais que vão definir o futuro nessa área de desmatamento, mudanças climáticas e a própria conservação estão hoje aqui no Congresso: o Código Florestal, em mais uma rodada, está aqui para decisão por estas Casas; os compromissos brasileiros internacionais, como o Protocolo de Nagoia, também estão perante o Congresso para aprovação; nós estamos também, na questão de acesso e participação de benefícios da biodiversidade, ainda num processo de construção de marcos legais que vão ter que ser submetidos ao Congresso.

Portanto, a oportunidade que o senhor está nos dando aqui de vir contribuir para este debate é preciosa e muito apropriada no tempo, está no tempo certo, porque, frequentemente, a gente chega e ou é convidado cedo demais, ou tarde demais. Mas o *time* aí, Deputado, acho que está perfeito.

E o senhor nos colocou aqui um convite que cobre quase todas as pautas, conservação da biodiversidade, combate ao desmatamento, desenvolvimento sustentável, mudança de clima e Código Florestal. Portanto, como o senhor, eu tive que me debruçar sobre o tema, mas, principalmente, chamar a equipe da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, que está aqui presente. Estão presentes o Lídio Coradin, Felipe, gerente, diretores e os novos analistas recém-contratados, como a Talita e outros. É o pessoal que, realmente, está entrando nesse debate. Alguns estão há muito tempo, mas há outros que estão entrando no debate. Assim, Presidente e Deputado Sirkis, eu queria colocar à disposição de vocês a equipe técnica da Secretaria para auxiliar nesse processo de tomada de decisões.

E dentro da demanda que o senhor nos fez, nós temos aqui uma apresentação que meio que resume as contribuições de todas essas pessoas que eu citei e procura cobrir, de uma forma sintética, os temas que o senhor nos propôs para esclarecer.

Próximo eslaide.

Bom, óbvio que o novo Código está em negociação e discussão, então o que eu queria colocar aqui são

as linhas mestras que têm instruído o posicionamento até agora e, obviamente, alguns detalhes; outros vão ter que ser colocados.

O senhor colocou corretamente a questão dos biomas terrestres, porque hoje há uma preocupação grande com os biomas terrestres. Realmente, os biomas costeiros, marinhos e também os aquáticos continentais são uma prioridade. Então, quando se fala, por exemplo, em florestas e demais formas de vegetação nativa, nós estamos falando em todos os biomas, inclusive os biomas aquáticos continentais, dos quais as florestas dependem.

Próximo.

Ao olhar os princípios da nova lei florestal além da conservação da biodiversidade e a manutenção dos ecossistemas nativos, nós temos que olhar a interação com os diversos vetores de uso econômico, que é justamente onde se tem centrado o debate do Código Florestal. Porque, na realidade, estamos falando do uso do solo e há um custo ou benefício em cima de qualquer regime de uso do solo. Não é um jogo de soma zero, mas qualquer decisão de alocar uma região para proteção permanente, para a reserva legal, tem um custo e uma oportunidade associados.

Então, aqui, rapidamente, a gente está olhando apenas na questão florestal em si, das florestas, a interação dela com diversos, digamos, vetores hoje da atividade econômica rural. O ciclo do carvão vegetal, das florestas plantadas, o sistema de lavoura/pecuária/floresta, que é uma equação instável e regionalmente variável, isso tem sido um foco grande do debate do Código. Há umas oportunidades que são quase universais. Quem pode ser contra a recuperação de pastagens degradadas? Todo mundo vê nisso uma oportunidade, mas o direcionamento em que direção essas pastagens vão ser alocadas, aí é que há visões distintas.

E a redução do desmatamento – e aí o senhor colocou, em sua fala de introdução, a questão da biodiversidade. Realmente há uma tendência de se comparar com outros países: ah, por que nós temos áreas de proteção e vários outros países não têm?

Bom, a questão, se a gente pega alguns indicadores simples de biodiversidade; vamos pegar espécies de aves. O Canadá, que é o segundo maior país do mundo, tem em torno de 500 espécies de aves nativas, da fauna silvestre. Só o DF, que é uma área de cinco mil quilômetros quadrados, o Distrito Federal tem 460. Ou seja, a gente, mal e mal comparando, o Canadá tem milhões e milhões de quilômetros quadrados para colocar estratégias de conservação que, teoricamente, o DF, com cinco mil quilômetros, tem que encaixar num espaço bem mais restrito. Isso, para nós, é uma oportunidade, porque nós temos muito mais espécies,

mas significa que você tem que investir muito mais em ciência, em conhecimento. Ou seja, o Canadá pode jogar lá parques com alguns milhões de hectares, etc., não precisa ter o mesmo foco intenso que o Brasil tem que ter. Por exemplo, em Brasília, com 10% da área do DF sob unidades de conservação, 70% das espécies endêmicas do Cerrado estão preservados aqui dentro de Brasília, ou seja, mesmo que a gente entenda o desafio como sendo muito grande, as nossas oportunidades e as nossas possibilidades de ação são igualmente consideráveis.

É um problema muito mais complexo do que lidar com conservação na Europa, na América do Norte. Não é à toa que o Brasil é o país número um de biodiversidade, que é a nova fronteira da biotecnologia. Dez em cada dez empresas de biotecnologia no mundo querem estabelecer projetos no Brasil, querem estar presentes no Brasil, querem fazer bioprospecção na Amazônia. Existem esses dois lados da questão: os benefícios de ter a alta biodiversidade, mas a responsabilidade de ter estratégias muito mais sofisticadas.

Muito se fala também que, lá a Europa e na América do Norte, o pessoal não está nem aí para recuperação florestal. Não é bem o caso. Na Alemanha, na bacia do Reno, nas últimas décadas, já aumentou em 20% a cobertura florestal. Imagine o custo econômico, o que isso dá para eles. São decisões infinitamente mais difíceis do que se tratando do Brasil, que é um país que tem, em oito milhões e meio de quilômetros quadrados, uma população de mais ou menos de duzentos milhões de pessoas. Nós temos, por incrível que pareça, uma facilidade, uma flexibilidade muito maior do que os países da Europa. Ao mesmo tempo, aqueles países estão fazendo um esforço extraordinário a custos muito mais altos que o nosso.

O que eu queria colocar aqui é e que esses são princípios quase que universais. Todos os países do mundo estão se debruçando sobre essa questão. Na Rio+20, houve uma delegação da China. Fomos com o secretário executivo, Gaetani e eu, passamos um dia com uma comitiva de empresários chineses, com os vice-ministros. Os problemas deles são todos esses aí. Eu mesmo já viajei mais de dez vezes para a China. Comparativamente, nós estamos com uma situação melhor, nós temos muito mais cartas na mão. Lá eles têm enormes desertos, aridez, uma população rural sedimentada imensa. Qualquer coisa que eles tenham que fazer de uso do solo mexe com interesses de centenas e milhões de pessoas. Aqui no Brasil, temos muitos desafios na ocupação do solo rural, das regiões rurais, mas nós temos um nível de conscientização, um nível de participação das comunidades rurais muito

grande, um acesso de todos os setores da sociedade ao Congresso, não é, Presidente?

Então, eu considero que, mesmo que os nossos desafios não sejam tão diferentes, mas particulares, o Brasil também está muito bem instrumentalizado, com conhecimento científico e com os mecanismos da sociedade, para atender esses desafios.

Próximo.

Então, mais uma vez, a nossa mudança da matriz de emissões pode ser feita. A gente pode ter grandes conquistas por providências relativamente mais fáceis. Por exemplo, para a China mudar emissões, eles vão ter que fechar usinas de termelétricas a carvão. Para reduzirmos as emissões, Presidente, é só reduzir a quantidade de queimadas. Relativamente falando, nós temos uma situação muito mais simples. Reduzir queimadas no Brasil significa o quê? Manter a quantidade de nitrogênio do solo, porque o nitrogênio é o que sobre com as queimadas; emprego de população rural em brigadas voluntárias em manejo de fogo; mudança do uso do solo para atividades permanentes agrossilviculturais.

Um programa de controle de queimadas no Brasil se caracterizaria por fortes investimentos sociais, ambientais, inclusive econômicos, porque as áreas queimadas em grande extensão são áreas de baixíssima produtividade. Nós sabemos disso. Ninguém é doído de tocar fogo em áreas de alta produção. Ou seja, é uma combinação. Quando a gente fala "podemos reduzir as nossas emissões", nós estamos olhando em modelos de desenvolvimento econômico altamente benéficos para todos os setores da sociedade brasileira.

Por isso, entre outras razões, a meu ver, é que o Brasil tem sido tão proativo nos fóruns internacionais, anunciando que quer trabalhar na redução de emissões.

Próximo.

Agora, já vamos direto para as coisas difíceis.

Há um debate muito forte sobre até que ponto as mudanças do Código vão interferir no cumprimento das metas brasileiras.

Próximo.

Eu até hesito em colocar este eslaide, Presidente, porque isso está escrito hoje, amanhã o Congresso pode decidir que vai ser diferente. Mas, digamos, este é o estado atual.

Próximo.

Essas são as regras que continuam valendo. Claro, as métricas distinguem-se um pouco, mas esses princípios são mantidos. Um ponto crucial que acho tem que ser colocado, principalmente num país como o Brasil, é que as regras federais se aplicam ao território nacional, mas há uma série de instrumentos, em âmbito estadual ou local, que devem e podem, dentro das

particularidades, ser mais proativos dentro da realidade local. Isso a gente vê em todos os países grandes. Nos Estados Unidos, nessa questão das emissões, a Califórnia vai muito além das próprias exigências mínimas do governo federal. Eu acho que a gente tem que pensar nisso no Brasil também. O Governo Federal dá um padrão mínimo, mas os Estados só tendem a se beneficiar, podendo investir mais.

Próximo.

O que é que acontece? As áreas permanentes de conservação e as regras transitórias, em função do tamanho da propriedade, em função da largura do rio e em função das percentagens das propriedades em áreas de preservação permanente, basicamente, propriedades menores, que têm relativamente maiores áreas de preservação permanente, têm uma liberdade maior de recomposição. Basicamente, é o argumento para não inviabilizar economicamente as pequenas propriedades, ou, às vezes, têm um teto de recuperação para as propriedades menores, o que é perfeitamente compreensível. Para as propriedades de médio e grande porte, a exigência de recuperação integral, e aí dentro da ótica de que, primeiro, quanto maior o tamanho da propriedade, maior o número de alternativas, tanto em termos de espaço como em termos de uso econômico. Também as propriedades maiores, por definição, têm um impacto maior sobre a paisagem. Então, existem argumentos econômicos e argumentos ambientais que trabalham juntos, para que as exigências para propriedades maiores sejam compatíveis com o valor e poder econômico e representem maior contribuição ambiental

Próximo.

A questão crucial para pequenas propriedades é o seguinte: como não abrir mão das exigências governamentais e, ao mesmo tempo, dar viabilidade econômica? E aí, qual é o ponto crucial? O que se está procurando com as APPs é cobertura florestal. Dentro dessa cobertura florestal, pode haver várias misturas, um *mix* de atividades econômicas A cobertura florestal e a biodiversidade é que são ponto crucial. Então, nas pequenas propriedades, há uma série de opções, inclusive permitindo culturas temporárias, sazonais, desde que não haja supressão de novas áreas de vegetação nativa. Obviamente isso, Presidente, coloca sobre o Governo Federal e a sociedade uma obrigação implícita de apoiar os pequenos proprietários, de forma que se dê apoio para que eles possam materializar esse tipo de atividade ecologicamente sustentável.

Novamente, em APPs ou em áreas de inclinação mais alta e morros, há permissão de atividades agrossilvipastoris. O que significa isso? Basicamente, a manutenção, num percentual mínimo de espécies

lenhosas, que é o que dá realmente a sustentação do ambiente. E mais uma vez, vedada a conversão de novas áreas, mas tudo isso significa que há uma série de mecanismos de recuperação...

(O Presidente fazendo soar a campainha.)

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Já acabou o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macedo. PT – SE) – Mas pode concluir.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Está bom.

O objetivo aqui é permitir que a função ecológica, que é a recomposição da cobertura florestal e a viabilidade econômica caminhem juntos.

Próximo.

Quais são os benefícios para o Programa de Mudanças Climáticas?

Primeiro, estamos fazendo incentivos explícitos à manutenção da cobertura florestal, que é o melhor incentivo para a questão do controle climático.

Próximo.

Olha, Presidente, essa é uma discussão bem técnica e vai ser um pouco difícil eu me ater ao tempo necessário.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macedo. PT – SE) – Mas pode fazê-lo.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Vou procurar, então, resumir cada eslaide e, assim, dar uma interpretação rápida.

Por um lado, o respeito à presença humana, até 2008, mas, ao mesmo tempo, não concedeu uma anistia e permite que a paisagem continue numa forma degradada. Essa é uma negociação que o Congresso vem conduzindo, procurando equilibrar as forças políticas.

Aqui, a gente está colocando os dispositivos técnicos e como isso pode ser materializado, de forma a não se fazer concessões inadequadas do ponto de vista da sustentabilidade ambiental.

Quem já estava em APP, até 2008, vai ter um regime diferenciado, mas esse regime, primeiro, restringe a expansão de ocupação das APPs. Por outro lado, permite autorização das atividades focadas em atividades de baixo impacto.

Próximo.

A reserva legal é relativamente mais fácil, porque a reserva legal é uma porcentagem que pode ser situada em vários lugares da propriedade. O problema das APPs é que ali não dá para sair. Então, há um estímulo à recomposição da reserva legal. A possibilidade de exploração econômica, porém, é limitada. Isso, Presidente, é basicamente o seguinte: a gente tem que manter a cobertura florestal e a cobertura nativa. Desde que você consiga isso, vale tudo, dentro desses limites

ecológicos. O pessoal pode fazer trilha de ecoturismo, colocar espécies de interesse econômico, desde que lenhosas e arbóreas, pode fazer atividades não extrativas, entrar em programa de produtor de água. É mais ou menos essa linha.

Próximo.

O controle de produtos florestais é quase que autoevidente. Para a formação de preços, você quer fortalecer a cadeia produtiva, porque a cadeia ilegal baixa o preço e a qualidade. Então, as empresas têm um interesse muito grande em fortalecer a formação de preços. Estamos indo não só na linha do consumidor, que quer um produto de qualidade, na linha das empresas, que não querem ficar expostas por práticas incorretas, e o produtor, que quer o melhor preço possível. Eu acho que a área ambiental está contribuindo com todos esses vetores.

O Código Florestal, para quantificar e dar segurança aos produtores e consumidores, tem esses dois dispositivos: o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), que têm um prazo de cinco anos e obriga o Governo a materializar isso, de modo que a população não fique exposta a legislações que só existem só no papel, e aí chega alguém e diz: “por que você não fez isso?”. Ou seja, isso, de fato, é uma obrigação do Governo para dar essa segurança à sociedade.

Próximo.

Presidente, essa seria a pergunta nº 2, que o senhor nos colocou, “avaliação estratégica do Código Florestal”

E aqui algumas coisas sobre por que os benefícios econômicos advinham da conservação da biodiversidade? Então, por exemplo, esse é um trabalho que o Lídio e o pessoal dele fez olhando quais as espécies brasileiras de potencial econômico que podem e devem ser disponibilizadas, porque nós temos uma flora imensa e é necessário romper essa distância, por exemplo, entre uma pessoa olhar uma floresta nativa e achar que aquilo não tem valor econômico nenhum e uma exploração predatória. Então, o que, teoricamente, deveríamos estar olhando?

Hoje, o grosso da nossa produção agrícola é baseado em doze plantas. O Brasil tem um número muito maior de plantas de interesse econômico que poderiam estar trabalhando essas duas áreas: de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento econômico.

É claro que isso não acontece da noite para o dia, mas cabe justamente ao Congresso, Presidente, sinalizar que essa é uma linha que se considera que a sociedade deve avançar.

Próximo.

Então, aqui, quando o pessoal fala que as grandes empresas estrangeiras estão interessadas em ter uma presença no Brasil, em ter acesso à biodiversidade, é disso que estão falando. Espécies de interesse alimentício, medicinal, cosmético, aromático, ornamental, madeireiro.

Bom, grande parte dos peixes ornamentais que o senhor encontra em aquários na Europa, na Ásia, nos Estados Unidos são oriundos de alguns lugares do Brasil: do Rio Negro, da Bacia Amazônica. Ou seja, o Brasil já é um enorme contribuinte para a biodiversidade global.

Aqui, por iniciativa do Senado, o Senador Rodrigo Rollemberg hospedou, no Interlegis, há um mês, um seminário sobre acesso a recursos genéticos; e vieram representantes da União Européia dizendo que na hora em que o Brasil acertar sua legislação, as empresas européias virão com intensidade investir no Brasil. Agora, investirão de uma forma responsável, porque eles mesmos são cobrados, pelos seus constituintes, para não executarem biopirataria nem atividades ilegais.

Próximo.

Esses são alguns exemplos de publicações disponíveis no Ministério que estão, digamos, no estágio alfa, Presidente, porque estão olhando o potencial; mas o desenvolvimento econômico vai depender realmente de criarmos novos arranjos produtivos e novas cadeias produtivas nacionais.

Próximo.

Então, por exemplo, são oitenta espécies silvestres parentes do amendoim; noventa de mandioca; oito de caju; quatro de arroz. Eu mesmo fiquei surpreso quando soube que existem quatro espécies de arroz nativo silvestre, parentes silvestres, que não são hoje utilizados economicamente. O arroz é, possivelmente, a planta que mais alimenta pessoas no mundo. Bilhões de pessoas dependem do arroz e o Brasil tem quatro espécies nativas que ainda não entraram nas panelas.

Próximo.

Aí eu estou entrando no lado do Francisco, que é de mudanças climáticas e desmatamento. Não sei como será a sua apresentação, então vou passar muito rápido.

Próximo.

Isso também é uma coisa. Nós sabemos que o mundo atravessou grandes ciclos climáticos. Eu não sei até que ponto ninguém sabe se nós vamos ter controle sobre o clima futuro, mas o que sabemos é que se mantivermos as paisagens, as espécies se seguiram ali e algumas – se Deus quiser a maioria – conseguem sobreviver. A maior parte das espécies tem milhões de anos. As aves e as plantas, o Cerrado. A

flora do Cerrado vai ao Cretáceo, mais de centenas de milhões de anos atrás.

Então, nós não podemos assegurar quem vai sobreviver, mas sabemos que um bom esquema de conservação da biodiversidade é imprescindível para que isso possa acontecer.

Próximo.

Isso. Muito obrigado e desculpe. Eu acho que exagerei no conteúdo e fui um pouco além do tempo que o senhor nos destinou.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macedo. PT – SE)

– O que é isso, Dr. Roberto? Foi uma honra. Eu quero agradecer as suas contribuições para o debate nesta Comissão, que comporão o relatório final dos trabalhos deste ano.

Eu queria, em seguida, registrando aqui a presença do Deputado Alfredo Sirkis; do Ministro da Embaixada Argentina Facundo Vila; e de Gonzalo Entenza, também representante da Embaixada da República Argentina.

Passo a palavra para o Dr. Francisco José Barbosa de Oliveira Filho, que fará sua explanação.

O SR. FRANCISCO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO – Boa-tarde a todos; ao Presidente da Comissão, Deputado Márcio Macedo; ao Roberto Cavalcanti. Boa-tarde a todos os presentes.

Essa boa apresentação do nosso Secretário de Biodiversidade e Florestas vai simplificar bastante e vou poder fazer uma apresentação bem direcionada para o que é o foco maior do meu trabalho dentro do Ministério, que é o Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento.

Próximo, por favor.

Então, um breve contexto. O plano de ação e prevenção de combate ao desmatamento, tanto da Amazônia como do Cerrado, que já estão em andamento e estão dentro da política nacional de mudanças do clima, são dois instrumentos da política.

Próximo.

E aí um quadro, um gráfico que mostra claramente um tanto do que o Roberto Cavalcanti já apresentou, mas de uma forma um pouco mais elaborada, onde percebemos que a grande contribuição brasileira das emissões, 77% estão em mudança de uso da terra e floresta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO – Não, esses são em geral. É. São todos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO – Exatamente. Eles compõem 77% das emissões brasileiras.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO – Esse está aqui, do MCT 2010.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO – Volta.

Eu posso confirmar isso, porque esse eslaide eu trouxe de outra apresentação que a gente tem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO – Está. Então, eu confirmo isso. Acho que vindo lá do MCT deve ser realmente CO2.

Então, 77% vêm de mudança de uso da terra e florestas.

Próximo.

E o caminho. Dentro da política, para tratar dessas questões, especialmente desses 77%, nós temos dois planos que já estão em andamento: o plano de combate ao desmatamento da Amazônia e o do Cerrado. Aliados a eles estão os outros planos setoriais que tratam das demais fontes de emissão, que estavam ali presentes naquele gráfico.

Próximo.

Entrando diretamente no plano de combate ao desmatamento.

Próximo.

Ele foi iniciado em 2004, através de um decreto interministerial. E para quem não conhece, essa era a condição do desmatamento até 2004, quando foi implementado o plano, com 27.772 quilômetros quadrados desmatados àquela época, chegando a 2011 com a última taxa que foi apresentada, no dia 5 de junho, a 6.418, uma queda bastante expressiva, levando a esse valor aqui de 76,9% de redução do desmatamento, nesse período de implantação do plano. Então, o plano mostra uma política bastante sólida de combate ao desmatamento.

É óbvio que temos outros fatores que influenciam, mas, claramente, depois que isso aconteceu, a curva das reduções do desmatamento é bastante consistente

Próximo.

Considerando que o Brasil assumiu um compromisso de diminuir em 80% o desmatamento na Amazônia, até o presente momento nós já atingimos, com esses resultados, 67% daquilo que se pretende. Então estamos muito próximos, porém a tarefa se torna bastante mais difícil nesses momentos onde o desmatamento tem que sair de seis mil quilômetros para chegar em 3.900, que é o que se espera até 2020.

Analisando esses dados de emissões de CO2 da Amazônia, o Brasil tem esse compromisso de redução

de 36,1%. E considerando que o desmatamento, as emissões por uso da terra são responsáveis por 70% das emissões no Brasil, com o resultado do desmatamento da Amazônia nós já chegamos à metade do que se pretende atingir até 2020.

Próximo.

E como se dá essa dinâmica do desmatamento hoje? Aí começam a entrar os instrumentos que nos levaram a atingir esses resultados bastante positivos e as políticas que foram se desenvolvendo ao longo desses sete anos de implementação do plano de combate ao desmatamento.

Próximo.

Aqui há uma sequência na qual vamos observar que as manchas vermelhas mostram onde há uma maior intensidade de desmatamento, tudo isso a partir dos sistemas de informação do INPE, que tem as informações anuais. Então, esse é o dado anual, só para vermos como o combate ao desmatamento na Amazônia tem uma localização geográfica clara, mas que é móvel ao longo dos anos. Vocês vão acompanhar, agora, esse gráfico andando. A partir de 2001 ele vai indo, até chegar em 2011.

Pode ir passando devagarzinho, só para visualizar um pouco como essas manchas... Pode ir passando, até chegar em 2011. Então se observa como essas manchas vão se modificando, em função daquilo que vai acontecendo ao longo do tempo.

Nesse aí só uma parada, no 2010. Pode ser no 2009 mesmo, não tem problema. Aqui, já tem a indicação... Lembrando que foi instituído em 2007 o Decreto 6.321 e em 2008 surgiram os primeiros municípios prioritários para a ação. Conforme se vai acumulando a informação do desmatamento, das áreas prioritárias de desmatamento, começa-se a identificar quais são aqueles municípios que hoje têm uma quantidade maior de desmatamento e onde o Governo deve concentrar suas ações com o objetivo de reduzir o desmatamento e as emissões.

Próximo.

Pode ir. 2011.

Próximo.

E aí um dado que sai do desmatamento de 2011. Esse desmatamento... E por aquele gráfico... pela transição que eu mostrei no eslaide anterior é possível identificar que ainda praticamente 80% do que acontece de desmatamento, do ano de 2011, ocorre entre os Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, com praticamente 50% ainda acontecendo no Pará, em cerca de três mil quilômetros quadrados.

Próximo.

Essa é a lista dos municípios prioritários que geramos. Foi sendo gerada a partir de 2008. Aqui estão

todas as portarias, inclusive as de saída, que são esses municípios em azul, ou seja, aqueles municípios que conseguiram reduzir o seu desmatamento, nos quais o desmatamento está sob controle e onde também implementaram, em 80% ou mais do seu território, o cadastro ambiental rural, de forma que começamos a ter outra visão e a enxergar esses municípios muito mais claramente com relação àquilo que está acontecendo, podendo acompanhar melhor o desmatamento que acontece naqueles municípios, que nesse momento estão sob controle. Mas ainda tem um universo bastante grande.

Isso tudo que se deu, da queda do desmatamento, tem uma força muito grande no monitoramento e controle, que integra ações do INPE com os sistemas de monitoramento, um centro de sensoriamento remoto do Ibama e as ações de fiscalização. Aqui representado está só o Ibama, mas entenda-se que uma série de órgãos federais, como Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança e mais alguns outros – as Polícias Estaduais – têm contribuído nas ações de controle que acontecem na Amazônia.

O sistema Deter é uma novidade que foi construída ao longo do plano. Para quem não conhece, ele gera uma informação de desmatamento para essas ações de comando e controle. Hoje, já chegamos à situação de que esse sistema do INPE nos entrega informações, a cada dois dias, das áreas que estão sendo desmatadas na Amazônia, de modo que conseguimos agir de forma bastante rápida, evitando que o mal do desmatamento ilegal que está acontecendo consiga deter a redução desse desmatamento.

Aí, é um pouco só a cara de como isso acontece. São gerados mapas. Com esses mapas a pessoa de sensoriamento remoto se une com os fiscais e fazem todo o trabalho de campo de uma forma muito dinâmica. Ou seja, uma informação gerada pelo INPE hoje, daqui a no máximo sete dias está nas mãos dos fiscais, para fazerem o seu trabalho de campo.

Próximo.

Mais da Amazônia, como todos conhecem. Em azul, representadas áreas de nuvem. Ela tem uma cobertura de nuvens bastante grande. E aqueles que faziam as atividades ilegais estavam usando essas nuvens para conduzir suas atividades ilegais. Para isso, houve a necessidade de desenvolvimento de uma ferramenta, em parceria com o governo japonês, a Agência Espacial Japonesa, que gerou um sistema com imagem de radar que não sofre com o problema de nuvens. Ou seja, a gente consegue, mesmo no período de nuvens, enxergar o que está acontecendo embaixo, na floresta, ou seja, as áreas que estão sendo consumidas.

Próximo.

Outro produto que sai – e aí já um tanto olhando para a questão fundiária e um pouco para a organização do território na Amazônia –, bastante importante, produzido pelo Inpe, em parceria com a Embrapa e o Ibama, nesses últimos anos, foi o TerraClass. O que está fazendo o TerraClass? Está pegando as áreas que já foram desmatadas anteriormente, que o Inpe não olhava, porque, uma vez que o Inpe faz os dados do Prodes, ele simplesmente não olhava mais para essa área que já foi desmatada. Mas, considerando que agora nós precisamos olhar o que está acontecendo nessas áreas, esse novo instrumento, esse novo olhar para as áreas que já foram desmatadas traz uma realidade em que a gente consegue enxergar os diferentes tipos de uso que estão sendo dados. Isso, juntamente com o Cadastro Ambiental Rural, vai nos permitir um trabalho bastante detalhado do que está acontecendo hoje no território amazônico.

Próximo.

Aqui é um pouco do que o Roberto já falou.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Quais são os números?

O SR. FRANCISCO OLIVEIRA – Vamos voltar lá.

Ele tem lá pasto limpo, vegetação secundária, pasto sujo.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – E aquela pizza lá?

O SR. FRANCISCO OLIVEIRA – Pasto limpo é este aqui, 46%; vegetação secundária é este aqui, com 21%; e aí sucessivamente a gente vai descendo aqui. Então, as mesmas porcentagens que estão no gráfico aqui embaixo estão aqui em cima.

Feito isso todo ano, que é o objetivo não só para a Amazônia, mas também para o Plano de Combate ao Desmatamento do Cerrado, a gente vai poder entender a dinâmica do que está acontecendo hoje nesses dois biomas principais onde há os planos de combate ao desmatamento.

A respeito da questão das áreas protegidas, acho que o Roberto já falou muito. É claro, não podemos nos esquecer de que, para a Amazônia, a gente tem um programa de uma dimensão única no Planeta que é o programa Arpa. Além das Unidades de Conservação, ele traz um olhar muito mais cuidadoso em cima de um conjunto de unidades que representa. Hoje são 95, se não me engano, unidades que estão dentro do programa Arpa.

Próximo.

Dentro das políticas que estão embaixo desse grande guarda-chuva do Plano de Combate ao Desmatamento há o programa Terra Legal. Aqui estão representadas as várias etapas que ele cumpre.

Próximo.

O Cadastro Ambiental Rural, onde a gente começa a entender aquilo que está acontecendo dentro das propriedades, com o mapeamento das APPs, reservas legais, as áreas de reserva degradadas, as atividades, e assim por diante. E um olhar um pouco mais amplo em cima do Cadastro Ambiental Rural.

Próximo.

É o que a gente já consegue enxergar em alguns Estados, como Mato Grosso e Pará.

Aqui, quanto mais verde, mais propriedades já estão com o Cadastro Ambiental Rural. E aquelas que estão mais em vermelho são aquelas que ainda não conseguiram fazer grandes evoluções aí no Cadastro Ambiental Rural. Isso tem uma implicação muito grande para aqueles Municípios que estão na lista dos Municípios que mais desmataram, porque mais da metade deles, hoje, pelo critério de redução do desmatamento, poderia estar fora da lista, mas ainda tem que cumprir os 80% de Cadastro Ambiental Rural.

Próximo.

Não podemos esquecer o programa ABC, recém-lançado pelo Governo, que ampliou a linha de crédito para a agricultura de baixo carbono. Isso atinge tanto a Amazônia como o Cerrado de forma muito forte, onde a gente pode obter resultados bastante significativos na mudança da forma de a agricultura se desenvolver para algumas atividades desenvolvidas.

Próximo.

O Governo Federal, ao desenvolver o Plano Federal, também construiu junto com os Estados, na Amazônia, os Planos Estaduais de Combate ao Desmatamento. Todos os nove Estados que compõem a Amazônia Legal têm os seus planos estaduais. Inclusive, no próximo dia 30, nós estaremos discutindo com os Estados a implementação dos Planos Estaduais. E a elaboração inicial desse plano tem uma ligação direta com o Fundo Amazônia, que é uma forma também de apoio às atividades sustentáveis e a uma série de outras atividades que visam reduzir o desmatamento.

Hoje o Fundo Amazônia tem na sua carteira já 82 projetos, dos quais, somados recursos solicitados por esses projetos que estão hoje em diferentes fases, desde aqueles que já estão em andamento até aqueles projetos que só entraram no Fundo Amazônia, estão solicitando os recursos e vão passar por um processo de aprovação. Nós estamos falando aí de algo em torno de R\$1,01 bilhão já de recursos solicitados. Isso não significa que todos serão aprovados na sua plenitude.

Próximo.

E os desafios futuros. Como eu falei, nós estamos elaborando agora a terceira fase desse Plano de Combate ao Desmatamento na Amazônia e entrando

numa fase de discussão, tendo como base para a elaboração dessa terceira fase um estudo, uma avaliação que foi feita pelo Ipea, pela GIZ e pela Cepal, de modo que a gente pudesse ter uma contribuição externa que mostrasse para nós – eu digo nós, toda a Comissão Executiva do Plano, coordenado pela Casa Civil – que o Plano de Combate ao Desmatamento precisava aprimorar alguns tópicos. E toda a construção do Plano até o presente momento se deu olhando muito para esse documento e tendo uma interlocução muito grande com esses atores todos que estão aqui embaixo, de modo que a gente possa garantir o cumprimento pelo menos de boa parte daquilo que foi posto como pontos a serem melhorados no combate ao desmatamento.

E aí não é para enxergar o que está escrito, obviamente, mas simplesmente a lógica com a qual a gente construiu o Plano como vem sendo feito já desde o seu início. Ele tem três eixos principais: Eixo de Fomento às Atividades Produtivas, Eixo de Ordenamento Fundiário Territorial e Eixo de Monitoramento e Controle.

Isso aqui nada mais é do que, nessa primeira linha, a gente ter os macro-objetivos para redução do desmatamento. A partir deles, a gente identifica todas aquelas atividades que são importantes e que contribuem para aquele macro-objetivo que visa reduzir o desmatamento. Para isso, a gente constrói o plano olhando. Para cada uma dessas caixinhas, a gente tem que ter atividades que possam ajudar a contribuir para que essas atividades cheguem ao objetivo maior de reduzir o desmatamento.

Próximo.

Aqui um gráfico que é o grande desafio que a gente tem agora pela frente. Eu vou tentar simplificar isso tudo olhando basicamente para duas coisas. Aqui estão os anos, embaixo. Essas barras aqui mostram diferentes tamanhos de áreas desmatadas, e a linha mostra o percentual em que essas áreas desmatadas contribuem para o desmatamento.

Olhando para as barras, primeiro, a gente tem aqui essa barra vermelha embaixo, que representa os pequenos desmatamentos. E é fácil perceber que ela, de certa forma, mantém uma constância aqui – os pequenos desmatamentos. Enquanto que os grandes desmatamentos, que foram o foco principal das ações, vieram diminuindo significativamente ao longo do tempo, até chegar a 2011.

Esta linha vermelha aqui representa o percentual de como foi crescendo a importância dos pequenos desmatamentos. Então mostra acertadamente que aquilo proposto desde o começo da elaboração do Plano, de atacar primeiro os grandes desmatamentos, tem funcionado. Agora, nós temos um grande desafio que é como a gente lida com esses pequenos, porque eles

são mais pulverizados. E aí vem todo o grande desafio dessa terceira fase do combate ao desmatamento, que é olhar para isso de uma forma mais qualificada.

Aqui, a síntese de como a gente vai atuar. Você tem alguns Municípios aqui. Os que estão mais em cinza, aqui ao fundo, representam algumas áreas importantes onde a gente pretende, nessa nova fase do Plano, trabalhar com diferentes regiões de ordenamento territorial, que estão aqui representadas. O Monitoramento e Controle atua em todas, e o Fomento e Atividade Sustentável está escolhendo, inicialmente, para este primeiro ano, alguns Municípios, trabalhando em três ou quatro frentes, que são: 1) trabalhar em alguns Municípios a questão do desenvolvimento das atividades florestais; 2) alguns Municípios onde se vai trabalhar a questão da agricultura da forma como ela é hoje, mas melhorando suas práticas; 3) trabalhando também com os Municípios onde a pecuária é uma atividade mais forte e está relacionada um pouco mais aqui nessa região norte e noroeste de Mato Grosso.

Próximo.

Obviamente, tudo isso que coloquei é muito mais relacionado ao plano de combate ao desmatamento da Amazônia, porém, até pela idade que ele já tem, desde 2004, em 2009 foi feito um plano similar para o Cerrado, e esse plano visa, da mesma forma, com os mesmos instrumentos que vêm sendo bem-sucedidos no combate ao desmatamento da Amazônia, replicar várias das atividades para o plano de combate ao desmatamento do Cerrado.

Tem mais umas, é só um pouco, que trazem uma preocupação muito grande quanto ao Cerrado, sem dúvida nenhuma, porque hoje no acumulado os desmatamentos no Cerrado estão maiores, e aqui o que a gente tem, remanescente do Cerrado, são 52%, enquanto a Amazônia ainda está aí entre 80% e 82% do que a gente tem de floresta. E o Cerrado traz o componente de que o Roberto falou também, que é o próximo *slide*; aqui é um pouco mais a questão do desmatamento e ele tem um posicionamento que impressiona um pouco mais pela escala, mas, quando se vai fazer indução nessas áreas, vê-se que é um grande pulverizado, não é uma mancha contínua.

Próximo.

Aqui é uma questão do fogo, que é uma prática muito comum não só no Cerrado, obviamente na Amazônia também acontece bastante, mas, quando a gente olha a barra vermelha, que é o Brasil, a quantidade de focos de calor que a gente tem, em relação ao que a gente tem no Cerrado, é muito próximo, ou seja, a grande contribuição das queimadas vem do Cerrado, por isso a importância de a gente tratar esse tema de

forma qualificada no plano de combate ao desmatamento do Cerrado.

Próximo.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – (*Fora do microfone.*) Em relação às emissões de CO², você tem uma comparação?

O SR. FRANCISCO OLIVEIRA FILHO – Não, eu não tenho esse número, mas a gente pode conseguir. Posso ver lá. Não lembro. Confesso que não lembro.

Bom. Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macedo. PT – SE) – Muito obrigado, Dr. Francisco.

Vou abrir para as considerações. Com a palavra o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Sr. Presidente, depois eu gostaria, conforme foi combinado em nossa reunião anterior, de apresentar os resultados do Rio Clima, no que diz respeito às recomendações para a COP 18. Nessa primeira intervenção, vou falar um pouco do que apresentaram os nossos palestrantes. Penso que as apresentações aqui refletem um avanço que o Brasil conquistou ao longo dos últimos anos. Desde meados da década passada, de fato, nós conseguimos numa grande proporção inverter o jogo e diminuir de forma substancial, embora ainda insuficiente, mas substancialmente, o desmatamento, inicialmente na Amazônia, agora tentando fazer a mesma coisa no Cerrado.

Acho que o que foi colocado aqui em relação ao Código Florestal de certa forma é um pouco otimista, porque de fato não sabemos que vai acontecer e, pelo andar da carruagem, pode haver retrocessos em relação ao que a própria Medida Provisória prevê; já tem problemas, da mesma forma com que o texto aprovado no Senado já tinha problemas, mas, como a voracidade aqui dos ruralistas é imensa, está havendo realmente uma tentativa para fazer com que isso retroceda àquela versão inicial da Câmara dos Deputados, que era simplesmente horripilante.

Eu queria perguntar a vocês a respeito de alguns aspectos. Por exemplo, ao longo desse último período, em que pese o incremento da eficácia das ações de comando e controle e da fiscalização direta e tudo, uma das coisas que se revelou mais eficaz no combate ao desmatamento foi a questão da suspensão imediata do crédito dos bancos oficiais – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES –, de qualquer financiamento dos bancos oficiais àquelas propriedades embargadas por desmatamento.

Vimos na primeira versão do Código Florestal, quando foi aprovado aqui na Câmara, uma tentativa de dar o jeitinho brasileiro nessa história, sem aboli-la, mas criando uma série de chicanas que acabam por

permitir que os desmatadores que sofrem esse tipo de sanção consigam dar um jeitinho de contorná-la.

Então, o que eu queria perguntar a vocês concretamente é a quantas fica isso na versão consagrada neste momento na Medida Provisória e se têm conhecimento de como isso de fato vai continuar funcionando no futuro, porque, em que pese a eficácia das ações policiais e também das multas, menos das multas, realmente o que de fato doeu no bolso e demonstrou que realmente se permite alcançar bons resultados foi justamente essa ação.

Essa é a minha primeira pergunta e observação.

Outra coisa é a questão que temos debatidos *ad nauseam* com os ruralistas em relação à baixa produtividade da pecuária brasileira. Existe uma média planetária de três bois por hectare; aqui temos uma média de um boi por hectare. Então, quando dizem que existe muita terra para pouco índio, eu diria pouco boi para muita terra. E que, na verdade, havendo ganhos de produtividade importante na pecuária, poderia se dedicar uma parte dela à lavoura, uma parte dela ao reflorestamento de tipo econômico, que tem a vantagem de poder diminuir, no caso do carvão vegetal, as emissões de gás de efeito estufa em comparação com o carvão mineral e uma parte dedicada ao reflorestamento com biodiversidade. Então, nesse caso, a pergunta é de que forma está sendo trabalhado e se já existe por parte do Ministério uma visão de como, de alguma forma, combinar esses três componentes, em relação ao que for reconquistado da pecuária: o que seria uma área dedicada à lavoura, o que seria uma área dedicada ao reflorestamento econômico, o que seria uma área dedicada ao reflorestamento com biodiversidade, com as devidas proporções.

Então, parece-me que essas são... Deixa-me ver se tem mais alguma questão a ser colocada... Não, é só que, em relação àqueles números que foram apresentados, estou praticamente certo de que eles se referem ao CO². Realmente, eu me surpreenderia muito se fossem 77% das emissões de gás de efeito estufa em geral. Realmente, parece-me que isso conflita com a memória que tenho visto dos estudos que fiz dos inventários que foram feitos até hoje. É possível e é claro que é muito melhor sempre se trabalhar com dados referentes a gases de efeito estufa no geral, porque a gente passa a ter uma noção mais clara de como é que o País anda como um todo. Uma coisa que acho que fica claro é que avançamos bastante, porque temos essa condição, ao contrário de outros países, no corte de emissões provocadas pelo desmatamento e queimadas. Agora, não podemos deitar em berço esplêndido em relação às nossas emissões de outras fontes, porque de fato estamos diminuindo

aquilo que, embora não seja fácil, é mais fácil do que as outras coisas, do que energia, do que indústria, do que transporte.

Então, a gente pode chegar num determinado ponto em que a gente chega a um certo limite das nossas possibilidades em relação a desmatamentos e queimadas e começa a ter um aumento grande da siderurgia, por exemplo. Eu moro numa cidade, cidade do Rio de Janeiro, onde recebemos uma indústria, que é a ThyssenKrupp CSA, que, quando estiver em carga plena, vai emitir doze vezes mais do que a totalidade das indústrias do Município do Rio de Janeiro, doze vezes mais do que a totalidade de todas as outras.

Nós temos aí termelétricas a carvão sendo montadas apenas pela conveniência de trazer de volta carregados de carvão os nossos navios de exportação de minério de ferro. Então, uma mera conveniência econômica vem acarretando montagem desnecessária de termelétricas a carvão. Temos, evidentemente, um setor de transportes, suas crescentes emissões de gases de efeito estufa.

Então, quando o Brasil se prepara para a Cop 18, ele tem que se preparar só para fazer aquilo que é relativamente fácil – não é fácil, mas é relativamente fácil em relação ao outro – mas também aquilo que é mais difícil, senão, não teremos autoridade moral para chegar para os chineses, para os americanos, para os indianos e dizermos: “Olha, vocês têm que reduzir as suas emissões”. Eles vão poder dizer: “Não, para o Brasil é mole, para vocês e para a Indonésia é só contêm o desmatamento”, claro que o Brasil conseguiu e a Indonésia ainda não, “mas para a gente é mais difícil, a gente tem que atacar também a redução de emissões lá onde de fato é mais difícil”. E, no caso, nós temos que encarar o setor, a indústria, temos que encarar os transportes, temos que encarar incipientemente a energia. Porque na Câmara dos Deputados – acho que o Márcio se lembra bem – nós fomos votar na Comissão de Meio Ambiente da Câmara um projeto de lei que previa um limite futuro a partir do qual se deixaria de construir novas térmicas tanto a óleo quanto a carvão no Brasil, um programa bastante razoável, não era nada xiita e, no entanto, imediatamente montou-se um *lobby* para rejeitar, sob pretexto de que ia provocar o desemprego e tal. A gente queria até negociar uma diferenciação em relação àquela já em funcionamento e as novas. As novas proibir de plano, enquanto que às outras dá um período, um cronograma de desativação. No entanto, não foi aprovado. Então, tudo bem, parabéns para o Brasil por ter conseguido diminuir as suas emissões provocadas por queimadas e desmatamentos, mas, atenção, a gente tem que, de fato, encarar os mesmos desafios que os outros países encaram.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Antes de passar a palavra para os nossos palestrantes, eu queria registrar aqui que hoje pela manhã o Senador Luiz Henrique leu o seu relatório da Emenda do Código Florestal. Preocupou-me muito o fato de que, das emendas encaminhadas pelos parlamentares ditos ambientalistas ou que debatem o desenvolvimento sustentável, não ter sido incorporada nenhuma das emendas no relatório do Senador Luiz Henrique.

Eu fiquei preocupado porque, mesmo incorporando diversas emendas do setor ruralista, eu percebi hoje no plenário uma insatisfação e uma tentativa por parte dos setores ruralistas de não votarem a MP do Código Florestal. Isso é uma temeridade, nós não sabemos exatamente como ficou o relatório. A equipe técnica está estudando ainda e nos estamos debruçando sobre a medida provisória, sobre o relatório. Agora, o fato é que não aprovar a medida provisória que, como disse aqui o Deputado Sirkis, que com todos os problemas que nós já detectamos, é um avanço em relação ao texto que foi aprovado na Câmara, tanto que é complementar aos vetos que a Presidenta Dilma fez.

Não sei como vai ser o desfecho desse processo do Código Florestal. Nós hoje, no intervalo do almoço, já debatemos alguns destaques que precisam ser feitos no dia de amanhã, às 10h, quando vai começar a discussão sobre a MP e a possibilidade de destaques. Então, o fato é que quanto ao desfecho da MP ainda não temos segurança do que vai acontecer.

Dependendo do caminho que ele for percorrer, pode haver situações mais graves ou menos graves nesse processo.

Por fim, eu queria que o Dr. Francisco falasse um pouco sobre... Quero informar a esta Comissão que nós recebemos comunicado do Ministério do Meio Ambiente indicando o debate sobre consultas públicas dos planos setoriais de mitigação e adaptação a mudanças do clima e convidando esta Comissão para participar. Nós participaremos, vamos debater aqui e vamos propor também contribuições para o plano. As datas são dia 6/7 na região Sudeste, no Rio de Janeiro; no dia 12/7 na região Sul, em Curitiba; dia 18/7, na região Nordeste, em Recife e dia 6/7, já aconteceu. Então, 12/7 na região Sul; 18/7, na região Nordeste, em Recife e 25, região Centro-Oeste, Cuiabá, que nós vamos... Eu queria saber como anda isso e quais as ações em relação à proposta de combate aos desmatamentos.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Presidente, só uma observação sobre a questão do Código Florestal, acho que é importante ela ser feita. Uma coisa é medida provisória a ser mantida como saiu do Executivo. Aí, de fato, seria um retrocesso menor do que aquilo que foi aprovado no Congresso Nacional,

notadamente na Câmara dos Deputados. A outra coisa é essa medida provisória devidamente deformada pelas emendas ruralistas. Então, nesse sentido, penso que, dependendo de como a coisa estiver se compondo, parece-me legítima a obstrução dessa votação e deixar que, de fato, instaure-se aí a total insegurança jurídica para que a gente possa, de fato, ter uma situação em que o Governo passe a pressionar de forma eficaz a sua base de sustentação. Porque você não tem 270 ruralistas na Câmara dos Deputados, você tem 120, quando muito. Então, os outros que estão votando com eles são deputados que não têm nenhum interesse direto na questão que se discute, mas estão aí prisioneiros de manobras de determinados partidos que, por razões fisiológicas que nada têm a ver com o debate do Código Florestal, estão pressionando o Governo nesse ou naquele sentido.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Então, registrada a intervenção do Deputado Alfredo Sirkis em relação aos planos de mitigação. A informação que tinha chegado era de que é o mês de agosto, mas é o mês de julho. Então, já aconteceu uma, a próxima acontece amanhã, depois haverá duas no final deste mês. Um pouco como é que está isso e a relação com o plano de combate ao desmatamento e, conseqüentemente, em relação direta com o tema que estamos debatendo hoje aqui.

O SR. FRANCISCO OLIVEIRA – Bom, eu começo, então, depois o Roberto complementa.

Só lembrar que nessa informação dos planos que estão sendo discutidos agora começaram dia 6, há uma última discussão que acho que está na segunda página ali do que ele acabou de ler, há uma discussão também que vai acontecer em Manaus. E nessas discussões que vão acontecer por região, estamos discutindo quatro planos setoriais, são eles o de saúde, o de transporte o de indústria e o de mineração. São esses quatro planos setoriais que estão aí para consulta pública. Depois disso, ainda vamos ter duas discussões estritamente setoriais. Então, esses quatro planos são discutidos nessas cinco regiões. Depois disso, aqui em Brasília temos duas discussões exclusivamente setoriais para o plano da indústria e para o plano da mineração. Ou seja, cada uma delas vai ter um enfoque ainda maior. Esse é o momento que estamos vivendo, são os demais planos setoriais que compõem o plano de mudanças climáticas. Isso é basicamente o que está acontecendo neste momento em relação aos planos.

Aí, respondendo um pouco das perguntas do Deputado Alfredo, eu acho que de fato, quando a gente olha a questão da redução do desmatamento, ela traz um conjunto de ações que fazem com que o desmata-

mento caia. Sem dúvida nenhuma, a questão do bloqueio do crédito para produção foi muito importante no contexto aí a lei do comando e controle. E uma coisa é clara para o Ministério do Meio Ambiente, acho que também está um tanto nas suas palavras, que a gente tem muito claro que o comando e controle é uma parte do que a gente tem que fazer. Ele tem uma importância, mas ele sozinho não sustenta e não garante essa redução das emissões. Sem dúvida nenhuma, entrar para diminuir o desmatamento e para entrar na redução das emissões dos outros setores é um desafio um tanto quanto maior que o desmatamento, não diminuindo a importância e o tamanho do que a gente vem conseguindo diminuir do desmatamento na Amazônia e também já o que vem acontecendo com o cerrado.

Quanto à questão da baixa produtividade da pecuária, eu vou trazer um exemplo. Eu estive agora visitando um dos Municípios que saiu da lista dos Municípios prioritários recentemente, que é o Município de Alta Floresta. Neste ano, estive lá visitando no momento em que eles estavam recebendo comunicado oficial do Ministério. A publicação da portaria deles de saída de Município prioritário saiu agora no dia 4 de junho. Esse Município, em 2009, por mais que esteja na Amazônia, foi um Município que passou em 2009... Tinha entrado na lista em 2008, em 2009 ele teve uma seca enorme, faltou água na cidade, em plena Amazônia faltando água na cidade. Aí, eles tomaram, entenderam que aquilo tinha uma relação com o desmatamento e entraram com um projeto para o Fundo Amazônia e começaram a fazer um trabalho forte de recuperação das nascentes, projeto que se chama Olho d'Água.

Esse projeto trouxe um trabalho muito forte no Município de recuperação já de 1.200 nascentes. Então, eles cercaram literalmente essas nascentes e conseguiram fazer com que a água, onde não estava mais acontecendo, voltasse...

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Com mais de 5 metros, não é?

O SR. FRANCISCO OLIVEIRA – É, sim, eles estão fazendo e o que vem junto com isso é que nessas propriedades, nos limites mais próximos dos pequenos cursos d'água, eles recuperaram com as espécies nativas em parceria, num trabalho conjunto com a Embrapa local e com a Universidade de Mato Grosso.

Além disso, na parte um pouco além do que seria o necessário, eles começaram a plantar algumas árvores frutíferas também. Então, tudo isso aconteceu por quê? Porque vai na questão da produtividade da pecuária. Porque nesse Município, em algumas propriedades eles começaram a fazer um trabalho simples de correção de acidez do solo nos pastos e piqueteamento mais adequado e a produção lá, nessas propriedades,

está subindo de menos de uma cabeça de gado por hectare – que era a média ali na região – para 3 ou 4 cabeças por hectare. Então, de fato, há terra suficiente para a gente aumentar a produtividade? Há, mas a gente tem que melhorar a tecnologia daquilo que a gente está fazendo. Não é nem pensar numa coisa nova, ela está disponível, é uma questão de a gente começar a implementar aquilo que está posto.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Você já tem um cálculo do que isso poderia representar?

O SR. FRANCISCO OLIVEIRA – Não, não fiz, não tenho esse cálculo ainda. Agora, é uma conta rápida que a gente pode, se você tinha uma cabeça e passa a ter quatro, você usa só 25% da área que você usava. Então, isso é... Você pode aumentar o seu rebanho ou simplesmente você vai usar menos área para ter aquela mesma quantidade. Isso já mostra que para a gente aumentar a produtividade, não necessariamente a gente tem que aumentar as fronteiras, ou seja, desmatar mais áreas para conseguir aumentar a produtividade pelo menos para esse ponto que estou falando.

Então, acho que são sinais e exemplos que já estão disponíveis e que mostram que é possível fazer essa grande conciliação do desenvolvimento com a conservação.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Dr. Roberto.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Deputado Sirkis, muito obrigado.

Eu queria, Presidente, rapidamente, responder à pergunta do Deputado sobre a questão do crédito.

Até o momento, estava previsto que era necessário, primeiro, o CAR e a adesão ao PRA para que os proprietários rurais pudessem ter acesso ao crédito. Não sei como está depois dessa leitura de hoje...

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Mesmo as embargadas por desmatamento?

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – O PRA é isto: Programa de Regularização Ambiental. Tem que haver essa adesão para que o proprietário possa se reintegrar ao acesso.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Mas ele passa a ter quantos anos de prazo?

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Eu acho que o prazo total é de cinco anos, mas o CAR tem que ser realizado em 180 dias, se não me engano. Teria que ver exatamente qual é o prazo.

É preciso caracterizar, clara e rapidamente, a meta de recuperação e estabelecer adesão a um plano. O plano não é esperar não sei quantos anos para ver o resultado, mas é necessário haver um progresso mensurável.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Não há um monitoramento periódico?

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Justamente. O sistema de Cadastro Ambiental Rural exige que haja esse monitoramento. O que acontece? Propriedades estão sendo constantemente compradas e vendidas. Então, o Cadastro Ambiental Rural não pode ser um instrumento estático; deve ser um processo dinâmico baseado, inclusive, em métodos que já foram aperfeiçoados com o combate ao desmatamento, como o monitoramento regional de cobertura e a adesão das propriedades individuais às exigências cadastrais.

Então, o que eu queria colocar? Os mecanismos legais e a infraestrutura tecnológica estão disponíveis. De fato, é responsabilidade do Ministério e dos órgãos estaduais e locais a implantação de um sistema que materialize essa obrigação legal, e há a contrapartida de que o acesso ao crédito está condicionado ao cumprimento do CAR e do PRA. Vamos ver como está hoje, com as novas idas e vindas do Código.

Também foi feita uma pergunta, Presidente, sobre a questão – o senhor colocou isto também, Deputado – do uso do solo, sobre a questão da pecuária. Como estamos olhando o uso futuro do solo? Primeiro, acho que – esta tem sido a posição do Ministério do Meio Ambiente continuamente – existe não só um déficit florestal de conservação nativa, mas também um déficit florestal *sensu lato*. Falta madeira oriunda de florestas plantadas; há o tal do apagão florestal. A maior parte do suprimento de madeira de quase todo o Brasil ainda vem de regiões remotas, tipicamente da Amazônia, de madeira nativa. Ou seja, o uso do solo rural hoje é insuficiente, inadequado para atender às demandas de conservação e de suprimento de madeira mesmo para o uso da sociedade, para os múltiplos usos.

Passaram aí um eslaide, por exemplo, sobre o carvão vegetal de siderúrgicas. Sabemos que boa parte do carvão vegetal ainda é resultante de conversão de Cerrado e de outras paisagens. Ou seja, as pessoas estão dependendo da expansão da fronteira para suprir as siderúrgicas. É claro que as siderúrgicas estão assumindo compromissos de mudar a sua matriz de produção, mas todos os setores têm uma demanda para aumento da cobertura florestal, e há um déficit também de atividades econômicas associadas. Enquanto na Indonésia e em outros países as pessoas utilizam muito plantas lenhosas de uso econômico, no Brasil o grosso da produção agrícola é de plantas anuais e de ciclo curto. Seria altamente beneficiário para o Brasil, tanto do ponto de vista ambiental, como social e econômico, um aumento na cobertura florestal e no uso econômico florestal do País, ainda mais se considerarmos que somos um país de biomas primariamente

florestais. No Cerrado, a matriz é uma mata seca – as savanas têm uma região extensa entre árvores e gramináceas –, mas a origem da vegetação do Cerrado é principalmente arbórea.

Com relação a como isso interage com a pecuária, verificaremos que grande parte dessa pecuária de baixo rendimento tem finalidades principalmente patrimoniais, de manutenção e de ocupação de território, tanto é que, hoje, a atividade pecuária econômica é altamente competitiva, pois exige não só pecuária intensiva, mas também um esforço genético pesadíssimo para haver reprodutores e reprodução de bom desempenho. Então, não é mais uma atividade fácil, uma vez que em várias regiões do Brasil há problemas de colapso. O Pantanal é um desses locais, porque os produtores de gado do Pantanal estão enfrentando dificuldades por não conseguirem produzir em quantidade e qualidade suficientes para competir com o gado intensivamente manejado no Cerrado.

Portanto, como o Francisco colocou, há essa oportunidade de realocar partes da paisagem, grandes partes da paisagem e, idealmente, usar isso para aumentar a cobertura florestal, tendo em vista, Presidente, esse déficit econômico e ambiental de cobertura florestal. Seria isso.

Seria importantíssimo que o Congresso, Presidente, nessas próximas rodadas do Código Florestal, consignasse realmente esse condicionamento do crédito bancário à manutenção da integridade ambiental. Acho que é por aí.

Sei que o tempo está curto, mas estou à disposição, se precisarem de mais algum esclarecimento.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Existem estudos acerca da identificação dessas áreas de pecuária pouco produtiva e propostas claras em relação ao que fazer nelas? Que parte alocar à lavoura? Que parte alocar a um reflorestamento econômico? Que parte alocar a um reflorestamento com biodiversidade? Existem estudos nesse sentido?

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Existem. Aliás, um dos melhores estudos que eu conheço é o do próprio Estado do Rio de Janeiro: o Corredor Ecológico do Muriqui, que fica na região entre o Parque dos Três Picos e Campos, ali na serra, onde há esse tipo de situação. São áreas de relevo movimentado, com pequenas propriedades em que o rendimento pecuário é baixíssimo e com mercados para produtos florestais.

Grande parte das empresas que compram hoje produtos silviculturais, por razões sociais e outras, estão saindo daquele modelo de comprar grandes extensões de terra – o que, aliás, é fonte de conflitos em várias regiões – para o que eles chamam de atividade de fo-

mento florestal. As empresas ajudam na tecnologia e asseguram ao proprietário um contrato de compra de madeira ao longo do tempo.

Em regiões consolidadas, principalmente no bioma Mata Atlântica, já existem instrumentos econômicos para viabilizar para o pequeno e o médio proprietário a atividade silvicultural como uma atividade econômica. E eles estão justamente nessa transição, uma vez que estão sendo obrigados a mudar de modelo porque o rendimento pecuário não é mais competitivo com a pecuária intensiva.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Qual é a possibilidade de se utilizarem créditos de carbono nisso?

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Bom, o crédito de carbono – estou aqui entrando na seara do colega – se aplica em duas situações realmente: no modelo REDD, em que são feitas conversões; e também no modelo de fixação ativa, em que realmente se analisa uma região, uma parcela, e entra no mercado... O mercado voluntário, pelo menos no Brasil, é muito maior hoje do que o mercado de Quioto e outros. O mercado de Quioto é um mercado muito mais restrito.

Deputado, principalmente em regiões do bioma Mata Atlântica, onde há muitas indústrias e, eventualmente, prefeituras e cidades que querem assumir compromissos voluntários de compensação de carbono, eu veria para as propriedades rurais este tipo de oportunidade: entrar em mercados voluntários. Há a BVRio e outras instituições no Estado do Rio de Janeiro que já trabalham com esse tipo de instrumento.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Dr. Francisco, para as suas considerações finais.

O SR. FRANCISCO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO – Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de trazer aqui um pouco do trabalho desenvolvido pelo Departamento e também pelo Ministério do Meio Ambiente, coordenado pela Casa Civil. Acho que este é um ponto importante: quando falamos das ações que realizamos, a Casa Civil promove uma coordenação muito grande entre todos os Ministérios.

Para encerrar, vou apenas dar uma informação. Eu já chequei: é CO₂ mesmo. Só estava suprimido aqui. Eu puxei de outra apresentação, e veio sem isso. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Quero finalizar dizendo que, conforme as questões colocadas aqui, as alternativas de que o Brasil dispõe são plenamente factíveis para a proteção da biodiversidade brasileira e contribuem para a diminuição da emissão de gás de efeito estufa, em especial o CO₂,

tanto o combate ao desmatamento como a criação e a ampliação das Unidades de Conservação.

Você falou aqui sobre a preservação dos olhos d'água e das nascentes. Eu queria apenas dar um testemunho de que é possível fazer isso de forma muito objetiva.

Eu fui Secretário do meu Estado, o menor Estado da Federação, Sergipe, e tive uma passagem pelo Ibama, totalizando cinco anos. Nesses cinco anos, nós criamos cinco das seis Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado, tanto em Mata Atlântica como em Caatinga, e fizemos uma experiência de proteção parecida com essa em parceria com o Ministério Público estadual e com a universidade por meio do projeto "Adote um Manancial", nomeado pelo Ministério Público – o projeto oficial do Governo é "Preservando Nascentes". Nessa parceria, em três anos, nós conseguimos proteger mais de 350 nascentes. Eu imagino que, neste momento, já seja um número bem superior. Então, é possível realizar ações simples, objetivas que possam cumprir as metas do Brasil e ampliar a proteção da biodiversidade brasileira.

No mais, antes de encerrar os nossos trabalhos, eu gostaria de agradecer a presença de todos aqui, de Deputados e Deputadas, de Senadores e Senadoras, das assessorias das duas Casas, da imprensa, e também agradecer a todos que assistem à audiência neste momento.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 13 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE AGOSTO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia oito de agosto do ano de dois mil e doze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência Eventual do Deputado Alfredo Sirkis, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Sérgio Souza, Aloysio Nunes Ferreira, e dos Deputados Márcio Macêdo, Luiz Noé, Ricardo Tripoli e da Deputada Rebecca Garcia, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 12ª Reunião, que é dada

por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta destinada à realização de Audiência Pública para debater “as ações relativas às mudanças do clima no bioma Cerrado”, em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão deste ano, com a presença dos seguintes convidados: Roberto Brandão Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Balbino Antônio Evangelista, Representante da Embrapa, Doutor em Agrometeorologia, Mestre em Gestão Ambiental e Territorial, Pesquisador e Geógrafo (Embrapa Cerrados); e Isabel Figueiredo, Assessora Técnica do Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN, entidade filiada à Rede Cerrado. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Deputado Alfredo Sirkis, Presidente Eventual. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Por fim, passa-se à apreciação do seguinte requerimento extrapauta: Requerimento nº 8, de 2012-CMMC, que “nos termos regimentais, requer a realização de audiência pública da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas para debater as dificuldades práticas do acesso aos créditos dos bancos oficiais e privados para projetos de redução de emissões de carbono”. Autoria: Deputado Alfredo Sirkis. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e vinte dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Deputado **Alfredo Sirkis**, Presidente eventual da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada no âmbito do Congresso Nacional, mediante a Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional.

Antes de iniciarmos os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12ª Reunião.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A pauta desta reunião destina-se à audiência pública para debater as ações relativas às mudanças do clima no bioma Cerrado, em conformidade com o plano de trabalho de 2012.

Convido para tomarem assento à mesa o Roberto Brandão Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Balbino An-

tonio Evangelista, Representante da Embrapa, Doutor em Agrometeorologia, Mestre em Gestão Ambiental e Territorial, Pesquisador e Geógrafo (Embrapa Cerrados) e Isabel Figueiredo, Assessora Técnica do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), entidade filiada à Rede Cerrado.

O Dr. Balbino havia solicitado ser o primeiro a fazer uso da palavra. Assim que, de imediato, passo-lhe a palavra.

O SR. BALBINO ANTONIO EVANGELISTA – Srs. Senadores, boa tarde; Srs. Deputados, boa tarde.

Sr. Deputado Márcio Macêdo, eu agradeço pelo convite de estar aqui, participando desta discussão sobre um tema bastante importante, bastante atual, que envolve não só o Cerrado, mas o Brasil e o Planeta.

Bem, a partir da conferência no Rio de Janeiro, o tema meio ambiente passou a ser bastante analisado, estudado, pesquisado e, a partir daí, começou a gerar resultados de pesquisa. Alguns interessantes, que traçam, mostram alguns cenários das possibilidades do impacto das projeções de mudanças climáticas no meio ambiente.

Próximo.

Para contextualizar, vou falar bem rapidinho.

Pode avançar os outros.

Quando se fala em mudança climática, normalmente a gente fala em gases de efeito estufa, e normalmente existe o efeito estufa. É necessário o efeito estufa. É esse efeito que mantém a temperatura da Terra em equilíbrio, mas algumas ações, principalmente a partir da Revolução Industrial, há atividades que têm emitido muitos gases, o que tem acelerado os resultados, mostrando esse aumento, principalmente do carbono, na atmosfera. Hoje, um desafio é tentar quantificar e entender o impacto da quantidade de gases que está sendo emitida.

Próximo.

Então, isso – hoje, podemos falar em variabilidade climática, numa escala temporal menor –, no futuro, pode gerar mudanças climáticas no Planeta.

Os principais gases. O gás carbônico (CO₂), proveniente principalmente da queima de combustível. O metano, associado à criação de gado e à produção de arroz.

Próximo.

O óxido nitroso, proveniente principalmente de fertilizantes e de bases fósseis.

Próximo.

E outros gases com menor impacto sobre a atmosfera.

O que temos observado em modelos que apontam para a variação da concentração de gases na atmosfera está sendo mostrado aí. Num período curto de

tempo, de 1990 a 2010, os modelos, os mais otimistas e os menos otimistas. Nesse acompanhamento, os dados quantificados da pesquisa têm mostrado que, infelizmente, o que está sendo observado hoje é que as emissões têm acompanhado as projeções mais pessimistas, daí a importância de monitorar.

Próximo.

Mais informações. O gás carbônico contribui com praticamente 76% das emissões, e a contribuição de outros gases, o que impacta o acompanhamento disso ao longo dos anos.

Bom, três quartos dessas emissões são provocadas por combustíveis, participação ativa do homem; um quarto também pelo desmatamento. E aí a discussão do Cerrado, quanto o Cerrado tem contribuído com isso e com as emissões por queimadas.

Próximo.

O Brasil está muito mal colocado no *ranking*, é o quarto emissor. A conta do Brasil está muito focada na queimada de florestas, e o Cerrado também tem participação nisso.

Próximo.

E o que...

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Só um instante. Essa estatística que você acabou de apresentar é de que ano? E é relativa a gases de efeito estufa ou é relativa só a CO₂?

O SR. BALBINO ANTONIO EVANGELISTA – Aí estão embutidos os gases de efeito estufa.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Todos?

O SR. BALBINO ANTONIO EVANGELISTA – Todos.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – De que ano?

O SR. BALBINO ANTONIO EVANGELISTA – São da última década. Está aqui no rodapé: 2005.

Próximo.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Atualmente o Brasil é o sexto emissor?

O SR. BALBINO ANTONIO EVANGELISTA – Com relação ao aumento da temperatura, atualmente, já estimam valores acima de 0,8 a 1 grau, e os cenários projetam mudanças de até 5,8 graus nos próximos 100 anos.

Próximo.

No Brasil... No Planeta, as zonas quentes estão situadas nesse retângulo. E o próximo vai mostrar que, para o Brasil,...

Próximo.

Os prováveis impactos...

Mais um.

Poderiam causar a intensificação de chuvas. Esses dados pluviométricos não são conclusivos. Por isso ainda são pouco utilizados nos modelos que avaliam o impacto das chuvas na agricultura e na pecuária, nos modelos que avaliam a relação solo/água/planta. O Nordeste seria uma das zonas com maior impacto. A Amazônia também, com a retirada da floresta. E principalmente algumas indicações de aumento do nível do mar.

Próximo.

Esses são cenários traçados por modelos que projetam isso no Brasil. Esse cenário para 2010, um cenário pessimista...

Próximo.

Aumentando a temperatura, chegando aos limites do Cerrado.

Bom, são dados que estão sendo disponibilizados, discutidos, e o que cabe à Embrapa e a seus parceiros, que trabalham diretamente com pesquisa, é: frente aos cenários traçados, quais seriam os prováveis impactos na agricultura, principalmente em nosso foco aqui, que é o Cerrado.

Próximo.

Alguns modelos que relacionam solo/água/planta. Dizem que esse aumento vai interferir na concentração do CO₂ e na forma como as culturas interagem com esse CO₂ na presença ou na ausência de umidade, como o aumento de temperatura vai interferir no solo e principalmente nas atividades fotossintéticas, com acúmulo de carbono no solo.

Próximo.

Também alguns resultados mostrando, numa escala temporal ainda um pouco curta, que extremos pluviométricos têm aumentado, assim como extremos térmicos, e a frequência desses eventos extremos tem acontecido com maior regularidade, com maior intensidade.

Próximo.

Esse é um estudo feito pela Embrapa e pela Unicamp, em que temos mostrado que – aí é bom chamar a atenção –, se as condições ambientais forem mantidas e a genética, a pesquisa em biologia não fizer nenhum estudo de adaptação, esse seria o cenário frente ao que está acontecendo hoje.

Próximo, por favor.

Em 2070, em 2050. Soja, com aumento das áreas de alto risco. Portanto, diminuem as áreas de produção de baixo risco. Cana-de-açúcar, por ser uma cultura com característica diferente, por ter uma biologia diferente, a estimativa é que aumentaria o rendimento da cana. O Cerrado seria, já é hoje, uma área de expansão para a cana.

Próximo.

De forma geral, esse seria o provável impacto se as condições forem mantidas tanto do ponto de vista das projeções de mudanças como do ponto de vista de investimento e pesquisa em melhoramento de plantas. Logicamente, os estudos de adaptação e melhoramento vão acontecer. E vou mostrar alguns resultados que já temos disponíveis.

Próximo.

E o Cerrado? É importante produtor de soja, contribui com mais de 50%; mais de 90% da produção de algodão, a produção intensiva, de algo nível, tecnificada; e outras culturas, como arroz, milho e feijão, em que o Cerrado tem uma participação muito importante. Portanto, merece algumas atenções.

Próximo.

Produtividade do Brasil em relação ao Cerrado. São terras corrigidas, férteis, com alto rendimento, acima da média nacional. Daí a importância de se analisar, estudar e comparar os prováveis impactos futuros.

Próximo.

Também a pecuária. Qual a importância dessa pecuária, com 195 milhões de bovinos? O Cerrado tem uma participação muito importante também. A exploração... Essa relação agricultura para a produção de carne merece uma atenção especial também.

Próximo.

Aí, os desafios. Produzir, de forma sustentável, de forma equilibrada, evitando, minimizando a emissão de gases de efeito estufa, aumentando a fertilidade dos solos. Esse é o desafio da Embrapa como um todo. E a Embrapa Cerrados tem se preocupado bastante com essas atividades agrícolas, com essas ações, minimizando o impacto diante dos cenários futuros.

Próximo.

Então, o desafio: economia sustentável, respeitando o meio ambiente, suas limitações, sua ofertas. E esta relação tem que estar sempre em equilíbrio: meio ambiente, economia e sustentabilidade.

Próximo.

Hoje, o Cerrado ocupa praticamente um quarto do território do País e precisa de um monitoramento contínuo. A Embrapa Cerrados e seus parceiros de pesquisa têm feito alguns estudos, algumas caracterizações desse ambiente.

Próximo.

As ações visam ora mitigar, minimizar o efeito, ora adaptar.

Próximo.

Adaptar é desenvolver técnicas e metodologias que permitam minimizar o efeito. Mitigar é praticamente reduzir, minimizar de forma mais consistente, esses impactos.

Próximo.

Conhecer o Cerrado é importantíssimo. Do ponto de vista ambiental, é um bioma. Muitas pessoas imaginam que é uma zona homogênea. E nós podemos mostrar que não é bem assim. Do ponto de vista da distribuição pluviométrica, é o principal fator climático, elemento climático, responsável pelo aumento de rendimento, pela produção agrícola. E mostramos que há regiões em que chove de 600 milímetros a 800 milímetros por ano e, em contrapartida, há regiões em que a oferta hídrica pluviométrica é muito mais forte. Portanto, a agricultura praticada no Cerrado tem que respeitar suas limitações e suas zonas homogêneas do ponto de vista climático.

Próximo.

Do ponto de vista da cobertura vegetal, a Embrapa tem participado de grupos junto ao Ministério do Meio Ambiente e junto ao Ibama, mapeando, quantificando essa vegetação natural e principalmente monitorando as áreas com maior ou menor desmatamento.

Próximo.

Recentemente, a partir de um convênio com a Universidade de Campinas e a Petrobras... Havia a necessidade de, dentro do foco de mudanças climáticas, conhecer o estoque de carbono nos solos. Esse trabalho é recente. É o marco zero do estoque de carbono no solo, já que, quando se fala em mudanças climáticas, quando se fala em agricultura e quando se fala em sustentabilidade, o que se busca, na verdade, é manter esse carbono no solo. E para saber se esse carbono está aumentando ou diminuindo, é preciso monitorar. Esse é o primeiro estudo que está sendo feito em profundidades de até 60 centímetros, está sendo quantificado. No Cerrado, são mais de 200 pontos monitorados.

Próximo.

Por camada, a partir de agora, é possível monitorar, a cada ciclo, a cada ano, se esse estoque de carbono está sendo mantido, se está sendo reduzido ou se está sendo incrementado.

Próximo.

Outras formas de parceria. Também com o Ibama e com o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Embrapa Cerrados tem participado desses programas de redução de desmatamento.

Próximo.

Dentro das ações de mitigação e de adaptação, um dos focos principais hoje é identificar variedades mais adaptadas, tanto agrícolas como outras vegetações.

Descoberta de mecanismos moleculares. Aí seria a fisiologia, a genética trabalhando para identificar materiais mais resistentes, principalmente a estresse hídrico, resistentes à seca.

Marcadores de genes, que permitem maior adaptação, maior resistência, a partir de cenários de redução de oferta hídrica e climática.

Próximo.

Vou dar alguns exemplos. São resultados de experimentos da Embrapa, em que você tem, dentro de um mesmo ambiente e com a mesma oferta hídrica, plantas tolerantes e plantas não tolerantes. São resultados desenvolvidos na Embrapa Cerrados, com seus parceiros.

Próximo.

Aqui, nós chamamos de linha de distribuição de água. Você planta o seu campo, define lâminas diferentes de irrigação, com um conjunto o maior possível de variáveis, de cultivares diferentes, cada um com características genéticas diferentes, e analisa a resposta dessas plantas à deficiência hídrica. Se houver redução de temperatura, se houver redução das chuvas, que materiais são mais resistentes, que conseguem uma produção economicamente viável e mesmo em cenários mais hostis do ponto de vista climático.

Próximo.

Outra. Identificar mecanismos, genes que estão nas plantas e que podem ser transferidos para outras plantas, visando principalmente resistência à seca, também trabalho que está sendo feito dentro dos projetos de pesquisa da Embrapa.

Próximo.

O zoneamento agrícola de risco climático já é uma ferramenta de governo, de política agrícola. Essa é uma ferramenta de adaptação, na medida em que você define suas áreas de baixo risco, do ponto de vista da demanda hídrica, e consegue definir as zonas de baixo risco, consegue definir um calendário de época de plantio de baixo risco. Considerando o ciclo da cultivar, o tipo de solo e a época de plantio, você pode definir o zoneamento. Já é política pública. Procuramos melhorar o zoneamento a partir de cultivares, de plantas com ciclos superprecoces, quanto menor o ciclo, de forma que você pode otimizar a janela climática e plantar duas lavouras ou duas culturas no mesmo ciclo, fora do conceito de safrinha. Aqui nós estamos pensando em duas: milho, soja super precoce, logo em seguida entrar com o milho precoce e você cultivar duas safras com baixo risco. Principalmente daqui, definem-se as melhores épocas de plantio dentro de um sistema sequenciado.

Próximo.

A Embrapa tem umas posições estratégicas para mudanças climáticas, como utilizar de forma mais ativa os modelos computacionais, simulando prováveis impactos, prováveis mudanças, usando bioinformática, usando ambientes que permitam controlar todas vari-

áveis. Eu tenho uma câmara, eu planto determinada cultura, eu controlo temperatura, eu controlo radiação, eu controlo água e, a partir daí, eu posso mudar esses indicadores e ver o provável impacto disso em situações bem controladas e reais.

Laboratório de biologia molecular também está em planejamento.

Próximo.

As questões de identificar materiais resistentes do ponto do estresse hídrico com maior capacidade de conversão em CO₂, transformar isso em biomassa. Hoje que a gente procura nesses trabalhos é produzir biomassa, retirar o carbono da atmosfera, jogar, armazenar no solo na forma de carbono, fazendo com que as culturas façam isso com maior frequência, identificando quais as culturas mais importantes do ponto de vista econômico e social.

Uma vez identificado o gene em regiões que têm as mesmas latitudes do cerrado brasileiro, identificar genes que possam ser utilizados nesse nosso bioma para que as culturas sejam mais tolerantes, mais resistentes, também sem deixar de lado a questão produtiva.

O plano ABC é um plano de Governo, coordenado pelo Ministério de Agricultura, que tem uma função principal de produção sustentável, do ponto de vista dos cenários de mudanças climáticas, aqui chamamos de agricultura de baixo carbono, mas na verdade é agricultura de baixa emissão de carbono. É isso que se busca: sistemas de produções que permitam produções viáveis, sustentabilidade e, se possível, reter esses gases de efeito estufa no solo convertendo em matéria orgânica.

Então, é produzir em biomassa, cobertura dos solos e também armazenar nos solos.

Tem um objetivo muito, muito específico que é mitigar emissões. Faz parte do Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

A Embrapa Cerrados tem um grupo de pesquisadores muito ativos nesse programa, tem os compromissos bem específicos: reduzir gás de efeito estufa, fixar CO₂ na vegetação, no solo, como eu já havia dito, sistemas sustentáveis do ponto de vista ambiental, econômico. Visa reduzir desmatamento, produzir mais na menor área, aumentar produtividade sem comprometer o equilíbrio ambiental, os solos, principalmente.

As metas são muito bem definidas: recuperar pastagem degradada, usar sistema de integração lavoura/pecuária/floresta – vou mostrar um exemplo –, plantio direto como forma de manter o solo protegido, reter mais água, utilizar os recursos do solo de uma forma mais ágil, mais viável; florestas plantadas, tratamento de dejetos de animais.

Aí tem as ações de mitigação e tem ações de adaptação, todas voltadas para esses sistemas de equilíbrio, ações de exploração de produção sustentável.

Aqui um exemplo bem claro de, a partir da energia da fotossíntese, otimizar plantas capazes de produzir bastante biomassa, sempre buscando armazenar esse carbono, essa biomassa no solo e também protegendo o solo. Esse é o grande foco.

Próximo.

Acumular carbono no solo, produzir biomassa e proteger os solos.

Dentro da produção de pastagens degradadas, recuperar as pastagens degradadas, fazer com que esses solos se tornem quimicamente sustentáveis, permitir que a biomassa se desenvolva nesses solos, produzir com maior renda, com maior rentabilidade, uma vez que já há dados científicos mostrando que pastos bem manejados reduzem a emissão de gases.

Próximo.

Aqui são resultados de pesquisa mostrando que a rotação consegue manter e aumentar o nível de carbono no solo, mostrando sistemas sustentáveis, em função dos sistemas convencionais, que normalmente retiram esse carbono, retiram a fertilidade dos solos.

Próximo.

Essa é a tendência dos sistemas integrados.

Próximo.

E a estratégia de produção sustentável, como já foi dito.

Próximo.

Só um exemplo. No primeiro ano, a cultura, a lavoura é uma gramínea. E aqui a espécie florestal, plantando no primeiro ano. No segundo ano, a espécie florestal já bastante desenvolvida e uma cultura, no sistema de rotação, promovendo a rotação de cultura. No terceiro ano, a produção do capim, da pastagem. E, no quarto ano, entrando o boi.

Esse é um sistema em que se está apostando muito como uma referência, um exemplo de sistema de exploração agrícola sustentável.

Próximo.

Mais exemplos de como já existem resultados mostrando e como a gente está apostando em que quanto mais se conhecer sistema, mais benefício vai trazer para a agricultura.

Próximo. Pode passar.

Sistema de plantio direto – produzir biomassa para proteger o solo. Esta é a base. Em que a gente acredita? Protegendo o solo, você minimiza impactos, principalmente das chuvas, de erosões. Você protege o solo, mantém temperaturas equilibradas, aumenta a reserva de água nesse solo. Isso, dentro do zoneamento de risco climático, já prevê que se o agricultor usar

esse sistema equilibrado a alíquota que se paga para o seguro é minimizada em função de uma técnica, já que você aumenta a reserva de água no solo, o que permite que você tenha uma janela de plantio maior, com menor risco.

Próximo.

Já bastante difundido. E o Cerrado continua investindo bastante nisso, mostrando que o sistema é viável, é equilibrado. Já há resultado de pesquisa mostrando isso, em detrimento de outros sistemas convencionais.

Próximo.

E outro programa. Isso já é conhecido na Embrapa Cerrado há bastante tempo. A gente continua apostando muito nisso. A soja é um exemplo viável de fixação biológica, minimiza o uso de fertilizantes baseados no petróleo. Você cria umas condições no solo, a microbiologia do solo melhora, e a gente acredita muito nesse sistema como sendo sustentável também.

Hoje, o desafio é identificar outras culturas que tenham a mesma resposta às bactérias de fixação do nitrogênio, como já existe no feijão. A cana e outras culturas são um desafio. Isso vai baratear o custo e melhorar a sustentabilidade do sistema.

Próximo.

A floresta plantada, já foi dito, retém esse carbono da atmosfera, transforma-o em biomassa, protege o solo e também vai armazenar isso no solo. A gente está apostando que esses sistemas equilibrados vão melhorar essas condições.

A questão de tratamento de dejetos animais também é outra linha de pesquisa, outra linha de trabalho. Tem que saber utilizar esses resíduos de forma que eles não comprometam ainda mais o equilíbrio, a sustentabilidade.

Próximo.

Dentro do programa ABC já há bastantes ações previstas de mitigação de monitoramento. São campanhas publicitárias, transferência de tecnologia, transferência de conhecimento. Novos estudos e pesquisas estão se prevendo, planejamento, treinamento.

Pode passar.

A parte de monitoramento.

Linhas de crédito. Dentro do programa, também, estão previstos recursos para transferir conhecimento, para divulgar, para fazer com que os agricultores cada vez mais adotem essas técnicas de cultivo sustentável; seminários, oficinas de trabalho.

Próximo.

E a Embrapa, com suas parcerias, tem trabalhado bastante nessas ações.

Próximo.

Reuniões, cursos de capacitação, boletins técnicos, transferindo conhecimento de forma que os agri-

cultores consigam entender essas técnicas e praticar essas técnicas.

Próximo.

E também a Embrapa tem trabalhado com os seus parceiros: os programas de cerrado, os programas da Amazônia Legal junto com o Ministério do Meio Ambiente, junto com o Ministério da Ciência e Tecnologia, junto com organizações não governamentais. Então, tem todo um leque de ações que estão sendo desenvolvidas, muitas delas com forte impacto no cerrado.

Próximo.

Mais um.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Obrigado, Prof. Balbino.

Gostaria de passar a palavra agora para o Roberto Brandão Cavalcanti.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Boa tarde, Srs. Parlamentares, Presidente da Mesa, Deputado Sirkis, Deputado Tripoli, participantes, é um prazer estar aqui mais uma vez e realmente o pessoal diz que eu sou fã desta Comissão, porque esta é a terceira vez em tantos meses que eu venho, mas ...

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – A Comissão que é fã sua.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Primeiro, geralmente eu trago as informações. Elas não são minhas, pessoais, mas são da Secretaria. Mais uma vez eu estou com o *PowerPoint* aí e que foi elaborado pelo nosso Departamento de Conservação da Biodiversidade.

A Daniela, Diretora do Departamento está aqui presente e pode responder com habilidade a todas as perguntas – brincadeira! –, não só ela como a equipe.

Deputado, eu acho que uma das coisas que realmente nos interessam como Secretaria em participar desta Comissão é porque a gente vê que internacionalmente essa questão das mudanças climáticas tem uma desconexão muito grande. Tem aquele painel científico, IPCC, que, digamos, está fazendo previsões de altíssima qualidade, mas às vezes encontra muita dificuldade em ter o eco na instância de políticas. Digamos, a quem o IPCC se reporta, qual é o órgão que pode realmente pegar e transformar recomendações científicas e decisões em políticas públicas.

E aqui no Brasil eu acho que nós temos a sorte de ter esta Comissão que reúne as duas Casas do Congresso e que realmente nos oferece essa oportunidade de apresentar a vocês os dados científicos, os trabalhos que o Executivo vem realizando na hipótese e na esperança de apoiar essa tomada de decisões.

Periodicamente, quase semanalmente também nós recebemos demandas, na Secretaria, vindas do

Legislativo e nos solicitando opiniões sobre PLs e sobre iniciativas parlamentares. E também queríamos nos colocar à disposição, Deputado, não só de trabalhar nesse, digamos, varejo, mas também por intermédio da Comissão talvez pegar um atacado e juntar muitas dessas recomendações e iniciativas legislativas de grande fôlego.

Por isso também o tema de hoje é muito importante, que é a questão das mudanças no cerrado, porque se a gente olhar o que vai ter que ser feito de agora até meados do século, até 2050, para nós está mais ou menos claro. Primeiro, um programa de redução de emissões e não porque isso seja... Não é tanto uma questão de opinião, mas as evidências e mesmo, por exemplo... Aliás, parabéns pela sua apresentação sobre a área agrícola. A gente vê que há cenários e há soluções para quase todas as hipóteses, mas a hipótese de continuarem aumentando as emissões realmente aumenta o grau de instabilidade no planejamento. Então, isso daí é inteiramente... A gente pode achar bom ou ruim as emissões, mas o fato é que a instabilidade no planejamento e toda uma sociedade humana que está cada vez mais atingindo níveis de desenvolvimento e de ocupação do Planeta que exigem uma atenção grande é um problema que aumenta, também, o risco de catástrofes. Na safra agrícola, este ano, nos Estados Unidos, alega-se que o que está acontecendo lá foi já um dos primeiros resultados das mudanças climáticas. Portanto, acho que na redução de emissões - e a própria apresentação do representante da Embrapa mostrou isso... Há possibilidades de a gente ter desenvolvimento num quadro de redução de emissões. É certo que a redução de emissões vá reduzir também a instabilidade e o grau de imprevisibilidade climática por causa da relação entre a temperatura e a quantidade de vapor de água na atmosfera e a resultante imprevisibilidade ou aumento da imprevisibilidade climática. Esse é um ângulo.

O outro é que eu trabalho com espécies. Minha área é de Ecologia, Zoologia, Ornitologia, Biologia de Organismos. Como já tive oportunidade de falar aqui, a maioria das espécies hoje presente no Planeta tem a idade da ordem de milhões de ano, ou seja, já passou por muitos ciclos climáticos. Então, a questão é: teoricamente, é possível, mesmo num cenário de mudanças climáticas, a gente adotar estratégias que permitam a sobrevivência das espécies e a sobrevivência de uma das espécies mais próximas de nós, que são as comunidades humanas, evidentemente. Então, o que seria necessário para isso. Novamente, há um cenário de manter a integridade dos ecossistemas, a conectividade. Isso foi o que permitiu, no passado, que você tivesse ciclos climáticos sem ter extinções

maciças de espécies. Ocorreram, sim, extinções maciças na história da Terra, mas foram quatro ou cinco grandes associadas a eventos realmente catastróficos, como o vulcanismo no Permiano. Mais recentemente, a transição para o Cretáceo, onde ocorreram, realmente, eventos muito extremos. Mas a Terra teve ciclos bem menos extremos que permitiram a sobrevivência das espécies. Particularmente, quando a gente olha a Amazônia, numa das minhas primeiras viagens quando trabalhei em Carajás... A floresta de Carajás é uma floresta amazônica que ocupa um território sobre o clima equivalente ao clima do cerrado. Então, de fato, você pode ter, dentro de um mesmo regime climático, mais de um tipo de ecossistema, de cobertura florestal, desde que a gente entenda os fatores que levam a isso e mantenha. Então, por exemplo, mesmo com esses cenários de mudanças climáticas e de aumento da temperatura não é obrigatório que a Amazônia toda se transforme em uma gigantesca savana. Se você tem mecanismos de manejo da paisagem e de controle associado a um programa de redução de emissões. É um objetivo razoável a gente supor que podemos passar por esse aperto que vem por aí. Num cenário de manutenção, como você colocou, de manter produção agrícola, mudando o seu mix de culturas, e também, por meio do planejamento ecológico, manter a sobrevivência das espécies. Então, atendendo à solicitação, esses slides vão mostrar mais ou menos como é que a gente está olhando isso na ótica da Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

Próximo.

Isso aqui é mais uma referência para vocês.

Todos nós sabemos que o Bioma Cerrado é de altíssima biodiversidade. Isso é o que chamo de efeito América do Sul. Trata-se de um Continente tropical que durante de dezenas de milhões de anos foi isolado, foi uma ilha, assim como a Austrália. Isso levou a um processo altíssimo de especiação. Recentemente, se reconectou com a América do Norte, via o Istmo do Panamá, ocorreu um processo de troca de fauna, mas o grosso da fauna e da flora da América do Sul é uma biota que evoluiu, assim como a biota da Austrália, a biota de Madagascar, Papua-Nova Guiné. São biotas que evoluíram durante dezenas de milhões de anos em isolamento. Como são áreas tropicais você tem aquela situação ideal: altíssima biodiversidade e altíssimo grau de endemismo de espécies únicas.

Próximo.

Bom, o Cerrado, pelo seu próprio isolamento e pela falta de tecnologia agrícola, que só foi desenvolvida nos últimos quarenta anos realmente, até recentemente estava em um estado próximo da grande cobertura nativa. Também por causa do isolamento, presença

de tribos indígenas extremamente agressivas, é uma área que demorou muito a ser realmente ocupada e então, ao contrário de outras regiões do Brasil, a gente ainda tem aqui, digamos, aquela mistura muito rara das tribos indígenas, das comunidades tradicionais e a presença da capital brasileira.

Próximo.

Bom, o paradoxo do cerrado da água, não é, aquele exemplo que a gente sempre usa: como é que os rios do serrado correm doze meses por ano se você só tem chuva seis meses por ano? Alguma coisa está acontecendo. E o que acontece? É que as grandes chapadas do cerrado são as esponjas, que capturam a água durante a época chuvosa e que vão liberando continuamente.

Então, a dinâmica, não dá para a gente separar a dinâmica da água do cerrado da dinâmica da cobertura vegetal e do manejo dessa cobertura.

E isso tem implicações muito importantes para agricultura, além de ser a fonte das grandes bacias hidrográficas brasileiras.

Próximo.

E aqui a gente vê claramente aquele fenômeno que nós conhecemos, não é? Que a parte Centro/Sul do cerrado já está largamente ocupada. Esse é um dado inclusive da Embrapa, do seu colega, Edson Santos.

Aí é um mapa de 2002.

Próximo.

Hoje o que a gente tem?

A unidade de conservação, especificamente, que cobre 8,2%, mas, além disso, tem muitas paisagens que estão protegidas em virtude do esforço de comunidades e não apenas dos entes governamentais. Então as terras indígenas e as áreas de comunidades tradicionais e quilombolas são significativas e os agricultores e os proprietários rurais têm uma contribuição também significativa para a conservação, por meio das APPs e das reservas legais.

Todas essas são estratégias de conservação que devem ser incentivadas dentro do bioma cerrado.

Próximo.

E se a gente olhar, por exemplo, as unidades de conservação estaduais e federais, sozinhas elas não vão resolver o problema. Por quê? Há um problema de quantidade e um problema de representatividade.

A representatividade, aqui a gente pode olhar claramente, não é, a representatividade geográfica tem alguns blocos onde você tem grandes unidades de conservação que são justamente as áreas de menor densidade populacional.

Lá no Jalapão, por exemplo, o Jalapão é meio que a Amazônia do cerrado, porque é a única região do cerrado, é uma das poucas, onde a densidade ha-

bitacional é de menos de um habitante por quilômetro quadrado que é comparável à densidade da Amazônia.

Todo mundo que já foi ao Jalapão sabe, é praticamente o último lugar no cerrado onde você pode subir e ver assim, cerrado de fora a fora.

Não é só porque é a fronteira não chegou lá, mas é porque o tipo de solo e a vocação agrícola lá é diferente de outras regiões do cerrado.

Próxima.

Distribuição das APAs.

Próximo.

Então o que isso mostra?

Que se a gente quiser expandir a quantidade e a representatividade da proteção do cerrado nós vamos ter que trabalhar de uma forma matricial, envolvendo todos os setores da sociedade, particularmente, os proprietários rurais, fazer uma expansão dos sistemas de UC, onde isso for possível e recomendável. Isso é de fato. No cerrado ainda há essa oportunidade, e também associar essas unidades de conservação à prestação de serviços ambientais, seja por meio dessa questão de ajudar a mitigar e controlar as mudanças climáticas e também montar um sistema para que elas contribuam nessa questão que eu falei aí do balanço hídrico e da manutenção dos estoques de água do cerrado.

Próximo.

Desmatamento.

Aí é a conversão. O que a gente vê? É um processo muito pulverizado em todo o cerrado, mas ali em cima a fronteira lá do Mapito, é onde você está tendo um processo de conversão muito forte nesse período agora até 2010.

Próximo.

O que acontece novamente? E aqui é uma coisa que a gente tem que colocar para vocês. Por exemplo, na Mata Atlântica, a gente sabe mais ou menos o que é para fazer porque a Lei da Mata Atlântica já estabelece exigências bastante claras sobre o que pode ser convertido ou não.

A nova Lei Florestal mantém as premissas para a Amazônia: 80% nas florestas e uma percentagem menor no Cerrado. Não de 80% de conservação integral, mas de 80% de cobertura florestal nas propriedades. Agora, no Cerrado, nós ainda não temos esse número. Não existe uma lei de Cerrado e, obviamente, eu garanto a vocês que não vai ser fácil chegar a esse número, porque você tem a demanda agrícola, você tem a demanda conservacionista, você tem a demanda por serviços de ecossistemas.

Então, Deputado, eu acho que, realmente, é isso que a gente está colocando. Nós podemos mostrar, digamos, todas as demandas, necessidades, o que pode ser feito, mas, em algum momento, a gente vai ter que,

por meio, provavelmente, de atos legislativos, estabelecer um cenário para alguns números para o Cerrado. Pode não ser necessariamente, porque a Lei Florestal atual estabelece o que a gente pode dizer que são as Áreas de Preservação Permanente, as APPs, reservas legais e estabelece alguns parâmetros base federais.

Mas há várias hipóteses. A gente pode olhar questões estaduais, legislação estadual, podemos olhar mecanismos voluntários, mas, de qualquer forma, a gente tem que criar um cenário para quais vão ser as estratégias tanto de ocupação antrópica, de agricultura e de outros usos no Cerrado, mas, também, um cenário para conservação. Nós ainda não estamos lá. O que nós estamos apresentando hoje são alguns, assim como o grupo representante da Embrapa apresentou alguns cenários de agricultura nós vamos apresentar alguns cenários na área de conservação e quais são as metas que poderíamos propor e que dariam um retorno positivo.

Próximo.

Então, o que aconteceu? Grande parte das terras de melhor qualidade agrícola do Cerrado já foi ocupada e, em 2009 e 2010, ocorreu uma redução bastante expressiva na média da conversão agrícola e da conversão das terras do Cerrado. O que significa isso? Que, de fato, o Governo e a sociedade tem cartas na mão que permitem, realmente, definir quais são os objetivos e como você vai fazer. Se quiser, realmente, pegar e controlar a conversão, existem os mecanismos e a sociedade pode se posicionar nessa direção.

Próximo.

Os principais vetores de conversão são esses que a gente conhece, e o que eu quero tornar claro aqui é que muitas dessas conversões são perfeitamente legais. Hoje você pode chegar a comprar uma propriedade de Cerrado e dizer: "Eu quero converter 'x', você entra e três meses depois tem a sua licença de supressão vegetal."

Inclusive eu estava até lá na região da Chapada dos Veadeiros e o pessoal me disse: "Olha o paradoxo. Em três meses, a gente consegue uma licença para fazer a supressão de vegetação, mas, para criar uma RPPN leva três anos." Ou seja, existe uma assimetria aí que a gente deveria, pelo menos, estar atento e procurar levar em conta, ver o que pode ser feito.

Próximo.

Se a gente olhar a dinâmica das queimadas e incêndios florestais, aqui a gente encontra praticamente um consenso de que isso é uma coisa que devemos controlar. Por quê? Primeiro, que, além, obviamente, dos efeitos sobre a biodiversidade, você sabe que a principal coisa que sobe na fumaça, com a queimada, é o nitrogênio do solo. Ou seja, se você quer um pro-

cesso muito eficaz de baixar a fertilidade natural do solo é só tocando fogo. Em poucas queimadas, você consome anos de fixação bacteriana de nitrogênio por meio do processo de queimadas. O fósforo, não; o fósforo tende a ficar, mas o nitrogênio vai.

Próximo.

A maior parte dos incêndios é de origem antrópica, digamos, tem algumas funções, mas, pela nossa experiência direta, grande parte das áreas queimadas é resultante de processos involuntários e indesejados, porque o fogo como instrumento de manejo, principalmente nas práticas agrícolas mais modernas, praticamente desapareceu. Ou seja, quando você tem queimadas como práticas agrícolas, isso reflete práticas não recomendadas, inclusive pelos órgãos. Então, aqui nesse ponto nós temos uma convergência entre a área ambiental e a área agrícola, de que esse é um consenso, fazer esse tipo de controle associado à renovação de pastagens. Como vocês sabem, são pastagens de baixíssima produtividade. Inclusive, hoje, estão sendo compradas para serem convertidas em áreas agrícolas de maior produtividade.

Próximo.

Isso confirma o que a gente já sabe, que os focos concentram-se nos meses secos. A gente sabe que a pior queimada ocorre às vésperas da primeira chuva. Aqui, em Brasília, posso garantir que no feriado do 7 de Setembro, vocês podem ler no *Correio Brasileiro*, sairá uma grande queimada em algum lugar do DF. É sempre assim. Muito concentrado em torno de feriados, porque é o período em que você não tem gente disponível. Muitas queimadas são controladas por funcionários de fazendas. Você pega um feriadão e você vê que é quando as grandes queimadas entram. Portanto, a gente tem de estar atento a essa questão.

Próximo.

Isso confirma aquilo que falei, que a maioria das queimadas ocorre fora das áreas de agricultura consolidada. Ou seja, nem a agricultura consolidada nem a área ambiental têm interesse nesse processo degenerativo que hoje estamos testemunhando.

Próximo.

Então, o que o Legislativo espera do Executivo, Deputados? Que a gente se manifeste colocando pelo menos um programa que, teoricamente, funcione. Então, aqui tem o PPCerrado, que visa atender vários desses diagnósticos que apresentamos. Então, tem ação e participação de 16 ministérios.

Próximo.

Foi detalhado até o ano passado, mas a visão dele é para ir até 2020. Esse é aquele ganha ganha. Basicamente, estabelecendo um programa de controle

de queimadas, em que você reduz emissões, favorece a agricultura consolidada e favorece a conservação.

Próximo.

Por isso que todos esses ministérios se juntaram.

Próximo.

Não estou com muito tempo. Então, os resultados esperados são esses: promover a redução da taxa de desmatamentos e queimadas e ajudar nos compromissos que o Brasil assumiu nacionalmente, de reduzir as emissões em 40% até 2020.

Próximo.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Qual é o peso das emissões do Cerrado em relação ao global de emissões florestais no Brasil?

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Bom, Deputado, não tenho de cabeça, mas acho que vai aparecer aqui. Já tinha constatado antes que o senhor domina todas as estatísticas, melhor do que muitos de nós, mas o Cerrado, como percentagem do Brasil, eu não tenho como dado. Pode ser que a gente tenha nesta apresentação.

Próximo.

Então, o conjunto de ações.

Próximo.

O sistema baseado no número restrito de eixos, monitoramento e controle. Tivemos uma reunião esta semana com o Ibama, Deputado, que vai continuar, por meio do laboratório de sensoriamento remoto e participação do Inpe, a fazer anualmente o monitoramento da cobertura florestal atual do Cerrado. Além disso, o Ibama tem, por meio do PrevFogo, um sistema de detecção de pontos de calor e de queimadas e que tem um rebatimento sobre o deslocamento das brigadas do PrevFogo.

Próximo.

Uma coisa importante é que a ação dos brigadistas tem um interesse social bastante importante, porque, além de gerar receita para os municípios onde os brigadistas são residentes, você capacita os municípios a fazer as suas ações de manejo de queimadas.

Próximo.

Então, nós temos uma meta bastante ambiciosa de ampliar em 2,5 milhões de hectares as áreas de unidade de conservação. Antes que o colega aqui da Embrapa me cobre como isso é possível, recentemente, Deputado, eu vim de Palmas para Brasília de avião, voando relativamente baixo num aviãozinho daqueles da TR, e, se formos observar, grande parte das áreas remanescentes do cerrado, mesmo que não tão sob unidade de conservação, são áreas de baixa aptidão agrícola. Por quê? Grande parte do Vale do Tocantins, que foi esse que a gente viajou, são áreas de intenso

relevante, tanto é que você vê onde tem essas grandes hidrelétricas: Serra da Mesa, Mirador, Lajeado...

Essas áreas aí, como tem no Rio de Janeiro aquele mar de morros, você tem uma situação equivalente no Cerrado, ou seja, existem oportunidades importantes, sim, de criação e extensão de sistemas de unidade de conservação, que inclusive tem um rebatimento sobre a proteção hídrica, sem que você crie um conflito direto com áreas de boa qualidade agrícola. Agora, do ponto de vista de representatividade, sempre vai haver áreas que interessam tanto à agricultura como à conservação. Isso aí a gente tem que sentar e vê como vai ser resolvido.

Próximo.

A questão das pastagens degradadas não é só restrita ao cerrado, mas a todos os biomas brasileiros. Isso representa, para os setores florestal, agrícola e ambiental, oportunidades enormes. Por quê? Porque a pecuária está, em grande parte do Brasil, movendo do sistema extensivo para um sistema mais intensivo, baseado, inclusive, no melhoramento genético e no semiconfinamento, ou seja, são oportunidades que favorecem a todos os setores – e o Cerrado muito forte nessa área aí.

Então, tem essa estimativa de oito milhões de pastagens degradadas que estão aí disponíveis para todas essas atividades, inclusive de melhora de renda.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Em relação à segunda, diz respeito apenas a reflorestamento econômico? Não cabem nesses fundos os reflorestamentos com biodiversidade também?

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Sim. Os sistemas agros florestais, com certeza absoluta. Porque o que acontece, basicamente estamos procurando o quê? Montar coberturas perenes. E dentro do Cerrado, biologicamente, as áreas de alto endemismo são as áreas dos campos rupestres, as áreas do cerrado. As áreas de mata de galeria, tipicamente, são áreas de transição biológica. Então, você pode pegar nas regiões de mata de galeria e fazer uma série de combinações. Inclusive, se a gente for olhar aqui nas matas de galeria do DF, eu estimo assim, pelo menos do ponto de vista da fauna, da avifauna que eu conheço, 30% ou mais é compartilhada com a Mata Atlântica. Subindo para os vales do Tocantins você vai ter um efeito diferente.

A avifauna das matas de galeria do Tocantins tem fortes afinidades com a Amazônia, então, essas matas de galeria realmente são aquelas conexões entre o Cerrado e os biomas vizinhos. Então, você tem uma flexibilidade. Agora, eu não mexeria num campo rupestre, num campo úmido, num brejo de altitude. Deixa

aquilo lá, porque o valor biológico é muito maior que o eventual retorno econômico.

Próximo.

Aqui são os marcos legais e os programas governamentais já existentes que permitiriam a gente introduzir um programa de recuperação de cerrado com isso.

Próximo.

Isso é uma repetição ali do que já foi colocado, digamos, os diversos setores com os quais estão sendo trabalhados. Por exemplo, as indústrias de ferro gusa, esse ano, antes da Rio+20, já assinaram dois protocolos voluntários para substituição, na sua cadeia produtiva, nos próximos quatro anos, subir para 90% de carvão só de florestas plantadas na suas cadeias produtivas. Então, não é irreal o que está sendo colocado aí.

Próximo.

Novamente aquela questão da integração com as políticas sociais do Governo e as políticas ambientais.

Próximo.

Um elemento crucial, Deputado, é o seguinte: existe um incentivo muito grande para novos arranjos produtivos. A sociedade brasileira, digamos, a própria agricultura reconhece isso, a dependência excessiva num número muito pequeno de *commodities* cria uma instabilidade. Então, a Embrapa tem, ativamente, procurado diversificar matriz agrícola produtiva e também esse tipo de mecanismo, além de diversificar o tipo de produtos disponíveis, também é um esforço muito grande para diversificar os arranjos produtivos em várias escalas, por isso esse eixo temático aí de fomentos de atividades produtivas sustentáveis. Isso tem três rebatimentos: o rebatimento social, que você está fortalecendo arranjos sociais locais, você está criando novas cadeias produtivas onde não existiam cadeias produtivas de melhor valor agregado, e você está usando esse fomento também para promover a recuperação ambiental, de forma que você não onere excessivamente nem o ator social nem o Governo.

Próximo.

Essa é uma longa apresentação, é melhor eu correr.

Até 2011, já foi feito 40% da execução.

Próximo.

Estamos fazendo agora a revisão do PPCerrado, tento em vista o planejamento do Governo.

Próximo.

Aqui só algumas coisas sobre dinheiro de cooperação internacional, nesse caso do GEF, sobre como a gente está usando esse tipo de recurso.

Próximo.

Esse é o projeto do GEF que está sendo executado no âmbito da nossa Secretaria, mas não exclusi-

vamente, tem parcerias com diversos órgãos, inclusive a Embrapa e outros.

Tem esses eixos: criação e expansão de UCs, medidas básicas de proteção e trabalhar o valor econômico potencial da fauna e flora do cerrado.

Próximo.

Esse valor, por exemplo, hoje a gente já vê na indústria de cosméticos um enorme aumento no uso, a questão aí das variedades: os frutos do cerrado, etc. Isso é um trabalho de longo prazo, mas o mercado existe realmente.

Próximo.

Essa questão da introdução na matriz produtiva parte daquela questão que eu coloquei que grande parte das paisagens do cerrado, particularmente as áreas de mata de galeria e de cerrado, se prestam a arranjos agroflorestais, onde você combina estratégia de conservação com produção.

Próximo.

Fortalecimento institucional. Saiu agora um edital para formação de redes no Cerrado.

Próximo.

O sistema de monitoramento, isso que eu falei lá no início e eu acho que me foi feita a provocação, Deputado, é que, juntamente com o Ibama e esse assessoramento remoto e o INPE, vai continuar sendo feito um relatório anual sobre a cobertura vegetal do cerrado.

Próximo.

Há uma participação grande com as secretarias estaduais, com o próprio ICMbio.

Esse aí é a comissão, aí a gente vê que essa comissão já existe há vários anos, há mais de sete anos.

Próximo.

Aqui o fundo sobre o clima, novamente a ideia é de usar uma estratégia climática para mudar também a matriz de uso do cerrado. A gente já viu aí os vários beneficiários, praticamente todos os setores da sociedade têm expectativas, numa transformação de uma matriz produtiva você consegue um ganho de eficiência.

Próximo.

Esse é um projeto que está sendo feitos agora com a cooperação alemã, com a Caixa, KFW e os órgãos estaduais. Novamente, decidimos testar lá no Jalapão pelos motivos que falei: o Jalapão tem baixa densidade populacional, é uma área realmente, há quase um consenso, primariamente devotada à conservação, mas, por ser uma região rica em nascentes, tem um potencial muito grande em termos de contribuição para o balanço hídrico das regiões vizinhas.

É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Obrigado, Roberto.

Agora a Isabel Figueiredo.

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – Boa tarde.

Em nome da Rede Cerrado, queria agradecer o convite. Para a gente é muito importante poder expor um pouco do que acontece com as organizações de base comunitária e também dar uma visão da sociedade civil sobre como o Governo está tentando solucionar os problemas do Cerrado.

Para quem não conhece, a Rede Cerrado é uma rede de organizações de base comunitária e organizações não governamentais, envolve cerca de cem organizações que estão espalhadas por todo território do Cerrado, nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Tocantins, Maranhão, e acredito que não tem nenhum representante do Piauí, mas seria interessante se pudesse ter.

As organizações que trabalham com a Rede Cerrado, fazem parte da Rede Cerrado, elas têm uma estratégia conjunta de conservação e melhoria das suas qualidade de vida que é baseada no sustentável da biodiversidade. Então, essas organizações, que se reúnem há muitos anos, têm, devido ao caráter similar de origem, que são organizações principalmente de comunidades tradicionais, comunidades indígenas e também organizações que dão assistência a essas organizações de base.

Devido a esse caráter, elas desenvolveram uma estratégia comum, um consenso com relação à estratégia de conservação que se quer trabalhar no bioma para essas áreas que estão fora das unidades de conservação e que também estão fora de áreas de proprietários agrícolas de grande escala. Então, a gente tem uma estratégia clara de áreas de unidades de conservação, a gente tem uma estratégia clara para a agricultura, mas talvez a gente não tenha ainda uma estratégia clara para essas áreas que são áreas de comunidades tradicionais, que são áreas meio invisíveis, a gente costuma falar. Então, quem sabe que no oeste da Bahia, no Município de São Desidério, que é o maior produtor de grãos do Nordeste, tem cem comunidades tradicionais? Isso é pouco conhecido. Agora, temos avanços com relação às comunidades tradicionais, como a comissão que o Roberto acabou de mostrar. Temos agora uma política de desenvolvimento sustentável para essas comunidades, mas ainda há muito o que fazer.

Atualmente, tem sido discutido dentro da Rede Cerrado que a bandeira primeira para ser debatido todo resto que vem depois – que eu vou mencionar em seguida – mas a bandeira inicial seria garantir es-

ses territórios tradicionais. Então, a gente já tem uma política para delimitação de territórios indígenas e de territórios quilombolas, mas e os geraizeiros, os vazanteiros, vou incluir os povos dos outros biomas, os faxinais, enfim, são várias comunidades tradicionais, com várias denominações, várias origens distintas que estão ocupando esses territórios há 200 anos, construíram ali a sua história, construíram uma estratégia de uso do território, uma estratégia que pode ser considerada sustentável porque eles estão lá há muito tempo e ainda hoje você vê que há muita área conservada e há uma área agrícola, então as comunidades conseguem se manter, mas há grandes dificuldades para isso. Essas comunidades que são consideradas invisíveis têm uma série de desafios legais para conseguirem melhorar a sua qualidade de vida e de fato poder fazer uso sustentável da biodiversidade, que é a sua principal vocação.

Atualmente, essas comunidades têm trabalhado entre si e por meio de projetos com diversos financiadores, inclusive em parceria com o Governo, para melhorar o seu meio de vida. Então, por mais que elas façam uma agricultura que a gente pode chamar de baixo impacto, por ser, em muitos casos, considerada até primitiva, eles estão vendo também a necessidade de adaptar essas técnicas para a realidade que está mudando. Então, antigamente eles poderiam queimar uma área e deixar o fogo correr, porque as áreas eram gigantescas, a densidade populacional era muito menor, mas atualmente a densidade populacional é mais adensada e as pessoas agora precisam adaptar a sua forma de manejo da terra para essa nova realidade. Então, os agricultores também estão buscando se atualizar com relação a essas técnicas, e é muito feliz que o Roberto tenha falado sobre o controle das queimadas, porque a gente está vendo que as comunidades estão muito interessadas em fazer o controle das queimadas, mas elas têm poucas ferramentas para isso, elas não sabem controlar queimada.

Tradicionalmente o fogo foi utilizado de maneira muito solta, bota fogo e vai para casa, não se preocupa com o efeito desse fogo, até o fogo vai apagar na mata, tudo bem, antigamente. Mas agora isso está causando prejuízos e as comunidades estão vendo isso, então elas também estão buscando se atualizar com relação às técnicas de agricultura e de manejo do fogo e estão buscando técnicas agroecológicas, técnicas de cobertura do solo, de controle de erosão e também de manejo de água com relação às barraginhas, nas áreas do semiárido do cerrado, na transição do cerrado com o semiárido.

Outra coisa importante que as comunidades estão buscando fazer também é o resgate das sementes

crioulas, são variedades que são adaptadas à realidade climática do cerrado e que foram sendo perdidas ao longo dos anos devido à modernidade da agricultura, à modernização da agricultura. Então há agora várias frentes de resgate dessas sementes que têm sido muito importantes para deixar o agricultor independente do mercado agrícola, que é um mercado de compra de sementes, que é um mercado que para ele é inviável. O pequeno agricultor, o indígena, o quilombola, esse universo de produção em pacote tecnológico não é adequado à realidade dele, então, eles estão buscando resgatar essas sementes, trabalhar com uma forma mais ecológica para conseguir continuar tendo uma produtividade grande na sua terra que hoje é pequena, restrita, está cansada, mas eles estão buscando bastante se atualizar.

A estratégia dessas comunidades e a estratégia da Rede Cerrado têm sido muito de fazer uso sustentável da biodiversidade em harmonia com a produção agrícola, com essa produção agrícola de baixa escala, com pastagem também, mas o que a gente tem batido muito para que essas comunidades consigam fazer é se manter nesse sistema, que é um sistema adequado a sua realidade, que agrega o uso sustentável da biodiversidade, então, a manutenção de uma área nativa e essa área nativa gerando renda, porque, se ela não gerar renda, a comunidade vai querer converter essa área para uma área de pastagem, ou vai querer arrendar para alguma monocultura, afinal ela precisa gerar renda da sua terra, mas isso junto com uma área de agricultura que possa também garantir a sua segurança alimentar.

Então, o que a Rede Cerrado tem discutido muito é que a estratégia conjunta de extrativismo, uma pequena criação e a agricultura tem sido a estratégia adequada para essas comunidades. Mas essas comunidades não têm conseguido avançar tanto nesse caminho porque muitas vezes elas não têm a garantia do território. Então, o que tem acontecido muito, um exemplo emblemático tem sido o oeste da Bahia, é que ao longo do tempo a grilagem foi sendo feita nas áreas de chapada, nas áreas mais planas, e hoje você olha no mapa é evidente o quanto a monocultura avançou, mas não é que não tinha ninguém lá. Tinha. Essas pessoas viviam lá, mas elas tinham um modo de vida bastante tradicional e não tinham documentação da terra – e continuam não tendo – e elas utilizavam essas áreas de chapada para coletar frutos do cerrado, plantas medicinais e para soltar o gado num esquema que eles trabalham de áreas coletivas para pastagem.

Essas comunidades foram sendo restringidas às áreas de vale e hoje elas estão sendo expulsas dessas áreas de vale, porque esses grandes agricultores não

são os agricultores parceiros, são os agricultores que estão de um lado que não estão vendo que o desenvolvimento sustentável é algo que dá para ser feito, mesmo com agricultura de larga escala. Então, existe ainda um modelo de achar que quem estava lá no lugar antes não é dono da terra, não tem direito a nada, e eles estão sendo expulsos dessas terras.

Precisamos lutar por um mecanismo que dê o direito à terra a essas comunidades. São dados invisíveis, são áreas invisíveis. Inclusive precisamos de apoio da Embrapa e do Ministério, para nos ajudar a fazer essa contabilidade, a ir a campo para saber quantas comunidades são, do que vivem. Não há estatística sobre isso praticamente. Isso está sendo começado.

Também não há medições de estoque de carbono, de emissão de carbono nesse sistema produtivo tradicional. Ele é muito deixado de lado, ele é invisível. Mas ele é importante, para que essas pessoas permaneçam nessas áreas. Se essas pessoas forem expulsas dessas áreas, elas vão vir aqui inflar as cidades, morar nas periferias e viver sem dignidade alguma. Então o objetivo é também mantê-las nas suas áreas, vivendo da maneira tradicional, adaptada à nova realidade, afinal, a cultura não é estanque. Mas é também para a gente ter uma vida urbana melhor, porque quem é expulso da zona rural vai morar na periferia da cidade de uma maneira degradante e vai acabar nos cemitérios ou nos presídios.

A instituição em que trabalho – Instituto Sociedade, População e Natureza – apóia essa estratégia de desenvolvimento sustentável a partir do uso sustentável da biodiversidade desde 1995, com o Programa de **Pequenos Projetos Ecosociais** (PPP-ECOS). Acho que o Roberto já foi até do seu comitê gestor, nos idos de...

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – É. Como sócio do primeiro workshop de áreas prioritárias para conservação do Cerrado.

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – É isso mesmo.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – O Ministério, a UnB, o ISPN.

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – Faz tempo, não é?

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Foi em 1998.

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – Então, o Programa de **Pequenos Projetos** atua com recursos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e apoiando essas comunidades no Cerrado, para que elas consigam desenvolver os seus meios de vida.

Mas só o programa de pequenos projetos tem sido muito pouco. Há uma demanda muito maior. Lamentamos que a estratégia do Ministério tenha muda-

do um pouco com relação a apoiar as comunidades diretamente. Esperamos que a gente consiga apoiar essas comunidades diretamente, por meio de recursos do Governo.

Mas o que tem acontecido...

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Poderia explicar isso melhor?

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – Poderia. A diretoria do Ministério do Meio Ambiente, de uns anos para cá, foi de diminuir os apoios diretos, por conta do PDA, PDPI...

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – *(Fora do microfone.)*

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – Como?

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – *(Fora do microfone.)*

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – Ótimo!

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Bom, essa é minha opinião.

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – É. Eu não gostaria de falar em nome do Ministério a respeito dessa diretoria, porque eu não tenho conhecimento para isso. Mas, de qualquer forma, pela maneira com que o Governo tem repassado recursos para as ONGs e para as organizações de base, tem sido muito difícil para elas conseguirem cumprir com os requisitos legais, cumprir com a prestação de contas da forma que é exigida.

Num Município como Tabocas do Brejo Velho, no oeste da Bahia, é muito difícil você ter três orçamentos, você ter um contador que seja diferente para cada organização, você conseguir ter um conselho naquela organização que não seja composto por parentes ou funcionários públicos. Então a gente entende a necessidade, o porquê de a lei ser assim, a origem disso. Mas, para esses grupos, a gente precisa trabalhar para ter uma adaptação legal. Porque a gente não está conseguindo seguir com o desenvolvimento desses grupos se não houver uma adaptação para a realidade deles.

Numa aldeia indígena, como é que você vai conseguir pegar uma nota fiscal de um mateiro que vai ajudá-lo a coletar os frutos? Você não tem como cumprir com todos os requisitos legais nessas áreas.

Então, isso é uma bandeira que a Rede Cerrado e o ISPN têm trabalhado bastante, para tentar buscar flexibilizações do marco regulatório ou adaptações.

Não digo só com relação à prestação de contas, mas principalmente à comercialização dos frutos dos produtos da sociobiodiversidade. Então, uma pequena agroindústria num Município pequeno tem a mesma exigência da Vigilância Sanitária que uma grande indústria, uma indústria realmente de grande porte.

A comunidade consegue financiamento, constrói lá uma casinha pequenininha, que custou R\$15 mil. Mas

eles conseguiram com R\$15 mil, com mutirão, não sei o quê. Aí vai lá a Vigilância Sanitária. Mudou, porque antes eles tinham parceria com alguém da Vigilância, que foi lá e falou: “Olha, aquela janela é assim, a altura é essa, o azulejo vai até essa altura”. Aí, na hora de o cara ir lá e dar a licença para eles, mudou o funcionário da Vigilância. Aí o cara falou: “Não, vocês têm que ter banheiro feminino e masculino”. As agricultoras falam: “Mas aqui é uma agroindústria de mulheres. A gente está trabalhando com o babaçu, só tem mulher”. “Não, mas olha só, aqui na lei está dizendo...” Aí elas fazem os banheiros feminino e masculino. Daí vem outra pessoa e fala que tem que ter acessibilidade para deficientes, e não há nenhum deficiente trabalhando na agroindústria.

Então, a gente entende o porquê dessas coisas, mas é inviável que a gente queira trazer o desenvolvimento para a zona rural, para esses grupos, se a gente não flexibilizar esse tipo de coisa. A gente acaba deixando esses grupos no buraco – desculpem o termo.

Com relação ao marco regulatório, também é preciso que haja uma flexibilização ou uma adaptação – talvez o termo flexibilização soe estranho – em relação a impostos também. Esses grupos estão fazendo um serviço social que precisa ser considerado. Então, muitas vezes, o pessoal de uma agroindústria viaja 45, 50, até 100 quilômetros de estrada de chão, para buscar uma caixa de fruto para processar na agroindústria. Mas não é porque rende, é porque ele quer envolver aquela família no trabalho. Isso é um custo social. Aquela família não tem nenhuma outra forma de renda, ela está completamente isolada a 100 quilômetros de estrada de areia.

São peculiaridades, especificidades que não sei se todos compreendem, mas essa é a vivência que temos com a Rede Cerrado, esse é o grupo que trabalhamos, e é esse tipo de detalhe que precisa ser considerado se a gente quer ter uma política inclusiva.

Com relação ao controle das queimadas, então, só reforçando, as comunidades querem ser capacitadas no controle das queimadas. Seria interessante se pudesse ser instalada uma brigada em cada comunidade ou em cada assentamento, porque, de fato, eles não têm os equipamentos, eles não sabem o que é um abafador, o que é um pinga-fogo, e eles precisam aprender.

Nós queremos muito ver a implantação da PPCerrado. Estamos muito otimistas que o monitoramento do desmatamento vá gerar resultados de combate a esse desmatamento ilegal. Porque, como o Roberto disse, grande parte do desmatamento é legal, e não podemos combater esse desmatamento. Mas a Rede Cerrado está acompanhando a PPCerrado. Agora, na parte da

revisão, nós estamos atentos, estamos nos reunindo para debater e para dar um retorno para o Governo.

Agora, em setembro, temos um ponto alto da vida da Rede Cerrado, o VII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, que será realizado aqui em Brasília, no Memorial dos Povos Indígenas. Nós esperamos reunir mil representantes de vários Estados e esperamos neste momento também debater sobre os pontos que são importantes para as comunidades, mas também envolver o Governo nos debates.

A gente tem feito uma rodada em vários Ministérios, em várias esperas, para que a gente possa trazer a realidade do Cerrado para cada um dos representantes que possa nos ajudar a melhorar essa realidade, porque a gente sabe que não é fácil para quem está aqui em Brasília saber o que está acontecendo lá em Tabocas do Brejo Velho. E a gente quer aproveitar essa oportunidade para trazer um pouco do conhecimento do que acontece na base dos povos do Cerrado.

Então, estão todos convidados, do dia 13 ao dia 16 de setembro, no Memorial dos Povos Indígenas, para o VII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado. Haverá uma feira com produtos, porque a gente observa um potencial incrível dos produtos do Cerrado, frutos muito saborosos, óleos que são muito saudáveis e ricos e plantas medicinais. Mas o marco regulatório, o marco legal impede que essa comercialização gere de fato uma renda significativa para essas comunidades. Então, elas se perdem no emaranhado da legislação, elas não recebem orientação suficiente, e elas não conseguem gerar todo o resultado que poderiam gerar.

Reconhecemos avanços com a Política Nacional de Alimentação Escolar e também com o PAA. Tem feito muita diferença na base, porque as comunidades têm agora um mercado garantido para a sua produção da agricultura familiar e também para os produtos do Cerrado. Mas falta ainda a sensibilização das merendeiras, das nutricionistas, a respeito dos produtos que são do local. Há muito preconceito com relação a consumir jatobá na escola, a consumir pequi, buriti, babaçu, porque “ah, não, isso é comida de pobre”. Então não é divulgado o potencial nutricional e também o potencial tradicional, cultural, de você manter a cultura.

A gente está negando muito a cultura. Então a gente precisa divulgar mais para os prefeitos o quanto é importante eles inserirem os produtos do Município na merenda escolar, o quanto ele gerará de renda para o Município dele, o quanto ele valorizará a cultura, a nutrição das crianças, fazendo as crianças se identificarem com a tradição do seu lugar, em vez de comer salsicha e macarrão trazido de Santa Catarina. Não dá para acreditar que isso acontece.

Então, a Política Nacional de Alimentação Escolar é um grande avanço, tem feito muito bem para esses grupos, mas eles ainda têm muita dificuldade de acessar e ainda enfrentam muitas barreiras de preconceito nos Municípios, nessa esfera da nutricionista que acha chique servir coisa que vem de fora.

Bom, acho que é mais ou menos isso que eu gostaria de falar. Só enfatizando, novamente, nossa luta primeira está sendo então agora garantir os territórios dessas comunidades, para que elas possam continuar se desenvolvendo, mantendo o seu meio de vida tradicional, se adaptando às novas realidades e não inflando as periferias das cidades; então, melhorando sua qualidade de vida e conservando o Cerrado.

A gente acredita que estas são estratégias de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, porque elas estão mantendo os ciclos biogeoquímicos, estão mantendo os serviços ambientais, estão recuperando áreas que estavam degradadas, então elas estão recuperando cursos d'água, estão deixando de desmatar, estão deixando de emitir e estão recuperando áreas que estavam degradadas. Elas estão contribuindo para a mitigação dos efeitos da mudança do clima e precisam ser consideradas nessa política, apesar de parecerem invisíveis.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Muito obrigado aos três. Acho que foi uma das audiências públicas mais proveitosas a que tive oportunidade de assistir aqui nesta Comissão.

Lamento a relativa falta de quórum, sobretudo daqueles parlamentares ligados à agricultura. Um dos possíveis ensejos desta Comissão era justamente promover o diálogo entre nós ambientalistas e os membros que dizem representar aqui o setor da agricultura, da pecuária, chamados de ruralistas. Mas tem sido difícil esse diálogo.

Eu gosto sempre de tentar tirar as consequências práticas dessas discussões. Falou-se aqui em avanços de legislação. Infelizmente, a correlação de forças aqui no Congresso Nacional, nesta legislatura, tem sido particularmente adversa, e eu tenho grandes dúvidas a respeito da viabilidade de aprovarmos aqui novas unidades de conservação ou qualquer medida que passe pelo viés do comando e controle. Elas continuam sendo necessárias, evidentemente, sou favorável a elas, mas acho que a correlação de forças, como seguidamente tem sido demonstrado no Senado e sobretudo na Câmara dos Deputados, passa por um momento difícil mesmo.

De qualquer maneira, penso que mecanismos de estímulo econômico para ajudar em projetos como vários que foram mencionados aqui já constituem um

campo eventualmente de maior viabilidade. Teríamos que ver exatamente o que poderia ser feito do ponto de vista de legislação, para poder de fato ampliar os estímulos econômicos a uma agricultura de baixo carbono, dentro das várias modalidades que foram apresentadas aqui.

Em relação às colocações da Isabel, que eu achei muito preciosas mesmo como contribuição, eu sou testemunha vivencial do quanto o cretinismo burocrático no Brasil prejudica as associações ambientais e sociais de base.

O momento também é muito desfavorável em função de toda essa questão que existe de que as ONGs, que antes tinham uma reputação muito boa, estão sendo criminalizadas porque alguns políticos pilantras utilizaram algumas ONGs perfeitamente identificadas e identificáveis como parceiras na roubalheira. E o conjunto das organizações não governamentais vem pagando esse preço. Eu conheço diversos casos que são absolutamente kafkianos.

Agora, por outro lado, a flexibilização óbvia, que se faz necessária em função dos exemplos que você mencionou, precisa ampliar o diálogo dela. Por exemplo, precisa ter um diálogo com o Ministério Público, porque vai haver a flexibilização e depois os servidores públicos vão ser legalmente acionados por improbidade administrativa porque fizeram alguma concessão ao óbvio, como os casos aí que você mencionou, a exigência de uma nota fiscal de um mateiro.

O problema é que o Brasil já tem uma tradição de burocracia pombalina que é terrível. Na minha época de exílio em Portugal, eu claramente identifiquei de onde vem muita coisa – da boa e velha burocracia pombalina. Então a gente já tem esse fardo histórico. E ultimamente, com essas situações de criminalização das organizações não governamentais, isso se torna muito mais complicado. Às vezes, existe até uma disposição do Executivo de avançar nesse sentido, mas os servidores envolvidos ficam com medo do Ministério Público. Então, temos que chamar o MP, também, para eventualmente entender essa situação e haver termos de ajustamento de conduta de natureza antiburocrática. Em geral acontece o contrário, mas precisamos disso.

De qualquer maneira, eu acho que foi extremamente elucidativa esta audiência em relação ao Cerrado, um dos ecossistemas brasileiros que tradicionalmente, durante muito tempo, foi relegado, considerado um ecossistema sem importância em comparação com a Mata Atlântica, quase destruída, com relação à Amazônia, que ainda tem tanto a ser preservada, em relação ao Pantanal. O Cerrado foi meio que jogado ao léu. Então acho que nos últimos anos houve de fato uma mobilização e uma maior conscientização em re-

lação à questão do Cerrado e à importância inclusive de se controlar as emissões dos gases de efeito estufa pelas queimadas.

Eu queria só saber como é possível o manejo sustentável do fogo, se alguém puder me explicar como é isso. A Isabel e depois o Roberto.

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – Bom, no caso de agricultura de pequena escala, você pode definir a área que você quer queimar e controlar esse fogo.

Por que isso não é considerado péssimo? Porque em alguns solos que são muito frágeis, principalmente na região do Jalapão e em outras áreas onde o solo é muito arenoso, como na região Carolina, no Maranhão, se você for utilizar um trator para manejar a área, você vai gerar muita erosão, o solo não aguenta. Então, nesse tipo de solo ou áreas que são muito pequenas, às vezes, o fogo pode causar menos impacto, apesar de todo o seu impacto, do que a entrada de um trator.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Roberto.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Eu quero dar uma complementada a respeito das características do solo – tem muita umidade, tem pouca umidade, qual o volume de vegetação que você quer retirar? É difícil, mas é possível.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – É possível mapear isso, Roberto?

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Bom, Deputado, o senhor nos provocou aqui. Não só na Mesa, mas na plateia, há um monte de gente que tem muita experiência com fogo.

Primeiro, é o seguinte: a paisagem do Cerrado é, em grande parte, determinada pelo fogo. O que é uma savana? Você tem uma coexistência de árvores e gramíneas. Isso é um negócio instável, porque se você impede o fogo as árvores vão ensombrear, ocupar e excluir as gramíneas. Por outro lado, o que acontece? As gramíneas têm uma capacidade de recuperação maior na época chuvosa e são suscetíveis à queima. Então são elas realmente que mantêm um ciclo amigável ao fogo.

A situação hoje com a presença humana e a introdução de focos de queimadas contínuos ao longo da época seca faz com que áreas que normalmente não queimariam no ciclo normal passem a queimar com frequência muito maior. Então, o problema não é a presença ou a ausência de fogo, mas o padrão e a intensidade do fogo. Aí é que entra o que os colegas estavam aqui comentando. Você faz o manejo do fogo visando que a frequência e o arranjo espacial sejam compatíveis com a manutenção da paisagem.

Eu aproveitei enquanto os colegas estavam falando e, com o meu *smartphone*, tentei pegar os dados que o senhor me pediu sobre as queimadas.

As estimativas da Mercedes Bustamante, que foi convidada mas não pôde vir, é que 232 milhões de toneladas por ano são emitidas no cerrado por queimadas, CO₂. Em comparação, os combustíveis fósseis no Brasil são 450. Ou seja, o cerrado contribui com mais ou menos 50%.

Para a Amazônia eu não consegui dados exatos, mas disseram que as queimadas do cerrado, queimadas/conversão no cerrado estão dando um efeito mais ou menos equivalente ao da Amazônia. A conversão do cerrado que eu mostrei e que tinha uns dados entre 7 e 15 mil km² por ano, bate mais ou menos com a estatística hoje de conversão da Amazônia.

O único dado que eu não consegui pegar foi a emissão anual de queimadas da Amazônia. Mas parece...

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Do cerrado?

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Não, da Amazônia, de queimadas da Amazônia. Então, se a gente pegar desmatamento, degradação, emissão de CO₂ e de cerrado, hoje cerrado e Amazônia são equivalentes.

Em relação a combustíveis fósseis só o cerrado responde por 50% dos que os combustíveis fósseis fazem. Ou seja, a gente poderia teoricamente reduzir em 50% as emissões do Brasil, sem mexer muito na matriz atual, só fazendo controle de queimadas e desmatamento na Amazônia e no cerrado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Isabel...

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – Só um complemento. Tem sido usado em algumas áreas para reduzir a incidência de queimadas, dentro de unidades de conservação muito grandes, o fogo como controlador. Então, você divide a área, você faz algumas barreiras contra o fogo natural ou o fogo colocado; e aí você reduz a área onde esse fogo vai se espalhar. Então, o fogo também é utilizado para controlar o fogo.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Você cria um mosaico resistente.

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – Um mosaico, e você evita também um grande acúmulo de biomassa. Então, em regiões como o Jalapão que é um exemplo muito bom sobre fogo, onde a biomassa acumula muito rápido de um ano para o outro, se você deixa 4, 5 anos sem queimar, você não consegue controlar esse fogo quando ele vem. E é inevitável que ele venha, porque é cultural na região botar fogo. Então, você tem que contar que uma hora ele vai vir.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) - Bem, é fascinante. De qualquer maneira acho que é muito interessante esse dado que você deu e que até para mim foi surpreendente saber que hoje em dia essas emissões se equivalem. Eu sempre achei que a da Amazônia era substancialmente maior. Ela já foi num certo momento. Então, houve uma redução grande dos desmatamentos e queimadas da Amazônia nos últimos anos e estamos aí, segundo vocês informam, chegando ao ponto onde elas mais ou menos se equivalem.

Isso aí de fato reforça a necessidade de se ter políticas. Eu acho que esse tipo e manejo seria uma exceção à regra, seria uma questão relativa a certas áreas específicas do cerrado ou uma questão mais geral essa da utilização...

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – Você diz com relação às unidades de conservação?

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Não, da utilização das queimadas.

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – Existem algumas áreas do cerrado em que não se faz mais o manejo com o fogo; por exemplo, áreas de transição com a Amazônia. Bom, no Tocantins se faz menos, mas no Mato Grosso já se faz muito. Geralmente quando agricultor não tem boas ferramentas de manejo da terra ele vai usar o fogo. Então, é preciso educar essa pessoa para que ela, primeiro, controle o fogo, e, segundo, você consiga inserir técnicas mais amigáveis. Uma técnica que tem sido muito utilizada são os sistemas agroflorestais que são uma técnica em que não se trabalha mais o fogo. Nas culturas anuais geralmente eles trabalham com o fogo. Até os povos indígenas, os Timbiras, utilizam muito o fogo. Todas as horas em que eles vão iniciar um plantio, primeiro, eles queimam. Então, quando você faz um sistema agroflorestal, como ele é de mais longo prazo, na mesma área, você vai ter menos queimada.

Quando você insere o conhecimento agroecológico nesses grupos, quando eles começam a entender melhor a qualidade de solo, a cobertura de solo; quando eles começam a adaptar um pouco do conhecimento deles para essas técnicas agroecológicas, também eles conseguem ver que existem outras formas de cultivar sem queimar. Mas tradicionalmente o fogo é o mais utilizado e mais barato e mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – E a questão, por exemplo, do plantio direto? Isso não é uma forma de se manter aquela biomassa ali e tentar fazer o plantio direto?. Isso não é uma forma de trabalhar com essa questão?

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - É, como foi colocado, hoje você tem um enorme arsenal

de práticas agrícolas de baixo impacto, tanto de carbono como de manutenção de balanço hídrico.

O SR. BALBINO ANTONIO EVANGELISTA – O plantio direto no cerrado, como eu mostrei, já é um sistema equilibrado bastante difundido. Só que no cerrado ele tem uma característica especial. Ele está baseado na produção de biomassa para cobrir o solo. Só que no cerrado, em função de uma característica bem particular, que é o regime hídrico – há seis meses onde você tem 85 a 90% das chuvas –, você tem que produzir biomassa nesse período para que ela mantenha a cobertura do solo. E como a temperatura, como a energia também é elevada no cerrado, essa decomposição da matéria orgânica, da biomassa é muito rápida. Então, é difícil produzir biomassa para proteger o solo nesse sistema de plantio direto.

Esse é um desafio, inclusive de quebrar paradigma. Quando se fala em produção no cerrado a camada arável é de 20 cm, isso antigamente. Hoje a pesquisa já está buscando resultados, e a gente já está observando isso. Eu observei isso, lá no oeste da Bahia, onde aqueles agricultores empresariais, com alta tecnologia, estão tratando o solo com 80 cm de profundidade, o que já é uma forma de adaptar, de minimizar o impacto da limitação hídrica; e isso tem retorno. Produzir biomassa no subsolo, produzir biomassa na parte aérea visando o plantio direto no cerrado é um desafio interessante. Você tem que produzir biomassa.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Bom, Roberto, afinal, em relação à questão do fogo, qual seria exatamente a política do Ministério? Nós vimos aqui que, por um lado, você colocou todos os danos que ele provoca em termos do solo; colocou que praticamente o pessoal da agricultura não estava mais usando... Por outro lado, a Isabel mostrou outro lado da moeda. Então, qual é a síntese que a gente pode extrair disso em termos de política pública?

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Bom, Deputado, acho que há dois elementos: primeiro é a questão de mitigar o risco do fogo. E aí realmente você tem que ter um esquema de manejo, inclusive com práticas controladas.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Como é que você impede de ele se espalhar num período seco?

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Aí é que está, porque a maioria dos focos de incêndio na época seca são antrópicos; ou seja, eles foram gerados pela atividade humana. Então, a única forma é trabalhar a questão do comportamento da sociedade em relação a isso. Quais que são as práticas que incentivam o fogo? São práticas, digamos, certa porcentagem são fogos acidentais ou uma pessoa que

estava querendo fazer uma coisa e ... Mas grande parte são práticas agrícolas que fogem do controle. Então, tem que realmente se trabalhar com a comunidade de agricultores e aí, na paisagem *sensu lato*, estabelecer padrões de queimadas controladas; nas grandes unidades de conservação você fazer aceiros. No parque da Chapada dos Veadeiros, quando vocês forem a Alto Paraíso, vocês podem ver isto: na beira da estrada há uma faixa de uns 300 metros, na borda do parque, que é queimada sob regime de fogo controlado. Isso já tem um efeito muito forte.

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – Há muitos anos.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Mas o que acontece? Como a Isabel colocou, chega um momento em que você tem um acúmulo de biomassa em que o risco vai ficando cada vez maior. Então, você tem que ter um sistema de monitoramento de biomassa. E aí a imagem de satélite pode te ajudar, e um sistema razoavelmente, em nível municipal, de brigadas, etc, para ajudar nesse controle.

Grande parte das paisagens de cerrado... Teoricamente, hoje, a gente tem cerrados que eram até há pouco tempo matas secas, aqui em Brasília mesmo, e aí existe aquele efeito gargalo. À medida que você vai deixando a biomassa acumular, o risco de incêndio vai aumentando, aumentando. O momento em que começa a baixar é quando o ensombreamento entra.

Esse é um processo que pode ser feito. E aí vai ter que ser realmente feito um tipo de manejo ativo. E não estou dizendo para pegar milhares de hectares para fazer tudo dessa forma; mas fazer desenhos de paisagens e fazer esses cinturões, esses anéis que permitam que, quando surgirem esses tipos de incêndio, em vez de queimarem dezenas de milhares de hectares, você consiga conter isso em áreas relativamente pequenas.

Nós recebemos um *e-mail* do Serviço Florestal Americano que tem um histórico de cooperação, porque a gente vê, nos Estados Unidos, incêndios florestais semanalmente. Mas eles estão querendo cooperar conosco, como já vêm fazendo há décadas, para introduzir novas práticas de manejo de fogo. Mas aí eu acho que sem as comunidades locais você não tem chance. Você tem que realmente trabalhar com os agricultores e com as comunidades locais. Mas é possível.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Em relação à questão, por exemplo, de reflorestamento, de projeto de reflorestamento você tem evidentemente o reflorestamento econômico que vai suprir o carvão vegetal e que em relação até aos projetos de crédito de carbono tem certas vantagens, porque ele é mais rápido e absorve com mais velocidade as emissões de CO₂. Mas, mas, por outro lado você, tem que ter um

equilíbrio em relação ao reflorestamento com biodiversidade. Então, os dois são necessários, a combinação dos dois é necessária. Existem áreas, inclusive, que são tão degradadas que até um reflorestamento econômico representa um grande avanço.

Como se poderia estimular mais o reflorestamento? A questão, por exemplo, das pastagens, a gente sabe que a pecuária brasileira tem uma produtividade relativamente muito baixa e poder-se-ia, melhorando essa produtividade, liberar uma série de áreas eventualmente para a agricultura, mas também para o reflorestamento. Então, quais seriam os mecanismos econômicos que estariam faltando para a gente poder avançar mais nisso?

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI - Bom, Deputado, eu aí eu acho que realmente o bioma prioritário para esse tipo de situação é a Mata Atlântica, porque a sazonalidade da precipitação e a cobertura original sugerem que a Mata Atlântica, além da existência de mercados por causa da grande densidade humana e industrial, seria o local ideal para esse tipo de atividade. Você tem realmente Mata Atlântica em seu estado nativo, tem altas taxas de recuperação em áreas de boa precipitação e você pode combinar realmente o reflorestamento com espécies nativas e agroflorestas. Por exemplo, grande parte do debate da lei florestal, do Código Florestal foi sobre isto: como é que você pode trabalhar com pequenos agricultores de forma que a recomposição das áreas ripárias também dê um retorno agroflorestal.

Então, em termos de biomas brasileiros eu acho que o bioma Mata Atlântica seria a oportunidade principal para esse tipo de atividade por causa das altas taxas de crescimento florestal lá.

No Cerrado, no bioma Cerrado, francamente, eu acho que se a gente olhar, por exemplo, um mecanismo de recuperação de pastagens degradadas como um instrumento para diminuir a pressão sobre conversão de cerrado nativo, seria muito efetivo um cenário desses. O reflorestamento com uma introdução de eucaliptos... O *pinus* é uma espécie invasora muito agressiva. O eucalipto, por vários motivos, é uma espécie que oferece mais atrativos e também não tem um poder de invasão como o *pinus*. Mas é possível você começar a olhar realmente, na região do Cerrado, a recuperação florestal, a introdução de espécies de eucaliptos como uma forma também de diminuir a demanda de lenha e madeira para a construção que hoje tem um componente nativo significativo. O eucalipto é um *hardwood*, uma madeira dura. Então, ela tem um alto valor inclusive para a indústria de móveis também. Você pode produzir coisas de altíssima qualidade. E aí cabe um zoneamento mais específico.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – É preciso ver se ela resiste muito.

O SR. BALBINO ANTONIO EVANGELISTA – Quanto ao zoneamento, Deputado, já no âmbito, no rol das culturas que estão no Ministério da Agricultura, que são objeto de zoneamento, no rol das culturas contempladas pelo zoneamento existe já o zoneamento para o eucalipto e para o *pinus*. Esse zoneamento define as áreas de plantio, já com recursos voltados para elas também, assim como as demais culturas.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Mas existe isso em relação ao Cerrado; quer dizer, um plano de zoneamento que aqui seria um reflorestamento mais econômico, aqui seria a vegetação nativa do cerrado?. Há um mapa disso?

O SR. BALBINO ANTONIO EVANGELISTA – Não, nessa precisão, não; nessa escala de precisão, não.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Deputado, isso é um pouco difícil porque também os elementos econômicos entram aí. Digamos, a vocação é parte da equação, mas a logística, principalmente na área florestal, tem um peso grande, porque não adianta plantar se você não tem um mercado próximo. Então, aqui, na década de 70 e 80, principalmente na década de 80, fizeram-se vastos plantios de eucalipto no cerrado e todos eles acabaram sendo cortados, porque simplesmente não havia o mercado e a estrutura de mercado. Então, eu acho que poderia ser assim: dentro da óptica de olhar o zoneamento é tentar quantificar os mercados, digamos, gerar números sobre qual seria a demanda potencial de produtos florestais e aí não superestender, porque o Cerrado realmente é uma área de savana e embora o mix florestal seja importante, as áreas abertas dominam grande parte da paisagem.

Então, eu acho que é interessante a gente olhar a recuperação dentro dessas características dos biomas naturais e do tipo de paisagem que a gente tem na região. Eu acho que as áreas de recuperação florestal prioritárias são as áreas ripárias, as áreas de zonas calcárias, as florestas secas. Há realmente grandes regiões de florestas, dentro do Cerrado, que hoje estão quase desaparecidas. Mas pegar um Cerrado nativo e achar que seria ideal plantar eucalipto... Aí eu acho que tem que se olhar o eucalipto como uma de várias culturas potenciais: ou soja, ou cana, etc. Mas a recuperação florestal, no nosso entender, essa é uma opinião pessoal, poderia ser mais voltada a áreas que são originariamente florestais e onde o déficit florestal hoje está levando à perda de função ecológica também.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Não, eu sei. Evidentemente a minha prioridade é o reflorestamento com biodiversidade...

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – ... o que seria reflorestar com a vegetação nativa mesmo e dentro disso, claro, as APPs estariam em primeiro lugar, embora a tendência, aqui no Congresso, seja mandá-las para o espaço a uma velocidade vertiginosa.

Mas de qualquer jeito me parece que seria necessário que o Ministério trabalhasse nisso e pelo menos mapeasse as vocações, dentro do Cerrado, para reflorestamento; tanto prioritariamente, como biodiversidade, quanto também eventualmente, dentro dessas condicionantes que você levantou, isso é econômico.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Isso porque, enfim, nós temos aí uma demanda por madeira para construção, para mobiliário. No caso, por exemplo, da siderúrgica, andei estudando isso, até porque nós, no Rio de Janeiro, recebemos esse presente de grego da Companhia Siderúrgica do Atlântico, da ThyssenKrupp, que vai emitir 12 vezes mais do que o conjunto de todas as outras indústrias no Rio de Janeiro, 12 vezes mais. Ali ela fica perto de uma área tremendamente degradada, que é Seropédica – vocês devem conhecer –, onde anos e anos de extração irregular de areia criaram uma paisagem lunar de uns 40 km. Aquilo parece a trilha Ho Chi Minh, na época da guerra do Vietnã, com aquelas crateras. Então, ali seria interessante obrigá-los a fazer um reflorestamento com biodiversidade no Maciço da Pedra Branca e eventualmente o reflorestamento econômico nessa área que é tão degradada. Agora, eles resistem arduamente dizendo que não é possível, dentro da tecnologia que eles usam, substituir o carvão mineral pelo carvão vegetal. Já descobri que não é bem assim, que poderia haver um mix ali em que entrasse um ingrediente de carvão vegetal. Mas de qualquer maneira existe uma demanda sobre carvão vegetal por parte de outras indústrias e existe também a demanda em relação à indústria de mobiliário, construção e tudo. Poder-se-ia fazer isso, mas nós temos alguns amigos do movimento ambientalista, que são muito xiitas, e não querem reflorestamento econômico em nenhuma circunstância. Então, isso aí é um debate interessante.

Bom, eu queria perguntar a vocês se gostariam de complementar, de colocar mais uma última coisa para cada um só para a gente...

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – Rapidamente. Com relação ao eucalipto há uma situação que também é extrema. Por exemplo, no norte de Minas, há Municípios onde a única cultura que existe é o eucalipto, como Minais Novas, Turmalina, Grão Mogol, Rio Pardo

de Minas. Nessas áreas estão tendo muito problema com relação à sobrecarga, aos recursos hídricos estarem sobrecarregados pela demanda. Há esse mito de que o eucalipto é uma bomba de água. Não quero entrar nisso, mas a densidade do plantio em uma área dessa, a densidade de biomassa que a gente tem num área, num Município desse, é muito maior com o eucalipto do que era anteriormente. Então, a paisagem não está originalmente preparada para isso. Então, há muito problema de déficit hídrico nesses Municípios. Uma coisa que tem de ser vista no momento do zoneamento é tentar mesclar estratégias distintas para que não haja aqueles males eternos de uma cultura só que eliminam qualquer forma de convívio entre biodiversidade e área de monocultura.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Vira uma monocultura a mais. No Espírito Santo também tem muito disso.

Então, Balbino. Considerações finais.

O SR. BALBINO ANTONIO EVANGELISTA – Bom, eu sou geógrafo. Normalmente, um geógrafo trabalha muito com essa questão de uso racional e ocupação racional do espaço. Por um acaso, comecei a trabalhar com risco climático associando a relação solo/clima e plantas. Começamos a produzir o zoneamento agrícola, que hoje virou política pública. Mas quando falo disso normalmente eu boto um *slide*. O primeiro *slide* já fala em zoneamento ecológico-econômico. Falo de conceito, das dificuldades de implementação, de uma série de conflitos que normalmente gera. Mas quando falam que o zoneamento do risco climático é o zoneamento melhor. Não, ele é um filtro. Eu ficaria feliz se fizesse um zoneamento de risco climático em cima das áreas com potencial agrícola. Quando vi aqui hoje que está na programação, que existe a proposta de fazer um zoneamento ecológico e econômico do cerrado saio bem feliz porque acho, entendo, que é a base de todo o uso racional do cerrado. Se não conseguirmos fazer para o Brasil, se é difícil fazer por Estado, por bioma poderia ser muito interessante.

Só mais uma correção. Meu tempo de fala, global, era de 15 minutos. Você começa a tirar os slides. Um dos *slides* que eu tirei da minha apresentação era o que mostrava o Brasil como o sexto emissor. Quando você começa a separar por grupos de gás ele cai para quarto. Aí a sua observação, no *slide*.

Outra observação sobre a questão da queimada. Participo de um grupo que faz uma tese de doutorado no Jalapão, nas áreas de vereda. Lá a idéia é quantificar o estoque de capim dourado, que é importante para aquelas comunidades. Nessas amostras a gente tinha observado que aquelas áreas que estavam queimadas, as veredas queimadas de um ano, no segundo

não produziam bem mais capim dourado porque não competiam...

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – ... estudei no mestrado. Que coincidência! Precisamos conversar mais.

O SR. BALBINO ANTONIO EVANGELISTA – Então, estou acompanhando um trabalho que está... Esses dados não estão publicadas ainda, mas já tem coisas publicadas. A prática da queima, às vezes, é importante. Dependendo do tipo de atividade econômica.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – *Last but not least*. Roberto, suas considerações finais.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Bom, Deputado. Queria agradecer a oportunidade do convite. Estamos sempre à sua disposição. Acho que foi ótimo ter a perspectiva dos colegas de mesa. Realmente, concordo com o Balbino, frente à sua provocação, realmente temos de fazer o zoneamento ecológico-econômico do cerrado porque além das questões, das vocações, a tomada de decisões vai decidir quais os investimentos vão ser feitos. O zoneamento é que vai orientar isso, o apoio às comunidades locais, a criação de novos arranjos produtivos. Sou otimista em relação à criação de unidades de conservação porque sei que além da conservação e da biodiversidade elas organizam o uso da paisagem e o uso do território.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Criem bastante por decreto, porque se depender daqui, meu amigo.

O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – O decreto, Deputado, é uma consequência. Acho que se também não tem uma estratégia que seja costurada, o decreto pode até criar, mas você vai criar um problema e não uma solução. Entendemos aí o contexto, mas vamos continuar batalhando pelas UCs, sim. Mais uma vez, muito obrigado. Eu meu nome e no dos membros da Secretaria, coloco-me à disposição.

Uma última coisa, a Daniela avisou que o zoneamento, aliás, as áreas prioritárias do cerrado identificam as áreas prioritárias para a recuperação, eventualmente, de reflorestamento também.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Sirkis. PV – RJ) – Ok. Muito obrigado a vocês.

Enquanto nos reunimos aqui tem lá o grupo do Código Florestal, na Comissão Mista do Código Florestal, que está trabalhando nesse novo *round* que se afigura ainda mais difícil do que os anteriores, passada à Rio + 20. A gente ainda não sabe direito quais foram os retrocessos que resultaram dali e quais serão os retrocessos maiores que vão resultar da passagem pelo plenário. Temos de nos manter vigilantes porque, de fato, dificilmente teremos boas notícias em relação à tramitação dessa nova versão do Código Florestal. É

possível até que o Executivo tenha de fazer mais vetos e novas medidas provisórias e que esse jogo tenha de continuar. De fato, não tenho visto nenhum ânimo de diálogo, não tenho visto nenhum ânimo de tentar estabelecer algum tipo denexo entre o ecológico e o econômico. Ao contrário, estou vendo, realmente, uma coisa muito de retrocesso, no fundo há uma preocupação em relação à valorização fundiária de propriedades que acarretam serem dispensadas de uma série de obrigações que tinham anteriormente. Isso aí tem uma incidência sobre o valor dos terrenos e parece ser o grande móvel de tudo isso o que está acontecendo.

Quero agradecer muito a presença de vocês três. Foi extremamente produtivo.

Gostaria, extrapauta, de colocar em discussão e em votação o requerimento, que é de minha autoria, que é:

Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas para debater as dificuldades práticas de acesso aos créditos dos bancos oficiais e privados para projetos de redução de emissões de carbono.

É autoexplicativo. Quero convidar, inclusive, o Fórum Clima e os representantes dos bancos oficiais e privados para essa audiência para que a gente possa debater por que, teoricamente, existe um quadro mais favorável de financiamento para uma série de projetos de baixo carbono, mas, quando a gente chega na prática, não é bem assim.

Então, aqueles que forem favoráveis permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Gostaria de encerrar esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 22 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia dezoito de outubro do ano de dois mil e doze, no Plenário número sete, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do **Deputado Márcio Macêdo**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Sérgio Souza, Wellington Dias, e dos Deputados Alfredo Sirkis, Leonardo Monteiro e Deputada

Rebecca Garcia, membros da Comissão. Registra-se a presença do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 13ª Reunião, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta destinada à realização de **Audiência Pública** para debater “discussão de temas de política nacional relacionados à mudança do clima, com vistas à COP-18”, em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão deste ano, com a presença dos seguintes convidados: Adriano Santhiago de Oliveira, Secretário Substituto da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; Sander son Alberto Medeiros Leitão, Coordenador-Geral de Mudanças Globais do Clima- CGMC do Ministério da Ciência e Tecnologia; André Odenbreit Carvalho, Chefe da Divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química-DCLIMA do Ministério das Relações Exteriores; Fernanda Viana de Carvalho, Coordenadora de Políticas de Clima/The Nature Conservancy - Brasil; e Erika de Paula Pedro Pinto, Gerente Regional e Pesquisadora do Programa de Mudanças Climáticas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Deputado Alfredo Sirkis, o Senador Sérgio Souza, e o Deputado Márcio Macêdo, Presidente da Comissão. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Por fim, passa-se à apreciação do seguinte item extrapauta: **Requerimento nº 9, de 2012-CMMC**, “requeiro, nos termos regimentais, a participação dos membros desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, na 18ª Conferência das Nações Unidas para o Clima (COP 18), que ocorrerá em Doha, no Qatar, entre os dias 26 de novembro a 7 de dezembro do corrente ano, e terá a presença de representantes de 190 países”. **Autoria:** Deputado Márcio Macêdo e Senador Sérgio Souza. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Deputado **Márcio Macêdo**, Presidente da CMMC.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)
– Boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada no

âmbito do Congresso Nacional pela Resolução nº 4, de 2008.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª reunião.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permanecem como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta reunião destina-se à audiência pública para debater temas de política nacional relacionadas à mudança do Clima com vistas à COP 18.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Adriano Santhiago de Oliveira, Secretário Substituto da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Sanderson Alberto Medeiros Leitão, Coordenador-Geral de Mudanças Globais do Clima, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; o Sr. André Odenbreit Carvalho, Chefe da Divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química, do Ministério das Relações Exteriores; a Srª Fernanda Viana de Carvalho, Coordenadora de Políticas de Clima; a Srª Erika de Paula Pedro Pinto, Gerente Regional e Pesquisadora do Programa de Mudanças Climáticas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Sejam muito bem-vindos.

Srªs Deputadas e Srs. Deputados, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados que nos honram com suas presenças, senhoras e senhores que assistem a esta reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, todos que nos veem pela TV Câmara, pela TV Senado, pela Internet, estamos aqui reunidos hoje em mais uma audiência pública, desta feita para tratarmos da 18ª Conferência das Partes do Protocolo de Kyoto, que se realizará no período de 26 de novembro a 7 de dezembro de 2012 no Centro Nacional de Convenções, no Qatar, na cidade de Doha.

Desde que a convenção das Nações Unidas sobre mudanças do Clima entrou em vigor, em 1995, e desde que o Protocolo de Kyoto foi celebrado, a Conferência das Partes tem se reunido anualmente para avaliar o progresso e lidar com a mudança climática, adotando decisões e resoluções.

As sucessivas decisões tomadas pela COP compõem um conjunto detalhado de regras de aplicação concreta e eficaz da convenção e do seu protocolo. Neste momento, a COP 18 tem uma agenda provisória que prevê apresentação de relatórios dos órgãos subsidiários de assessoramento científico e tecnológico do órgão subsidiário da implementação e do comitê de adaptação. Além disso, os grupos de trabalho *ad hoc* apresentarão também seus relatórios sobre cooperação para ação de longo prazo e sobre a Plataforma de Durban, um conjunto de acordos obtidos na COP 17,

que determinou a segunda fase para o Protocolo de Kyoto, com destaque para a implementação do Fundo Verde para o Clima.

A propósito, questões relacionadas com financiamento deverão ter destaque nos debates, especialmente na discussão sobre o programa de trabalho, sobre o financiamento de longo prazo e os acordos entre a Conferência das Partes e o Fundo Verde, relacionados com os países menos desenvolvidos.

Outras questões da agenda que devem obter especial atenção dos países em desenvolvimento são: implementação do mecanismo de transferência de tecnologia, com debate das questões relativas ao centro de tecnologia climática, seleção do hospedeiro e a constituição do conselho consultivo da rede e a captação no âmbito da convenção.

Como não poderia deixar de ser, a agenda provisória também prevê a discussão de emendas à convenção, o quadro sobre as mudanças climáticas e ao Protocolo de Kyoto, assim como o debate em torno dos compromissos e obrigações das partes sobre a ótica das responsabilidades comuns mais diferenciadas.

Antes de ouvirmos nossos ilustres convidados, quero fazer referência a dois eventos recentes que são importantes para o nosso debate de hoje e para o nosso processo de preparação para a participação da comissão da COP 18.

Em Bangcoc, houve uma importante reunião, de 31 de agosto a 5 de setembro, quando os governos discutiam as decisões que eles devem tomar na Conferência de Doha. Três grupos de negociação se reuniram informalmente naquela ocasião: o primeiro, com foco em como alterar o Protocolo de Kyoto; o segundo trabalhou na preparação da continuação do debate iniciado em 2007 sobre a limitação do aumento da temperatura média global em menos de 2°C; e o terceiro discutia os próximos passos necessários para negociar o novo acordo sobre alterações climáticas globais, que deve ser aprovado em 2015 e que deve entrar em vigor a partir de 2020.

Um tema comum à reunião em Bangcoc foi como garantir os valores prometidos e o fluxo de fundos dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, visando apoiar os seus planos para lidar com as mudanças climáticas.

Para finalizar, quero lembrar que, no mês passado, os governos do Brasil, África do Sul, Índia e China, grupo chamado de BASIC, finalizaram uma declaração conjunta sobre as medidas de redução de emissão de gases de efeito estufa. Durante a 12ª Reunião Ministerial do BASIC, em Brasília, os representantes dos quatro países reafirmaram a intenção de negociar em bloco pela extensão do Protocolo de Kyoto na COP

18. A previsão é de que os representantes do BASIC se encontrem novamente em Pequim para uma última reunião, que antecederá a conferência.

O grupo destacou que o segundo período de compromisso precisa começar já em 1º de janeiro de 2013 e se estender até 2020. Na ocasião, foi anunciado que um texto de seis páginas e 17 parágrafos será apresentado durante a COP 18, documento este que incluiria não somente sugestões dos países emergentes, mas também as dos menos desenvolvidos, num esforço do BASIC e do G77 em busca de caminhos que possam unir politicamente o mundo na questão do Clima, como destacou a Ministra do Meio Ambiente do Brasil, Izabella Teixeira.

O grupo defendeu ainda que tanto o Protocolo de Kyoto quanto o novo acordo internacional devem respeitar o conceito da responsabilidade comum, porém diferenciada, que estipula que os grandes emissores históricos, como os países europeus e os Estados Unidos, tenham mais obrigações.

Muito obrigado a todos pela atenção.

Vamos dar início aos nossos debates de hoje passando a palavra ao Sr. Adriano Santhiago de Oliveira.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Deputado Márcio Macêdo. Antes de tudo, em nome do Ministério do Meio Ambiente, gostaria de agradecer pelo convite. Ao fazê-lo, cumprimento o Deputado e, em seu nome, cumprimento também a todos os componentes da Mesa.

Deputado, considerando que o assunto proposto para discussão, aqui hoje, é o tratamento de temas de política nacional relacionados a mudanças no Clima com vistas à COP 18, acho que a minha primeira intervenção seria a de que o Brasil, do nosso ponto de vista, chega a Doha, no Qatar, para a próxima Conferência das Partes, no fim de novembro, início de dezembro, numa posição muito confortável. E digo posição confortável no sentido de resultados consideráveis em temas sobre mudança de Clima que temos alcançado.

Sobre esses resultados, eu acho que a gente poderia tratar dois níveis: o nível nacional e o nível internacional. Sobre o nível internacional nós temos a felicidade de ter aqui na Mesa o Ministro André Odenbreit Carvalho, que vai tratar mais profundamente da parte internacional. Contudo, sobre essa posição confortável do Brasil na conferência, eu creio que um ponto importante, que nos ajuda a chegar com essa posição, é a própria Rio+20. É claro que a Rio+20 é diferente da convenção sobre mudança do Clima. A convenção é temática; a convenção de mudança do Clima produz decisões em nível internacional para serem internalizadas subsequentemente. Porém, do ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente, a Rio+20 fortaleceu

ainda mais a posição do Brasil em termos de desenvolvimento, incluindo o meio ambiente.

Nós tivemos a oportunidade, em algumas dessas reuniões que V. Ex^a citou, Deputado, como as reuniões do BASIC, a própria reunião de Bangcoc, que foi a primeira interseccional, antes de Doha, e que ocorreu agora em agosto/setembro passados, de perceber bastantes manifestações de outros países, principalmente dos países em desenvolvimento, elogiando o Brasil não só pela substância da Rio+20, como também pela organização. Então, acho que isso nos deixa fortalecidos principalmente em relação ao princípio que o Deputado também mencionou em sua fala inicial. Acho que a Rio+20 serviu para fortalecer e reconhecer novamente a importância dos princípios da Convenção, notadamente o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Acho que esse é um ponto importante, que nos dá bastante conforto na discussão da Convenção agora, no final do ano.

Tratando mais do ponto de vista nacional, do que o Brasil vem fazendo, eu destacaria a própria Política Nacional sobre Mudança do Clima, que vem sendo implementada, principalmente por meio dos Planos de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima.

Aqui, acho que cabe uma diferenciação importante. Vários planos foram tratados após a Conferência de Copenhague, logo no início de 2010. O Brasil comunicou à Convenção sobre a Mudança do Clima as suas Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas, as conhecidas NAMAs. Dentro desse conjunto, há o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado), o Plano de Energia, o Plano de Agricultura de Baixo Carbono e o Plano de Siderurgia. Essas são as Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas apresentadas em relação a compromisso internacional pós-Copenhague.

Nesse sentido, em maio deste ano, houve outra Interseccional antes de Bangcoc, a Interseccional de Bonn, em que o Brasil teve a oportunidade de participar de um *workshop* dentro da agenda oficial de negociação de Bonn, em que o andamento dessas Ações de Mitigação foi apresentado para a comunidade internacional naquele momento, de forma voluntária. A Conferência de Durban havia previsto esses *workshops*, e os países que se sentiram à vontade para apresentarem suas NAMAs o fizeram, e o Brasil foi um desses países.

Há uma diferenciação entre o que foi apresentado internacionalmente e o que nós temos em relação a planos adicionais, àquelas NAMAs apresentadas no âmbito de Copenhague. Temos Planos de Mitigação na área de transporte e nos setores de indústria e de mineração e o plano de saúde, que tem uma característica

mais voltada para a adaptação à mudança do Clima. Mas todos esses planos passaram recentemente por ampla consulta pública. Já houve a consulta pública via Internet e várias consultas presenciais. Esses planos estão carecendo ainda de implementação após essas consultas. Está sendo finalizada a parte de compilação das propostas da sociedade.

Aqui, acho que é bastante importante diferenciar esse compromisso internacional do compromisso nacional. Todos esses últimos planos que eu mencionei, o de transporte, o de indústria, o de mineração e o de saúde, são planos adicionais ao que foi apresentado lá fora.

Em termos de obrigação junto à Convenção, a obrigação que o Brasil tem se refere a apresentar suas Ações de Mitigação e Adaptação por meio de um documento oficial, que se apresenta regularmente à Convenção – acho que o Dr. Sanderson, do MCTI, vai tratar mais detalhadamente disso –, que é a Comunicação Nacional sobre as ações do Brasil na área de mudança do Clima. E, dentro da Comunicação Nacional, há o Inventário de Emissões de Gás de Efeito Estufa. Ambos são coordenados pelo MCTI. Essa é a obrigação que nós temos de apresentação de ações à comunidade internacional no âmbito da Convenção.

Mais recentemente – penso que o Dr. Sanderson também vai considerar isto –, há os Relatórios Bienais de Atualização. Havia a Comunicação de quatro em quatro anos. Agora, com os Relatórios Bienais, há uma espécie de resumo dos Inventários entre as Comunicações Nacionais.

Este é o próximo compromisso com data marcada em relação à apresentação desses documentos: até o final de 2014, o Brasil tem a obrigação de apresentar sua Comunicação Nacional. No final de 2014, também tem de apresentar o Relatório Bienal, e, a partir daí, a gente fica com Comunicações Nacionais entre um período e outro e com o Relatório Bienal no meio desse período.

Vale lembrar também que o primeiro escrutínio nacional por que o País vai passar em relação a esses números começa a valer em 2015. No primeiro semestre de 2015, o chamado ICA, que é a sigla para Consulta e Análise Internacional, vai começar a acontecer. Então, em relação à nossa obrigação de informação à Convenção, nós temos essas datas, e é claro que, se possível uma apresentação de algo antes, vai ser feito, mas a gente trabalha com essas datas de limite para apresentação dessas ações.

Eu acho que é importante destacar também – a gente está falando de ações nacionais com vistas à COP 18 – que, num processo formal de negociação, incluindo a próxima Conferência, assuntos específicos

da política nacional não são diretamente tratados. A gente não tem, na pauta oficial de negociação, assuntos diretamente ligados à política nacional. Exemplo: muita gente pergunta como é a questão de biocombustíveis, como a questão de desmatamento no Brasil vai ser tratada na Conferência. Isso entra nos itens da agenda. É claro que nós aproveitamos as nossas ações e resultados para subsídios técnicos, mas, na verdade, a gente não tem uma discussão específica das ações na negociação. O que aconteceu, por exemplo, em Bonn, foi esse *workshop* em que nós apresentamos as nossas ações.

Aproveitando um pouco a apresentação dessas ações, eu gostaria – preparei apenas três eslaides que são, inclusive, provenientes dessa apresentação que foi feita em Bonn; é um pedacinho da apresentação do *workshop* da Alemanha, em que o Brasil apresentou as suas NAMAs – de mostrar um pouco o nível de ambição que o Brasil tem em relação a propostas, tanto no âmbito do Acordo de Copenhague quanto no âmbito da política nacional sobre mudança do Clima.

No setor de energia, a gente tem uma posição que é bastante diferenciada do mundo – acho que é do conhecimento de todos. E só para comparar: o Brasil possui uma matriz energética com 45,5% baseada em recursos renováveis de energia, quando o mundo tem 13% de recursos renováveis, e países da OCDE tem 6,7%. Então, mesmo com uma posição privilegiada em termos de recursos renováveis na nossa matriz, o Brasil se propôs, tanto na política nacional como nos seus compromissos pós-Copenhague, a continuar exercendo ações na área de energia renovável, eficiência energética; enfim, é uma ação bastante ambiciosa em função do que a gente já apresenta.

Próximo, por favor.

Outro exemplo de ações que estão sendo efetuadas. Um pequeno exemplo da parte do Plano de Agricultura de Baixo Carbono. Está sendo feito um esforço, principalmente por parte da Embrapa junto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o MDA e os outros ministérios envolvidos nos planos setoriais, aquele exemplo de tentativa de coleta de dados de carbono em solo; a Embrapa vem fazendo, nas mais diversas regiões do País, coletas de quantidade de carbono em solo para a gente poder, no futuro – lembrando que o nosso compromisso nacional voluntário é em relação à nossa projeção de emissões para 2020... Então, a gente está preparando o que há de base de dados em relação a carbono no solo para, por exemplo, em área de pastagem degradada, a gente poder ver se o que nós nos propomos, dentro da política nacional e dentro do Acordo de Copenhague, vem sendo alcançado. Isso é um pequeno

exemplo; há várias outras iniciativas no Plano ABC. Isso aqui é só uma ilustração rápida, para mostrar as ações dentro desse Plano.

Próximo, por favor.

Outro exemplo claro de ambição dos planos nacionais: o Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento na Amazônia Legal.

A partir do PPCDAm – esse gráfico ilustra bem, e eu acho que ele também é bastante conhecido –, a partir desse plano, a gente tem uma queda constante das taxas de desmatamento, culminando, agora, com dados de 2011, na menor taxa de desmatamento alcançada desde que o monitoramento começou, pelo Inpe.

E o interessante dessa figura é só para mostrar e rebater uma crítica que aconteceu no passado, de que as taxas de desmatamento vinham caindo por razões econômicas e não só por políticas públicas. É claro que existem razões econômicas também, mas o gráfico, ao traçar a figura do PIB e a queda na taxa de desmatamento – e a gente tem o desacoplamento dessas duas curvas –, mostra, com clareza, que as políticas públicas de combate ao desmatamento estão surtindo efeito e é bastante possível o Governo, o Brasil como um todo, atingir a meta a que se propôs, o compromisso nacional voluntário a que se propôs em relação à redução da taxa de desmatamento.

Só para se ter uma ideia em relação aos números de desmatamento: em 2011 – o último dado que a gente tem –, a gente tem uma taxa de desmatamento de 6.418km².

Essa redução na taxa de desmatamento, em relação a 2004, representa mais ou menos 77% de redução ao que tínhamos no pico de 2004. Se falarmos em termos de redução de emissões de gás de efeito estufa, isso representaria, em relação ao que foi projetado para 2020, cerca de 67% de redução de emissões, lembrando que o compromisso nacional do Brasil em relação à taxa de desmatamento na Amazônia é uma redução de 80% até 2020. Então, em 2011, a gente teria cerca de 67% de redução, o que não significa que a gente vai cumprir a meta facilmente, porque, quanto mais nós tivermos queda na taxa de desmatamento, maior o desafio de manter essa queda constante, como vem acontecendo ao longo dos anos. E, cada vez que essa taxa fica mais reduzida, o desafio acaba sendo maior, de novo mostrando o nível de ambição a que o Brasil se propõe em relação aos planos setoriais.

Eu só gostaria de destacar que esses são só alguns exemplos, mas todo o trabalho feito em relação aos planos de mitigação e adaptação à mudança do Clima é um esforço de Governo como um todo. Nós temos vários ministérios envolvidos. O Ministério do Meio Ambiente atua como coordenador do Grupo Executivo

sobre Mudança do Clima. Esse grupo executivo é subordinado a um comitê maior, o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, coordenado pela Casa Civil e com participação do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Então, a gente tem uma participação da sociedade, via Fórum Brasileiro, importante.

Eu não sei quanto tempo ainda tenho, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– O seu tempo acabou.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA –

Eu falaria um pouco sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, MDL e Fundo Amazônia, mas, então, eu deixo. Se houver oportunidade, na sequência, eu falo, para não ficar muito fora do tema. Paro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Obrigado. Fui generoso com você. (*Risos.*)

Eu queria cumprimentar os Deputados Alfredo Sirkis, Leonardo Monteiro, Rebecca Garcia e passar a palavra ao Sr. Sanderson Alberto Medeiros Leitão, para suas considerações.

O SR. SANDERSON ALBERTO MEDEIROS LEITÃO – Boa tarde a todas e a todos.

Eu gostaria de cumprimentar o Relator da Comissão Mista e também o Presidente da Comissão, Deputado Márcio Macêdo, os demais Parlamentares presentes, a todos que estão aqui presentes nesta sala e também aos que estão nos vendo e ouvindo.

Em complementação ao que acabou de ser informado pelo Dr. Adriano Santhiago, do Ministério do Meio Ambiente, nós, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, vamos apresentar aqui algumas das ações do nosso Ministério relacionadas à mudança do Clima.

Eu pediria que, devido ao tempo, passássemos para a página nº 6, eslaide nº 6, onde está escrito “Ações do MCTI”.

Então, aqui, nós relatamos algumas das ações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação relacionadas à mudança do Clima. São oito ações que estão aqui, como sistema de observação e detecção dos impactos das mudanças climáticas; um projeto de opções de mitigação; elaboração das estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa; o Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global; o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden); a Elaboração da Terceira Comunicação Nacional, que também foi comentada anteriormente; a Rede CLIMA, que é uma rede de pesquisa e desenvolvimento; e a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial para a Mudança Global do Clima.

O próximo, por gentileza.

O sistema de observação e detecção dos impactos das mudanças climáticas é um sistema que está sendo construído pelo MCTI, cujo objetivo é dotar o

Brasil de um sistema para monitoramento permanente dos impactos da variabilidade natural e das mudanças climáticas globais nos sistemas naturais, nas atividades econômicas afetadas pelo Clima e na concentração de gases de efeito estufa no País. Até hoje não existe nenhum sistema parecido.

Então, esse é um esforço do MCTI, do Governo, também com auxílio da Rede CLIMA, sobre a qual nós falaremos daqui a pouco.

Também vai se constituir de uma base de dados de acesso público, especificamente desenvolvida para o sistema, e publicação anual de relatórios. A operacionalização de sistemas observacionais, visando a observações de variáveis ambientais, que podem incluir, mas não se limitando a variáveis atmosféricas, hidrológicas e ecológicas, à superfície e concentrações de gases de efeito estufa e outros, usando sensores, tanto na superfície quanto em aeronaves fretadas.

Como outra ação nossa, temos o projeto Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores Essenciais no Brasil, um financiamento do GEF – Global Environment Facility e a agência implementadora é o PNUMA.

O objetivo geral é reforçar a capacidade técnica do Governo para a implementação de suas ações de mitigação de gases de efeito estufa nos principais setores econômicos, na indústria, nos setores de energia, transportes, residencial e serviços, gestão de resíduos, uso da terra e florestas, e alternativas transetoriais.

Então, espera-se alcançar os resultados que estão aí descritos, quais sejam, alternativas de mitigação identificadas e seus respectivos potenciais e custos quantificados para os períodos de 2012/2035 e 2035/2050.

Também vamos ter uma análise integrada das alternativas de mitigação em um quadro de otimização integrado, considerando a não aditividade das diferentes alternativas de mitigação e outras considerações de ordem econômica e uma avaliação dos possíveis impactos de diferentes políticas de mudanças climáticas sobre a economia brasileira. Testes de monitoramento, reporte de verificação das alternativas de mitigação propostas e construção de capacidades para a implementação de ações de mitigação nos principais setores econômicos do País.

Também estamos desenvolvendo, por meio do Inpe, da Rede Clima, um modelo brasileiro do sistema climático global. Por quê?

A finalidade é projetar cenários das mudanças climáticas em escalas global e regional decorrentes de ações antrópicas e naturais. Ele incluirá processos físicos e biológicos relevantes para as condições climáticas sobre a América do Sul, que são ausentes

dos modelos globais gerados por outros centros de pesquisas estrangeiras. Então, a maioria desses cenários projetados se refere a outros continentes e a outros países.

Ele está sendo desenvolvido por um grupo de instituições lideradas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que é ligado ao MCTI, no âmbito da Rede Clima, sobre o que falarei também um pouco ao final.

Ele se encontra em estágio avançado e deverá ser concluído até 2015. É uma importante contribuição do País para a elaboração do Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas e é um sistema ajustado para a realidade brasileira. Também ajudará a prever a ocorrência de fenômenos naturais extremos como enchentes e longos períodos de seca.

Então, dessa forma, também o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação criou o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, o Cemaden, que está operando desde dezembro do ano passado, cujo objetivo é desenvolver, testar e implementar um sistema de previsão de ocorrência de desastres naturais em áreas suscetíveis em todo o Brasil – já está funcionando.

E também ele propicia parcerias com instituições estaduais e federais, possibilitando maior agilidade na disseminação das informações e no detalhamento das análises para solução dos problemas nessa área de desastres naturais.

Possibilita identificar vulnerabilidade no uso e na ocupação do solo, atua no aumento da consciência e consequente prontidão da população em risco.

A equipe, atualmente, opera 24 horas por dia, em uma Sala de Situação que tem capacidade para 25 operadores, na cidade de Cachoeira Paulista, no Estado de São Paulo, e dispõe de um *videowall*, um gabinete de crise com sistema de telepresença, modernos computadores e sistema de emergência para fornecimento de energia elétrica.

Também recebemos dados de outras instituições, da Agência Nacional de Águas, do Ministério da Integração Nacional e da Defesa Civil.

E também uma de nossas ações é a elaboração das estimativas anuais de emissões, o que havia sido comentado anteriormente pelo Dr. Adriano Santhiago. Nós estamos trabalhando nisso, que é um compromisso nacional voluntário na política nacional sobre mudança do Clima. São ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa com vistas a reduzir, nesses valores entre 36,1 e 38,9 as emissões projetadas até o ano de 2020.

Para fins de acompanhamento do cumprimento do compromisso de redução, serão publicadas, a partir de 2012, estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa aqui no Brasil. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação coordena o grupo de trabalho responsável por elaborar tais estimativas e aprimorar a metodologia de cálculo da projeção de emissões e, sempre que necessário, propor a revisão do decreto, que está aí numerado, com a participação também de outros ministérios. O Ministério do Meio Ambiente é um grande parceiro nosso.

Uma das ações mais importantes também que está ligada ao tema de mudanças climáticas é a Comissão Interministerial para a Mudança Global do Clima, que é a autoridade nacional ligada ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), cuja Secretaria Executiva é a do Ministério da Ciência e Tecnologia. Ela é composta por 11 ministérios, inclusive a Casa Civil. O Presidente é sempre o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, atualmente o Ministro Marco Antonio Raupp; a Vice-Presidente é a Ministra de Estado do Meio Ambiente; e o Secretário Executivo é o Coordenador-Geral de Mudanças do Clima, atualmente este Coordenador que vos fala.

As atribuições são emitir pareceres sobre propostas de políticas setoriais, instrumentos legais e normas relevantes para mitigação da mudança global de Clima e para adaptação do País aos seus impactos...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

(Interrupção do som.)

O SR. SANDERSON ALBERTO MEDEIROS LEITÃO – Vou passar para a última, que acho que talvez seja a mais importante, que é a Elaboração da Terceira Comunicação Nacional do Brasil, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Descreve programas e iniciativas governamentais que contribuem para a redução da emissão de gases de efeito estufa de forma consistente. Ela é estruturada em cinco partes, que estão aí descritas.

Também é importante que a gente esteja em comum acordo com os compromissos brasileiros perante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Por último, há a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais, cuja missão é gerar e disseminar conhecimento para o Brasil, para que o Brasil possa atender aos desafios representados pelas causas e efeitos das mudanças climáticas globais no País. Uma rede de cientistas está atuando em pesquisas de ciência, tecnologia e desenvolvimento, na área de mudanças do Clima no Brasil, e dando apoio

ao MCTI nas suas atividades e nos seus compromissos durante as ações ligadas às mudanças do Clima.

Muito obrigado. Desculpem pelo atraso.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Obrigado, Sanderson.

Vamos passar a palavra ao Sr. André Odenbreit Carvalho, para que nós possamos priorizar, em seguida, o debate.

Eu queria também cumprimentar e abraçar o Deputado Mendes Thame, que se encontra aqui.

Com a palavra o Dr. André.

O SR. ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO – Muito obrigado, Deputado.

Agradeço, em nome do Itamaraty e também em nome do Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, o convite. O Embaixador só não está aqui – lamenta não estar – por hoje estar participando, na Índia, das negociações da Convenção de Biodiversidade.

Saúdo todos os presentes, os colegas de Governo, os representantes do Parlamento, demais participantes.

Entrando rapidamente no tema, eu vou focar a questão da negociação internacional.

Como os senhores sabem, a agenda de uma Conferência das Partes na Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima é fortemente determinada pela Conferência anterior. A negociação é um processo contínuo. Portanto, para saber como será a Conferência de Doha, no final do ano, é importante recuperar os elementos decididos na Conferência de Durban, no final do ano passado.

Três aspectos são fundamentais no resultado de Durban: primeiro, no âmbito do Protocolo de Kyoto. Do ponto de vista brasileiro, preservar o Protocolo de Kyoto, assegurando o segundo período de compromisso, representava uma prioridade absoluta em Durban. E foi um grande êxito conseguir o entendimento político, que assegura, a partir de 2013, o início do segundo período de compromisso.

O Protocolo de Kyoto é importante não apenas pela mitigação que ele gera, a despeito de essa mitigação ser importante. É importante também como modelo. O Protocolo de Kyoto é o único instrumento vinculante internacional na área de redução de emissões que estabelece obrigações específicas de mitigação. Não estabelece para todos os países – como os senhores sabem –, estabelece para os países desenvolvidos como uma das expressões fundamentais atuais do princípio de responsabilidades comuns, porém, diferenciadas. Mas esse modelo de um regime vinculante em que obrigações são multilateralmente acordadas é algo fundamental para considerar o rigor do regime internacional, no futuro, no tratamento de mudança do

Clima, e o Brasil sempre foi um forte defensor de um regime internacional forte nessa matéria.

É importante lembrar que, no início de 2011, o futuro do Protocolo de Kyoto era algo incerto e, por consequência disso, a própria característica do regime internacional como um todo era algo um tanto incerto. Hoje, nós estamos numa posição muito mais favorável quanto ao rigor do regime para o futuro.

O segundo aspecto de Durban importante diz respeito à negociação no marco, não do Protocolo de Kyoto, mas no marco da Convenção, a discussão das ações cooperativas de longo prazo. Essa negociação é muito mais abrangente do que a negociação de Kyoto. Kyoto tinha um foco específico: desenhar o segundo período de cumprimento. A negociação sobre ações cooperativas trata de todos os temas da Convenção, todos os principais temas – mitigação, adaptação aos efeitos negativos de mudança do Clima que já se fazem sentir, financiamento, tecnologia, capacitação. E, em Durban, foi possível aprovar um leque amplo de decisões, cobrindo vários desses temas. Eu não vou entrar numa listagem dessas decisões, mas eu gostaria de mencionar algumas, a título de exemplo, ressaltando a importância que tais decisões têm para o desenho das ações brasileiras.

Na área de mitigação, aprovou-se um importante pacote de medidas para fortalecer a transparência de mitigação, porque é importante, não apenas reduzir emissões, mas ter também clareza sobre o que os países estão fazendo. Então, em Durban, novos processos – inclusive, alguns que já foram mencionados pelo Dr. Adriano, os processos de consulta internacional, o WCA, o processo de revisão internacional para os países desenvolvidos – vão gerar mais informação sobre o que os países estão fazendo, e contarão com novos instrumentos, que são os relatórios bienais de atualização, para os países em desenvolvimento, e os relatórios bienais dos países desenvolvidos. Ou seja, todo mundo vai oferecer mais informação. Essa informação não tem as mesmas características para os países desenvolvidos e para os países em desenvolvimento. Existem distinções importantes, mas, como um todo, o sistema vai se tornar mais transparente. Isso vai criar para o Brasil novas obrigações, mas nós também vamos nos beneficiar das informações adicionais apresentadas pelos outros países.

Também houve avanços no tratamento da redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, chamado REDD+. Definições surgiram na área de tratamento de salvaguardas, na área de definição de níveis de referência, algumas definições na área de financiamento. Essas definições ainda não são

suficientes, mas é uma agenda que também avança e que tem implicações importantes para o Brasil.

O terceiro ponto-chave de Durban é a chamada Plataforma de Durban, que por um lado lançou uma nova negociação, a negociação de um novo instrumento internacional. As características jurídicas desse instrumento ainda não são características definidas. Definiu-se que ele será um novo protocolo, outro instrumento legal ou o resultado acordado com força legal. Isso se deve às diferentes visões dos países sobre a característica jurídica desse novo instrumento. O Brasil, em Durban, se manifestou claramente a favor de um resultado vinculante para essa negociação. Isso é um elemento chave. As discussões sobre esse novo instrumento já começaram. Por enquanto, são discussões exploratórias, porque boa parte do desenho desse novo instrumento dependerá da conclusão das negociações sobre o segundo período de Kyoto e sobre as novas ações de cooperação no marco da Convenção.

Outro aspecto da Plataforma de Durban que é preciso destacar é o lançamento de um plano de trabalho para fortalecer a ambição de mitigação de curto prazo. É uma discussão importante, é uma discussão que precisa ser levada adiante de modo sério e de modo decidido, mas é possível notar que, dentro da Plataforma de Durban, o que realmente tem um potencial transformador do regime é a negociação desse novo instrumento, negociação que deve ser concluída até 2015, para o instrumento que entrará em vigência a partir de 2020.

Isso, rapidamente, foi Durban.

Olhando para Doha, no âmbito da negociação do Protocolo de Kyoto, o que é preciso fazer? Finalizar o desenho do segundo período de compromisso. Isso envolve algumas questões técnicas; por exemplo, como tratar as unidades de emissão do primeiro período de Kyoto. Como é que essas unidades serão tratadas no segundo período de Kyoto é uma questão técnica, mas é uma questão que tem grande potencial impacto sobre a ambição do segundo período de Kyoto.

Há algumas questões que são um misto de questão técnica e questão política, como a duração do segundo período de compromisso, se esse segundo período de compromisso terá 5 anos ou 8 anos. O Brasil defende um período de 8 anos, para que não haja nenhum hiato temporal entre o fim do segundo período de compromisso e o início de vigência desse novo instrumento legal a ser negociado.

E também algumas questões jurídicas estão pendentes, como a forma legal necessária para garantir vigência imediata para o segundo período, para que, no início de 2013, efetivamente tenhamos um novo instrumento em vigor.

Na área da Convenção, na negociação da Convenção, são vários temas que permanecem ainda em negociação. O objetivo global de longo prazo para redução de emissões é um exemplo. Modalidades para o financiamento de ações de REDD+ baseadas em resultados é outro exemplo importante. O escopo do processo de reavaliação periódica do objetivo de limitar o aquecimento global a dois graus centígrados também é uma discussão muito importante.

É uma tarefa grande de negociação, e, além desses pontos que mencionei, que são pontos onde existe um consenso de que representa uma pendência, existe uma série de outros pontos mais difíceis porque não são pendências consensuais: são pendências a que alguns países resistiram...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO – Existe um...

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Se não houver prejuízo no debate, nós antecipamos; ou, então, nas suas considerações finais, você retoma o que achar importante na complementação.

O SR. ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO – Perfeito, Deputado.

Então, eu vou tentar terminar rapidamente, mas, claro, retomando no debate ou nas considerações finais.

Como eu dizia, existe um conjunto de pendências que são reconhecidas por todos como temas que precisam ser resolvidos, e outras pendências que alguns países consideram fundamentais, e outros, não. Então, no âmbito da Convenção, nós vamos ter uma dificuldade porque, muito possivelmente, em Doha, não será possível concluir de modo satisfatório para todos os temas todos dessa negociação. Portanto, em Doha será preciso abordar como dar continuação, e aqui dar continuação.

No âmbito da Plataforma de Durban, finalmente, como mencionei, a discussão, até o momento, foi uma discussão exploratória. Posições importantes foram apresentadas pelos países, por exemplo, sobre como eles identificam, nesse novo instrumento, convergência de obrigações ou diversidade de obrigações. Mas creio que nós só poderemos entrar numa etapa mais concreta de negociação em 2013, porque será fundamental para a negociação do novo instrumento ter o resultado final do Protocolo de Kyoto, ter o desenho do segundo período de compromisso, e ter o desenho final dessa negociação no âmbito da Convenção, cujos temas inconclusos poderão ter como um de seus destinos a nova negociação no âmbito da Plataforma de Durban.

Esse é o quadro geral, e estou à disposição para qualquer pergunta ou discussão específica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Obrigado, Dr. André.

Eu queria passar a palavra à Dr^a Fernanda Viana de Carvalho.

A SR^a FERNANDA VIANA DE CARVALHO – Boa tarde a todos. Meu nome é Fernanda Viana de Carvalho, sou da The Nature Conservancy (TNC), uma ONG, e aqui represento o Observatório do Clima, que é uma rede de 36 ONGs e movimentos sociais. A gente acompanha a construção das políticas de Clima tanto em nível nacional quanto internacional.

Aproveito para cumprimentar os meus colegas da Mesa, colegas antigos que a gente encontra nas negociações internacionais. Partilhamos lá sofrimentos, angústias e esperança de bons resultados.

Cumprimento todos os Deputados aqui presentes, na pessoa do Deputado Márcio Macêdo, a quem agradeço o convite do Observatório do Clima de estar aqui, hoje, nesta oportunidade tão importante, colocando um pouco da visão da sociedade civil sobre a questão das políticas nacionais e internacionais de mudança do Clima.

No plano nacional, eu acho que é importante ressaltar os avanços que vêm acontecendo desde 2008. Em 2008, tivemos o primeiro deles, que foi a criação do Fundo Amazônia. Tivemos o lançamento do Plano Nacional de Políticas de Clima. Em 2009, tivemos avanços também merecedores de destaque, que são a fundação do Fundo Clima e o lançamento da Política Nacional de Mudança do Clima, fundamental, histórica, rompe com uma tendência de anos do Brasil de negar compromissos quantificados. Temos aí um compromisso, ainda que voluntário, que é quantificado, de redução das emissões, de 36,1% a 38,9%, no cenário *business as usual* ou no cenário projetado, até 2020. Isso é importantíssimo.

A gente, da sociedade civil, fala em meta. Não temos esse preciosismo de dizer que o Brasil não tem meta. Se está colocado em lei, se é um compromisso, ainda que voluntário, é uma meta. Ninguém assume um compromisso para depois não cumpri-lo. E, nesse sentido, a gente é muito feliz em falar em metas.

Em 2010 e 2011, a gente viu alguns planos – os planos setoriais que vão compor o novo Plano Nacional de Política do Clima e são os instrumentos de implementação da Política Nacional de Mudança do Clima – serem ou elaborados ou alçados à condição de planos de mudança do Clima. Essa questão de serem alçados à condição de planos de mudança do Clima aconteceu com o PPCDAm, que é o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. Já estava aí pronto, funcionando e tendo sucesso des-

de 2004. A mesma coisa com o Plano do Cerrado, que já estava pronto; o Plano Decenal de Energia. Nesse, a gente teve algumas questões, porque ele não teve um processo de debate com a sociedade civil, como é tradicionalmente o planejamento energético no País.

O Plano de Siderurgia já foi lançado. A gente não consegue nem ter uma versão final dele, pública, sobre a qual a gente possa se debruçar para avaliar a sua implementação. E tem o Plano ABC, que é o Plano Agricultura de Baixo carbono, que teve, em alguns momentos, a participação da sociedade civil, mas não teve realmente um processo de consulta pública mais ampla, que seria desejável, como veio acontecer agora com os planos em 2012, que são o de transportes, saúde, indústria e mineração.

Então, a gente tem visto alguns avanços, mas a nossa grande preocupação como sociedade civil é com a implementação e com o compromisso do País com esses avanços. A gente acha que essa é a grande questão. O arcabouço está aí, ele é bom, é interessante, é bastante sofisticado. Mas, enfim, queremos ver o que é que vem em termos de implementação, em termos de compromisso do País com isso, compromisso esse que se reflita num comprometimento do Orçamento Geral da União para ações que estão colocadas naqueles planos.

Eu acho que é importante, também, agora passar para a questão internacional, já que estou olhando aqui para o tempo. E acho que a gente também tem visões que gostaria de dividir a respeito.

A questão do segundo período do Protocolo de Kyoto, eu gosto de colocar que ela é de suma importância. Ela é realmente fundamental para o equilíbrio do regime, mas ela não vai resolver o problema das mudanças climáticas. Então, a gente precisa mais do que isso. O resultado tem que ser maior do que isso.

E aí uma preocupação minha, até mais acadêmica, porque eu trabalho na parte de relações internacionais, sou pesquisadora, sou doutora. Enfim, essa é uma questão que nos angustia.

Até que ponto nós vamos comemorar os sucessos processuais no âmbito da Convenção, ao invés de sucessos que possam se refletir na vida real?

Eu digo isso porque o sucesso de Durban é a gente ter se comprometido a discutir, de 2015 a 2020, e, talvez, implementar em 2020 o acordo que deveria ter sido alcançado em 2009, em Copenhague. É um resultado. A gente não pode deixar de negar que houve avanço porque, pelo menos, como o Ministro André colocou, está sinalizado que, para 2020, as partes ali concordaram que deve haver um novo protocolo, um instrumento vinculante com valor legal ou um resultado acordado com valor legal, em 2020. Sim, mas o

que é isso em termos palpáveis em face das crises climáticas, em face de todos os efeitos que a gente já está enfrentando? A gente precisa de mais ação. Então, acho que seria interessante a gente colocar que a sociedade civil espera do Brasil, tanto em termos de política internacional, quanto nacional, duas coisas, na verdade são poucas, mas são muito amplas.

A primeira delas é um compromisso com a implementação e com a coerência. A gente não pode apresentar como ações nacionalmente apropriadas de mitigação e ter um reconhecimento, ter um sucesso no plano internacional que não se reflita domesticamente. São esses planos setoriais. Queremos o compromisso do País e dos diversos setores envolvidos na implementação desses planos. Queremos um compromisso também no debate e na implementação de outras políticas, que muitas vezes não incorporam a variável Clima. É o caso da recente discussão que ocorreu aqui nesta Casa e também no Senado sobre o Código Florestal. É o caso, por exemplo, de uma medida como a redução do IPI, que não teve seu impacto em termos de Clima avaliado, e a gente acha que é fundamental esse tipo de coisa.

A segunda coisa que a gente espera do Brasil é que o Brasil reconheça o seu tamanho no mundo. Quando eu falo de tamanho, claro que a gente pensa na nossa enorme extensão territorial e nos recursos naturais que ela abriga, mas não é só isso.

Somos atualmente a sexta economia do mundo. Estamos dizendo isso com o maior orgulho para o mundo, de cabeça erguida. Ser a sexta economia do mundo não implica só direitos; implica também obrigações. A gente não pode ter a mesma leitura do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, que seja idêntica à que a gente tem em 1997. Se os países desenvolvidos são os países que têm que demonstrar pioneirismo e ser os primeiros a tomar medidas contra a questão das mudanças do Clima porque são historicamente os que mais contribuíram, os países em desenvolvimento, principalmente no caso do Brasil, que vem se desenvolvendo num ritmo, graças a Deus, bastante grande – e os outros países com os quais a gente dialoga no BASIC, que são Índia, China, África do Sul, que são países também numa situação particularmente diferenciada em relação aos outros países do G77 – têm que ter também responsabilidades no regime internacional do Clima, regime esse forte ao qual o País almeja, como colocou o Ministro André. Então, é preciso que a gente olhe para isso e não apresente uma posição que seja meramente exigir dos países desenvolvidos que façam o que eles têm que fazer.

Acho também que outra demonstração do Brasil de ocupar o seu tamanho e seu espaço no mundo é

o papel pioneiro que o Brasil tem tido nas discussões sobre REDD+, sobre a questão da redução das emissões por desmatamento e degradação. Não adianta o Brasil tentar negar que tem um pioneirismo nessa área, tanto pela floresta que ele domina, quanto pelos resultados que ele alcançou.

Então, cabe ao Brasil realmente buscar um papel de líder nessas discussões, não só colocar as suas posições – e aqui eu não vou entrar nas posições de isso entrar ou não no mercado de carbonos, isso dá outra audiência pública, outra discussão com visões muito diferentes –, mas o Brasil tem tecnologias, tem conhecimentos que podem ser compartilhados com outros países. Isso é fundamental. Acho que o Brasil deve isso ao sul, como liderança do sul, e o sul espera isso do País.

Enfim, acho que vou ser a única nessa mesa, não sei quanto à Erika, que vai ficar dentro do tempo, mas era isso o que eu tinha a colocar.

Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Obrigado, Dr^a Fernanda, pela sua explanação e pela pontualidade.

Eu queria passar a palavra à Dr^a Erika e cumprimentar o Senador Sérgio Souza, que é Relator nesta comissão e que nos honra muito com sua presença.

A SR^a ERIKA DE PAULA PEDRO PINTO – Boa tarde a todos. Eu gostaria, primeiro, de agradecer, em nome do Ipam – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e do Dr. Paulo Moutinho, Diretor do Instituto, o convite feito a todos os colegas aqui presentes.

Acho que a Fernanda demonstrou muito bem o contexto e um pouco de como é a visão das ONGs e dos movimentos que ela representa, através do Observatório do Clima, em relação ao tema.

Vou apresentar aqui algumas das ações que o Ipam tem realizado, a trajetória do Ipam ao longo dos últimos anos nessa discussão, que ao mesmo tempo reflete um pouco do que são as demandas dos povos com os quais a gente tem uma preocupação em trabalhar e em trazer as suas demandas para a Mesa também.

Não sei se todos sabem, mas o Ipam trabalha há mais de uma década com o tema das mudanças climáticas, tem participado das Convenções de Clima desde 2000 e talvez eu possa trazer três frentes principais de atuação do Ipam, no papel que ele tenta desempenhar nas Convenções de Clima.

Uma frente de atuação é o processo de capacitação dos povos indígenas, comunidades tradicionais e produtores familiares representados principalmente pela Coiab, CNS e GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) ao longo dos últimos anos, de forma que eles possam,

entre outras ações, participar de maneira mais qualificada do debate sobre mudanças climáticas e suas vulnerabilidades, mitigação de impactos, não só nas Convenções de Clima, mas em outros eventos realizados em nível nacional e subnacional.

Outro papel que o Ipam desempenhou, desde 2003, na COP 9, em Milão, foi o fortalecimento do papel das florestas no debate e inclusão do que chamávamos na época de proposta de redução compensada do desmatamento. Havia muito resistência para a inclusão das florestas. O argumento era de que se é parte das emissões globais e é uma parte significativa, apesar de ser menor do que as emissões por combustíveis fósseis, elas devem também ser tratadas e tratadas com cuidado, de forma a respeitar o direito das populações que vivem nas florestas e que muitas vezes têm um papel essencial na conservação dos estoques de carbono florestal.

Nesse sentido, tivemos uma participação grande em todos os debates que... (*falha na gravação*) ...COP em Bali acabou por trazer o conceito de REDD à mesa de discussão.

Outro papel, o Ipam é um instituto de pesquisa e as nossas pesquisas também tentam subsidiar a formulação de políticas públicas. Então, o Ipam participou de todo o debate sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas e influenciou alguns planos estaduais de combate ao desmatamento e a queimadas, como no Pará, no Mato Grosso e no Acre, por exemplo.

Na COP 18, o Ipam continua a desempenhar o seu papel, levando dois *side events*: um com participação da Coiab, para a apresentação do plano indígena de enfrentamento às mudanças climáticas, e outro em parceria com a Coica.

Voltando um pouco ao nacional, um dos grandes avanços, como a Fernanda citou, foi a criação do Fundo Amazônia. Nós tivemos um namoro de três anos com um grande projeto lá para ser aprovado, que, depois de três anos, foi aprovado. Apesar de muito desgastante, foi um processo de aprendizado para ambos os lados. Muitas coisas nós vemos como um avanço no Fundo Amazônia, especialmente no entendimento da contribuição dos projetos e da relação entre o componente de redução do desmatamento e a necessidade de se trabalhar vulnerabilidades dos povos que vivem na Floresta Amazônica e em outros biomas.

Esse projeto é um grande experimento hoje, trabalha no nível de assentamento, em três assentamentos do oeste do Pará, tem uma parceria com o INCRA e é um trabalho conjunto com os movimentos sociais. A versão original desse projeto era um estudo de potencial dos agricultores familiares na redução do desmatamento. É uma área de expansão da fronteira agrícola

com altas taxas de desmatamento. Foi na época, entre 2005 e 2008, um projeto componente da Embrapa, que tentava apoiar e fortalecer o Programa Pró-Ambiente, o qual, no final, não foi exatamente consolidado, mas que contou com um acúmulo de experiências muito grande, o que permitiu um avanço em relação a esse tema. E foi desse grupo de agricultores familiares que participaram na época do programa Pró-Ambiente.

Um dos temas inovadores do programa era o pagamento por serviços ambientais, incluída a redução do desmatamento e conservação dos estoques. E foi ampliado para a inclusão de três assentamentos com o apoio do Incra.

Hoje a abordagem que acreditamos que funcionaria é aquela em que ao mesmo tempo em que se propõe a redução do desmatamento em áreas onde há agricultores familiares que representam uma porcentagem significativa de desmatamento se possibilitem incentivos para uma transição produtiva, para uma agricultura de baixo carbono, para que qualquer iniciativa no curto prazo para alavancar essas novas alternativas produtivas seja sustentável no longo prazo, de modo que realmente se mude a lógica econômica local.

Há também um experimento com as famílias que estão mais avançadas na questão do pagamento de serviços ambientais, mas principalmente como estratégia nessa transição do modelo produtivo da região.

Essa parceria envolveu movimentos sociais e o Incra e tem o apoio do Fundo Amazônia. E é importante citar também que consideramos imprescindível trabalhar com os Municípios além dos Estados. Então a ideia é que os Municípios assumam compromissos que estejam alinhados ao que o Plano Estadual de Combate ao Desmatamento e Queimadas se propõe e que esses também estejam alinhados ao que a Política Nacional de Mudanças Climáticas propõe. Então, trata-se de uma abordagem em que depois se consiga garantir uma distribuição de benefícios justa, que não beneficie somente aqueles que historicamente têm desmatado e se propõem a recuperar, mas também aqueles que têm historicamente conservado grandes remanescentes de florestas nessas regiões.

Em geral é isso. Eu também finalizo dentro do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Agradeço as palavras da Dr^a Érika e também pela pontualidade.

Passo a palavra aos inscritos que estão aqui. Em seguida retornaremos para as avaliações e considerações finais dos palestrantes.

Passo a palavra para o Deputado Alfredo Sirkis, do PV do Rio de Janeiro.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Eu tenho duas famílias de assuntos distintos a colocar. Primeiro queria comentar o que foi dito e, na condição de Presidente da Subcomissão COP 18 desta Comissão e Presidente da Subcomissão COP 18 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, tecer algumas considerações sobre o que foi feito pelas subcomissões durante a Rio+20 e de como essa iniciativa Rio Clima vai se desdobrar na COP 18.

Como são duas intervenções, talvez – consulto o Sr. Presidente – deixe a segunda parte para depois da segunda rodada, embora gostasse de fazer o exame na presença de nossos convidados.

Em relação ao que os nossos convidados colocaram, tenho algumas considerações gerais.

Em primeiro lugar, a questão climática é uma montanha russa de notícias ruins e boas, sendo que, infelizmente, as ruins predominam sobre as boas, embora as boas existam.

Em termos de notícias ruins, tivemos um verão dramaticamente abrasivo nos Estados Unidos, que levou ao colapso de parte da agricultura daquele país, e tivemos um recorde absoluto de derretimento das geleiras no Ártico, o que é extremamente problemático em si e também quando se considera o maior perigo que está diante de nós, que é a questão dos efeitos exponenciais: à medida que o Ártico derrete, é liberada uma grande quantidade de metano no *permafrost* do Ártico e de algumas outras regiões. O metano é 21 vezes mais ativo como gás de efeito estufa do que o CO₂ e vai-se criando um círculo vicioso de natureza exponencial.

São situações extremamente preocupantes. A tendência de todos os relatórios científicos sérios que aparecem é de sempre se verificarem cenários piores do que haviam sido previamente traçados, de um leque de cenários mais ou menos, os piores acabam prevalecendo, e isso realmente não tem mudado, tem sido uma coisa absolutamente regular, clara, previsível, porque, a cada reunião, a cada troca dos últimos *papers* científicos em áreas diferentes, as notícias ruins predominam sobre as boas.

Não há notícias boas. Existem coisas até curiosas que aconteceram.

Nós temos acompanhado a posição dos Estados Unidos em relação ao processo de Kyoto, em relação à situação que se criou em Copenhague e sobretudo após Copenhague, quando nem aqueles míseros 17% sobre as emissões de 2005 a administração Obama conseguiu garantir nem o *cap and trade*, nada. Tudo acabou sendo retirado no Senado, por falta absoluta de perspectivas de aprovação. E também assistimos a um grande avanço, em determinado momento, das forças

negacionistas nos Estados Unidos, que são financiadas, subsidiadas pelo *lobby* do carvão e do petróleo.

Mais recentemente, tivemos curiosamente uma redução de emissões de gases de efeito estufa nos Estados Unidos, nos últimos três anos, da ordem, se não me engano – o André, que sabe tudo, vai confirmar se é isso –, de 7%, que se deve a quê? Deve-se ao gás de xisto, ao *shale gas*.

Os Estados Unidos descobriram jazidas enormes de *shale gas*, coisa que nós também temos, assim como a China e muitos outros países. E, depois de anos e anos de investimento público, eles descobriram uma forma eficaz de explorar esse gás natural de grande profundidade.

Estão obtendo esse gás a um preço competitivo com o carvão e as emissões norte-americanas de queima de carvão têm caído de uma forma bastante acentuada pela substituição do carvão pelo *shale gas*.

Essa é uma situação realmente nova, que leva alguns pensadores norte-americanos, como os que estiveram na reunião preparatória do Rio Clima, a dizer que não é necessário esse processo nem das Nações Unidas nem de nenhum outro tipo de negociação, porque a tecnologia por si só proveria.

Penso que não é bem assim, mas, de qualquer maneira, vale examinar o que está acontecendo com o *shale gas*, porque se trata, evidentemente, de uma faca de dois gumes – ou de dois legumes: por um lado, de fato, surge uma perspectiva extremamente promissora de energia de transição entre a queima dos combustíveis fósseis mais poluentes, que são o carvão e o petróleo, em direção às energias limpas, que ainda demandam um imenso investimento, feita através de um gás natural que é um combustível fóssil com um teor de emissão menor. Isso propiciou essa redução de emissões absolutas nos Estados Unidos e a grande pergunta que se faz é se esse modelo é aplicável à China, onde 70% da energia é produzida pelo carvão e existem grandes reservatórios desse gás também.

O senão da história é que, em primeiro lugar, no processo de extração do *shale gas* pode haver emissões de metano diretamente na atmosfera. E já comentamos aqui o efeito que ele tem. Por outro lado, os efeitos locais, os efeitos ambientais locais do *shale gas* podem ser bastante dramáticos em relação ao lençol freático e outras coisas.

Então, temos essa questão que é nova, há três ou quatro anos não se falávamos disso, que tem um lado aparentemente promissor e um lado aparentemente problemático. Talvez isso seja uma novidade, e não sei exatamente como ela vai incidir nas discussões da COP 18 sobre processos de negociação propriamente ditos.

Por outro lado, notamos claramente uma debacle do negacionismo nos Estados Unidos. Eu tive acesso e publiquei no meu *blog* um estudo que foi feito pela Yale University sobre eleitores do Partido Democrata e eleitores do Partido Republicano, e está claro que a maioria, inclusive dos eleitores do Partido Republicano, considera que o aquecimento global é um problema sério, que precisa ser considerado – considera que ele existe e que é um problema sério.

Então, na verdade, embora a política oficial dos republicanos continue sendo a da negação, tem havido uma certa erosão desse discurso, ao mesmo tempo em que, do ponto de vista científico, os irmãos Koch, que são os grandes empresários financiadores do processo de pesquisas para o negacionismo, ficaram completamente desmoralizados, porque a principal pesquisa que eles encomendaram confirmou cabalmente aquilo que o PCC vem colocando há décadas.

Enquanto tudo isso acontece nos Estados Unidos, no Brasil eles colocam a sua cabecinha de fora: a mídia passa a lhes dar um grau de audiência como nunca tiveram – dentro de uma coisa meio perversa do jornalismo moderno, ou negligente, melhor dizendo, de que o jornalista não faz mais reportagem investigativa, não estuda mais os fatos, mas apresenta aspas daqui, aspas dali, e o leitor que julga, quando, na verdade, não estamos diante de opiniões conflitantes, mas de uma evidência científica que existe desde o século XIX de que existe o aquecimento global, de que existe o efeito estufa e de uma minoria muito pouco respeitada na comunidade científica, que não tem acolhida em nenhuma publicação científica séria e que nega ou tem tipos de discursos diferentes.

Alguns dizem que simplesmente não existe; outros dizem que existe, mas não é pela ação do homem; e outros ainda dizem que existe pela ação do homem, mas que não há mais nada a fazer: “Então, relaxem e aproveitem”.

Agora, curiosamente, no Brasil, com o apoio de forças tanto da direita quanto da supostamente esquerda, esse tipo de pensamento tem encontrado alguma ressonância em publicações, como a *Folha de S. Paulo*, a revista *Veja* e por aí vai. E programas de televisão. Teve muito impacto o que um picareta desses colocou num programa de televisão do Jô Soares: houve mais de 300 mil visitas no YouTube.

Então, curiosamente, no momento em que esse troço está desmoronando nos Estados Unidos, eles resolvem botar a cabecinha de fora aqui no Brasil.

Outra coisa que eu queria comentar é a questão das nossas metas voluntárias. Todos nós sabemos, em Copenhague o Brasil anunciou meritoriamente a sua disposição de reduzir entre 38% e 36% em relação a

2005. Eu queria discutir um pouco mais isso. Por que 38%? Por que 36% e alguma coisa? Trinta e oito, se nosso PIB fosse 6%; 36%, se nosso PIB fosse 4%. Lembro-me bem dessa discussão; conversava muito com Carlos Minc a respeito, em tempo real, quando isso aconteceu.

O fato é que o crescimento do PIB brasileiro não tem sido nem 6%, nem 4%, tem sido abaixo disso. É claro que ele pode subir, mas não é plausível mais, em nenhum momento, que venha a ser 6% na média, até 2020. Isso é totalmente impossível. Eu diria até que é difícil que seja 4% até 2020, é difícil que seja. Então, acho que deveria haver uma reavaliação dessas metas e o estabelecimento de metas mais ambiciosas do que essas, na medida em que de fato não vai haver o aumento do PIB que se imaginava fosse haver, quando elas foram pensadas.

A outra coisa é o seguinte – e isto está muito bem explicado e está subjacente ao que o Adriano colocou –: nós estamos num momento em que realmente avançamos um bocado em termos de redução do desmatamento. As nossas emissões por causa de desmatamento diminuíram um bocado, e esse segmentinho final é difícil, porque aí já não são grandes desmatamentos, alguns poucos grandes desmatamentos. Serão muitos, pequenos e médios desmatamentos.

Por outro lado, acho que o Brasil realmente não tem comparecido direito em relação a todas as outras coisas. Tem havido aumento de emissões em termos industriais. Não vou nem falar da CSA no Rio de Janeiro, a Companhia Siderúrgica do Atlântico, que vai emitir, quando tiver a carga plena, doze vezes mais do que todas as outras indústrias do Rio de Janeiro emitem. Mas acho que tem havido o aumento das emissões em termos de meio de transporte; o Governo tem dado IPI, subsidiado, de toda maneira, à indústria automobilística, sem grandes cuidados, e não vejo tanto avanço assim na agricultura; alguma coisa, mas muito menos.

Então, acho que está na hora de pegarmos os outros componentes das emissões e olharmos, mais seriamente, para eles, porque, de fato, embora reduzir o desmatamento não seja fácil, não vou subestimar o sucesso que alcançamos, mas acho que as outras coisas são um pouco mais difíceis, porque implica uma série de reconversões, de formas de funcionar, tanto em termos da indústria, quanto em termos de transporte, como geração, e não vejo que haja coerência do Governo em relação a isso.

Acabo de vir de uma reunião da Comissão que está estudando a Medida Provisória nº 579, da energia. Ali, claramente existe, num parágrafo, descarado para o uso de termoelétricas a carvão, o que, no Brasil, é a coisa mais ridícula que pode haver, não precisamos

disso para nada, apenas, claro, quando Eike Batista exporta o minério de ferro, a Vale do Rio Doce exporta minério de ferro, para os navios não voltarem vazios, eles voltam com o carvão e, depois, tem que ter o que fazer com esse carvão e, aí, constrói-se uma termoelétrica a carvão. Então, acho que essa é a questão do carvão.

A questão do IPI sobre a indústria automobilística sem nenhuma contrapartida de natureza ambiental, e coisas assim têm que, de fato, entrar no foco de discussão nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. Bloco/PT – SE) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Palestrantes, meus caros colegas que compõem esta Comissão, é bem sucinto, tendo em vista que o tema são as perspectivas para a COP 18 e as relações das mudanças climáticas que nos levam a essa COP. Percebo que, cada vez mais, existe uma falta de atenção para a questão de mudanças climáticas por parte de governos e também por parte da sociedade. Sinto até mesmo um esvaziamento da nossa Comissão, aqui do Congresso Nacional, que é uma Comissão importantíssima.

O Congresso Nacional têm duas comissões permanentes, uma delas é a Comissão de Mudanças Climáticas e a outra é a Comissão de Orçamento – somente essas duas Comissões têm o Congresso Nacional como comissões permanentes. Inclusive, somente essas Comissões é que podem fazer audiências públicas externas, nenhuma outra Comissão, seja do Senado, ou da Câmara, pode promover audiências públicas externas, somente essas Comissões que representam o Congresso Nacional fora do seu espaço – para verem o tamanho da importância desta Comissão. Mas percebo, cada vez mais, um esvaziamento. Está certo que estamos saindo de um período eleitoral, um período que tomou o tempo de muitos dos Srs. Parlamentares.

O recesso branco houve e continua, principalmente no Senado – o Senado encerra os trabalhos esta semana, voltamos no dia 5, continua o recesso branco –, mas nós aqui fazemos a nossa parte, temos o nosso esforço, procuramos fazer as nossas reuniões periodicamente, com algumas dificuldades, mas percebo o desinteresse. Há uma Comissão formada por dezenas de Parlamentares, sejam Senadores ou Deputados, e há um evidente desinteresse, até mesmo naquelas audiências públicas externas, em que há um atrativo, além dos debates, em que, às vezes, há o atrativo turístico da região, ou o conhecimento *in loco* do resultado de uma ação no Clima.

E, pensando na COP 18, é a pergunta que faço a todos: tivemos avanço na COP 17? Ouvi o André atentamente, manifestando alguns avanços da COP 17 em Durban, mas não percebo nenhuma empolgação para a COP 18, nenhuma. Percebo que o mundo está preocupado com a sua economia interna, todos os países – e o Brasil não é diferente –, mas, principalmente, os países da zona do euro, os países norte-americanos e também os países asiáticos, os maiores poluidores, não estão colocando a questão das mudanças climáticas na sua pauta prioritária. Isso é secundário. Mas percebo também que a sociedade não está motivada ao ponto de mover ações ou de se movimentar no sentido de manifestações ou de colocar as suas opiniões através da imprensa, no sentido de que nós temos que olhar atentamente as questões climáticas no Planeta.

Então, eu pergunto a todos: a COP 18 terá um atrativo que despertará o interesse de governos e da sociedade? Ou será mais uma mera reunião de alguns diretamente interessados e preocupados? Mas a sociedade como um todo e os governos terão atrativos ou incentivos, ou apelos que exijam desta participação efetiva? Seriam essas as minhas reflexões.

Mais uma vez, Sr. Presidente, parabeno V. Ex^a pela condução dos trabalhos e pelo esforço que tem feito para manter a periodicidade desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)
– Agradeço as palavras, Senador Sérgio Souza.

Quería retomar a palavra para os nossos convidados da tarde de hoje. Invertendo a ordem das falas, vamos iniciar pelas mulheres.

Tem a palavra a Dr^a Erika para seus comentários e suas considerações finais.

A SR^a ERIKA DE PAULA – Gostaria de comentar um ponto que considero extremamente relevante de a gente levantar. A gente comemora essas reduções significativas na taxa de desmatamento. Realmente é um avanço, só que a gente corre o risco, se a gente não olhar para os outros setores econômicos, de, em 2020, ter um cenário de país de anexo 1. Então, a gente tem uma projeção de crescimento econômico e, em cima dessa projeção dos outros setores econômicos, que não é o setor florestal, a gente não tem muita restrição ainda, a gente não assumiu um compromisso em relação a esses setores.

Essa sensação de que o Brasil cumpriu o dever de casa, acho que a gente tem que tomar cuidado com isso. Isso tem sido apresentado na Rio+20, nas convenções de Clima... A gente tem que aprofundar esse debate. Acho que se deve analisar melhor os outros setores, os outros planos setoriais da política nacional

e mudar um pouco o foco, ampliar o nosso foco para atingir as metas.

Outra questão é como sustentar essas taxas de desmatamento que foram reduzidas. Será que a gente já tem os mecanismos necessários para que essas taxas continuem baixas? Não sei; a meu ver, acho que não. Acho que, além das vulnerabilidades relacionadas a mercado de *commodities*, a gente tem outras questões. A gente tem um Código Florestal novo, que flexibiliza as regras e, ao mesmo tempo, a gente não tem incentivos para fazer uma mudança no modelo produtivo, que reduza a pressão sobre a floresta em pé. Então, essa é uma questão-chave.

Na semana passada, houve uma discussão sobre o PL de pagamento por serviços ambientais, e, então, temos um pesquisador, André Lima, do Ipam, que apresentou uns dados muito interessantes, que é a questão da isenção de tributos para alguns setores da economia. E aí você vê que, nos últimos cinco anos, há R\$550 bilhões de isenção fiscal, sendo que, para a área florestal, são só R\$500 milhões, e para o setor energético R\$110 bilhões, e assim por diante. Então, será que a gente não pode promover uma parte, uma fatia desse bolo para dar sustentabilidade a essas reduções que foram alcançadas? É essa relação que a gente precisa fazer daqui por diante.

Outra coisa que eu anotei é que fica claro, nos comentários que os senhores fizeram, que a gente tem um desalinhamento de programas de políticas de Governo. Então, ao mesmo tempo em que a gente tem uma facilidade enorme, hoje, devido à redução das taxas de IPI, a gente tem planos como, na cidade de São Paulo, uma política municipal de redução de emissões. E onde estão os investimentos para mudarmos o nosso modelo nas cidades? Ficamos muito focados em floresta, mas será que os nossos modelos na área urbana estão coerentes com aquilo a que estamos nos propondo?

Essas são as minhas considerações. Acho que são questões que ainda precisaríamos debater muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)
– Obrigado, Dr^a Erika.

Eu queria passar a palavra à Dr^a Fernanda Viana.

A SR^a FERNANDA VIANA DE CARVALHO – Eu gostaria de fazer eco ao que a Erika colocou sobre a questão do desmatamento.

Enfim, tendo acompanhado esse plano por fora e por dentro – por dentro, porque fiquei 4 anos trabalhando no MMA exclusivamente com isso, de 2004 a 2008 –, acho que a preocupação do Deputado Sirkis é válida com os outros setores e partilho dessa preocupação, mas, ao mesmo tempo, eu gostaria de ex-

pressar o meu temor de acharmos, de uma hora para outra, que resolvemos a questão do desmatamento, quando isso não é bem assim.

A parte de sucesso que temos, como o Dr. Adriano muito propriamente colocou, já se desacoplou, de certa forma, da questão econômica, mas está fortemente ancorada em medidas de comando e controle, que são caras não só do ponto de vista do Orçamento da União, mas são caras politicamente e, muitas vezes, colocam em polos opostos os Estados e Municípios, que estão sofrendo essas medidas.

Temos tido muito sucesso na questão, por exemplo, da lista dos Municípios que mais desmatam. Alguns Municípios já saíram dessa lista porque reduziram suas taxas de desmatamento, colocaram suas propriedades no sistema de Cadastro Ambiental Rural. E o que receberam em troca, além de tapinha nas costas? Eu acho que ainda não fizemos o modelo que precisamos fazer da transição da economia amazônica para uma economia verdadeiramente sustentável.

Nisso, talvez – esta é uma posição da TNC –, o REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação) poderia ser um dos incentivos que teria que fazer parte de um pacote mais amplo, porque também não resolve o problema, mas é nesse contexto que trabalhamos a questão do REDD, na questão da transformação do modelo produtivo da Amazônia para um modelo mais sustentável.

Outra questão que temos que pensar... Separamos aqui a questão das negociações internacionais dos avanços nacionais. Em alguma medida, isso é separado, *pero no mucho*. Uma coisa está intrinsecamente ligada à outra. Temos que discutir o papel dos entes subnacionais na implementação dessas políticas, que são, sim, compromissos internacionais: Estados, Municípios, em que medida a sociedade civil se envolve. Estou muito feliz de estar nesta mesa hoje falando como sociedade civil. Acho que essa é uma discussão a ser feita, a ser aprofundada. Acho que é preciso discutir outras questões também. Ficamos muito na agenda de mitigação e nos esquecemos da agenda de adaptação. O Brasil é um país que tem vulnerabilidades, e isso é um ponto de discussão tanto internacional quanto nacional, que ainda não se consolidou no marco, seja um marco legal, um marco institucional para tratar da questão da adaptação.

Temos que discutir também a questão dos recursos financeiros: como recebemos esses recursos – por exemplo, há a questão do FIP (Forest Investment Program), que está destinado para o Cerrado –, como se dialoga com o plano setorial do Cerrado, como estamos, enfim, usando o Fundo Clima – inclusive faço parte do conselho gestor – para a questão dos

planos nacionais, em que medida vamos usar esses fundos para atender aos planos nacionais e também a questão do orçamento, que é fundamental. Vamos estar sempre dependendo desse recurso, que é pequeno, para tapar buracos do orçamento, sendo que não temos o nosso orçamento comprometido com as medidas com as quais estamos nos comprometendo. Acho que é importante.

Gostaria também de, respondendo a questão colocada aqui pelo Senador Sérgio Souza, dizer o seguinte: o tempo internacional é um pouco diferente do tempo nacional. Esses acordos são geralmente conseguidos no longo prazo, as discussões são árduas, são duras. Realmente, não temos grandes expectativas de grandes revoluções para a COP 18, porque sabemos que ali existe um processo, o qual tem que ser cumprido. Quando os marcos temporais no processo são 2015 e 2020, realmente, talvez, seja nesses anos que vamos ver as grandes mudanças. Nem por isso devemos abandonar o processo. É por isso que vamos, nos deslocamos daqui. Eu nem sei quantas horas vamos até Doha para acompanhar o Governo brasileiro, que, inclusive, permite a participação de algumas ONGs na delegação, interage com as organizações da sociedade civil, mas temos que acompanhar o processo. Por outro lado, não dá para ficarmos presos ao processo e comemorarmos as vitórias processuais, como coloquei aqui.

Acho que era isso que tinha para colocar, encerrando a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. Bloco/PT – SE) – Quero agradecer imensamente à Dr^a Fernanda pela sua participação.

Passo a palavra ao Sr. André Odenbreit Carvalho.

O SR. ANDRÉ ODENBREIT CARVALHO – Obrigado, Deputado. Gostaria de tocar em dois pontos: um é a questão da situação atual, em termos de rigor, o grau de transformação que observamos em mudança do Clima, desde, digamos, 2007. Isso pode ser julgado no nível nacional ou no nível internacional – não vou entrar no nível nacional, mas no nível internacional.

Queria indicar que uma avaliação de avanço depende um pouco do parâmetro que é utilizado para julgar. Em mudança do Clima, existe um parâmetro que, constantemente, surge que é um parâmetro extremamente exigente, que é o grau de ação que é necessário, para fazer frente ao desafio do aquecimento global. É óbvio que esse parâmetro fundamental, que vai ao coração do problema, é extremamente exigente frente ao que é necessário, a tendência é de avaliações de insuficiência, de que é preciso fazer mais – essa avaliação é possível e claramente existe, acho que a Fernanda apontou bem esse aspecto.

Outro aspecto é você julgar o quanto foi possível, por intermédio de uma negociação internacional – que é muito difícil e muito complexa, diversificada e que reúne um grupo enorme de países, pautado por interesses muito diversos –, o que foi possível produzir. E, nesse contexto, a partir desse parâmetro, acho que você não tem como não notar que o ano de 2007 para cá é um dos períodos mais intensos de resultados do regime. O número de ações de mitigação, por exemplo, hoje, cobrindo um conjunto grande de países desenvolvidos e em desenvolvimento, isso é muito superior ao que existia em 2007.

O grau de desenvolvimento institucional do regime, para fazer frente aos desafios de adaptação, de financiamento, de transferência de tecnologia, fortaleceu-se enormemente, e financiamento, até 2010, não havia qualquer referência quantificada de qual é o valor de financiamento a ser gerado pelos países, em benefício aos países em desenvolvimento. Hoje em dia, esse valor está definido em US\$100 bilhões, a partir de 2020, a mera definição dessa referência quantificada já é extremamente como um orientador de esforço.

Então, acho que, a partir desse parâmetro das transformações do regime, é possível verificar que estamos numa etapa de fortalecimento do regime, e acho que as novas negociações geram a continuidade desse fortalecimento. Acho que a Plataforma de Durban não vai gerar uma alteração do regime, porque, afinal de contas, a Plataforma de Durban vai-se operar dentro dos princípios e das normas da UNFCCC, mas tem condições de gerar uma nova fase do regime de maior ambição.

O segundo ponto que queria tocar foi levantar, a partir da pergunta do Senador Sérgio Souza, a ideia das expectativas para a COP. E aqui acho que é importante notar que em mudança do Clima, desde Copenhague, pelo menos, existe um parâmetro quase constante, para se julgar se uma COP terá ou não um resultado positivo, que é a ideia de se essa COP será ou não capaz de gerar um novo acordo internacional. Uma expectativa que não se verificou em Copenhague e que, agora, temos um processo com a indicação de um novo momento.

Acho que essa expectativa criou, hoje, uma situação complicada, porque, de fato, para a COP 18 essa perspectiva de, nesse momento, haver o novo acordo não existe. Os tempos de um novo acordo são tempos mais longos, mas concordo inteiramente com a Fernanda, no sentido de que isso não significa que os resultados da COP 18 não são extremamente relevantes, não apenas no que vão produzir em 2012, mas também para esse futuro acordo. E eu acho que a gente precisa começar a avaliar o sucesso a partir de

outros parâmetros, sob pena, ficando apenas no parâmetro do novo acordo internacional, de nós cairmos na armadilha de achar que as COPs não produzem resultados significativos porque elas não geram esse novo acordo internacional. Isso pode acabar sendo contraproducente, porque você enfraquece os espaços sequenciais que são necessários, até para você chegar a novos acordos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)
– Agradeço ao Dr. André.

Passo a palavra, em seguida, ao Dr. Sanderson.

O SR. SANDERSON ALBERTO MEDEIROS LEITÃO – Muito obrigado, Deputado.

Bem, em relação ao comentário do Senador Sérgio Souza sobre o eventual, digamos, desinteresse da sociedade em geral com as questões de mudanças do Clima, eu posso falar, no que diz respeito ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, como eu havia já comentado nas nossas ações, o Ministério vem desempenhando ações e, inclusive, criando novas ações na área de mudanças do Clima, como a constituição da Rede Clima, que é muito importante para o País por inteiro. Ela se constitui em 13 sub-redes, em diversas áreas, em recursos hídricos. Depois há usos da terra, a parte de indústria. São 13 sub-redes compostas pelos mais renomados cientistas brasileiros de todas as partes do País, que compõem essa Rede Clima. E essa Rede tem como um dos seus objetivos gerar e disseminar esse conhecimento para que o nosso País possa responder aos desafios que são gerados pelas mudanças do Clima, pelas suas causas e seus efeitos. Esses é um dos grandes avanços com que o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação tem contribuído na área de mudanças climáticas.

Além desses, a criação também do Cemaden, que é o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, é uma coisa importantíssima para o País, como já havia sido comentado aqui, inclusive pelo Deputado. As chuvas torrenciais, os eventos críticos que o País enfrenta anualmente: secas e enchentes. Também a elaboração das estimativas anuais, ou seja, os nossos compromissos perante tanto a política nacional de meio ambiente brasileira, quanto perante a Convenção-Quadro das Nações Unidas, a elaboração agora da terceira comunicação nacional.

Então, eu penso que, da nossa parte, tem havido muito interesse, um esforço muito grande por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia no que diz respeito às ações de ciência, tecnologia e inovação ligadas aos compromissos, às mudanças climáticas. Então, Basicamente é isso. Nós falamos em nome do MCTI.

Em relação ao interesse de se comparecer, do desenvolvimento com a COPs, acho que foi muito bem respondido aqui pelo colega André Odenbreit Carvalho, e nós estamos de acordo com o que foi exposto aqui. E, mais uma vez, eu gostaria de agradecer, em nome do Secretário Carlos Nobre, que, neste momento, não pôde estar aqui presente, está na Áustria, ao convite que nos honra e que foi feito aqui pelo Presidente da Comissão, o Deputado Márcio Macêdo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Obrigado, Dr. Sanderson.

Eu queria passar as palavras para o Dr. Adriano fazer as suas considerações finais.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA –

Obrigado, Deputado. Vou tentar ser breve em retribuição ao tempinho a mais que eu tive na minha fase inicial.

Eu queria considerar, rapidamente, dois aspectos levantados pelo Deputado Sirkis e, depois, pelo Senador Sérgio.

O primeiro é em relação ao negacionismo, Deputado. O quarto relatório de avaliação do IPCC é categórico em afirmar que é inequívoca a participação antrópica na contribuição para mudança do Clima. O que eu acho é que falta a imprensa dar o mesmo espaço aos cientistas e pesquisadores – eu acho que mais respeitados em relação à posição contrária ao que os negacionistas vêm colocando... Então, eu acho que essa abertura para esses pesquisadores deve ser dada para se ter um balanço justo e equitativo na discussão desse assunto, muito embora o quarto relatório de avaliação do IPCC já tire qualquer dúvida sobre isso.

Sobre a preocupação com os outros setores em relação aos planos de mitigação, acho que a preocupação é não relaxar com nenhum deles, inclusive com a parte do desmatamento. Acho que o esforço tem de continuar sendo o mesmo. Em relação aos outros setores, da mesma forma que mencionei a ambição das nossas ações em relação ao desmatamento, ao setor de energia, ao setor da agropecuária, acho que também no setor industrial, no setor de transportes, os planos têm uma ambição importante. Estou dizendo de novo: acho que se deve dar o mesmo tratamento de não se relaxar para nenhum desses setores. Mas, se tomarmos, por exemplo, a indústria, a gente tem uma indústria de cimento extremamente competitiva e eficiente em relação a termos de emissão. Nossa indústria de alumínio é efficientíssima, também, em termos de emissão. Então, a gente tem, também, nesses setores, uma posição já bastante avançada em termos de redução de emissões. A gente tem de ter um certo cuidado em relação ao que se coloca a mais, mas realmente esses setores têm que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA

– Mas, de qualquer forma, acho que temos de ficar alerta em relação a todos os setores, independentemente de quais sejam, reconhecendo a ambição dos diversos planos.

A questão que o Senador Sérgio colocou é sobre como a COP 18 poderia ser um atrativo para despertar o interesse das sociedades e dos governos. Só complementando, em poucas palavras, o que o Ministro André mencionou – e concordo plenamente com tudo o que ele colocou – gostaria de lembrar uma palavra que a Dr^a Fernanda utilizou bastante em relação às COPs, a palavra “processo”, acho que a COP 18 é uma COP importante em relação à finalização de processos. O Ministro André colocou muito bem. Fecha o segundo período do Protocolo de Kyoto e fecha o processo da ambição de longo prazo, os chamados AWG-LCA. Existem algumas pendências. Tentar acertar esse processo para as próximas COPs já é um atrativo para governos e sociedades. Essa COP lança as bases, como o Ministro André colocou, para a discussão do futuro. Aí faço questão de lembrar que a gente está discutindo o futuro de um regime existente, a gente não está falando de um regime diferente do que a gente tem hoje, mas do futuro desse regime, que é a Plataforma de Durban. Acho que esses três elementos já serão atrativos para trazer pontos importantes, para despertar interesses para a COP 18, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Parabenizo todos os palestrantes desta tarde. Houve exposições com bastante conteúdo que, com certeza, enriqueceram este debate que estamos fazendo de preparação para a COP 18. Certamente, aqueles que nos assistem neste momento tiveram a oportunidade de conhecer e de aprofundar as informações sobre esse tema. Acho que esta Comissão cumpre um papel importante de debater o tema das mudanças climáticas, em especial neste momento de preparação para a COP 18.

Quero agradecer imensamente a participação de todos vocês em nome dos pares que compõem esta Comissão. Quero dizer, também, que a participação de Deputados e Senadores, neste dia, foi muito importante, em especial do Deputado Sirkis e do Senador Sérgio.

Antes de encerrarmos o debate de hoje na audiência pública da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, vou colocar em pauta um requerimento de minha autoria e da autoria do Senador Sérgio Souza, Relator nesta Casa. Em seguida, passarei a palavra aos nobres deputados e senadores que queiram se pronunciar antes do encerramento desta audiência.

É um requerimento que precisa ser feito, do ponto de vista regimental, para que os membros desta Comissão que desejam participar da COP 18 possam se dirigir à Secretaria da nossa Comissão, para que possamos oficializar às Presidências das Casas do Parlamento brasileiro, seja a Câmara dos Deputados seja o Senado Federal, para que, dentro do que reza o Regimento, possibilitemos a ida dos Srs. Senadores e das Sr^{as}. Senadoras e dos Srs. Deputados e das Sr^{as} Deputadas que desejam participar da COP 18, lá no Qatar.

Então, farei a leitura e colocarei em discussão.

Requeiro, nos termos regimentais, a participação dos membros desta Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, na 18ª Conferência das Nações Unidas para o Clima (COP 18), que ocorrerá em Doha, no Qatar, entre os dias 26 de novembro e 7 de dezembro do corrente ano, e terá a presença de representantes de 190 países.

Dia 7 de outubro de 2012, assinado pelo Presidente desta Comissão, Márcio Macêdo.

Relator: Senador Sérgio Souza.

Em discussão.

Não havendo posições e inscrições, coloco em votação.

Aqueles Parlamentares que concordam com o requerimento, por favor, permaneçam como estão.

Aprovado.

Então, os senhores e as senhoras que querem participar da COP, se dirijam à Secretaria da nossa Comissão para os procedimentos legais.

Quero passar a palavra para o Deputado Alfredo Sirkis, que deseja usar da palavra. Em seguida, encerraremos as nossas atividades de hoje.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Bem, eu vou agora falar rapidamente sobre a iniciativa Rio Clima, que foi produto conjunto de uma iniciativa da Subcomissão Rio+20, da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, desta Comissão e da Comissão de Meio Ambiente do Senado. Nós tomamos a iniciativa, no ano passado, de fazer um evento sobre o Clima, paralelamente aos trabalhos da Rio+20, em regime de concertação com o Governo do Estado de Pernambuco, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e com o apoio de algumas instituições privadas, como o Instituto Arapyau, o Instituto Carlos Chagas e o Instituto Cyrela.

Então, tivemos uma reunião extremamente proveitosa, no Rio de Janeiro. Primeiro, houve uma reunião preparatória em Recife, em abril, e depois, em junho, entre os dias 13 e 21, houve uma reunião no Rio de

Janeiro com uma parte aberta – painéis, dos quais participaram presencialmente mais de mil pessoas, que se inscreveram e foram ao Centro de Convenções da Firjan. Pela televisão da Firjan, outras três mil assistiram ao trabalho.

A nossa parceria, em termos de comunicação, foi com o jornal *O Globo*. O jornal *O Globo* fez um caderno especial sobre o Rio Clima, com uma tiragem de quase 400 mil exemplares, e teve quase quatro milhões de visitas no seu *hot site*, que até hoje está no ar com os materiais das várias exposições.

Nós tivemos a parte aberta ao público e uma parte fechada, em que três grupos de trabalho – um grupo de trabalho de mitigação, um grupo de trabalho de financiamento da economia de baixo carbono e um grupo de trabalho de adaptação –, com especialistas de 14 países diferentes, elaboraram Basicamente dois documentos: um documento sucinto de recomendações à Conferência Rio+20, dentro daquilo que a Conferência tratava, que era economia verde e governança, e que já foi exposto aqui nesta Comissão; e também recomendações para a COP 18, que é esse documento, cuja versão resumida eu tenho aqui, que contém 25 recomendações para a COP 18. O objetivo é entregar esse documento à Secretária Executiva da UNFCCC, a Christiana Figueres, e enviá-lo a delegação dos países presentes na reunião.

Então, qual será a atividade do Rio Clima na COP 18? Nós solicitamos ao Itamaraty, em se tratando de uma iniciativa do Congresso Nacional, que nos ajudasse a conseguir uma sala no próprio Centro de Convenções, onde vai ser feita a COP 18, para, em uma reunião de aproximadamente duas horas e meia, fazer as seguintes coisas: em primeiro lugar, a apresentação deste documento. Esse documento que eu tenho aqui vai ser entregue e divulgado pela nossa Comissão, mas uma versão mais elaborada e detalhada desses pontos está sendo desenvolvida pelo Prof. Cláudio Gesteira, da Coppe, aberta à contribuição de todos aqueles que queiram participar junto com ele. A ideia é apresentar uma coisa mais encorpadinha em função daquelas 25 recomendações que foram feitas. Então, isso, a primeira atividade vai ser entregue oficialmente às Nações Unidas esse documento.

Em segundo lugar, é apresentar a agenda do Rio Clima para o ano de 2013. Tanto o Governador do Estado de Pernambuco, quanto o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro – que permanece Prefeito, foi reeleito – eles apreciaram muito essa iniciativa e querem mantê-la no calendário, respectivamente, do Estado de Pernambuco e da cidade do Rio de Janeiro.

Então, em abril, a atividade em Pernambuco seria, na Ilha de Fernando de Noronha, uma reunião

sobre tecnologias limpas e de baixo carbono. O Governador tenciona transformar a Ilha de Fernando de Noronha numa espécie de *showroom* de tecnologias de baixo carbono.

Então, por exemplo, ele quer substituir a usina termelétrica a petróleo de Fernando de Noronha por uma usina solar, além do que, também, instalar geração solar nas residências e uma rede, e um *smart grid* em Fernando de Noronha.

Depois, a frota de Fernando de Noronha – são cerca de 800 carros, caminhonetes, caminhões – passar tudo para carros elétricos e híbridos. Aí, também, uma série de ações em relação ao lixo e em relação à adaptação da própria ilha.

Então, a ideia é fazer esse encontro em parceria com a Clinton Foundation, para que isso sirva não só de ensejo em relação a uma série de ações exemplares, cujo objetivo, a médio prazo, é transformar a ilha no primeiro território brasileiro de carbono neutro – essas ações dentro da ilha não são suficientes, porque você ainda tem que levar em conta as emissões do transporte marítimo e do transporte aéreo. Então, eles teriam que, de fato, proceder a algum reflorestamento no continente também para terminar de compensar isso tudo.

Mas isso é uma ambição do Governo do Estado de Pernambuco, o Governador Eduardo Campos, de ter essa ação em relação à Ilha de Fernando de Noronha e também atrair investimentos para o Estado de uma indústria limpa, solar e veículos elétricos etc.

Em relação ao Rio de Janeiro, em junho e julho, a ideia é tentar fazer aquilo que de fato nós não conseguimos realizar, foi o componente que não foi possível de ser realizado pelo Rio Clima este ano, era a intenção ou o objetivo principal inicial, mas ele não pode ser alcançado: aquela ideia de uma negociação simulada de alto nível – você ter antigos chefes de Estado importantes e proeminentes, do tipo Clinton, Rocard, Gorbachev etc, etc, conduzindo delegações também de políticos atuais e de pessoas importantes em 13 países maiores emissores e fazer a simulação de uma negociação que pudesse de alguma forma antecipar as questões em relação àquele instrumento que o André mencionou, que deveria estar sendo costurado para 2015 para entrar em vigor em 2020.

Isso não foi possível fazer por uma série de razões. Nós aprendemos muito em relação a isso – para fazer isso precisa de muito mais dinheiro do que se contava e, por outro lado, havia um problema específico com relação aos americanos, que, no processo eleitoral, nenhum dos políticos de primeira linha dos Estados Unidos se prontificou a vir. Foi convidado o Senador Kerry, a Senadora Collins, e ninguém quis vir um pouco

por causa do contexto eleitoral deles. A gente espera que, no ano que vem, com uma preparação muito melhor, com novos parceiros e com verbas oriundas do setor privado internacional mais significativas, se consiga fazer essa simulação em alto nível.

E, finalmente, a última coisa a ser anunciada nessa reunião do Rio Clima em Doha seria um concurso internacional de *design* para aquele totem urbano que foi deliberado na Conferência do Rio como uma coisa interessante, que é a ideia é se ter, nas ruas e praças das principais cidades do mundo ou, preferencialmente, no maior número possível de cidades grandes, médias e pequenas, você tem uma espécie de totem urbano, como se fosse um termômetro, onde se assinala a progressão da concentração de gases de efeito estufa em direção ao limite de 450 ppm, que a ciência entende, uma vez ultrapassado, diminuiria muito as chances de se poder manter o aquecimento global abaixo dos dois graus.

Então, isso é algo que precisa ser feito em parceria com uma dessas organizações de cidades, tipo Iclei, Metrôpolis, cidades unidas aos governos locais, está sendo visto com elas, e a ideia em Doha seria apenas anunciar um concurso internacional de *design* entre os grandes *designers* do mundo, para se ter o anúncio do resultado disso no Rio de Janeiro, no mês de junho ou julho. E, a partir daí, essas organizações de cidades, Basicamente representações de prefeituras, passariam a instalar esses ícones nas suas cidades.

Então, a ideia Basicamente... Além disso, a Rio Clima procuraria se institucionalizar internacionalmente, criando um *steering committee* internacional, uma espécie de conselho internacional para conduzi-lo. E temos uma série de lideranças internacionais na questão climática que estão extremamente interessadas, sobretudo se anuncia muito promissora uma parceria Brasil-China nesse negócio, com a Wu Changhua, que foi aquela chinesa que esteve lá na conferência.

Qual é a dificuldade? A dificuldade é a seguinte: que o financiamento disso é muito mais complexo, porque, evidentemente, nem o Governo de Pernambuco, nem a Prefeitura do Rio de Janeiro, nem a iniciativa privada se interessam muito em patrocinar algo que esteja fora do território nacional. Então, evidentemente, o evento será uma coisa modesta; será meramente um encontro, uma reunião, e mesmo isso ainda não está resolvido porque, de fato, neste momento, o Itamaraty está incumbido de conseguir uma sala, em algum momento entre o dia 2 e o dia 7 de dezembro, durante duas horas, no Centro de Convenções, para a gente poder fazer as apresentações, mostrar o filme do evento no Rio, o filme do evento em Pernambuco,

muito breve, e distribuir uma publicação com as tais recomendações. Viu, André?

Então, não acho que se deva ser necessariamente a única atividade, mas já é uma atividade do Congresso brasileiro na Conferência COP 18.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Eu queria dizer ao Deputado Alfredo Sirkis, se ele desejar e achar importante que esta Comissão ajude nesse processo, estamos inteiramente à disposição, inclusive para intermediação junto ao Itamaraty para poder ter uma discussão com a qualidade que merece. Se também achar que é importante oficializarmos isso e colocarmos uma audiência conjunta na Rio Clima com a Comissão Mista, como a ideia e a iniciativa foram de V. Ex^a, fique à vontade no que o senhor achar que a nossa Comissão pode ajudar para fortalecer esse debate da Rio Clima na COP 18, no que pudermos contribuir para que a Rio Clima possa cumprir esse papel importante lá na COP 18.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, gostaria de agradecer a presença de todos e de todas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 38 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia trinta e um de outubro do ano de dois mil e doze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do **Deputado Márcio Macêdo**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Sérgio Souza, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Lindbergh Farias, e Senadora Vanessa Grazziotin, e dos Deputados Luiz Noé, Ricardo Tripoli e Deputada Rebecca Garcia, membros da Comissão. Justifica ausência o Deputado Alfredo Sirkis. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 14ª Reunião, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta destinada à realização de **Audiência Pública** para “discussão de Planos Setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima, em conformidade com o Plano de Trabalho desta Comissão aprovado

em 2012: PPCDAm (Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia); PPCerrado (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado); e Plano ABC (Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono)”, com a presença dos seguintes convidados: Adriano Santhiago de Oliveira, Coordenador do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente-MMA; Almor Moacyr Dall’Antonia Júnior, Coordenador-Geral de Agrometeorologia-CGA/INMET do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA; e Carlos Rittl, Coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia - WWF Brasil. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Deputado Luiz Noé, o Senador Sérgio Souza, e o Senhor Presidente, o Deputado Márcio Macêdo. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às quinze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária-Adjunta da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas – Deputado **Márcio Macêdo**, Presidente da CMMC.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Noé. PSB – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada no âmbito do Congresso Nacional mediante a Resolução nº 4, de 2008.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 14ª reunião.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

A pauta desta reunião destina-se à audiência pública para debater os Planos Setoriais de mitigação e adaptação a mudanças do clima, em conformidade com o Plano de Trabalho desta Comissão, aprovado em 2012, no que se refere ao Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia; ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Cerrado; e ao Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.

Convido para tomar assento à mesa o Dr. Adriano de Oliveira, Coordenador do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente; o Dr. Almor Júnior, Coordenador-Geral de Agrometeorologia do Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Dr. Carlos Rittl,

Coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia WWF Brasil.

Acredito que a ordem da composição da Mesa seja a ordem da apresentação dos trabalhos

Neste momento passo a palavra para o Dr. Adriano de Oliveira fazer a sua apresentação.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA –

Muito obrigado, Deputado Luiz Noé. Ao cumprimentá-lo, gostaria de estender os meus cumprimentos a todos os componentes da Mesa, ao Dr. Alaor, conhecido de velha data; igualmente ao meu amigo Carlos, lá da WWF; cumprimentar os senhores aqui presentes e a quem nos assiste também.

Antes de mais nada, Deputado, eu gostaria de trazer o agradecimento e o reconhecimento do Secretário Carlos Klink, que é o nosso Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental. Em função de ter assumido outro compromisso na agenda, não pôde estar aqui presente. Mas ele pediu que eu transmitisse o reconhecimento do envolvimento da Câmara e do Senado, principalmente por meio desta Comissão, nos assuntos relacionados à mudança do clima.

É um prazer para mim estar aqui de volta. Estive na reunião anterior, no dia 17 de outubro, quando discutimos a Conferência das Partes, no Catar. Dessa vez, como o tema proposto está voltado para planos de mitigação – eu entendo que o Alaor fará a apresentação do Plano de Agricultura de Baixo Carbono –, eu vou me ater mais aos dois planos de Prevenção e Controle do Desmatamento nos Biomas Amazônia e Cerrado.

Antes de considerar o tema mais especificamente, acho que valeria um brevíssimo contexto para considerarmos a importância... Eu acho que vale sempre destacar que o Governo e o País às vezes recebem críticas à mudança do clima, e esse espaço é bom para trazermos também alguns fatos positivos. Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade, antes de entrar mais especificamente nos planos de combate ao desmatamento na Amazônia e no Cerrado, para trazer alguns exemplos da importância do protagonismo e do destaque histórico do Brasil no tema sobre mudança do clima. E eu falo isso não somente em relação ao Governo, mas também em relação ao setor privado e à sociedade civil organizada.

Alguns exemplos do envolvimento do Brasil no tema: temos o Brasil como o proponente de um fundo de desenvolvimento limpo na década de 90 que se transformou no mecanismo de desenvolvimento limpo de Protocolo de Kyoto; podemos destacar que, em 1999, o Brasil tem a primeira autoridade nacional designada, estabelecida no mundo, é a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, presidida pela MCT, hoje MCTI, e vice-presidida pelo Ministério

do Meio Ambiente com outros ministérios na composição; as ações do Brasil em redução de emissões de desmatamento e degradação. A participação do Brasil na negociação sobre esse assunto faz com que o tema continue vivo; a própria transformação de um processo de *workshops*, em que se discutia diálogo de longo prazo para mitigação de mudança do clima em processo formal de negociação, que resultou no Plano de Ação de Bali, vem de uma ideia brasileira também; e no âmbito nacional podemos destacar, já em 2007, a criação de outro comitê interministerial, o Comitê Interministerial de Mudança Global do Clima, coordenado pela Casa Civil, e o grupo executivo sobre mudança do clima, que tem a coordenação do Ministério do Meio Ambiente e que possibilitou a elaboração da Política Nacional sobre Mudança do Clima e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

Passando para o ano de 2009, destacaria a proposta brasileira no âmbito da convenção sobre mudança do clima de ações de mitigação. É quando o Brasil, após a Conferência de Copenhague, apresenta suas ações de mitigação e, na sequência, no final de 2009, o Brasil internaliza esse compromisso por meio da Política Nacional sobre Mudança do Clima, considerando algumas ações que já tinham sido propostas no âmbito internacional e reforçando algumas mais por meio de um decreto que regulamentou a lei em que consideramos novos planos. Vou falar sobre isso com um pouquinho mais de detalhe.

Peço o próximo eslaide, por favor.

Então, retomando, em 2009 nós temos a instituição da Política Nacional sobre Mudança do Clima com um compromisso nacional voluntário, que já é bastante conhecido, de redução das emissões de gás do efeito estufa entre 36,1% e 38,9%, em relação à projeção dessas emissões para 2020. Na prática, para se alcançar essa redução de emissões, foram elaborados os chamados planos de mitigação de mudança do clima.

Próximo, por favor.

Só para termos uma ideia de números. Falei da projeção de 2020. Isso, em termos absolutos. Essas projeções estão contidas no Decreto nº 7.390, de 2010. Projeta-se, para 2020, uma emissão, do Brasil, da ordem de 3,2 milhões de toneladas de CO² equivalente. Se considerarmos os 36,1% e os 38,9%, isso equivaleria a uma redução entre 1,17 e 1,26 bilhões de toneladas de CO² até 2020.

Próximo, por favor.

Para trabalhar com um número redondo. Nós trabalhamos com intervalos, mas, se esse intervalo puder ser traduzido em um número mais redondo, por exemplo, 37%, poderíamos dizer, arredondando os números, que, em 2020, temos uma projeção de 3,2 bilhões de

toneladas de CO² equivalente. Para alcançarmos os 2 bilhões, que equivaleriam aos 37% de redução, significaria uma redução da ordem de 1,2 bilhões de toneladas de CO² equivalente. Só para uma comparação. Se nós tomarmos um número do nosso último Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a maior parte da nossa emissão vem do setor de mudança do uso da terra e florestas, que é objeto da discussão aqui hoje por meio do PPCEDAm e do PPCerrado. Cerca de 60%, 61%, das emissões de CO² equivalente vêm desse setor; em seguida, vem a agropecuária, com 19% de contribuição de emissões de gás de efeito estufa – o Alor vai poder falar do plano ABC –; seguido do setor de energia, com 15% das emissões. Então, esse é o panorama brasileiro de emissões.

Próximo, por favor.

Essas ações setoriais, na Política Nacional sobre Mudança do Clima e no decreto que regulamenta a lei, se materializam em nove planos. Aqui fiz uma certa diferenciação, destacando o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia e no Cerrado – objeto da discussão aqui hoje –, o Plano de Agricultura de Baixo Carbono, o plano de siderurgia e o plano de energia. Esses cinco planos foram apresentados como ações de mitigação nacional no âmbito da Convenção sobre Mudança do Clima, no início de 2010. Esse é o nosso compromisso internacional.

Só voltando um pouquinho, por favor.

O restante dos planos, o plano no setor industrial, mineração, transportes, mobilidade urbana e saúde, são planos adicionais que foram internalizados na Política Nacional sobre Mudança do Clima. Trata-se de um compromisso doméstico.

Próximo, por favor.

Aqui só para ilustrar. Então, hoje nós temos a implementação – pode ir passando, por favor - do plano de ação e de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, do Plano Decenal de Expansão de Energia, que é o plano no setor energético.

Peço desculpas pelo mapa. Acabei trazendo uma versão preliminar do Plano ABC, mas já é um plano em implementação. Não é mais versão preliminar. Os outros planos adicionais que mencionei passaram por uma ampla consulta pública, recentemente finalizada. São aqueles quatro adicionais mencionados anteriormente.

Próximo, por favor.

Agora, entrando mais no objeto específico da nossa discussão. Vamos falar um pouquinho dos planos de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia e no Cerrado.

No contexto da Política Nacional sobre Mudança do Clima esses planos entram como instrumentos da política.

Na regulamentação da lei, nós temos estabelecido para a Amazônia uma redução na taxa de desmatamento em 80%, até a projeção de 2020, com base numa média de desmatamento entre 1996 e 2005. Para o cerrado, o compromisso nacional voluntário é reduzir a taxa de desmatamento em 40% em relação ao projetado em 2020, com base numa média entre 1999 e 2008. Esse é um objetivo extremamente ambicioso para o País, porque é um número bastante elevado. É um desafio muito grande reduzirmos essas taxas de desmatamento nos dois biomas.

Falando do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), acho que é do conhecimento de todos também de que ele é dividido em três eixos. Basicamente, esse plano trata do eixo de ordenamento territorial, a parte de monitoramento e controle e atividades sustentáveis, a parte de fomento. É um plano coordenado pela Casa Civil, mas o MMA ajuda a executar esse plano junto com outros ministérios. Portanto, é uma ação interministerial.

O próximo, por favor.

Só para exemplificar, temos muito mais ações do que as que vou mostrar aqui, mas devido à limitação de tempo só alguns exemplos. Da parte do eixo de ordenamento territorial, podemos destacar o macrozoneamento ecológico da Amazônia Legal como um exemplo de ação de ordenamento.

O próximo, por favor.

Existem outros exemplos, mas ações de cadastramento e georreferenciamento. Poderíamos citar também o Cadastro Ambiental Rural, outras iniciativas, mas são exemplos de ações voltadas para o ordenamento territorial.

O próximo, por favor.

Outro exemplo é o apoio federal à elaboração dos planos estaduais. Então, temos o plano federal, mas também apoia os Estados na elaboração dos seus planos específicos.

O próximo.

Exemplo do eixo de monitoramento e controle, também do conhecimento de todos. Já o monitoramento feito pelo Inpe e pelo Ibama, por meio do Centro de Sensoriamento Remoto. Aqui é somente para ilustrar as iniciativas como ações integradas de monitoramento. Aqui cabe destacar que, recentemente, nós temos trabalhado cada vez mais para fortalecer as ações de fiscalizações. Isso vem sendo um grande esforço do Governo, do Ministério do Meio Ambiente, de reforçar a fiscalização. O Ibama vem trabalhando com a Força

Nacional 365 dias por ano. Então, nós intensificamos bastante essas ações.

O próximo, por favor.

Em relação a fomento, apoio a atividades sustentáveis, eu poderia destacar que é onde reside a maior dificuldade hoje em relação ao plano. Já vencemos outros desafios, não totalmente nos outros dois eixos. Mas o eixo de fomento o que eu poderia destacar é onde há alguma dificuldade.

A própria Ministra Izabella vem reforçando bastante a necessidade de trabalharmos uma economia florestal forte e robusta, principalmente para reduzir o comércio ilegal de madeira. Por exemplo, o comércio ilegal de madeira traz impactos negativos em concessão de floresta pública. Só para destacar um exemplo importante.

Por outro lado, embora existam esses desafios, há também experiências positivas. Poderia destacar aumento de produtividade de agropecuária, por exemplo, com pouco investimento tecnológico, onde é possível hoje em áreas em que se tem uma cabeça de gado por hectare conseguir colocar quatro com investimentos tecnológicos não muito robustos. É possível fazer bastante coisa com um investimento tecnológico não muito grande.

Aqui alguns exemplos de apoio a atividades sustentáveis. Eu poderia destacar a aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, ainda em 2006, a criação e implementação do Serviço Florestal Brasileiro, a própria concessão de florestas públicas, já citada, e os pactos setoriais. Exemplos: moratória da soja, madeira legal, valoração da floresta.

O próximo, por favor.

Ali são alguns resultados. Eu destacaria também alguns desafios futuros. O PPCDAm já passou por duas revisões. Estamos na fase da terceira revisão do PPCDAm para o período entre 2012 e 2015. Estamos passando por ajustes finais, para essa revisão ser lançada até o final deste ano. Esse processo já passou por um amplo processo de consulta. Não diria que foi uma consulta pública como os outros planos que tivemos anteriormente, mas houve uma consulta grande a setores importantes da sociedade, aos governos estaduais. Então, essa terceira fase está bem coberta em participação.

Próximo, por favor.

Rapidamente, acho que é bom traduzir um pouco o resultado desse plano em termos de números. Aqui nós podemos destacar que, no ano de 2011, foi possível alcançar, desde que a série histórica do Inpe de monitoramento foi iniciada, a menor taxa de desmatamento desse período. Conseguimos 6.418km², o

que ainda é muito, é preciso muito esforço para reduzir isso, mas é um número significativo.

Isso representaria, Deputado, considerando o pico de 2004 como referência, uma redução de cerca de 77% da taxa de desmatamento, o que é bastante significativo. Se fizéssemos a tradução desse número para a redução de emissões – eu lembro que no início da minha intervenção mencionei o nosso compromisso nacional voluntário de 80% de redução nas taxas –, se pensarmos em termos de redução de emissões, já fomos capazes de alcançar cerca de 67% de redução de emissões em relação a 2020, o que não significa que não devemos fazer esforços maiores.

Aqui, só para também exemplificar algo pelo que no passado éramos muito criticados, havia uma tendência de se dizer que a queda na taxa de desmatamento se devia muito mais a condições socioeconômicas do que de políticas públicas. Nós reconhecemos que ainda continua havendo, sim, a influência das condições socioeconômicas, ninguém pode dizer que não existe isso, seria leviano não considerar esse elemento, mas o fato é que essa curva, onde se mostra um desacoplamento da curva da queda na taxa de desmatamento e da curva de crescimento do PIB, mostra claramente que existe, sim, um resultado importante das políticas públicas e do próprio PPCDAm para redução do desmatamento na Amazônia.

Essa redução, os 67% que mencionei que o Brasil já foi capaz de alcançar, não significa também que vai ser fácil daqui para frente. Quanto mais o País for capaz de reduzir o desmatamento, maior o desafio de conseguir manter esse desmatamento em níveis aceitáveis e em níveis que a política propõe.

Próximo, por favor.

Sobre o PPCerrado, eu gostaria de tecer só algumas considerações, acho que já extrapolei meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Noé. PSB – RS) – Pela importância e como eram dois temas, eu já lhe concedi um tempo a mais para o senhor poder fechar.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA – Obrigado, Deputado.

Sobre o PPCerrado, eu destacaria que, diferente do PPCDAm, nós teremos uma primeira revisão do plano, comparando à terceira revisão do PPCDAm. Essa revisão do PPCerrado não será tão completa como aquela associada ao PPCDAm. Acho que o PPCerrado ainda tem que ganhar fôlego, o mesmo fôlego que o PPCDAm também ganhou – ele já saiu com uma velocidade muito grande de início, fomos aprendendo, e com o aprendizado do PPCDAm vamos poder fazer uma revisão do PPCerrado bastante razoável.

Mas o importante é que pelo menos ele vai passar por uma espécie de revisão de meio-termo para tentar

repectuar o que já está colocado na primeira versão. É um processo que se iniciou, diferente da terceira revisão do PPCDAm, em relação ao qual já prevemos ter um texto no final do ano. As equipes que trabalham no PPCDAm e no PPCerrado são basicamente as mesmas, então, não que nós não consigamos fazer isso em paralelo, mas o fôlego maior agora foi dado para o PPCDAm, e as atenções começam a ser voltadas também em importância para o PPCerrado, muito em função de uma situação que estamos vivendo agora: hoje, em termos absolutos, o desmatamento no Cerrado é maior do que o desmatamento na Amazônia. Eu falei dos 6.418km² na Amazônia; o desmatamento no Cerrado hoje estaria em termos de 7.500km².

Então, em termos absolutos, hoje o desmatamento no Cerrado é maior. Temos uma situação bastante específica este ano de aumento de fogo, aumento de queimadas, é um período de El Niño forte, mas o fato é que atenção importante deve ser dada também a esse bioma.

Acredito que com isso cobri o tema, Deputado.

Agradeço a cessão do tempo a mais e fico à disposição para os possíveis questionamentos na sequência e para considerarmos os outros elementos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Noé. PSB – RS) – Obrigado.

Com certeza teremos questionamentos após a fala dos outros convidados. Parabéns por demonstrar concretamente as ações sendo realizadas, na prática, e também os resultados concretos que nós já podemos obter através do trabalho de vocês.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Alaor Júnior.

O SR. ALAOR MOACYR DALL'ANTONIA JÚNIOR – Boa tarde a todos.

Sr. Deputado Luiz Noé, cumprimento o senhor e os demais componentes da Mesa e cumprimento todos os que participam desta reunião.

Falo em nome do Ministério da Agricultura, sobre a agricultura de baixo carbono. A apresentação tem quatro pontos principais. Quero rapidamente falar sobre os desafios para a humanidade, breve discussão científica, o plano de baixo carbono do Ministério da Agricultura e algumas contribuições do Instituto Nacional de Meteorologia.

Os desafios para a humanidade. É principalmente na sustentabilidade.

O Século XX viu uma revolução na produção de alimentos, que foi a revolução verde, e que foi a aplicação maciça de fertilizantes e de equipamentos. Isso permitiu um aumento significativo da produção agrícola.

A revolução verde trouxe também alguns problemas. Os fertilizantes nitrogenados e a maior pro-

dução de metano contribuíram para o aquecimento. Também se passou a consumir muito mais água. A irrigação passou a ser uma facilidade a mais para a produção agrícola.

No Século XXI nós temos um crescimento populacional bastante grande, as demandas crescentes por energia e alimento, uma busca por sustentabilidade e habitabilidade planetária e também um crescimento de combustíveis, mas de opções, o combustível fóssil, a energia solar, a energia eólica, biomassa e pequenas hidrelétricas.

Existem desafios para a agricultura: um melhor entendimento da adaptação, que significa os produtos agrícolas estarem mais bem adaptados para situações do porvir; um melhor zoneamento agroclimático que permita ao agricultor uma segurança maior na produção; equacionar produção de alimentos e a bioenergia, de forma que não haja competição; aumentar a produtividade, sem aumentar a quantidade de terras; o agir logo, porque se perdermos tempo a adaptação não vai ser propositiva; e integrar as ações estratégicas no âmbito da política e planejamento.

A discussão científica, principalmente no ponto de vista do avanço científico que é necessário.

Os estudos do IPCC mostram que, se os cenários se confirmarem, nós teremos problema de produção de água, energia, problemas de saúde, problemas da biodiversidade, que será menor, e principalmente da agricultura nos trópicos e subtropicais porque a temperatura vai afetar a produção.

Esse é um gráfico que mostra como é que a temperatura tem se comportado nos últimos anos.

O ano de 1860 é mais ou menos o início do estabelecimento dos serviços meteorológicos nos países europeus. No nosso País o serviço meteorológico foi iniciado em 1909, e a Marinha brasileira, em 1888. E veja que o crescimento da temperatura média foi bastante forte a partir dos anos 80 do Século XX.

Essas duas curvas são sintomáticas, elas mostram que houve uma aceleração na velocidade de aumento e também uma concentração dos anos de maior aquecimento.

A previsão de aquecimento nos próximos 100 anos deve levar em consideração um cenário de aumento de concentração de CO².

As várias curvas aí, também no gráfico da esquerda, se refletem nos cenários do gráfico da direita e mostram que a temperatura poderá crescer de 2 a 4 graus centígrados dependendo dos modelos e dos cenários abordados.

Por favor.

Esse é outro estudo global mostrando como seria esse aquecimento do ponto de vista natural, uma

comparação entre o crescimento natural e a forçante antropogênica: o azul é o natural e o vermelho é com influência do homem.

Por favor.

Um dos modelos que é bastante crítico nesse cenário é o modelo inglês do Haddley Center, que mostra que haverá um aquecimento, principalmente na área tropical, que afeta bastante o nosso País, e um decréscimo de precipitação na área tropical, que também afeta o nosso País. Esses são cenários que poderão ou não se confirmar.

Com esses cenários que são hemisféricos, existe já um esforço científico para regionalizar essas curvas. Então, aqui são três exemplos de curvas mostrando a América Central, a região equatorial do Brasil e da América do Sul e, depois, a subtropical do Brasil, Argentina e Chile. O vermelho e o preto são as simulações e também são comparações entre a temperatura do período de 1900 a 2000; o verde é a simulação de 2001 a 2010.

Vou mostrar, no próximo eslaide, que existe uma discussão que ainda precisa ser mais bem avaliada, e essa é uma figura do IPCC que raramente é mencionada. Mas essas duas figuras mostram que percebemos a mudança climática na grande escala, na escala hemisférica. Entretanto, quando se caminha para a escala regional, isso nem sempre é verdadeiro.

Próximo.

Para mostrar isso, um exemplo da nossa Estação Meteorológica de Manaus, uma estação que foi fundada em 1910, uma estação muito bem conduzida e que mostra que não houve uma grande variação de temperatura e nem houve uma grande variação na precipitação, o que, de certa forma, não concorda com aquele cenário regional.

O cenário regional homogeneiza as características de uma grande área, mas, quando analisamos mais de perto a precipitação e a temperatura, notamos que, em um período de 1961 a 2008, que são 47 anos, na Amazônia, por exemplo, há uma maior precipitação na região oeste do País e uma menor precipitação entre os Estados do Amazonas e do Pará. A temperatura também tem um comportamento diferente daquele previsto.

Por favor.

A mesma coisa acontece para a Região Sul do País. A normal climatológica de 61–90, que é a que nós usamos para fazer a comparação, e a normal climatológica de 31–60 mostra que existem pontos, a comparação entre essas duas normais, que são um procedimento normal estabelecido pela Organização Meteorológica Mundial. Isso mostra que essa região

não é completamente homogênea; existem pontos onde há uma dicotomia da precipitação, por exemplo.

A mesma coisa acontece com a temperatura. Notem que existe um aquecimento mais estabelecido na região norte do Paraná e alguma coisa no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas, também, existem regiões em que a temperatura está ficando menor.

Por favor.

E aí essa alteração na temperatura nos levou a investigar o que está acontecendo com as temperaturas mínimas, visto que para a agricultura a temperatura mínima é muito importante. Nesse caso, nota-se que em grande parte da região existe um aquecimento, mas também existe diminuição da temperatura mínima.

Algumas observações sobre a adaptação.

Do ponto de vista do Ministério da Agricultura é melhor que a adaptação seja proativa, porque vamos estar avançando antes de os cenários aparecerem, do que uma reação.

Vou mostrar outro exemplo que tem a ver com a agricultura no Rio Grande do Sul. A evolução da área plantada está no gráfico de cima. No de baixo está a produtividade. Note-se que onde estão as setas vermelhas a produtividade foi afetada pela seca, que, se notarmos, é cíclica, tem ciclos. A cada 10 anos percebe-se que dois deles são de seca. Isso é para mostrar a variabilidade intra-anual do clima, que nem sempre é percebida. Quando se começa a falar em mudança climática, a mudança climática talvez acabe influenciando bastante essa variabilidade intra-anual e as situações ficarem mais imponderáveis, do ponto de vista do agricultor.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – No gráfico anterior, eu vi, por exemplo, que há uns números embaixo. Equivale ao dia? O que é aquilo? Do 1 ao 31?

O SR. ALAOR MOACYR DALL'ANTONIA JÚNIOR – Ali é a produtividade versus o número de anos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Anos. Então, começa do 1º ano até... E ali embaixo o tamanho do gráfico é o tamanho da produtividade?

O SR. ALAOR MOACYR DALL'ANTONIA JÚNIOR – Exato.

Posso concluir?

Não cheguei a falar da agricultura de baixo carbono. Se V. Ex^a me der 3 minutos...

Por favor, pode adiantar.

O Plano ABC é a contribuição da agricultura brasileira no esforço mundial. É um plano de agricultura de baixo carbono, vislumbrado pelo Ministério da Agricultura exatamente para atingir as premissas que o Governo brasileiro se propôs, na contribuição a esse esforço mundial.

O Plano ABC foi estabelecido como plano setorial, em atenção ao art. 3º do Decreto 7.390, de 2010, tem uma vigência de 2010 a 2020, e se prevê a aplicação de recursos da ordem de R\$197 bilhões, seja por fontes orçamentárias, seja por meio de linhas de crédito.

O Plano é composto de sete linhas: o Programa 1, que é a recuperação de pastagens; o 2, que é a integração da lavoura, da pecuária e da floresta, sistemas agroflorestais; o 3, que é o Sistema de Plantio Direto; o 4, de fixação biológica de nitrogênio; o 5, florestas plantadas; o 6, tratamento de dejetos animais; e o 7 é a adaptação às mudanças climáticas, que é eminentemente de pesquisa.

A recuperação de pastagens degradadas é uma opção do Ministério da Agricultura, seja para aumentar a fixação de CO², seja para aumentar a produtividade da pecuária nacional.

A integração lavoura/pecuária/floresta e sistemas agroflorestais é também outra forma de melhor utilizar o espaço físico. Então, o Ministério entende que essa melhor utilização permite um maior ganho para a agricultura e também uma demanda menor na pressão por novas terras agricultáveis.

O Sistema de Plantio Direto é um sistema em que, além de se garantir a conservação da água no solo, os restos da cultura anterior são utilizados para fortalecer o crescimento da nova cultura, além, inclusive, de melhorar a adubação e permitir que se combata a perda de terreno agricultável.

A fixação biológica de nitrogênio é feita utilizando-se microorganismos, aproveitando que a nossa atmosfera é eminentemente de nitrogênio, são 78% de nitrogênio na atmosfera. Então, é uma forma de se garantir essa transmutação do nitrogênio do ar, permitindo que o agricultor gaste menos em fertilizantes, e também que esses fertilizantes diminuam a sua presença poluidora.

As florestas plantadas são uma resposta à necessidade de madeira e papel. Então, o Ministério está criando uma linha para esse tipo de produção.

Sobre o tratamento de dejetos animais, se entende que, nas propriedades onde existem animais, existe também uma possibilidade de produzir energia. Dessa forma, o pequeno agricultor ou o grande agricultor teriam maiores ganhos.

Finalmente, a adaptação às mudanças climáticas, que é eminentemente o apoio à pesquisa, seja da Embrapa, seja de outras instituições, seja da instituição à qual pertencem, que é o Instituto Nacional de Meteorologia.

Bom, eu poderia falar das contribuições do Inmet, mas eu acho que já excedi o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)
– Nas considerações finais, você complementa.

O SR. ALAOR MOACYR DALL'ANTONIA JÚNIOR – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)
– Para não prejudicarmos a participação dos demais palestrantes.

O SR. ALAOR MOACYR DALL'ANTONIA JÚNIOR – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)
– Eu queria passar a palavra ao Dr. Carlos Eduardo, Coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do WWF-Brasil.

O SR. CARLOS EDUARDO RITTL – Boa tarde a todos, boa tarde, Deputado Márcio Macêdo, cumprimento e agradeço o convite. Ao cumprimentá-los, também cumprimento o Adriano, o Alaor, e todos os Parlamentares e demais presentes nesta sala. Agradeço a oportunidade de estar aqui, discutindo um assunto tão importante, que são as mudanças climáticas.

Considero de fundamental importância que o Congresso Nacional seja um espaço de debate intenso sobre esse assunto. Mudança climática é um dos principais desafios, não só para o Brasil, mas para toda a humanidade. Enfrentar esse desafio impõe a todos os cidadãos, governos e aos parlamentos do mundo todo que se trate desse assunto com bastante atenção, com bastante responsabilidade. A Casa e o Congresso Nacional, tanto a Câmara como o Senado, podem e vêm fazendo ações importantes, que serão fundamentais no sucesso do atingimento e do aprimoramento das políticas públicas no Brasil.

Eu não pretendo fazer nenhuma apresentação aqui, Deputado, vou fazer, talvez, algumas indagações que nos permitam salvar um pouco de tempo para o debate, para as discussões. Vou fazer apenas algumas ponderações, já que estamos falando de três dos planos que tratam de uso da terra, de ações para a mitigação de mudanças climáticas, no caso da agricultura, para adaptação às mudanças climáticas, relacionadas ao uso da terra. Vou colocar à Mesa e a todos os presentes, talvez, alguns dos desafios que nós temos diante de nós.

De fato, nós temos visto, no Brasil, um progresso significativo no debate sobre mudanças climáticas. Há um envolvimento do Governo e de diferentes ministérios nas discussões sobre mudanças climáticas, de alguns anos para cá. Vários dos ministérios-chaves do Governo se envolveram, e se envolveram profundamente nesse debate e no desenvolvimento de políticas públicas. Então, eu vou falar, em torno desses três planos, de alguns dos desafios que nós do WWF consideramos fundamentais.

Além de aprofundar as ações – no caso do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia, como o Adriano mencionou, que é um plano que nasceu em 2004, de fato, muito antes de discutirmos política nacional, ou de haver uma política nacional de mudanças climáticas – e de estendê-las nos próximos anos, é necessário que tenhamos uma harmonização desse plano com outras políticas. É claro que o Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento no Cerrado é fundamental. Mas estamos vivendo os últimos momentos das mudanças no Código Florestal. Então, será fundamental haver um olhar em cima desses planos, sobre quais as possíveis consequências das mudanças no Código Florestal em termos de desafios impostos ao Governo brasileiro no combate ao desmatamento nessas duas regiões e, é claro, nas demais regiões do País.

Nós entendemos que o Adriano mostrou números expressivos de redução do desmatamento na Amazônia. Sabemos que, quanto mais se reduz o desmatamento, mais desafiador é reduzir o desmatamento, porque ele acaba ocorrendo de forma muito fragmentada. Então, a implementação de ações no campo para o combate ao desmatamento, a manutenção ao longo do tempo das taxas e a redução ainda maior das taxas de desmatamento na Amazônia se impõem como um desafio bastante grande.

No âmbito desses dois planos, a gente ainda tem oportunidades importantes pela frente. A gente tem uma discussão, coordenada pelo Governo brasileiro, e uma discussão também aqui na Casa, com o envolvimento do Parlamento, que são dois processos importantes: o desenvolvimento de uma estratégia nacional de redução de emissões de desmatamento e degradação florestal, que está em elaboração pelo Governo Federal, com participação de vários Ministérios, mas coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente; e existe na Casa a proposta de um projeto de lei de pagamento por serviços ambientais. Então, essa harmonização entre esses dois planos de mitigação e esses demais processos e elementos de políticas públicas é fundamental.

A gente também acredita que seja muito importante que esses 2 planos sejam harmonizados em relação a outros planos, porque eles foram construídos não como políticas de mitigação. O PPCDAm – Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, como eu mencionei, foi estabelecido em 2004 como uma política para a redução de desmatamento na Amazônia. À época, o objetivo principal não era a redução de emissões. Então, esses dois planos acabaram sendo traduzidos como políticas de clima. Talvez seja necessário, nós consideramos importante, haver

uma harmonização na própria estrutura desses planos em comparação aos demais.

Então, passo a citar o Plano de Agricultura de Baixo Carbono, que talvez tenha sido, dos primeiros 5 planos, aquele em que houve uma atenção muito grande, um processo muito intenso, à época coordenado pela hoje Ministra Tereza Campello, pela Casa Civil, que acabou servindo de base para a discussão dos planos que passaram a ser desenvolvidos no ano passado e este ano – o plano da indústria, o plano de transportes, o plano de mineração e também o plano de saúde. Então a gente pensa ser importante haver essa harmonização entre os elementos de políticas públicas de clima.

Além disso, como o Alaor mencionou, os números de consumo de água pela agricultura brasileira impõem também uma necessidade de harmonização e coordenação com outros políticos – a Política Nacional de Recursos Hídricos, por exemplo. É fundamental que haja essa harmonização.

Em relação a esses 3 planos, nós consideramos fundamental, também... Nós teremos a oportunidade, a partir de agora, ou ao longo do primeiro semestre do ano que vem, ou ao longo do próximo ano, do processo de revisão do Plano Nacional de Mudanças Climáticas. O Plano Nacional de Mudanças Climáticas vai, ao longo do tempo, incorporar os diferentes planos setoriais.

Da forma como eles estão estabelecidos, nos parece, talvez, algo semelhante a uma colcha de retalhos. Não existe uma plena harmonização desses planos e o processo de revisão do plano nacional de mudanças climáticas vai, talvez, permitir olhar dentro de cada plano o que é necessário fazer para que eles sejam mais comparáveis e que se possam somar os esforços no âmbito de cada um deles e, ao mesmo tempo, identificar lacunas.

Quando houve o decreto de regulamentação da Política Nacional de Mudanças Climáticas, à época nós fomos informados, a sociedade brasileira foi informada, que seriam discutidos planos setoriais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Mas, de fato, hoje, talvez o plano que tenha desenvolvido mais as ações relacionadas às adaptações de mudanças climáticas, desses três, tenha sido o próprio plano de agricultura de baixo carbono. Consideramos fundamental. Combater o desmatamento é uma excelente estratégia de adaptação, aumenta a resiliência, ou seja, aumenta a nossa capacidade de suportar os efeitos das mudanças climáticas. Então isso é muito importante. E essa é uma lacuna muito grande no Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Nós não temos um plano de adaptação às mudanças climáticas, não temos uma estratégia nacional de adaptação às mudanças cli-

máticas, e os planos setoriais são poucos em relação aos que tratam especificamente sobre esse assunto. Essas são ponderações importantes.

Gostaria de trazer dois elementos finais aqui, na minha colocação, um deles relativo... Nós pensamos que mudanças climáticas não é algo que deva ser, ao longo do tempo, marginal nos planos de desenvolvimento do País.

Existe um esforço muito grande, digamos, de sair da borda para o centro do processo de tomada de decisão, e há progressos significativos, mas o desenvolvimento de baixo carbono ainda não é central nos processos de tomadas de decisão no País.

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO RITTL – Vou concluir em mais 2 minutos.

Cito aqui o exemplo da África do Sul. A África do Sul, após o fim do Apartheid, teve um processo intenso de discussão do futuro do país, de desenvolvimento do país, e trouxeram há muito tempo, há cerca de 10 anos, a discussão sobre mudanças climáticas, o desafio das mudanças climáticas, para um processo central de tomada de decisão. Então, os planos de desenvolvimento do país hoje, que envolvem os principais setores – infraestrutura, indústria, agricultura –, e todos os demais planos, são planos voltados para o desenvolvimento de baixo carbono. É trazer esse desenvolvimento baseado em baixas emissões de carbono para o centro do processo de tomada de decisão do país.

Vamos esverdear o PAC, por exemplo, vamos tornar o PAC um plano de desenvolvimento da infraestrutura do País, de outros processos de desenvolvimento, baseado em baixas emissões de gases de efeito estufa. Esse é um ponto que consideramos fundamental. Há muitos investimentos no País na parte de energia, infraestrutura, indústria, transporte, que não necessariamente estejam vinculados hoje às baixas emissões de carbono, tendo em vista baixas emissões de carbono. É muito importante trazer isso para o centro do processo de tomada de decisão.

O último ponto, Deputado. Acho que esta Comissão tem um papel fundamental numa discussão que ocorre e talvez venha a ocorrer ainda hoje na Câmara dos Deputados, que é a que se refere à definição da partilha dos *royalties* do petróleo.

O projeto, o relatório substitutivo do Deputado Carlos Zarattini prevê alteração de um dispositivo da lei do petróleo, que hoje destina recursos fundamentais ao Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, e a proposta do relatório substitutivo acaba eliminando esse dispositivo na lei, que hoje destina parte dos recursos da partilha dos *royalties* do petróleo ao Ministério do Meio Ambiente, uma parte significativa, que é a princi-

pal fonte de recursos do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas. Consideramos fundamental que a Comissão se posicione de forma muito atenta nesse processo de discussão para que preservemos aquilo que está estabelecido na lei hoje, e não, digamos, fechemos a torneira principal dos recursos do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas.

Para regiões como o Nordeste, o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas tem um papel fundamental. As ações de combate à desertificação são apoiadas por esse fundo. Então, corremos o risco de perder essa principal fonte e, nesse sentido, gostaríamos da Comissão um posicionamento a respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Agradeço ao Dr. Carlos Eduardo pela sua intervenção.

Passarei a palavra para uma breve intervenção ao Deputado Luiz Noé.

O SR. LUIZ NOÉ (PSB – RS) – Ouvindo atentamente os nossos painelistas, gostaria de perguntar ao Dr. Adriano quais são os próximos desafios, em relação aos programas também, porque vocês já demonstram que, a partir do momento em que se pensam alternativas e se trabalha politicamente por ela, conseguem ter resultados. E que bom: resultados grandes em tão pouco tempo. Quais são os desafios para frente em termos de programas e de investimentos?

Ao Dr. Alaor, três perguntas nesse sentido. Pelo que deu para ver naqueles primeiros gráficos, a temperatura média nas regiões tem se mantido e até mesmo tem diminuído. Mas existem centros de elevações de ondas de calor, não em toda escala, mas sim em determinadas regiões. Seria isso, não é? Ilhas de calor, vamos dizer assim, e não centros dimensionados.

A segunda pergunta que eu faço para o Sr. Alaor, dentro do Ministério, é: hoje as novas áreas para reflorestamento, quando é dada a licença – pelo que vocês trabalham com cultura ou recuperação de floresta –, já são totalmente contrárias àquele sistema em que você tinha um verdadeiro deserto verde dentro das plantações. Eu percebo muito isso no Uruguai e ainda em algumas regiões do Rio Grande do Sul, onde simplesmente não há nada embaixo das árvores plantadas, principalmente a questão da caça e reflorestamento com pinus ou, até mesmo, eucaliptos. Nessas novas licenças, haveria possibilidade de ser exigido que tivesse essa compensação climática?

Terceiro ponto: vendo o trabalho de vocês dentro do programa, principalmente no que trata de resíduos animais, que geram aumento de renda, sem dúvida nenhuma, para o agricultor, e a agressão ao meio ambiente é praticamente zero, com esse trabalho, a dificuldade que eu vejo nos programas é colocar na

rede de energia elétrica o que é produzido com os resíduos. Cada Estado... Então eu solicito que, através do seu Ministério e através, também, do departamento do Ministério da Agricultura, aconteça essa sinergia com as companhias de energia elétrica e, principalmente, com o Ministério de Minas e Energia, para que nós tivéssemos uma maior capacidade de absorção dessa energia que cada agricultor pode fazer, porque é um pequeno poço de petróleo, vamos dizer assim, nas suas casas. Uma experiência muito boa, inclusive a de Marechal Cândido Rondon, que é o trabalho que a Itaipu faz naquela região. Seriam essas as minhas observações.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Deputado Luiz Noé.

Antes de passar a palavra aos nossos palestrantes de hoje, eu gostaria de fazer uma indagação geral.

Nós temos assistido a várias catástrofes naturais no Brasil e no Planeta. A mais recente é a que acontece, neste exato momento, nos Estados Unidos, na região de Nova Iorque, de Nova Jersey, principalmente, porque Nova Jersey é a região mais atingida.

Primeiro: se é um fator desencadeado pelo ser humano, esses desastres naturais, ou eles são fatídicos, ou na história do Planeta Terra sempre houve desastres naturais, independente da presença do ser humano, e se isso é algo que independe da presença humana e da sua “antropização” do Planeta.

E um segundo ponto, mais dirigido ao Dr. Alar, é a questão da utilização dos recursos hídricos, e também, aí, ao Dr. Carlos, quando tratou da questão do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

O Brasil é um País abençoado por Deus. O clima do Brasil é um dos melhores do Planeta. Nós temos um solo maravilhoso. Nós temos uma altitude muito boa. O nosso País é propício às florestas tropicais – florestas grandes –, mas também temos florestas medianas, como o Cerrado, Cerradinho, Cerradão. Temos outros biomas, como os Pampas, o bioma do Pantanal. Temos terras férteis altamente produtivas, e o Brasil, na sua capilaridade do cidadão brasileiro, cada vez mais aumenta a produtividade. Mas a mudança climática afeta diretamente a vida do cidadão brasileiro e de todo o ser humano de forma direta, quando nós tratamos de produção agrícola. Por exemplo, uma seca ocorrida, ano passado e este ano – no início deste ano –, nos Estados Unidos, a maior seca das últimas décadas, gerou uma corrida por *commodities* agrícolas, principalmente a soja e o milho – uma elevação muito grande – e causou um fenômeno aqui no Brasil em que, no momento da maior produção agrícola, também houve o maior preço. Isso normalmente não é comum. Na verdade, quando nós temos uma super-

safrá, há uma redução nos preços, mas dessa feita foi de forma diferente.

No entanto, há dois anos, ou menos que isso, nos últimos 2 anos, nós tivemos secas consideráveis, principalmente no Estado do Paraná, no Estado do Rio Grande do Sul e também no Nordeste brasileiro, que sofreu secas consideráveis. E aí nós temos alguns projetos que tratam da irrigação, como o Plano Nacional de Irrigação, que tramita aqui no Congresso Nacional e que devemos votar ainda este ano. Esse projeto já foi votado no Senado, já foi para a Câmara e retornou ao Senado, inclusive sou seu Relator na Comissão de Infraestrutura e devo entregar o relatório ainda no começo do mês. Mas eu tenho percebido uma dificuldade – como disse o Deputado Luiz Noé, numa questão também elétrica, de energia – de outorga da água. Este é um problema, Carlos, que nós temos enfrentado profundamente porque, no Código Florestal, por exemplo, nós colocamos a utilização para fins sociais do barramento para várias situações, até mesmo para a construção de hidrelétricas, para a construção de captação de águas para o consumo humano e para outras situações. Mas, para a irrigação isso não foi permitido, acabou ficando de fora. Isso tudo, lógico, gera um encarecimento, mas qual seria a solução que nós teríamos? Temos um País que detém 12% da água de superfície do Planeta – sem considerar as nossas águas subterrâneas, que são abundantes, principalmente no Aquífero Guarani e num outro aquífero que foi descoberto recentemente na Região Norte –, nós somos um País muito rico, mas não sabemos utilizar isso.

Por exemplo, a China utiliza 5, 6 vezes mais a irrigação do que o Brasil e, sem, lógico, causar dano ao meio ambiente, de uma forma de utilização sustentável; porque a água é um elemento químico e existe aquela determinada quantidade para sempre. Ela pode ter um efeito sazonal de estar mais em uma região, mais em outra. Eu vi um dado recentemente de algumas pessoas questionando que a exportação de soja brasileira é o Brasil mandando a sua água embora. Não, mas a água volta de alguma forma. Eu vi em uma audiência aqui nesta Comissão que o alimento da Floresta Amazônica não sai da própria Floresta Amazônica, de algumas regiões, vem da África, por uma corrente de ventos. E, dentro da precipitação, a água desce alguns minerais necessários para que a floresta tenha aquele tamanho em algumas regiões. É lógico que são todos estudos, alguns dos quais ainda dependem de maior aprimoramento, mas nós precisamos achar um equilíbrio, precisamos construir um equilíbrio que nós chamamos de sustentabilidade, em que nós possamos conservar o meio ambiente, prote-

ger o meio ambiente, mas também produzir alimentos de maneira sustentável.

Bancmon, na abertura da Conferência das Nações Unidas para a Sustentabilidade, a Rio+20, foi muito claro: o mundo precisará de 50% a mais de alimentos até 2050. E o Brasil é o responsável pela produção de pelo menos a metade disso nos próximos anos. Lógico, nós podemos produzir alimentos nos tornando mais eficientes sem, necessariamente, degradarmos o meio ambiente. Uma fonte para isso é a irrigação. Nós podemos, sem cortar árvore alguma, dobrar a produção agrícola brasileira pelo Plano ABC, que é da recuperação das áreas degradadas, e também para nós termos, de alguma forma, uma sazonalidade na produção de alimentos. Porque, imaginem, em algumas regiões do Brasil – até recebi o pessoal do Ministério da Integração, esta semana, em meu gabinete, e alguns secretários –, a irrigação tem que ser tratada como uma questão de integração nacional, mas, em algumas regiões, não; em algumas regiões do Brasil ela tem que ser tratada como política agrícola, porque a própria irrigação pode ser sazonal, há épocas em que você vai precisar e há épocas em que você não vai precisar. Você não precisa molhar a planta todos os dias, na Região Sul, na Região Sudeste. A Região Centro-Oeste tem a precipitação muito mais regulada, mas a Região Sul e Sudeste tem sofrido isso; a Bahia sofreu muito com a seca nos últimos anos, e o prejuízo é, de certa forma, de toda a população brasileira.

Então, gostaria de ouvir dos senhores essas duas questões no que diz respeito à influência das mudanças climáticas diretamente na produção de alimentos: de que forma poderíamos colocar a irrigação ou não e qual é a influência do ser humano nas catástrofes naturais. Ocorreu, há poucos dias, também no Paraná, chuvas de granizo, ventos fortes, que deixaram quase 300 mil pessoas desalojadas. Isso num evento de pouco mais de um dia. Uma cidade como a de Cascavel teve 132 mil pessoas, num único Município, que sofreram algum tipo de dano causado pelas fortes chuvas.

Então, uma catástrofe natural pode se dar pela seca, pelo granizo, pelo vento, temos várias formas de ação do meio ambiente que possam prejudicar ou deixar uma instabilidade na população de forma direta.

Muito obrigado.

Passo a Presidência ao nobre Deputado Márcio Macêdo.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Hoje nós estamos batendo uma bola aqui, com todo mundo presidindo um pouquinho.

Gostaria de cumprimentar o Sr. Senador Sérgio Souza, Relator desta Comissão, e vamos, Deputado Luiz Noé, para as considerações finais.

Passo a palavra para ao Dr. Adriano Santhiago de Oliveira para suas considerações finais.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA

– Obrigado, Deputado Márcio Macêdo; obrigado, Senador Sérgio Souza.

Gostaria de agradecer também muitíssimo a pergunta do Deputado Luiz Noé sobre os desafios futuros em relação a programas e atividades, principalmente Amazônia e Cerrado, aproveitando também para fazer ganchos com alguns pontos que o Carlos Rittl colocou, que auxilia na resposta em relação ao seu questionamento, Deputado.

Primeiro, em relação ao combate ao desmatamento, o Brasil vem fazendo muito, como mostramos aqui com relação a resultados e números, e vem fazendo muito com meios próprios. Acho que isso vem até preencher uma lacuna do financiamento internacional, que, no fundo, é uma obrigação histórica de países desenvolvidos. A obrigação histórica de transferir recursos e tecnologia para países em desenvolvimento, por parte dos chamados países Anexo I da Convenção, não vem acontecendo a contento.

Então, temos mostrado que dá para fazer, dá para fazer bem, mas podemos fazer melhor se tivermos também financiamento internacional. Nessa questão é importante o que o Carlos Rittl levantou sobre a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação.

O REDD vai constituir um importante instrumento de financiamento de suporte para podermos dar continuidade à nossa política de combate ao desmatamento.

Da mesma forma, poderia exemplificar como o REDD brasileiro vem sendo o Fundo Amazônia, que é uma tentativa de redução de emissão de desmatamento e degradação baseada em resultados, ou seja, o País recebe o recurso financeiro de acordo com o demonstrativo dos resultados realmente alcançados. Ele recebe o recurso proporcionalmente ao que alcançou. Então, vejo esses desafios para o futuro em relação à Amazônia.

Em relação ao Cerrado, destacaria algo que vai ser necessário no futuro que é olhar mais de perto a parte de degradação. Hoje, o sistema que temos de monitoramento, o Deter, não é totalmente adequado para captar a diferença entre desmatamento de corte raso – e aí temos mais ou menos 60% disso no Cerrado – e distinguir isso de degradação – hoje temos cerca de 35% relacionado à degradação; o restante seria falso positivo.

O desafio é realmente agora criar um sistema que nos auxilie nessa parte de degradação florestal, que é uma fonte importante de emissão de gás de efeito estufa.

Gostaria de aproveitar ainda a questão do Deputado Luiz Noé sobre programas e necessidades e reforçar também o que o Carlos da WWF mencionou em relação ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima aparece também – a exemplo do que vimos fazendo na área de desmatamento – como um instrumento importante de financiamento de mitigação e adaptação à mudança do clima, de novo com recursos próprios brasileiros.

Alterar isso... E já houve um grande avanço com relação à Lei do Petróleo, que nós tínhamos. Em 2009 e em 2010, conseguimos lançar a política para o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, regulamenta-se o Fundo; começamos a funcionar agora com recursos da indústria de petróleo, que também causa mudança no clima; temos, como o Carlos mencionou, recursos dessa indústria destinados, em termos de participação especial de petróleo, pelo MMA. O Ministério, junto com o restante do Governo, conseguiu alterar a lei para que parte desse recurso fosse aplicada justamente em ações de mitigação e adaptação da mudança do clima. Então, alterar isso hoje será muito prejudicial a uma coisa que nós estamos começando. É uma importante fonte de recursos. Nós estamos aprendendo muito com o processo do Fundo e precisamos garantir que esses recursos continuem, sim, sendo aplicados para a mitigação e a adaptação à mudança do clima.

Bastante rapidamente uma questão geral colocada pelo Senador Sérgio Souza em relação às catástrofes que acontecem hoje, se podemos afirmar se há influência antrópica ou se seria algo natural. Eu acho que o relatório do Painel Intergovernamental de Mudança do Clima, o quarto relatório – vamos ter o quinto agora reforçando isso –, já foi categórico. O relatório do IPCC afirma que é inequívoca a influência antrópica para o aquecimento global e diz que é muito provável a influência do homem nesse aquecimento. Aí, em linguagem científica (o IPCC tem suas classificações), esse muito provável significa uma certeza acima de 95%, o que é bastante determinante.

Então, eu acho que dá para afirmar, sim, que hoje as consequências que temos visto têm grande influência da parte antrópica. Ainda que exista qualquer tipo de incerteza pequena, temos de contar com o Princípio da Precaução. Então, eu acho que essa questão já está bastante bem colocada. Agradeço a pergunta do Deputado para podermos esclarecer isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Agradeço as palavras do Dr. Adriano.

Passo a palavra ao Dr. Alaor Moacyr Júnior para suas considerações finais.

O SR. ALAOR MOACYR DALL'ANTONIA JÚNIOR – Deputado, respondendo essas questões.

Com relação à primeira questão sobre a temperatura média, na realidade, a gente não considera ilhas de calma, mas anomalias. As razões para as anomalias podem ser muitas. Podem ser naturais e também podem ser por conta da ocupação humana. Um exemplo quanto àqueles mapas da região Sul onde analisa temperatura máxima e temperatura mínima, vimos que na temperatura mínima realmente houve grande alteração. É muito provável que essa diferença entre as normais nas décadas de 31 a 60 e de 61 a 90 ocorreram exatamente pela grande ocupação agrícola nessa região.

Em 1931 a 1960-70, grande parte da região era coberta por florestas. Essas florestas foram retiradas, e passou-se a uma atividade agrícola bastante grande. Primeiro foi o café; depois, a soja. É necessário que haja bastante pesquisa científica sobre isso. Podemos considerar que isso inicialmente seja uma determinística humana, mas, na medida em que as florestas não retornarão, é uma região agrícola; o natural é que essas anomalias no futuro não sejam mais reconhecidas como anomalias porque a agricultura vai se manter, e não haverá alteração muito grande – isso em uma situação de normalidade.

Em uma situação de mudança climática nesses cenários que são previstos, é possível que realmente as alterações das temperaturas mínimas sejam mais significativas. E isso terá uma implicação grande na agricultura, mesmo porque a temperatura mínima influi na produção de trigo, na produção de maçã. Então, essa é uma consideração, do ponto de vista de adaptação, que precisa ser considerada.

Sua segunda questão sobre reflorestamento.

Bom, eu não tenho completo conhecimento sobre isso. Minha conversa com os técnicos do Ministério é de que as ações de reflorestamento devem ser mistas, porque o início do reflorestamento é de aplicação de agricultura com floresta. Depois que a floresta está em ponto de corte, a agricultura vai ser um pouco menor. Então, a ideia do Ministério é de que as culturas não sejam eminentemente homogêneas, mas que haja uma melhor ocupação dessa terra pelo agricultor.

A terceira questão sobre resíduos animais. Eu desconheço que haja uma sinergia entre o Ministério da Agricultura e o Ministério de Minas e Energia. Vou verificar isso. Mas eu tenho acompanhado que o Ministério de Minas e Energia está bastante preocupado com a produção de energia elétrica pelo pequeno, pelo cidadão, seja em edifícios... A tecnologia está se desenvolvendo em uma velocidade tão grande que já nos Estados Unidos estão desenvolvendo uma tinta para que o edifício pintado passe a ser um produtor de energia.

Como o Ministério de Minas e Energia já está preocupado com isso, porque eu tenho acompanhado pela imprensa, imagino que, ao ser levantado esse problema com o Ministério da Agricultura, essa sinergia será construída.

Respondendo ao Senador sobre as catástrofes naturais. No momento, eu acho que não podemos ser categóricos em afirmar que as catástrofes naturais que estão ocorrendo são mudanças climáticas. O próprio furacão deste ano, que atingiu Nova Iorque, está dentro do período. E este ano nem foi um ano de grande atividade.

As catástrofes por furacões sempre ocorreram. Galverston, uma cidade do Texas, foi destruída em 1906 por um grande furacão de classe 5, semelhante ao que atingiu Louisiana há 4 anos. Então, essas ocorrências são cíclicas, haja vista as próprias catástrofes que ocorreram no Brasil na região da Serra Fluminense, há 10 anos. O que ocorre é que a população cresceu muito e é agredida por essas manifestações. Nosso País mesmo, em 1970, nós éramos 90 milhões e hoje somos 200 milhões. Então, há uma necessidade de melhor conhecer as áreas de risco para que o cidadão tenha as ações de salvaguarda de sua vida bem montadas pelo Governo e por ele próprio como parte interessada.

Em relação à utilização de recursos hídricos, entendendo que a irrigação é uma atividade importante, o Ministério da Agricultura entende isso. Só que a outorga da água não é uma atividade em que o Ministério da Agricultura tem poder. Se não me falha a memória, é do Ministério do Meio Ambiente. Então, o que pode ser construído é uma melhor discussão entre os dois Ministérios para que essa outorga seja mais bem efetiva. Eu anotei esse ponto e vou discuti-lo internamente no Ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Passo a palavra ao Dr. Carlos Eduardo para suas considerações finais.

O SR. CARLOS EDUARDO RITTL – Serei breve. Eu não pretendo aqui repetir o que o Adriano e o Alaor já mencionaram, mas, em relação a eventos climáticos extremos, Senadora, vemos que a realidade confirma aquilo que os modelos preveem: que os eventos climáticos extremos devem se tornar mais frequentes e mais intensos.

Eu participei, em agosto, do lançamento de um relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, em São Paulo, lançamento regional para a América Latina, que indica a vulnerabilidade do Brasil em relação às mudanças climáticas. Muitos dos eventos que estão ocorrendo, que são agravados, de fato, pelo aumento da população, pela ocupação ir-

regular e desordenada do território, mostram um alto índice de vulnerabilidade em diferentes regiões, por alteração nos padrões de temperatura, precipitação e intensificação desses eventos. Nós sabemos que a agricultura é muito vulnerável, e a geografia agrícola do Brasil poderia mudar em função das mudanças climáticas. Então, é preciso trabalhar nas duas frentes. E este debate aqui é muito importante, porque estamos tratando de políticas, implementação de políticas de mudanças climáticas.

Bom, eu agradeço, novamente, Deputado, o convite, a participação e reforço... V. Ex^a me falou, fora do microfone, que havia uma indicação forte do Palácio do Planalto de que aquilo que foi estabelecido, talvez, deva ser mantido no que diz respeito aos recursos para o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Sabemos que a Comissão tem um papel fundamental em assegurar que isso, de fato, seja traduzido nas decisões tomadas em plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Quero dar um informe acerca disso: o que chegou ao nosso conhecimento é que a Presidente Dilma tem a posição de que os contratos já feitos serão mantidos. Em relação aos recursos dos *royalties* do pré-sal, a proposta do Governo é que seja 100% para a educação. E que os contratos feitos até hoje sejam mantidos. É uma posição que vai na direção contrária do relatório que está sendo preparado pelo Deputado Carlos Zarattini.

Em virtude disso, esse debate que haveria hoje, votação dos *royalties*, foi suspenso; está previsto para a próxima semana. Espero que haja um processo de entendimento para a votação dos *royalties* nesse sentido.

Em virtude do adiantado da hora e de que estamos na Ordem do Dia na Casa, queria, para efeito das notas taquigráficas, que fosse dado como lido, para constar no nosso relatório final, discurso de minha autoria acerca do debate de hoje aqui dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. DEPUTADO MÁRCIO MACÊDO

O SR. MÁRCIO MACEDO (PT – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-presidente da CMMC, Senador Sérgio Souza, Relator da CMMC, senhores convidados, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, senhoras e senhores aqui presentes e também aqueles que nos acompanham neste momento pelos órgãos de comunicação das duas casas do Congresso Nacional, estamos hoje

reunidos para uma importante reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudança Climática que tratará dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação dos eventuais efeitos da mudança no clima global sobre as florestas brasileiras.

Um grande marco desta Comissão foi a aprovação, no ano de 2009, da Política Nacional sobre Mudança do Clima, que oficializa o compromisso voluntário Brasil junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, de redução das emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas para o Brasil até 2020.

Uma das ações previstas para o atendimento deste compromisso voluntário é a elaboração de Planos Setoriais, com a inclusão de ações, indicadores e metas específicas de redução de emissões e mecanismos para a verificação de seu cumprimento.

Vamos hoje debater três destes planos setoriais que já estão prontos:

O Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia - PPCDAm;

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado -PP-Cerrado; e

O Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - Plano ABC.

No Brasil, a contribuição principal de emissões relaciona-se com a mudança no uso da terra, em particular da conversão de florestas para atividades agropecuárias.

O Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal, submetido pelo Brasil em 2004 como parte de sua Comunicação Nacional Inicial à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, informa que 75% das emissões nacionais de CO² provêm do setor “mudança no uso da terra e florestas”. Essa estimativa tem como base o ano de 1994.

O desmatamento na Amazônia, mas também no Cerrado, é responsável pela maior parte dessas emissões.

No caso da Amazônia, atender ao compromisso assumido pelo Brasil significa reduzir em 80% as emissões provenientes do desmatamento na Amazônia.

O desmatamento acarreta diversos problemas, como a perda de biodiversidade, as emissões de gás carbônico, de metano e de outros gases causadores de efeito estufa, assim como a diminuição de territórios de populações que tradicionalmente habitam a floresta.

A sua expansão, além de alarmar a sociedade brasileira, é motivo de preocupação também para a co-

munidade internacional, frente à importância estratégico que a Amazônia ocupa no contexto das globais???

No caso do Cerrado, o compromisso de redução é de 40%, lembrando que a área original de 204 milhões de hectares deste bioma já teve reduzidas 47,84% de sua cobertura de vegetação até 2008, muito em razão deste bioma, infelizmente, não desfrutar do mesmo tipo de preocupação que cerca a Amazônia.

É o que aponta o “Projeto de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite”, executado pelo Centro de Sensoriamento Remoto do Ibama.

A área de Cerrado desmatada até 2002 foi de 890.636 km², e, entre 2002 e 2008, esse valor foi acrescido de 85.074 km², o que equivale a valor médio anual de 14.179 km²,

É preciso lembrar que, no Cerrado, o desmatamento ocorre de modo intenso em função de suas características propícias à agricultura e à pecuária e pela demanda por carvão vegetal para a indústria siderúrgica de ferro gusa, predominantemente nos polos de Minas Gerais e, mais recentemente, do Mato Grosso do Sul.

Quanto ao Plano ABC, os compromissos da agropecuária para mitigação e adaptação às mudanças climáticas significa adotar intensivamente na agricultura a recuperação de pastagens atualmente degradadas; promover ativamente a integração lavoura-pecuária; ampliar o uso do Sistema Plantio Direto e da Fixação Biológica de Nitrogênio.

Durante a elaboração do Plano ABC, entre 2010 e 2011, houve detalhamento e modificações dos compromissos originais da agricultura, firmados na COP-15, que passaram a ser compostos por meio da adoção das seguintes ações:

Recuperar uma área de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas por meio do manejo adequado e adubação;

Aumentar a adoção de sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em 4 milhões de hectares;

Ampliar a utilização do Sistema Plantio Direto (SPD) em 8 milhões de hectares;

Ampliar o uso da fixação biológica em 5,5 milhões de hectares;

Promover as ações de reflorestamento no país, expandindo a área com Florestas Plantadas, atualmente, destinada à produção de fibras, madeira e celulose em 3,0 milhões de hectares, passando de 6,0 milhões de hectares para 9,0 milhões de hectares;

- Ampliar o uso de tecnologias para tratamento de 4,4 milhões de m³ de dejetos de animais para geração de energia e produção de composto orgânico.

Quero finalizar rapidamente esta fala de abertura, para que possamos ouvir nossos ilustres convidados, lembrando que recentemente, quando da passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente, tive a honra de participar de solenidade no Palácio do Planalto em que a Presidenta Dilma Roussef apresentou ao País um conjunto de medidas voltadas à preservação do meio ambiente, reafirmando os compromissos do Brasil com o desenvolvimento sustentável, isto foi às vésperas da Rio+20.

Dentre o conjunto de medidas anunciadas naquela ocasião, chamou-me especial atenção os dados apresentados pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que davam conta da queda no desmatamento da Amazônia, apresentando a menor taxa de desmatamento da Amazônia desde que teve início a medição pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Os dados mostraram que entre agosto de 2010 e julho de 2011, a área desmatada ficou em 6.418 km², a menor desde o início dos levantamentos em 1988.

A Ministra lembrou que em 1992, tivemos 13.600 quilômetros quadrados desmatados, depois, tivemos um pico de desmatamento em 2004, com 27 mil quilômetros quadrados, caindo hoje para os 6.418 quilômetros quadrados anunciados.

Esse dado representa menos da metade de 1992 e menos de um terço da maior taxa registrada em 2004.

E o melhor é que os dados preliminares para o ano de 2012 apontaram uma redução ainda maior no desmatamento. Em abril de 2012 houve uma redução de 51 por cento em relação ao mesmo dado do ano passado, dizia a ministra.

Naquela mesma ocasião tive oportunidade de me pronunciar no Plenário da Câmara dos Deputados, qualidade de Presidente desta Comissão, para comemorar o anúncio feito pelo Governo Federal de uma redução em 30,4 por cento das nossas emissões globais de gases do efeito-estufa. Tendo em vista que o Brasil tem uma meta voluntária de redução das emissões em 36,1 por cento até 2020, este dado é de extrema relevância.

E hoje pela manhã, no Programa Manhã no Parlamento, da Rádio Câmara, tive a satisfação de comentar os dados recentemente divulgados pelo INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que mostram uma queda de 17% da taxa de desmatamento na Amazônia, em comparação ao mesmo período de 2011.

Assim, é com enorme satisfação que recebo aqui nossos convidados para discorrer sobre estes importantes planos setoriais, fruto do trabalho conjunto de órgãos de governo e com a importante participação da sociedade civil.

Num momento em que comemoramos oito anos consecutivos de queda do desmatamento na Amazônia quero dizer que não podemos relaxar, pois mesmo com toda esta luta, foram desmatados 1.282 Km² naquela bioma, nos primeiros 8 meses deste ano, e permanece o desafio da proteção do Cerrado.

Muito obrigado!

Sala da Comissão, 31 de outubro de 2012.

Deputado Márcio Macêdo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – E apenas ressaltar que, embora o Brasil seja um país...

Deputada Vanessa Grazziotin, meus parabéns pelo seu retorno.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Queria dizer que, mesmo o Brasil sendo um país com vasto parque industrial, a principal forma de emissão de efeito estufa são as queimadas e o desmatamento dos biomas brasileiros, em especial na Amazônia.

E essa notícia de que houve uma queda, ainda este ano, de 17%, comparado ao mesmo período do ano passado, que já vinha caindo – dados que a Ministra e Presidente Dilma anunciaram às vésperas da Rio+20 –, é um dado importante, embora isso nos possa deixar tranquilos, porque o ideal é que não haja desmatamento algum. Mas, de fato, o desmatamento está caindo há 8 anos, e esses dados dos últimos 2 anos merecem de todos nós o aplauso e a atenção das políticas públicas que estão sendo investidas para conter o desmatamento na Amazônia.

Queria também registrar aqui a ausência justificada do Deputado Alfredo Sirkis, que está em missão oficial neste momento, e informar a todos que teremos a nossa audiência pública na próxima semana, no mesmo horário e local, e que, no dia 20, vamos fazer um seminário que está previsto no nosso plano de trabalho, no qual a Globe International vai divulgar aqui, no nosso País, os trabalhos feitos, os trabalhos feitos sobre as florestas brasileiras. É uma organização formada por parlamentares do mundo inteiro, que tem um trabalho intenso de estudos acerca das florestas tropicais, e vai apresentar aqui para todos nós um estudo sobre a situação das florestas brasileiras. Quero informar a todos que será no dia 20 de novembro, terça-feira, às 14 horas, conforme o nosso plano de trabalho.

Queria agradecer a presença dos senhores, das senhoras e dos convidados que nos deram a honra nesta tarde de hoje: Dr. Adriano Santhiago de Oliveira, Coordenador do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente; Dr. Alaor Júnior, Coordenador-Geral de Agrometeorologia do Instituto Nacional de Meteorologia – Inmetro do Ministério da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Dr. Carlos Eduardo Rittl, Coordenador do Programa de Mudanças climáticas e Energia – WWF-Brasil. Agradeço as presenças do Senador Sérgio Souza e do Deputado Luiz Noé. Agradeço a presença de todos aqui da imprensa, todos os técnicos e profissionais que debatem o tema.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e uma boa semana.

(Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 52 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 9 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia sete de novembro do ano de dois mil e doze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do **Deputado Márcio Macêdo**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Sérgio Souza, e dos Deputados Luiz Noé, Ricardo Tripoli, Arnaldo Jardim e Deputada Rebecca Garcia, membros da Comissão. Justifica ausência o Deputado Alfredo Sirkis. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 15ª Reunião, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta destinada à realização de **Audiência Pública** para “discussão de Planos Setoriais de mitigação e adaptação à mudança do Clima em conformidade com o Plano de Trabalho da Comissão aprovado em 2012: Plano Decenal de Expansão de Energia - 2020; Plano Setorial de Transporte e de mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima - PSTM; e Plano Setorial da Saúde para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima”, com a presença dos seguintes convidados: Paulo César Magalhães Domingues, Diretor do Departamento de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia-MME; Luis Fernando Badanhan, Coordenador-Geral de Sustentabilidade Ambiental do Setor Energético-MME; Guilherme Franco Netto, Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador-DSAST do Ministério da Saúde - MS; Sergio Leitão, Diretor de Campanhas do Greenpeace - ONG; Kátia Matsumoto Tancon, Chefe da Assessoria Socioambiental do Gabinete do Ministro dos Transportes – MT;

e Aguiar Gonzaga Vieira da Costa, Analista de Infraestrutura da Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Senador Sérgio Souza e o Senhor Presidente, Deputado Márcio Macêdo. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às quinze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas –Deputado **Márcio Macêdo**, Presidente da CMMC.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada no âmbito do Congresso Nacional, mediante a Resolução nº 04.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovada.

A pauta desta reunião destina-se à audiência pública para debater a discussão de Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, em conformidade com o Plano de Trabalho desta Comissão aprovado em 2012:

– Plano Decenal de Expansão de Energia até 2020;

– Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima – PSTM; e

– Plano Setorial da Saúde para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima.

Convido para tomarem assento à Mesa os Srs. Paulo César Magalhães Domingues, Diretor do Departamento de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia; Luis Fernando Badanhan, Coordenador Geral de Sustentabilidade Ambiental do Setor Energético do Ministério de Minas e Energia; Guilherme Franco Netto, Diretor do Departamento de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde; Sérgio Leitão, Diretor de Campanhas do Greenpeace – Organização Não Governamental – ONG; a Srª Kátia Matsumoto Tancon, Chefe da Assessoria Socioambiental do Gabinete do Ministro dos Transportes; e também o Sr. Aguiar Gonzaga Vieira da Costa, Analista de Infraestrutura da Secretaria Nacional de

Transportes e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades.

Sobre o encaminhamento dos nossos trabalhos, temos seis palestrantes. Como temos horário um pouco apertado, pois às 16 horas pode ser que abra a Ordem do Dia do Senado e caia a nossa reunião, vamos disponibilizar o prazo de 10 minutos para cada um. E aquilo que não for possível no prazo de 10 minutos, no momento da resposta às perguntas ou das considerações finais, V. S^{as} terão mais um tempo para as colocações. Aviso que a campanha dispara automaticamente um minuto antes do término do tempo.

Concedo a palavra inicialmente ao Sr. Paulo César Magalhães Domingues, Diretor do Departamento de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia, a fim de, no seu tempo, fazer as explanações para as quais foi convidado.

O SR. PAULO CÉSAR MAGALHÃES DOMINGUES – Boa tarde a todos. Em nome do Ministério de Minas e Energia, gostaria de agradecer o convite para participar desta reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Gostaria de cumprimentar inicialmente o Senador Sérgio Souza, Presidente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, o Sr. Guilherme Franco Neto, Diretor do DSAST do Ministério da Saúde, o Sr. Sérgio Leitão, Diretor de Campanhas do *Greenpeace*, e a Sr^a Kátia Matsumoto Tancon, Chefe de Assessoria Socioambiental do Ministério dos Transportes.

Na verdade, Sr. Senador, o Ministério de Minas e Energia vai fazer uma apresentação só. Então esse tempo pode ser estendido aos demais também se V. Ex^a quiser redistribuí-lo.

Vamos falar sobre as adequações do Plano Decenal de Expansão de Energia, o PDE. O último plano aprovado é o PDE 2020. Então vamos falar da adequação deste Plano à Lei nº 12.187, de 2009, que instituiu a política nacional de mudanças do clima. O Sr. Luis Fernando Badanhhan, que é o Coordenador Geral Socioambiental do Ministério de Minas e Energia, vai fazer essa apresentação.

Gostaria de deixar para a Comissão uma cópia completa do exemplar do Plano Decenal e três sumários executivos para serem distribuídos posteriormente. Caso queira novas versões ou exemplares, V. Ex^a poderá solicitar ao Ministério, que prontamente deverá atendê-lo. Podemos até distribuir alguns *folders* do Plano entre nós, que é um resumo desse Plano Decenal, pois tenho 11 *folders*, e não somos muitos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Paulo.

Com a palavra o Sr. Luis Fernando Badanhhan, que também é da equipe do Ministério de Minas e Energia.

O SR. LUIS FERNANDO BADANHAN – Agradeço, Senador Sérgio Souza.

Vamos iniciar a apresentação.

Por favor, próximo eslaide.

Vamos dar um panorama, agora, do contexto nacional. Mas, em termos de legislação, vamos passar rapidamente muitos desses tópicos.

O primeiro marco regulatório foi a Lei nº 12.187, que instituiu as metas voluntárias de mitigação de emissões de gases de efeito estufa, com vistas a reduzir entre 36% e 39% praticamente as emissões projetadas para o ano de 2020.

O Decreto nº 7.390, de 2010, no seu art. 13, inciso III, estabelece o Plano Setorial de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas na área de energia como sendo o Plano Decenal de Expansão de Energia, o tradicional chamado PDE. Neste caso, o Plano Decenal é o Plano Setorial de Mitigação da Área de Energia.

No anexo do mesmo decreto, no item III, são especificadas as metas voluntárias para o setor energético.

A linha de base é dada como cenário o ano de 2020, com emissões de 868 milhões de toneladas de CO₂.

Com a implementação do Plano Setorial, ou seja, com a implementação do PDEE e as ações mitigadoras do mesmo, ao acionar o PDE, essas emissões tendem a cair. Essas emissões estão estipuladas em 634 milhões de toneladas. Portanto, temos uma redução prevista de 234 milhões de toneladas de CO₂ da área de energia.

Ainda no contexto nacional, essa é uma visão da nossa matriz energética, não somente elétrica, de todos os setores.

Por favor. Obrigado.

Aí, temos uma comparação com o mundo, com o restante dos países. No Brasil, na parte de renovável – estamos falando de matriz energética –, em 2011, 44% da energia era proveniente de fontes renováveis. Para se ter uma ideia, os países desenvolvidos estão em torno de 8%, 7.8%, e o mundo, em torno de 13%. Essa é a média mundial.

Por favor, o próximo.

Vimos lá que a posição do setor energético nacional é confortável em termos de mundo.

Com relação ao PDE, como o próprio Paulo havia falado, estamos tratando do PDE 2020, mas estamos em fase final do PDE 2021. Então, todos os dados que estamos trazendo aqui se referem ao PDE 2020, que é o oficial, ainda em execução.

As políticas e iniciativas de mitigação de emissões são consideradas no PDE. Então, o que se está considerando no PDE para mitigação que coincide com o que está especificado na lei? Aumento da par-

ticipação de biocombustíveis na matriz de transporte, ou seja, para atingirmos aqueles objetivos, temos esse aumento da participação de biocombustíveis; expansão hidroelétrica; expansão de outras fontes renováveis de energia, ou seja, fontes alternativas de energia – biomassa, eólica; e estímulo à eficiência energética no consumo de energia no consumo de energia elétrica e de combustíveis.

Essas são as ações previstas.

O PDE foi elaborado tendo, entre seus objetivos, atingir uma meta de emissões previamente fixada: manter no horizonte de 2020 a mesma intensidade de emissões, ou seja, a quantidade de emissões por unidade de PIB observada em 2005, tendo como base os dados do segundo inventário brasileiro de emissões, que foi lançado nesse ano de 2005. Então essa é a meta.

O PDE busca fazer uma análise integrada de emissões. O que seria isso? Ele avalia as emissões de todos os setores da economia, obviamente produtores e consumidores de energia, e estima as emissões com base na matriz energética considerada de todos os anos no horizonte decenal. Ou seja, consolida isso como matriz energética ano a ano até 2020.

Assim, pode-se conhecer o montante de emissões por tipo de combustível, uma vez que cada setor usa combustíveis diferentes, e por setor econômico, de acordo com o cenário de expansão do consumo e da oferta de energia adotado. Para comparar energético com energético, ele usa a tonelada equivalente de petróleo, que é uma redução dos vários tipos de combustíveis numa única unidade.

Para o cálculo de emissões de CH₄, metano e óxido nitroso, cujos resultados são expressão em equivalentes de CO₂, foram utilizados índices GWP de 100 anos, sendo 21 para metano e 310 para óxido nitroso. Assim, esses outros gases de efeito estufa são reduzidos a CO₂, utilizando essas proporções de 21 para metano e 310 para óxido nitroso. Portanto, os resultados são dados em toneladas de CO₂ equivalentes.

Próximo, por favor.

Bem, vamos entrar diretamente nos resultados da parte de emissões do PDE ou do Plano Setorial de Mitigação do Setor de Energia.

Em termos de emissões totais, temos, já em 2020, com a implantação de todas as ações, uma emissão de 628 milhões de toneladas de CO₂; em 2015, 493; em 2010, 391. Portanto, em 2020, estaremos emitindo 628 milhões de toneladas de CO₂.

Só para trazermos um dado mais atual, no PDE 2012, o próximo a ser lançado, essa emissão já cai para 622 milhões de toneladas.

Em termos setoriais, temos a seguinte repartição de emissões. Aí temos vários setores – residencial, co-

mercial, público. Não vou passar por todos eles, mas, em 2020, teremos a repartição dessas emissões entre esses diversos setores.

Outro dado interessante é a intensidade de carbono, que era aquele objetivo inicial. Essa tabela foi tirada direto do PDE. A resolução dela não está muito boa, mas podemos dar uma olhada.

Em 2020, temos uma emissão prevista do setor energético de 628 milhões, como já havíamos falado. Com um PIB previsto de em torno de R\$5 trilhões em 2020, temos uma intensidade na economia de 120 quilos de CO₂ equivalente por mil reais, que é inferior à intensidade de carbono do ano de 2005, de 127 quilos de CO₂ equivalente por mil reais.

Por favor, próximo.

Vamos entrar nas várias ações do PDE para atingir essa meta especificada. Se pegarmos essa primeira, que é a hidroeletricidade, temos aí um incremento na capacidade instalada, no período entre 2010 e 2020, de 39%, um acréscimo, naquela coluna de acréscimo, no último período. O PCH, biomassa eólica, é de, respectivamente, 68 e 104, sendo esta última com um acréscimo substancial de 1.338% nesse período.

Essas fontes de energia correspondem às energias renováveis, perfazendo, na matriz elétrica nacional, um percentual de 81% de renováveis. Mais um dado do PDE 2021: esse pessoal vai, em 2021, para 84,2% da matriz.

Aí, temos também as fontes não renováveis, que incluem as fósseis. Algo interessante que podemos destacar é que, apesar de termos acréscimo no período de 2020, o acréscimo no segundo período, de 2015 a 2020, é zerado. Ou seja, todas as fontes fósseis previstas estão entrando no primeiro período. Elas são fontes relativas a projetos e empreendimentos já contratados e em construção.

No segundo período, de 2015 a 2020, estamos prevendo a entrada de fontes fósseis. É lógico que estamos trabalhando, mais uma vez, no PDE 2020.

Próximo, por favor.

Na questão dos biocombustíveis, temos uma demanda projetada para 2020, de etanol, de 63 bilhões de litros. Para suprir essa demanda, há uma previsão de instalação de 144 novas usinas de etanol. Se nós olharmos o biodiesel, temos aí uma demanda prevista de 3,84 bilhões de litros e uma previsão de capacidade de processamento, em 2020, de 7,5 bilhões. Ou seja, estamos folgados nessa área.

Por favor, próximo.

Por fim, quanto à eficiência energética, estamos prevendo uma economia de 4,5%, em 2020, acumulados de eficiência energética. Para termos uma ideia, a economia de energia elétrica de 4,5% é corresponden-

te, mais ou menos, uma usina hidroelétrica em torno de 4.000 megawatts, uma usina como, por exemplo, Santo Antônio.

Próximo, por favor. Estamos terminando.

Algumas comparações internacionais. Se considerarmos só o setor de energia, o Brasil ocupa a 20ª posição junto aos outros países em emissões do setor energético, ou seja, temos uma posição muito confortável. Alguns dados interessantes: a intensidade de emissões no Bric, em 2005, expressa em CO2 por unidade de PIB: Brasil, 220; Índia, 467; China, 890; Rússia, 953, em comparação ao Brasil.

Essa discrepância fica um pouco mais nítida se pegarmos emissões *per capita*: Estados Unidos, 25 toneladas por habitante, enquanto o Brasil, 1.9 toneladas por habitantes.

Concluindo, por favor.

Conclusões. Objetivos a que devemos chegar.

A primeira coisa é a manutenção no PDE 2020 de um alto índice de fontes renováveis na matriz energética nacional – 46.2%, em 2020.

O PDE 2020 atingiu seu objetivo com relação às metas de emissões fixadas, considerando a intensidade de emissões - 120 quilos de CO2 por mil reais contra 127 quilos de CO2 por mil reais em 2005. A emissão de todos os setores do ano 2000 foi inferior à meta voluntária prevista no Decreto: 628 milhões no decreto; 634 milhões no PDE 2020.

Por fim, as ações previstas para alcançar o compromisso nacional voluntário de redução e admissões foram implementadas: expansão de oferta hidrelétrica, fontes alternativas, situação de biocombustíveis, incremento da eficiência.

Obrigado.

Era isso que tínhamos para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Passo a palavra ao Dr. Guilherme Franco Neto, Diretor do Departamento de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde.

O SR. GUILHERME FRANCO NETO – O Ministério da Saúde agradece o convite da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas em nome do Deputado Márcio Macedo. Faço uma saudação aos meus colegas da Mesa. Vou trazer o estado da arte do que tem sido trabalhado no âmbito do Ministério da Saúde em termos de plano setorial.

Num panorama apenas da preocupação da área da saúde, vemos ali que, desde 1990, a Organização Mundial de Saúde e, depois, a Organização Panamericana de Saúde vêm trabalhando com esse tema, devido à importância do seu reflexo no âmbito da saúde.

Próximo.

Essa é a matriz lógica explicativa de como se causa impacto à saúde relacionado à mudança do clima. Temos a alteração das condições ambientais, mediada pelas condições sociais, que obviamente acabam tendo repercussão no âmbito da saúde de várias maneiras.

Próximo, por favor.

Aqui é o segmento do ponto de vista do marco legal. Então temos, a partir do Decreto nº 6.263, a instalação do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima mais uma série de medidas, a partir da Lei nº 12.187, e o trabalho implementado no âmbito do Ministério da Saúde através de uma Portaria Ministerial de dezembro de 2011.

Esse é o marco lógico de nossa organização. Estamos vinculados a essa iniciativa, coordenados pela Casa Civil, mas temos um comitê executivo no âmbito do Ministério da Saúde, juntamente com uma comissão gestora, que desenvolve os trabalhos da saúde relacionados a esse tema.

As repercussões na saúde são as mais amplas possíveis, desde as situações relacionadas a desastres de origem natural. Todas as situações de calamidades públicas – inundações, secas, etc. – têm uma repercussão grande na saúde, como doenças não transmissíveis relacionadas à variabilidade climática, especialmente ondas de calor e outras situações, que acabam trazendo repercussão na saúde. E, no caso do Brasil, a importância das doenças, especialmente dengue, malária, dentre outras, que trazem uma preocupação muito grande, tendo em vista as condições apropriadas para a transmissão no nosso meio.

O desenvolvimento do nosso trabalho foi compatibilizado com as orientações que temos desses organismos internacionais, especialmente da Organização Mundial da Saúde, levando em consideração a robustez da evidência, todo o trabalho de conscientização e educação da sociedade, o processo de adaptação e a criação de parcerias institucionais e com a sociedade para dar conta desse trabalho. Então há uma série de documentos e planos já elaborados, relacionados com essa temática.

O Plano do Ministério da Saúde Setorial foi calçado nos instrumentos gerais de planejamento do Ministério. Então não temos um plano que derive de outras fontes de recursos que não sejam as já estabelecidas no PPA, no Plano Nacional de Saúde e na própria agenda estratégica, particularmente conduzidos pelo Ministro Padilha na sugestão.

Temos, então, quatro eixos de intervenção no âmbito da saúde: a vigilância e saúde, ou seja, o monitoramento de situações; a atenção à saúde; todo o aporte de atenção à saúde voltado para essa situação, promoção e educação em saúde e também a parte de

pesquisa em saúde, tudo isso propondo medidas de mitigação e de adaptação no âmbito do setor saúde.

Esta é a estrutura do Plano. Temos introdução, marco legal, objetivo, estrutura, metodologia, panorama do setor saúde no Brasil, compromisso do setor saúde, projeções futuras, processo de consulta pública do Plano, monitoramento e avaliação, orçamento para esta gestão e estratégia de implementação.

Próximo.

O objetivo do Plano Setorial da Saúde para Mudança do Clima é estabelecer diretrizes, metas e estratégias nacionais para contribuir com medidas de mitigação e direcionar medidas de adaptação dos processos e serviços do SUS frente aos impactos da mudança do clima.

Os objetivos específicos são: estabelecer medidas de adaptação para o Sistema Único de Saúde, visando minimizar as vulnerabilidades da população frente aos impactos da mudança do clima; fortalecer a capacidade de preparação e resposta do serviço de saúde no âmbito do SUS; e contribuir com a consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono nos serviços e produtos de saúde, por meio de medidas de mitigação para reduzir a emissão de gases de efeito estufa em seus processos.

A saúde tem Complexo Industrial da Saúde, que faz uma produção imensa de insumos para atendimento da população – vacinas, medicamentos, etc –, como também tem elementos como, por exemplo, uma frota de veículos extremamente significativa que gera impactos para a questão da emissão de carbono. Então, a ideia é a de que possamos, progressivamente, trabalhar esses elementos.

Vigilância em saúde tem um conjunto importante de objetivos nos nossos planos voltado para esse tema. Então, a partir das diretrizes de redução de riscos e agravos à saúde, por meio de ações de promoção de vigilância em saúde, temos o enfrentamento de uma série de situações que tem muita correlação com a situação da mudança do clima, enfim, seus panoramas futuros.

Próximo.

Atenção à saúde.

Há um conjunto importante de medidas de atenção básica, de urgência, de emergência e sistema de regulação que permitem fazer com que se expanda a capacidade de atenção dos serviços de saúde especialmente para as populações mais vulneráveis a essas situações mais críticas, inclusive a população indígena brasileira.

Próximo.

Promoção e educação em saúde: contribuição para a adequada formação, alocação, qualificação, va-

lorização e democratização das relações de trabalho dos profissionais de saúde. Esse é o marco mais global que temos no planejamento do Ministério da Saúde, com uma série de objetivos estratégicos voltada para essa condição. Especialmente diria sobre a necessidade de que os profissionais de saúde estejam informados sobre a relação da mudança do clima com a saúde.

Pesquisa em saúde: fortalecimento do Complexo Industrial de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico-social sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde e também colaborando com a redução de emissão dos gases de efeito estufa.

Nós participamos de todo processo de consulta pública conduzido pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e houve um aporte relevante de propostas e de considerações, a maioria delas plenamente acatadas: de 85 considerações, 60 foram acatadas; as demais não foram acatadas, principalmente por sua não pertinência de colocação no caso do Plano da Saúde. Isso vai ser progressivamente trabalhado, de forma a aprimorar o processo de comunicação com a sociedade acerca dessa temática.

Esse é o panorama que nos propomos a apresentar aqui. Fico à disposição para maiores esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE) – Com a palavra o Dr. Sérgio Leitão, Diretor de Campanhas do Greenpeace, representando aqui a sociedade civil organizada.

O SR. SÉRGIO LEITÃO – Muito obrigado pelo convite.

Em nome do Greenpeace, queria saudar o Deputado Márcio Macêdo, do glorioso Estado de Sergipe, uma pessoa extremamente dedicada aos movimentos sociais, à questão da luta do homem na terra. Saúdo também o Senador Sérgio Souza, que veio de um Estado tão importante para a Federação, como é o caso do Paraná. Que a permanência de V. Ex^a no Senado se prolongue, seja a mais longa possível.

Acho que caberia destacar, em primeiro lugar, Deputado Márcio e Senador Sérgio, o fato de que a grande preocupação do Greenpeace é que nós estamos perdendo o senso de urgência com o tratamento do tema. Essa é a questão fundamental. Preocupa-me que as explicações ou explanações dos ilustres palestrantes que me antecederam tenham reforçado esse sentimento de que o nosso Governo não está mais conseguindo dar a atenção que se dava até o ano de 2009, quando nós fomos para a reunião do clima em Copenhague e anunciamos as nossas metas. Até en-

tão esse assunto tinha uma priorização. E, em tempos de furacão e incêndio nos Estados Unidos, com tanta dor e com tanta morte naquele país, nós deveríamos ficar mais atentos para o que pode nos acontecer e, o que é pior, para o que já está a nos acontecer com relação a esse problema.

Eu vou por partes. Plano Decenal de Energia.

O representante do Ministério de Minas e Energia, parece-me, não conseguiu dar algumas informações que acho que são necessárias para que a gente possa observar isso que chamo de descuido ou falta de atenção. De acordo com esse Plano Decenal, haverá o aumento R\$63 bilhões ao montante que vamos investir em exploração de petróleo, portanto, em combustível fóssil, que é emissor de gases de efeito estufa e responsável pelas emissões a mais que causam mudança climática. Vamos investir nesse Plano Decenal R\$749 bilhões para viabilizar a exploração do pré-sal, e isso representa um aumento de R\$63 bilhões em relação ao plano anterior, que previu um investimento de R\$686 bilhões. Então, só para o pré-sal, para tirar petróleo, nós vamos investir R\$749 bilhões; em relação ao plano anterior, que previa R\$686 bilhões, isso significa um aumento de R\$63 bilhões.

Então a pergunta é: do ponto de vista de emissão de gases de efeito estufa e até do ponto de vista da tecnologia do Brasil, vale a pena fazer esse investimento em um combustível em relação ao qual se diz hoje que se querem criar alternativas, porque é necessário partir para outros modelos justamente em função da prevenção da mudança climática?

Segundo dado: do ponto de vista do investimento, vai valer a pena esse dispêndio de recursos, se há sérias análises circulando hoje no Brasil dizendo que, em função da recente extração nos Estados Unidos do chamado petróleo nas rochas, que é a técnica do fraturamento, aquele país poderá deixar de ser um comprador do petróleo brasileiro? Aquilo que inicialmente seria a viabilidade econômica, já que o Brasil é um grande exportador de petróleo para os Estados Unidos, sendo hoje o petróleo o nosso principal item de exploração para aquele país, vai valer a pena? Primeira grande pergunta.

Segunda pergunta: falou-se aqui em biocombustíveis. A exposição demonstra que o Ministério está preocupado com o aumento da oferta de biocombustível. Ora, está preocupado, mas o plano reduz de R\$97 bilhões para R\$67 bilhões o investimento em biocombustível! Então, que preocupação é essa? Preocupação, para mim, se traduz em orçamento público pela verdadeira alocação do recurso; o plano está diminuindo. Tanto é que hoje, no Brasil, só existem dois Estados da Federação onde é mais barato abastecer o carro com

etanol. E o que é pior: com aumento absurdo da venda de veículos no País, os jornais, na segunda-feira, em todo o Brasil, anunciavam: há perigo, no final do ano, de não haver gasolina para abastecimento. Então me parece que há um descolamento muito grande entre aquilo que foi dito aqui e a própria realidade do plano anunciada na concretude da destinação dos recursos.

Segunda questão: eficiência energética.

O Brasil, dentre os países que integram o G20, é o penúltimo colocado em termos de intensidade energética. O que é intensidade energética? Como bem disse o Ministro de Minas e Energia, intensidade energética é, para cada unidade de PIB que eu preciso produzir, o quanto eu preciso de energia. O Brasil é o segundo pior colocado entre os países do G20. A gente só ganha de quem? Vamos adivinhar. Da Arábia Saudita. Qual é a vantagem de se ganhar da Arábia Saudita, que não está preocupada com petróleo ou com consumo de energia?

A China, entre 1995 e 2005, reduziu a sua intensidade energética em 66%; o Reino Unido, em 44%; os Estados Unidos, em 43%; e o Brasil, pasmem, em 22%, sendo que, só no caso da indústria paulista, inclusive pela retomada da atividade econômica, aumentou 22%. Ou seja, o Brasil não dá demonstração de que está preocupado com a redução o consumo de energia. Não dá a demonstração. Então, quando o Brasil diz que vai fazer redução de eficiência de apenas 5%, esse índice – desculpem-me a expressão forte – chega a ser – vou usar uma expressão a mais cuidadosa possível – pouco ambicioso, pouco corajoso. Qualquer pesquisador atesta que ele poderia ser, no mínimo, de 10%. Ou seja, nós temos uma larga avenida, Deputado, para percorrer nessa questão.

No capítulo do incentivo às fontes novas, as renováveis, o Plano tem uma notória lacuna, uma grande omissão, que é o fato de não falar em energia solar. O Deputado Márcio é de um Estado em que faz sol, mas, apenas para que a gente não fique na visão de que só onde faz sol pode haver energia solar, a Alemanha, que é um país onde eu não vou passar minhas férias de verão, produz, a cada três anos, o equivalente a uma usina de Itaipu, ou seja, 14 mil megawatts por ano só com resultado de energia solar. Então o Brasil tem todo esse potencial para ser explorado, e nesse Plano, que fala de redução de emissões ou que deveria falar, não há uma linha. Ganha uma passagem de ônibus daqui para Taguatinga, de ida e volta, quem achar nesse Plano do Ministério de Minas e Energia uma linha sobre o incentivo à energia solar. Não tem!

Para piorar, o Plano ainda flerta, de maneira completamente perigosa, com uma coisa que nós já deveríamos ter abandonado – aliás, com uma coisa que

o próprio Governo anunciava que tinha abandonado: construir grandes hidrelétricas na Amazônia, baseadas em grandes reservatórios.

Segunda-feira, Deputado, completamos 30 anos de uma solenidade muito interessante: dois ditadores, o do Brasil da época e o do Paraguai da época, General Stroessner e o General Figueiredo, inauguraram a Usina de Itaipu. Se essa usina hoje não serve, naquele momento foi exemplo de tudo o que não deve ser feito: autoritário, destruiu a vida de milhares de pequenos agricultores, acabou com os rios da região, destruiu o Salto das Sete Quedas. Isso só foi possível fazer naquele momento porque a gente vivia uma ditadura, não havia democracia para discutir os projetos. E agora esse Plano prevê a construção de pelo menos 34 novas usinas que vão inundar 6.456km², o equivalente ao território de dez capitais do Brasil. Pela ordem: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Recife e Macaé. Essa é a área que vai ser inundada. Para que, se nós temos tantas alternativas que nos permitem fazer uma discussão real e séria sobre o fim desse tipo de energia na Amazônia?

Falei das críticas ao Plano na área de Minas e Energia. E o Ministério dos Transportes? Não tem plano. O plano era para ter sido entregue em abril; está previsto na lei. Simplesmente há a ausência completa do plano. E, o que é pior, nós estamos falando de mudança climática, e o transporte, hoje, é a segunda maior fonte de emissão no Brasil, que só cresce. O Brasil, que deu, por via de incentivos fiscais, pelo menos R\$1 bilhão para as montadoras, não consegue exigir que essas montadoras tenham padrões obrigatórios de eficiência energética de seus motores, coisa que acontece em qualquer lugar do mundo.

Saúde. Eu não o vi o plano. E há uma pergunta fundamental a ser feita, Deputado.

Vou encerrar para entrar nas minhas sugestões, porque, mais do que isso, a gente deveria contar com Parlamento, com o Senado e com a Câmara, para fazer sugestões concretas.

Os problemas de saúde nas grandes cidades brasileiras, decorrentes das emissões de poluentes por conta da frota de transporte, são enormes. Apenas para citar um dado, uma pesquisa realizada em São Paulo indicou que 77% dos 177 mil casos avaliados de pessoas internadas no Estado de São Paulo se deviam a problemas respiratórios. E houve um cruzamento com os índices de poluição da Cetesb, que era a identidade perfeita. Tratava-se de um inquérito epidemiológico, como se diz. Não sou médico, mas atrevo-me a fazer aqui um comentário, submetendo-me à sua censura, se houver.

Hoje, não temos regras obrigatórias, não temos nem sequer o plano. E, o que é pior, as grandes cidades brasileiras estão completamente desguarnecidas, porque não temos as estações que fazem a medição. Salvador não tem, Recife não tem, Fortaleza não tem, Belo Horizonte não tem. E onde nós as temos, como no caso do Rio de Janeiro e de São Paulo, são estações velhas e desatualizadas. Deputado, o que é mais grave é que os nossos padrões de medição do material que polui as grandes cidades são da década de 70, e estão, por sua vez, informando uma resolução do Conama que é de 1990. De lá para cá, nos Estados Unidos e na Europa, isso já foi atualizado. Nós temos uma máquina fotográfica que quer tirar uma fotografia antiga e há lugar em que nem máquina fotográfica há.

Então, quais são as minhas sugestões?

Plano de transporte: estabelecimento de metas ambientais; redução do consumo de energia; redução das emissões de poluentes locais, o que tem a ver diretamente com a melhoria da qualidade do ar; e redução da emissão de gases de efeito estufa; estabelecimento de metas da participação do transporte público e não motorizado na matriz de deslocamentos – isso é fundamental – como estratégia de mudança da matriz energética no transporte público; promoção de articulação das fontes de financiamento de infraestrutura, veículos de transporte coletivo e fonte energética.

Se não fizermos esse cruzamento, não vai resolver. Não adianta dizer para as pessoas usarem o transporte público, porque o transporte público roda com combustível fóssil. Nós vamos aumentar as emissões. Ou seja, é preciso dinamizar o transporte público e, ao mesmo tempo mudar a composição da motorização, senão nada será resolvido.

Integrar o Plano de Transportes com as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que é uma lei do âmbito do Ministério das Cidades. Portanto, essas duas leis precisam conversar; a ação integrada do Governo é fundamental.

Atualizar os padrões de qualidade do ar adotados pelo Brasil, os quais, no caso de alguns poluentes, estão defasados em mais 40 anos, para proteger a saúde da população; implantar um sistema nacional de monitoramento transparente da qualidade do ar nas regiões metropolitanas do País. Isso é fundamental. Isso é Ministério da Saúde, isso é Ministério dos Transportes, isso é Ministério de Minas Energia, isso é Meio Ambiente, isso é Indústria e Comércio.

Elaboração e divulgação de relatórios anuais de qualidade do ar dessas regiões metropolitanas e, para o Ministério da Saúde, de um inquérito para que possamos investigar os custos no sistema público da saúde gerados pela poluição do ar, produzidos por

veículos, como disse o jornalista Washington Novaes, que é um decano do meio ambiente no Brasil, em artigo publicado no *Estadão* há duas semanas.

Então, são sugestões concretas. O Ministério de Minas e Energia tem de melhorar o seu plano, o Ministério dos Transportes tem de fazer o dever de casa e o Ministério da Saúde tem que se preocupar com a questão das doenças respiratórias, que são impactantes demais nos custos do sistema público de saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)
– Obrigado, Sérgio.

Passo a palavra a Dr^a Kátia Tancon – espero que essa seja a pronúncia correta –, Chefe da Assessoria Socioambiental do Gabinete do Ministério dos Transportes.

A SR^a KÁTIA MATSUMOTO TANCON – Boa tarde a todos.

Em nome do Ministério dos Transportes, eu gostaria de agradecer o convite da Comissão Mista na pessoa do Deputado Márcio Macêdo e de cumprimentar os demais membros da Mesa e os presentes a esta audiência.

Como trabalho na Assessoria Socioambiental do Ministério dos Transportes e, desde o ano passado, estamos trabalhando, Ministério do Meio Ambiente e Casa Civil, no âmbito do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) e na elaboração deste Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima (PSTM), então, juntamente com o Ministério das Cidades, elaboramos este Plano do qual hoje me cabe apresentar a parte sobre o transporte de carga. Depois o colega do Ministério das Cidades fará a apresentação sobre mobilidade urbana.

Pode passar, por favor.

Mas, para entendimento das pessoas, considero importante apresentar o contexto de como isso aconteceu.

Este Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima iniciou-se no âmbito do Ministério dos Transportes, com reuniões técnicas envolvendo as entidades vinculadas e contando com o apoio técnico do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA).

Então o nosso primeiro passo foi justamente identificar e levantar a base de dados, as informações que nós teríamos disponíveis para a elaboração deste Plano. Por isso acabamos decidindo, no âmbito do Ministério, trabalhar com o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), que reflete o planejamento do setor, que, à época, em 2011, havia iniciado a sua revisão. Trabalhamos com os dados disponibilizados em outubro do ano passado.

Como parte do PNLT, temos o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e também os inventários de emissões, que foram realizados tanto para veículos automotores rodoviários como para o transporte ferroviário de cargas, feito pela ANTT- Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Com isso discutimos metodologia, premissas e simplificações que seriam necessárias para concluir essa elaboração e definir alguns cenários. E poderíamos trabalhar com os dados de que dispúnhamos sobre o PNLT. Fechamos essa discussão e ampliamos isso para outros setores – para a participação também da sociedade civil – até a conclusão deste Plano, que foi entregue em abril deste ano, no âmbito do Grupo Executivo do Comitê Interministerial de Mudança do Clima.

Pode passar.

O objetivo do Plano Setorial de Transporte no que diz respeito ao transporte de carga para Mitigação da Mudança do Clima é contribuir para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa no setor por meio de iniciativas que levem à ampliação da infraestrutura de transportes de cargas e à maior utilização de modos mais eficientes energeticamente.

Como objetivo específico – iniciamos o trabalho em 2011 –, nós necessitamos ampliar o conhecimento sobre esse tema e sobre as implicações no setor desde então. Portanto, este era um dos objetivos específicos também: ampliar o conhecimento do assunto no âmbito do próprio Ministério, incorporando-o ao planejamento do setor de transportes; da mesma forma, contribuir, de forma alinhada, com outras políticas governamentais para tomada de decisão quanto à expansão e transferência para modos de transportes mais eficientes e soluções de infraestrutura e de logística que possam levar à redução efetiva de emissões; por fim, fortalecer os elos institucionais na perspectiva de criar os meios para transpor eventuais barreiras no aumento da capacidade do setor de transportes para mitigação da mudança do clima.

Pode passar.

Definido isso, nós trabalhamos em cima de dois cenários. Definimos um cenário que denominamos de PNLT. Este cenário considera a evolução dos momentos de transporte entre 2010 e 2031, que é o horizonte em que se trabalha no âmbito do PNLT, proporcionado pelo conjunto de todas as obras rodoviárias, ferroviárias e hidroviárias que estão indicadas no próprio Plano Nacional de Logística e Transportes.

Ressalto que este Plano iniciou a sua revisão em 2011 e deve estar disponibilizado no *site* do Ministério até o final deste ano. Ele ainda está na fase final de revisão por parte do Ministério dos Transportes.

O outro cenário foi denominado cenário referencial. Este cenário considerou a oferta viária, que estaria limitada à malha existente em 2010, ano em que nós, digamos, fizemos um corte dos dados. E aí não se levam em conta os investimentos que estavam sendo previstos para os demais anos.

Pode passar.

Colocando em gráfico essas projeções, temos aí, para o cenário PNLT, aquele que leva em conta todos os investimentos previstos no PNLT até 2031, emissões projetadas para 2020, que foi o ano de corte que nós fizemos, apesar de termos feito cálculos até 2031 de 98 milhões de toneladas de CO₂.

Aqui eu gostaria de ressaltar que consideramos os modos de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, que são de competência deste Ministério. Também resalto que não consideramos alguns tipos de cargas que denominamos no texto de cargas cativas, ou seja, aquelas cargas que vão continuar crescendo e se utilizam de um mesmo modo de transporte, como, por exemplo, minério de ferro, que é transportado, em sua grande parte, pelo modo ferroviário e deverá continuar sendo transportado por este modo. Aqui nós tentamos considerar as cargas que poderiam sofrer algum tipo de transferência modal, mudar de um modo de transporte para outro.

Pode passar.

Para o cenário referência, as emissões projetadas para o ano de 2020 seriam de 101 milhões de toneladas de CO₂, considerando, da mesma maneira, os três modos: rodoviário, ferroviário e aquaviário.

Com isso, é lógico, percebe-se que o modo rodoviário continua e continuará sendo o grande modo de transporte utilizado também para cargas. Portanto nós incluímos, no final desse documento, recomendações de estudos e ações que levem realmente a uma maior transferência modal, algumas ações de estudos em que possamos utilizar cada modo de forma que ele nos propicie o que teria de melhor para transportar as cargas que nós temos pelo País.

Pode passar.

Temos aí uma comparação do potencial de redução de emissões até 2020.

Comparando o cenário PNLT e o cenário de referência, com as barras na parte de baixo, mostramos o abatimento acumulado, que até 2031 chegará a quase 50 milhões de toneladas de CO₂, considerando os investimentos do PNLT. E, na barra menor, em verde mais claro, o abatimento ano a ano. Certo?

Em 2020, nós teríamos uma redução, um abatimento de 2,3 milhões de toneladas, sendo que o acumulado chegaria a 20 milhões de toneladas de CO₂.

Pode passar.

(Soa a campanha.)

A SR^a KÁTIA MATSUMOTO TANCON – E aí nós indicamos quais seriam as ações no PSTM, também baseadas no PNLT, que aborda 613 projetos que são divididos, classificados e modelados.

Próximo, por favor.

E essa modelagem realizada permitiu que algumas obras fossem agrupadas em alternativas, totalizando 24 alternativas entre ferrovias, hidrovias e também projetos rodoviários. Então fizemos uma simulação do que se ganharia para cada alternativa em termos de transporte ferroviário, rodoviário e aquaviário.

Então, se pegássemos como exemplo – na primeira linha da tabela – uma das alternativas, a ligação ferroviária Transnordestina à hidrovia do São Francisco, por ferrovia, haveria emissão de 1 milhão, 121 mil toneladas de CO₂. Em compensação, pelas rodovias existentes dentro do espaço considerado nessa modelagem, haveria um abatimento de mais de 3 milhões de toneladas de CO₂. Da mesma maneira, das aquavias e das hidrovias próximas também a essa ligação ferroviária. Com isso o setor teria um ganho de dois milhões, setecentos e alguma coisa mil toneladas.

Fizemos essa simulação para entender mais ou menos como cada grupo de projetos poderia contribuir com o abatimento de emissões.

Pode passar.

Já estou concluindo.

No próprio Plano, nós indicamos de que forma o monitoramento e a avaliação serão realizados.

Temos, além das obras, no âmbito do Ministério dos Transportes, alguns estudos que já estão em andamento, como o Plano Hidroviário Estratégico, que já foi contratado e deve ser concluído até meados do próximo ano; avaliação ambiental estratégica sobre o Plano Nacional de Logística e Transportes, que já está em discussão no Ministério, também para ser realizado.

(Soa a campanha.)

A SR^a KÁTIA MATSUMOTO TANCON – Por fim, nós elencamos várias propostas de estudos e de iniciativas que tomaremos no âmbito do Ministério dos Transportes, conjunto com outros Ministérios.

Pode passar.

Não vou detalhá-lo aqui; ele está no Plano. Esse é só um exemplo das iniciativas que incluímos no Plano, às quais já demos início, depois da entrega e das consultas públicas que foram realizadas.

Pode passar.

Essas são as ações que estão em andamento.

Eu sei que o tempo é corrido, mas, lá no Ministério, a Assessoria Socioambiental está à disposição para quem tiver alguma dúvida ou sugestão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Macêdo. PT – SE)

– Obrigado, Dr^a Kátia.

Passo a palavra ao Dr. Aguiar Gonzaga, analista de Infraestrutura da Secretaria Nacional dos Transportes da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades.

O SR. AGUIAR GONZAGA VIERIA DA COSTA

– Boa tarde a todos.

Em nome do Ministério das Cidades, agradeço a oportunidade de participar desta audiência pública, agradeço aos membros da Mesa e saúdo todos os presentes.

Como foi dito pela Kátia, do Ministério dos Transportes, o PSTM de Transporte e Mobilidade Urbana foi desenvolvido tanto pelo Ministério dos Transportes quanto pelo Ministério das Cidades.

Agora vou falar um pouco da parte relacionada a transporte e mobilidade urbana.

O PSTM se baseou em medidas para promover a melhoria do sistema de mobilidade urbana, ampliando a acessibilidade e proporcionando uma redução de emissão de gases de efeito estufa e local.

Vale ressaltar que a parte de redução de emissões foi trabalhada como um cobenefício das ações que visam à melhoria do sistema de mobilidade urbana.

Aqui temos um breve histórico do desenvolvimento do trabalho, iniciado em setembro de 2011. De setembro a dezembro de 2011 foram feitas as atividades preliminares: identificação das medidas de mitigação, das fontes de informação, organização das bases de dados, identificação da metodologia, definição das premissas e elaboração dos cenários.

Depois nós tivemos uma fase, entre janeiro e abril de 2012, em que foram realizadas diversas reuniões com especialistas e entidades do setor de Transporte e Mobilidade Urbana com o objetivo de melhorar as premissas adotadas no início dos trabalhos. Temos ali reuniões com a sociedade civil, com o Governo Federal, com o Governo de São Paulo, com o BNDES, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

A partir da definição desse trabalho, na fase III, em abril de 2012, foi disponibilizada a versão preliminar do trabalho, que entrou em fase de consulta pública entre julho e agosto de 2012. Atualmente estamos na fase V, que é a consolidação das sugestões provenientes dessa consulta pública e a elaboração do documento final.

Pode passar.

O objetivo geral do Plano seria contribuir para a mitigação de emissões no setor, por meio de iniciativas que levam à ampliação da infraestrutura de transportes de cargas e maior utilização de modos mais eficientes no setor de mobilidade urbana.

O aumento de sistemas eficientes de transportes públicos de passageiros contribui para a consecução de compromissos assumidos voluntariamente pelo Brasil.

Quanto aos objetivos específicos, eu não vou falar, porque já foi mencionado pelo Ministério dos Transportes.

Pode passar.

Aqui nós temos o cenário de projeções das emissões para o ano de 2020. Em 2020, nós teríamos a emissão de 150 milhões de toneladas, um acréscimo de 65,9 em relação ao ano de 2010. Pode-se observar também no gráfico que a maioria, 67% no caso, seria proveniente de emissões advindas do transporte individual e somente 33% do transporte coletivo.

Pode passar.

Com o objetivo de reduzir esse valor de 150 milhões de toneladas, foram elaboradas, pelo Ministério das Cidades, algumas ações para proporcionar essa redução. No caso, o que entra no cálculo para a redução das emissões seriam implantações de infraestruturas de transportes públicos coletivos contendo essas ações aqui listadas, como projetos da Copa do Mundo: Fifa 2014 e PAC e mobilidade nas grandes cidades: obras de metrô anunciadas até o momento da elaboração dessa primeira versão do Plano, investimentos com recursos do BNDES e investimentos dos Governos Estaduais e Municipais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Temos ali uma tabela em que foram listadas todas as quilometragens consideradas nos cálculos de abatimentos, chegando ao total de 1.311 quilômetros de extensão de investimentos.

Também ali estão presentes algumas outras medidas que foram listadas apenas como recomendações, tais como medidas associadas ao planejamento urbano e à política de mobilidade urbana que estariam relacionadas à elaboração de plano de mobilidade urbana, de acordo com a nova Lei de Mobilidade Urbana, de abril de 2012, implantação de instrumento de gestão e mobilidade urbana e substituição de fontes de energia no transporte público por ônibus.

Pode passar.

A partir daqueles cálculos de investimentos em infraestrutura mostrados nesse gráfico, há uma redução de 150 para 147, arredondando, porque, no total, 2,6 milhões de toneladas seriam o resultado do abatimento em 2020.

Pode passar.

Aqui são alguns indicadores presentes no Plano para o acompanhamento da efetividade da sua implantação, que seriam o acompanhamento das obras da Copa de 2014 e do projeto do PAC e grandes cidades e o acompanhamento dos projetos sob responsabili-

dade dos Governos Estaduais e Federal. Além disso, há um apanhamento posterior de operação em termos de quilômetros e uso de combustível.

Espera-se também criar um sistema de informação e mobilidade urbana que ajude no acompanhamento da efetividade desse Plano.

Pode passar.

Aqui estão listadas algumas estratégias para a implementação do Plano. Há algumas ações orçamentárias, que seriam o incentivo à confecção dos Planos Municipais de Mobilidade Urbana e o estabelecimento de critérios estruturados para o objetivo de melhor seleção de propostas que potencializem o retorno à sociedade e atendam às políticas.

Algumas ações regulatórias de fontes de financiamento, tais como: a necessidade de articulação interministerial e interfederativa; de delineamento da diretriz da política nacional para o desenvolvimento de instrumento e a implantação em países de economias de baixo carbono; do financiamento da mobilidade urbana de baixo carbono por meio do Fundo sobre Mudança do Clima, dos fundos sociais e do pré-sal; de acompanhamento e análise do impacto da mobilidade urbana de baixo carbono na tarifa, devido a um possível incremento de custos referente à aquisição de material rodante e ao uso de combustível menos intensivo em carbono.

Pode passar.

Essa é uma proposta de estudo que está presente no Plano para subsidiar medidas que visem à introdução de novas tecnologias em transporte público, mediante a utilização de combustíveis menos intensivos em carbono.

Pode passar.

Aqui estão os próximos passos que estão sendo realizados para finalizar essa versão do Plano, que estará disponível a partir deste mês, que seriam: inserção dos dados do PAC Mobilidade Grandes Cidades, além dos de metrô considerados na versão disponibilizada para consulta pública; apreciação das contribuições referentes à consulta pública – nesse processo de consulta pública, nós tivemos 154 contribuições, contando com a fase presencial e as consultas provenientes da Internet. E também se faz necessária a revisão do cenário tendencial daquelas 150 milhões de toneladas, em função de novas premissas como o crescimento da frota, e a atualização do próprio Plano Decenal de Energia 2021, que tem alguns outros parâmetros de consumo de combustível, de penetração do uso de etanol.

Era isso o que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Agradeço as palavras do Dr. Aguiar.

Vamos para as considerações finais. Antes, porém, eu queria que os palestrantes da assessoria do Ministério dos Transportes pudessem explicitar um pouco mais as metas do Plano de Transportes.

O Sérgio fez algumas provocações muito pertinentes. Sou daqueles que não estão aqui para fazer crítica, mas acho que o Ministério dos Transportes poderia ter metas mais ousadas de diminuição da emissão de gás de efeito estufa, porque, embora distante da principal fonte de emissão do gás de efeito estufa, que são os desmatamentos, transporte tem uma participação significativa nesse processo. Eu gostaria de ver essas metas mais explicitadas e com um processo mais ousado de diminuição dos gases do efeito estufa, além de tentar buscar uma diversificação desse modelo que temos hoje.

Sabemos que quanto mais se investe em energia, por exemplo, com o Plano de Energia, também poderíamos ter metas mais ousadas. Nós comemoramos, o Brasil todo comemora quando vê o aumento da produção de petróleo na utilização desse tipo de combustível, pela importância desse modelo. Mas, com o potencial que o Brasil tem, seria importante também para o Plano de Energia haver uma diversificação e uma busca de utilização desse potencial enorme de energia limpa que o Brasil produz, pois talvez seja um dos países que, num futuro próximo, possam deter tecnologia em relação a isso e liderar o Planeta nesse tema.

Em relação ao transporte, também sei que não se muda uma matriz de uma hora para outra. Agora, como isso pode ser diversificado, buscando formas alternativas para ajudar não só na qualidade do transporte da população como também para um ambiente saudável?

Eu gostaria de saber se os senhores poderiam falar acerca desses pontos que o Sérgio colocou aqui. Muito obrigado a todos.

Passo para vocês. Cada um terá cinco minutos para as suas considerações finais.

Vamos começar pelo Dr. Paulo César Magalhães, para fazer as suas considerações.

Também agradeço as belas intervenções aqui feitas por todos os senhores neste que está sendo um debate muito qualificado e significativo.

Muito obrigado.

O SR. PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES – Agradeço os comentários feitos em relação ao Plano, basicamente os do Sr. Sérgio Leitão, do Greenpeace. Queria fazer umas colocações.

Apontei alguns itens aqui. O primeiro foi o investimento na exploração de gás e petróleo no pré-sal. Houve um aumento, como ele citou, na exploração, de custo e redução do investimento em biocombustíveis. Na verdade, ele fez uma comparação dos dois Planos

para saber se houve aumento e redução no Plano 2020 e no Plano 2021, cuja consulta pública terminou dia 31 de outubro. E ele olhou só o investimento.

Se olharmos a participação na expansão, veremos que houve um acréscimo muito grande das fontes renováveis. O Greenpeace sempre faz a crítica de que a grande usina não deveria ser considerada nesse cômputo de fontes renováveis, mas, se olharmos as PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas, energia eólica e biomassa, veremos que a participação no incremento, nos próximos dez anos, na matriz, sai, por exemplo, no Plano 2021 – a biomassa, que foi o motivo da crítica e teve redução do investimento –, de 9 mil megawatts, em 2020, para 13,4 mil megawatts, ou seja, um incremento de mais de 40% de um Plano para o outro. Se considerarmos o somatório de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa e energia eólica, o Plano 2020 previa, no ano de 2020, 27,1 mil megawatts. O novo Plano prevê 33,105 mil megawatts, ou seja, a participação das renováveis, em que nós incluímos as usinas hidrelétricas, que são importantíssimas, são fontes limpas e renováveis, passa, no Plano 2021, de 81,5% para 84,5%. Então, no Ministério de Minas e Energia, o Plano atual tem um incremento muito maior dessas fontes limpas e renováveis.

Em relação à eficiência energética de 4,5%, citada como baixa, parte dela já é abatida da carga. Por exemplo, na redução de perdas elétricas e de parte da eficiência dos processos produtivos, às vezes, nas projeções de demanda, já há uma redução da ordem de 5%. Então, no cômputo geral, essa grande eficiência do sistema é de algo em torno de 10%.

Em relação à energia solar, foi citada como exemplo a Alemanha pelo seu investimento nessa fonte. Essa deve ser a opinião de um ano, ou de alguns anos, antes da crise. A Alemanha foi um país que investiu muito em energia solar, energia fortemente subsidiada. No mundo inteiro, a energia solar só tem viabilidade econômica se receber subsídio. Na Alemanha, ela foi fortemente subsidiada e, com a crise econômica europeia, a Alemanha e outros países, como a Espanha, reduziram drasticamente esse subsídio. Hoje a Alemanha está implantando a pior das fontes poluidoras e emissoras de gás de efeito estufa, que são usinas a carvão. Recentemente estão sendo construídas, já entraram em operação algumas – seis termoelétricas a carvão na Alemanha – e certamente serão reativadas as usinas nucleares que tinham sido desativadas.

A energia solar hoje está na faixa de R\$350,00 a R\$400,00 o megawatt/hora, enquanto, no Brasil, nós estamos fazendo leilões de energia, comprando energia de usinas hidrelétricas abaixo de R\$80,00 e

de biomassa, energia eólica, na faixa de R\$100,00 o megawatt/hora.

O Ministério entende que a energia solar vai ter, no futuro, uma participação importante na geração distribuída. Agora, nos Planos, ela não é considerada, porque o Ministério espera redução ainda maior desse custo, o que tem acontecido ao longo do tempo.

Só completando, ele cita como mau exemplo a construção de Itaipu. Hoje o Brasil só tem uma matriz limpa e renovável, 45% da matriz energética é limpa e renovável – se considerarmos matriz de eletricidade, é da ordem de 80% – por conta das grandes usinas hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, que foram construídas no passado. Se não tivesse tomado essa decisão – sei que houve questões ambientais fortes que não foram consideradas à época –, certamente o Brasil não teria uma matriz limpa e renovável, como foi apresentado aqui.

Então é com muito orgulho que nós temos essas usinas suportando o sistema elétrico. Para quem não sabe, energia solar, biomassa e eólica não são energias para trabalhar em base, porque a eólica ora tem vento, ora não tem; a solar, à noite não consegue gerar; e a biomassa ora tem safra, ora não tem. Usinas que trabalham em bases são hidrelétricas e termoelétricas, principalmente a carvão. Então é com muito orgulho que temos essas usinas hoje no nosso sistema. Esse é o motivo de termos uma matriz limpa e renovável.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Muito obrigado, Dr. Paulo.

Passo a palavra ao Dr. Guilherme Franco, para que faça suas considerações finais.

O SR. GUILHERME FRANCO NETTO – Muito brevemente, agradeço a oportunidade de participar, em nome do Ministério da Saúde, desta audiência.

As considerações do Diretor do Greenpeace procedem. Não foi possível fazer detalhamento do Plano, mas a questão das relações da saúde com a poluição atmosférica está sendo considerada. De qualquer maneira, vamos considerar a sugestão de realização de um inquérito para fazer uma avaliação mais criteriosa do impacto financeiro sobre a saúde. E estamos acompanhando, no âmbito do Conama, as iniciativas voltadas para fazer com que nós tenhamos uma revisão da resolução que trata dos aspectos relacionados aos padrões de qualidade do ar aqui no Brasil.

Então, ficamos à disposição para colaborar com esse trabalho integrado não só de Governo, mas também da sociedade como um todo, para que possamos avançar na nossa agenda de mudança do clima no País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Guilherme.

Com a palavra o Sérgio Leitão, para suas considerações finais.

O SR. SÉRGIO LEITÃO – Paulo, esse argumento de que eólica e solar não são energias de base porque não funcionam o dia inteiro não me parece que seja mais pertinente, porque, em vários momentos do Brasil, quem queria vender a preços exorbitantes, quem vendia a energia de usinas térmicas a diesel, como no caso do apagão ocorrido no Governo Fernando Henrique, se utilizou desse mesmo argumento para dizer o seguinte: “Estão vendo? Esse monte de usina hidrelétrica, na hora em que não houve chuva, não serviu para nada”. Então, se utilizarmos esse argumento da intermitência, vamos ter que admitir que também ele se aplicaria, infelizmente, à questão das usinas hidrelétricas.

Não estou dizendo para não utilizarmos o que se fez. Mesmo com os erros, temos que utilizar isso com uma base que nos permita superar os erros e não voltar a incidir neles. Infelizmente é o que a proposta do Plano Decenal de Expansão de Energia faz quando retoma o modelo de construção de grandes usinas na Amazônia baseado num alagamento de extensas áreas, porque, como não existem quedas d’água, como se trata de uma região muito mais plana, para se fazer barramento com grande reservatório há uma questão física: a água vai precisar se espalhar. Por isso se vai alagar um território equivalente a dez capitais do Brasil, com gente sendo desalojada, com doenças que vão se espalhar, porque há justamente a questão de vetores de transmissão, apesar do imenso roteiro de sofrimento que já é conhecido do Brasil. Infelizmente, é um País que conhece, mas não consegue levar as lições em consideração.

A questão da energia solar, desculpem-me... O Ministério de Minas, a Agência Nacional de Energia Elétrica fez uma resolução dizendo justamente que você pode ter agora, na sua casa, dois relógios: um mede o que você gastou e o outro, se você tiver um painel fotovoltaico instalado no seu telhado, mede o que você gerou. E você faz a compensação. O que a gente está pedindo é justamente para o Governo dizer o seguinte: “Se vocês fizeram uma resolução é porque acreditam nessa fonte. Então incentivem agora a população a fazer uso dela, para que a gente possa economizar”.

Dizer que na Alemanha a solar foi abandonada por uma questão de preço não é verdade, porque lá está se aplicando. A energia é subsidiada em todo lugar do mundo. Aqui no Brasil é. O que acabamos de fazer ao reduzir o preço da energia? Reduzimos para o industrial que vai pagar, mas estamos aqui, coletivamente, suportando essa conta. Aquele desconto saiu de algum lugar. Ele saiu dos recursos do Tesouro.

Então, a energia é subsidiada em qualquer lugar do mundo. E a questão é: para onde vai o subsídio e que tipo de fonte subsidiamos? O Brasil tem um pecado: continua subsidiando fonte suja, como é a questão do combustível fóssil.

Por fim, na questão das metas, as metas do transporte no Brasil – vou usar uma expressão dura, mas é a que me vem ao coração – são ridículas, porque, quando o Ministério das Cidades expõe que nós vamos, em 2020, ter 64% do nosso transporte individual – individual significa carro parado em engarrafamento no Eixo Monumental ou na Marginal Pinheiros em São Paulo –, isso significa que vamos ter mais poluição, mais emissões. E aí, quando ouço do Ministério dos Transportes um tênue indicador de meta de 2 milhões de toneladas de CO₂ que serão reduzidas, isso significa o seguinte: nós não temos meta nenhuma, nós não temos política nenhuma, porque, só no ano de 2011, as nossas emissões de petróleo e gás atingiram 380 milhões de toneladas de CO₂. Só em 2011, de 9 mil poços de petróleo que temos – isso significou 380 milhões de toneladas –, nós estamos falando que vamos reduzir 2 milhões? Não é nada. E quando comparamos, inclusive, com todas as obras hoje apresentadas como de mobilidade, Deputada, elas são simplesmente obras viárias para facilitar mais carros chegando mais rápido num congestionamento, o que não tem nada, nada, nada a ver com mobilidade.

Então, faço um apelo a esta Comissão Mista, ao senhor, como um Deputado compromissado com as causas populares, pois o Governo precisa ter chamada a sua atenção no sentido de voltar a dar o destaque que deu até 2009. Os exemplos estão aí: maior seca no Nordeste dos últimos 40 anos; chuva desastrosa em Petrópolis, em 2011, com mais de 400 mortes; furacão nos Estados Unidos, com novas tragédias já se anunciando – hoje já se anuncia a chegada de uma nova chuva torrencial naquela cidade –, e infelizmente nós ficamos distraídos e desatenciosos com os efeitos do que está acontecendo. Querem dizer que não há o problema, mas ele bate todo dia à nossa porta e infelizmente várias medidas do nosso Governo ajudam ou contribuem para agravá-lo ainda mais. Portanto, temos que correr, temos que ter o senso de urgência que infelizmente ficou perdido nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Sérgio.

Com a palavra a Dr^a Katia Tancon para suas considerações finais.

A SR^a KATIA MATSUMOTO TANCON – Gostaria também de agradecer o convite feito ao Ministério dos Transportes e de dizer que essa iniciativa do Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana, eu

acho que já foi um trabalho bastante intenso em que, no caso do transporte de cargas, nós retratamos o Plano Nacional de Logística e Transportes, que é o planejamento do setor, lembrando que o gráfico que foi mostrado em relação às emissões nos dois cenários PNLT referência retira cargas cativas, ou seja, que nós estamos tentando trabalhar com transferência modal.

Sabemos que o Ministério dos Transportes tem investido fortemente no transporte ferroviário, justamente buscando um equilíbrio da matriz modal. E foi isso que nós tentamos retratar, retirando cargas que nós sabemos que não passarão por transferência modal. Então, a ideia é continuar trabalhando nesse sentido, levando ao PNLT a questão de emissões de GE como um benefício que pode levar, sim, à utilização de modos de transporte mais eficientes. É nesse sentido que nós estamos trabalhando no âmbito do Ministério para inserir no planejamento do setor de transporte essas questões socioambientais.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Kátia.

Passo a palavra ao Dr. Aguiar Gonzaga para fazer as suas complementações finais.

O SR. AGUIAR GONZAGA VIEIRA DA COSTA – Gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença, aqui nesta audiência pública, do Ministério das Cidades.

Foi mostrado na apresentação, dando certa razão ao representante do Greenpeace, um cenário bem tímido de 2,6 milhões de toneladas de redução de emissão no ano de 2020.

Quando se fala em redução de emissão de gases do efeito estufa em mobilidade urbana, é preciso tomar cuidado com certas premissas, porque, se fôssemos pensar, por exemplo, na substituição de combustíveis de veículos particulares de gasolina por etanol, conseguiríamos um abatimento bem maior naquela curva, mas, no âmbito da mobilidade urbana, não haveria grande solução com relação aos problemas enfrentados.

Então, foi definida pelo Ministério das Cidades a utilização, nesse plano, da premissa de substituição de viagens de transporte individual motorizado por transporte público coletivo. Foi mostrado naquela tabela um investimento de infraestrutura de mil quilômetros aproximadamente. Isso resultou naquele valor de 2,6 milhões de toneladas de abatimento.

Conclui-se, então, que é necessário um maior investimento em mobilidade urbana, em sistema de metrô, em sistema de corredores de ônibus, para que seja realizado um abatimento maior no cenário de 2020.

No mais, gostaria de agradecer mais uma vez a participação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Aguiar.

Quero agradecer imensamente a presença dos senhores e da senhora. Foi um debate extremamente rico sobre os temas setoriais fundamentais para o Brasil cumprir as suas metas de redução de gás de efeito estufa e contribuir, assim, para o combate às mudanças climáticas.

Queria antes que, em virtude do adiantado da hora, constasse no relatório dos trabalhos desta Comissão um discurso que fiz sobre os planos aqui debatidos na tarde de hoje, para compor o relatório final desta Comissão, podendo passar para os Anais desta Casa.

No mais, quero agradecer a presença de todos os senhores, assessores e técnicos que acompanharam esse debate e a todos que nos assistem e ouvem pelos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nesta tarde.

Muito obrigado.

Uma boa tarde a todos.

(Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 50 minutos.)

Edição de hoje: 95 páginas
(OS: 16502/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

